

José Fleurí Queiroz

Filosofia do Direito e Filosofia Espírita Código de Direito Natural Espírita

(Aplicação)

Proposta:

“PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA”

COM

**“EDUCAÇÃO MORAL-RELIGIOSA E TRABALHO” VERSUS
VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA**

**(A “SÚMULA VINCULANTE” aplicada ao DIREITO PENAL e
LEP – LEI DE EXECUÇÕES PENAS, com a proposta acima,
e efeito retroativo, podem ser a grande solução...)**



MUNDO JURÍDICO
EDITORA

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

**CAPA CORRIGIDA ENVIADA À EDITORA EM
26/MAIO/2008.**

José Fleurí Queiroz

FILOSOFIA DO DIREITO E FILOSOFIA ESPÍRITA

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

(Aplicação)

Proposta:

“PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA”

COM

***“EDUCAÇÃO MORAL-RELIGIOSA E
TRABALHO”***

VERSUS

**VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E
SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA**

***(A “SÚMULA VINCULANTE” aplicada ao DIREITO
PENAL e LEP – LEI DE EXECUÇÕES PENAIS, com a
proposta acima, e efeito retroativo, pode ser a grande so-
lução...)***

CAPA ANTERIOR
FILOSOFIA DO DIREITO
Aplicação do
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

José Fleurí Queiroz
(Pesquisador/Organizador)

*

“PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA”
(SÚMULA VINCULANTE)

*

“A VIOLÊNCIA. A CRIMINALIDADE. O
CRIMINOSO. A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA”

Há um remédio imediato e eficaz para esse flagelo?

SIM!

“TRABALHO E EDUCAÇÃO MORAL”!

*

Sugestões:

1ª. Criação da “PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA” (SENTENÇA INDETERMINADA) estabelecendo: TRABALHO, EDUCAÇÃO MORAL E EDUCAÇÃO RELIGIOSA GERAL, obrigatórios;

2ª. Adoção da “SÚMULA VINCULANTE” para aplicação imediata da pena referida e com efeito retroativo aos processos definitivamente julgados;

3ª. Análise criteriosa e imparcial dos conceitos de “Trabalho”, “Educação” e “Educação Religiosa” enunciados no projeto de José Fleurí Queiroz - “CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA” - (Filosofia Espírita Codificada por Allan Kardec) e reproduzidos neste livro, como subsídios, para possível adoção com a “Pena de Duração Indeterminada”.

**“PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA”
(SÚMULA VINCULANTE)**

José Fleurí Queiroz
(Pesquisador/Organizador)

*

Allan Francisco Queiroz
(Auxiliar de pesquisa)

*

Domitila Meira de Vasconcellos
(Revisora)

*

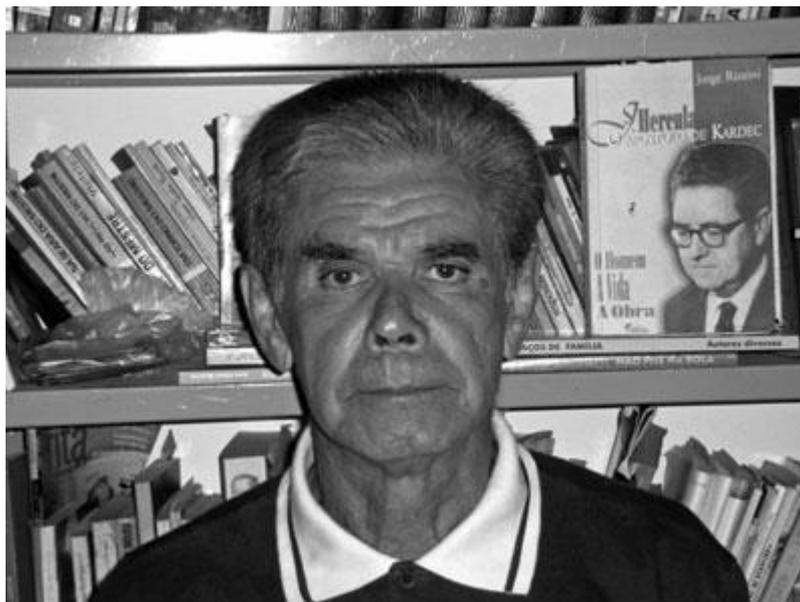


**“QUÊQUÊQUÊ – QUEIROZ”
EDITORA**

(Querer para os outros o que queremos para nós)

José Fleurí Queiroz
Rua Inácio Xavier Luiz, n. 10. Vila Sene.
BURI-SP – CEP 18.290.000
Tel. (15) 3546-1191
E.m. jose.fleuri@itelefonica.com.br

2.008



(Primeira dobra do livro)

JOSÉ FLEURÍ QUEIROZ

Nascido na cidade de Buri-SP, aos 16/10/1941, é Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, aposentado em 1991; bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo – Fundação Álvares Penteado (1966); bacharel em Direito pela Faculdade FKB, de Itapetininga (1973). Pós-graduado em Direito Penal – *lato sensu* -, pela FMU-SP – Faculdades Metropolitanas Unidas – (1996); Mestre em Filosofia do Direito e do Estado – *scripto sensu* -, pela PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica – (1998). Advogado criminalista; professor universitário, durante os anos de 1998 a 2.001, nas cadeiras de Direito Penal, Instituições de Direito Público e Privado, Filosofia Geral, Filosofia do Direito e do Estado, Filosofia e Ética Profissional, nas Faculdades de Direito de Itapetininga-SP (FKB) e de Administração de Itapeva-SP (FAIT). É autor dos livros: “A EDUCAÇÃO COMO DIREITO E DEVER” À Luz da Filosofia e do Direito Natural”, 2003, “CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA”. Projeto Comentado, 2006 e “SUICÍDIO É OU NÃO É CRIME?”, 2007, em parceria com seu filho Allan Francisco Queiroz, todos pela Editora Mundo Jurídico.

*

CONTRA CAPA

O questionamento da Pena Indeterminada.

Em 1860, M. BROCKWAY, que era diretor da *Detroit House of Correction*, apresentava à Assembléia Legislativa do Estado de Michigan, um projeto de lei em que pedia a outorga, ao administrador penitenciário, do poder de modular a pena para menos, desde que o condenado apresentasse provas seguras de sua recuperação. Não conseguindo êxito, BROCKWAY continuou defendendo as suas idéias de que “as sentenças fixas deveriam ser substituídas por sentenças indeterminadas” e preconizava a construção de um reformatório para delinqüentes da faixa etária de 16 a 30 anos. Andava em voga, tanto na Europa como nos Estados Unidos, o debate sobre a pena indeterminada sob o fundamento de que “se o fim precípua da pena é a reforma do criminoso, não se admite que, estando o criminoso reformado, se prolongue a sua permanência no estabelecimento penal em que esteja recolhido”. Seria um contra-senso, pois se o fim da internação de um doente num hospital é a sua cura, não se pode admitir que, estando o doente curado, continue ele a ser mantido no hospital (PAUL CUCHE. *Traité de science et legislation penitenciaires*. Paris, 1905). As sentenças tinham que ser reformatórias. Esse problema passou também a ser objeto de debate na *New York Prison Association*, que concluiu que em se estabelecendo a pena totalmente indeterminada, haveria o risco de o tempo de permanência do criminoso num estabelecimento se prolongar por toda a vida, desde que não se recuperasse, ficando por fim acertado que a pena poderia ser reformatória desde que houvesse um limite máximo.

O surgimento do Reformatório de Elmira

No Congresso de Cincinnati de 1869, onde BROCKWAY esteve expondo sua proposição, ficou acertado que as penas fixas deveriam ser substituídas pelas penas indeterminadas, tendo o seu fim quando ficasse provada a reforma moral do condenado, ficando decidido que, para a execução dessa reforma dever-se-ia construir um reformatório em Elmira, localidade próxima de Nova Iorque, para condenados da faixa etária de 16 a 30 anos de idade e com penas até 5 anos de prisão. Em 1876, o reformatório foi inaugurado, sendo gerenciado por um Comitê de Administradores, tendo BROCKWAY como Superintendente e que se conservou nesse cargo durante 24 anos. O reformatório começou com uma população de 500 presos, mas 20 anos depois, já estava com 1.500 e quando PAUL CUCHE escreveu o seu livro (1905), a população carcerária oscilava entre 1.600 e 1.700 presos. (João Farias Júnior. *Manual de Criminologia*, Ed. Juruá, 2ª. Ed., 1993).

A Sentença Indeterminada

O Espiritismo é também partidário da sentença indeterminada, de origem americana. “Estabelecer um tratamento de duração determinada para cada delito, é como se um médico prescrevesse um tratamento a um enfermo e lhe impusesse o dia em que deveria sair do hospital, estivesse ou não curado”. Assim o diz a ciência contemporânea com o juiz Villert, e assim diz o Espiritismo.

O absurdo de determinar **a priori** a duração da pena, como declarou um espanhol desaparecido nestes dias, Francisco Giner de los Rios, é também um absurdo para Allan Kardec. (Prof. Fernando Ortiz, da Universidade de Havana. “Filosofia Penal dos Espíritos. Trad. de Carlos Imbassahy, Ed. LAKE, 2ª. Ed., 1998).



José Fleuri Queiroz

AGRADECIMENTOS

Reitero, aqui, os agradecimentos registrados nos livros anteriores a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, têm colaborado comigo neste propósito de pesquisa e divulgação da Filosofia Espírita.

O sustentáculo fundamental, entretanto, para esse modesto empreendimento, recebo de minha querida esposa Domitila e de meus queridos filhos: Allan Francisco Queiroz e Fleury Cândido Queiroz, aos quais não apenas sou eternamente grato como peço a Deus que os inspire e ilumine para que possam dar continuidade a esta tarefa.

ÍNDICE – (FOI SUBSTITUÍDO)

INTRODUÇÃO E RESUMO.....

PRIMEIRA PARTE

GENERALIDADES

I – DATA-FOLHA (Domingo, 25 de março de 2.007): Violência explode como principal problema do país..... II – O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA (J. Herculano Pires).....

III – DAS PAIXÕES. Código de Direito Natural Espírita..... Do Egoísmo. Egoísmo e Educação. Meios de destruir o Egoísmo. O Egoísmo e a Educação Moral. Egoísmo e Orgulho. A Fé Cega e a Fé Raciocinada.

IV – NINGUÉM É PREDESTINADO AO CRIME. Código de Direito Natural Espírita..... Resumo Teórico do Móvel das Ações Humanas. Livre-arbítrio e Educação. O homem é absolutamente responsável por seus atos.

V – DISCURSO DO DR. FRANKLIN PIZA (Diretor da Penitenciária de S.Paulo, por ocasião de sua inauguração).....

VI – LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE. Código de Direito Natural Espírita..... Caridade e amor ao próximo: complemento da Lei de Justiça. O Amor, a educação moral e o melhoramento do globo. O Livro dos Espíritos e a Educação. A Educação Evangélica.

VII – A FÉ E A CARIDADE. CARIDADE COM OS CRIMINOSOS. (O Evangelho Segundo o Espiritismo, Cap. XI, itens 13 e 14).

*

SEGUNDA PARTE

CIÊNCIA DO DIREITO. FILOSOFIA DO DIREITO. CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

CAPÍTULO I – CRIAÇÃO DA PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA (SENTENÇA INDETERMINADA)..... O Sistema do Reformatório de Elmira. O Questionamento da Pena Indeterminada. O Surgimento do Reformatório de ELMIRA. A Sentença Indeterminada (Prof. Fernando Ortiz da Universidade de Havana). Código de Direito Natural Espírita: Natureza e duração do castigo; Intervenção de Deus nas

Penas e Recompensas. Duração das Penas Futuras: tempo necessário ao melhoramento.

CAPÍTULO II – RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENIGNA AO RÉU. Comentários à Constituição de 1988, de Wolgran Junqueira Ferreira.....

CAPÍTULO III – SÚMULA VINCULANTE..... Súmula Vinculante: entrevista de Luiz Flávio Gomes (Dr. Em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madri. Presidente do STF ressalta importância da Súmula Vinculante para o judiciário).

CAPÍTULO IV – PROIBIÇÃO DE TRABALHOS FORÇADOS. Comentários à Constituição de 1988, de Wolgran Junqueira Ferreira. Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos.

CAPÍTULO V – LEI DE EXECUÇÃO PENAL: DOS DEVERES DO CONDENADO..... Execução do Trabalho, das Tarefas e das Ordens Recebidas. Reparação do Dano Pessoal. Indenização ao Estado. Comentários de Júlio Fabbrini Mirabete: Trabalho do Presidiário; Trabalho Penitenciário; Finalidades do Trabalho Penitenciário. Reparação do Dano Pessoal. Professor Fernando Ortiz: expiação, arrependimento, reparação. Indenização ao Estado. Das Sanções Disciplinares.

CAPÍTULO VI – A EDUCAÇÃO MORAL E A EDUCAÇÃO RELIGIOSA GERAL E ESPÍRITA..... Da Educação Moral. Da Educação Religiosa Geral e Espírita. Lei de Execução Penal e Providências Paralelas: da Assistência Educacional - Comentários de Júlio Fabbrini Mirabete. Educação do Recluso e do Internado: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprova acesso de detentos à cultura e educação. III Fórum Educacional do Mercosul. Da Assistência Religiosa – Júlio Fabbrini Mirabete: Comentários à Lei de Execução Penal.

CAPÍTULO VII – LEI DO TRABALHO PARA TODOS. Código de Direito Natural Espírita..... Necessidade do Trabalho. Expiação e Prova. Teorias Econômicas do Trabalho e Justiça Social. Limite do Trabalho. Repouso. O trabalho e o paraíso terrestre de Karl Marx. O Trabalho e a Filosofia Existencial (José Herculano Pires).

CAPÍTULO VIII – LEI DE ADORAÇÃO. EDUCAÇÃO RELIGIOSA PARA TODOS. Código de Direito Natural Espírita..... Finalidade da Adoração. Aliança da Ciência com a Religião. Adoração Exte-

rior. Eficácia da Prece. Vida Contemplativa. A Luz da Razão e o Poder da Fé (J. Herculano Pires). Politeísmo, O Deus Único e os Espíritos. Adoração e Sacrifícios. O Evangelho e o Futuro. A Prática do Bem e as Cerimônias exteriores inúteis.

CAPÍTULO IX – O CRIMINOSO. O CRIME. A CRIANÇA ASILADA. (Pedro de Camargo – Vinícius)..... A Educação: único caminho. A sociedade também é responsável. A criança asilada.

CAPÍTULO X – EDUCAÇÃO PARA TODOS. (Pedro de Camargo – Vinícius).....

Instrução sem Educação. Política. Leis luminosas e justas. Religiões. Ensino por autoridade. Educação segundo o processo natural. Renovação individual e social pela educação. Educação do sentimento. O operariado e a Educação: ordem e previdência. Analfabetismo.

*

TERCEIRA PARTE

A EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA: ASPECTOS GERAIS

CAPÍTULO XI – O NECESSÁRIO E O SUPÉRFLUO. Código de Direito Natural Espírita..... O Necessário e a Natureza. O supérfluo e os vícios. O bem-estar é desejo natural. Sobras.

CAPÍTULO XII – CÓDIGO PENAL DA VIDA FUTURA. Código de Direito Natural Espírita..... Natureza e Duração do Castigo. Regeneração. Arrependimento, Expição e Reparação. Por que Deus não criou os seres já perfeitos? Código Penal da Vida futura: resumo em três princípios.

CAPÍTULO XIII – LEI DO PROGRESSO. Código de Direito Natural Espírita..... Progressão da Legislação Humana. Progresso Intelectual e Progresso Moral. Leis de entraves ao Progresso. Os maiores obstáculos ao progresso moral: o orgulho e o egoísmo. Civilização Depurada: Inteligência e Moral. Civilização Cristã. Sucedem-se as Civilizações no Processo de Evolução da Terra (J. Herculano Pires). Progresso da Legislação Humana. Desigualdade das Riquezas. Tem o Espiritismo um papel especial junto da Sociologia? O processo criminal e o “não julgueis!”

CAPÍTULO XIV – AS ARISTOCRACIAS. Código de Direito Natural Espírita..... A-

ristocracias: Patriarcal, da Força Bruta, do Nascimento, do Ouro, da Inteligência e a última “Aristocracia Intelecto-Moral”. Aristocracia Intelecto-Moral VERSUS Egoísmo, Orgulho e Ganância. Os homens bons e os homens maus. O Espiritismo: um dos mais poderosos precursores da Aristocracia do futuro. Fé Raciocinada.

CAPÍTULO XV – LEI DE LIBERDADE. Código de Direito Natural Espírita..... Livre-arbítrio. A embriaguez e o livre-arbítrio. Determinismo e Livre-arbítrio. Fatalidade e livre-arbítrio sobre o bem e o mal.

*

BIBLIOGRAFIA.....

ÍNDICE CORRIGIDO, ENVIADO À EDITORA EM 26/MAIO/2008.

PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	E
RESUMO.....	18

A Violência. A Criminalidade. O Criminoso. A Superlotação Carcerária. Há um remédio imediato e eficaz para todos esses males? Sim: Trabalho e Educação Moral. Medidas sugeridas: Pena de Duração Indeterminada (Sentença Indeterminada). Aplicação de Súmula Vinculante com retroatividade para beneficiar o condenado.

PRIMEIRA PARTE:

GENERALIDADES.....	
.....	24

Violência explode como principal problema do País. O Problema da Violência (J. Herculano Pires). Das Paixões (Código de Direito Natural Espírita). Do Egoísmo. Egoísmo e Orgulho. A Fé Cega e a Fé Raciocinada. Ninguém é Predestinado ao Crime (Código de Direito Natural Espírita). Resumo Teórico do Móvel das Ações Humanas. Discurso do Dr. Franklin Piza (Diretor da Antiga Penitenciária de S.Paulo). Lei de Justiça, Amor e Caridade: Justiça e Direito Natural (Código de Direito Natural Espírita). Justiça e Direito. Suprema Justiça: Causas e Efeitos. Direito e Propriedade. Roubo. Caridade e Amor ao Próximo: Complemento da Lei de Justiça. Perdão e Amor aos Inimigos? Amor Maternal e Filial. O Amor, A Educação Moral e o Melhoramento do Globo. Amor e Reencarnação. O Livro dos Espíritos e a Educação (J. Herculano Pires). A Ciência Espírita: A Revelação Divina e a Revelação Humana. A Educação: Conceito e Desenvolvimento (Joanna de Ângelis). Espiritismo e Educação. Educação Evangélica. A Fé e a Caridade com os Criminosos.

SEGUNDA PARTE

CIÊNCIA DO DIREITO – FILOSOFIA DO DIREITO – CÓDIGO DE DIREITO NATURAL	ESPÍRITA.
.....	75

CAPÍTULO I – CRIAÇÃO DA PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA (SENTENÇA INDETERMINADA).....	
.....	76

O Questionamento da Pena Indeterminada. O Surgimento do Reformatório de Elmira. A Sentença Indeterminada. Código de Direito Natural Espírita: Código Penal da Vida Futura. Intervenção de Deus nas penas e Recompensas. Duração das Penas Futuras.

CAPÍTULO II – RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENIGNA AO RÉU.....	84
---	----

Comentários à Constituição de 1988, de Wolgran Junqueira Ferreira.

CAPÍTULO	III	–	SÚMULA
VINCULANTE.....			87

Súmula Vinculante: entrevista do Dr. Luiz Flávio Gomes (Dr. Em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madri). Presidente do STF ressalta importância da Súmula Vinculante para o judiciário.

CAPÍTULO	IV	–	PROIBIÇÃO	DE	TRABALHOS
FORÇADOS.....					100

Proibição de Trabalhos Forçados (Comentários à Constituição de 1988, de Wolgran Junqueira Ferreira). Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

CAPÍTULO V – LEI DE EXECUÇÃO PENAL. DOS DEVERES DO	
CONDENADO.....	105

Trabalho do Presidiário. Lei de Execução Penal (Julio Fabbrini Mirabete). Do Trabalho. Trabalho Penitenciário. Finalidades do Trabalho Penitenciário. Reparação do Dano Pessoal. Filosofia Penal dos Espíritos (Professor Fernando Ortiz, de Cuba). Indenização ao Estado. Das Sanções Disciplinares.

CAPÍTULO VI – A EDUCAÇÃO MORAL. A EDUCAÇÃO RELIGIOSA	
GERAL.	A
ESPÍRITA.....	EDUCAÇÃO
	115

A Educação Moral e a Educação Religiosa Geral. Da Educação Moral. Da Educação Geral e Espírita. Lei de Execução Penal e Providências Paralelas: 1)Da Assistência Educacional; 2) Da Assistência Religiosa. Da Assistência Educacional. Educação do Recluso e do Internado: Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprova acesso de detentos à cultura e educação. III Fórum Educacional do Mercosul. Da Assistência Religiosa. Comentários de Júlio Fabbrini Mirabete: Pena e Religião, Assistência Religiosa.

CAPÍTULO VII – LEI DO TRABALHO PARA TODOS. CÓDIGO DE DIREITO	
NATURAL	
ESPÍRITA.....	
.....	121

Lei do Trabalho Para Marx e para o Espiritismo. Lei do Trabalho e Educação Moral. Lei do Trabalho. Necessidade do Trabalho. O Trabalho dos Animais. Teorias Econômicas do Trabalho e Justiça Social. Limite do Trabalho: Repouso. Limite do Trabalho: Aposentadoria: Explicação de Rodolfo Calligaris. Repouso na Velhice. A Falta de Trabalho e a Educação: Comentário de Allan Kardec. O Trabalho e o Paraíso Terrestre de Karl Marx (Comentário de J. Herculano Pires). O Trabalho e a Filosofia Existencial (Explicação de J. Herculano Pires). Hegel e a Dialética do Trabalho nos Reinos da Natureza. As Ciências Materiais da Atualidade confirmam os princípios fundamentais da Ciência Espírita. Trabalho e Jesus (Explicação de Joanna de Angelis). Utilidade Providencial da Fortuna.

CAPÍTULO VIII – LEI DE ADORAÇÃO. EDUCAÇÃO RELIGIOSA PARA	
TODOS.	CÓDIGO
ESPÍRITA.....	DE
	DIREITO
	NATURAL
	133

.Finalidade da Adoração. Como Adorar a Deus? (Explicação de Rodolfo Calligaris). O Cristianismo e a Doutrina Espírita. Oração (Explicação de Emmanuel). Os

Tempos do Consolador (Emmanuel). A Fé Ante a Ciência. Aliança da Ciência com a Religião (Explicação de Allan Kardec). Adoração Exterior. Religião nos lábios e não no coração. Eficácia da Prece (Explicação de Allan Kardec). Vida Contemplativa. Vida Contemplativa e Prática do Bem. Da Prece. Espiritismo: Fé (Respostas do Espírito Emmanuel no livro O Consolador). A Luz da Razão e o Poder da Fé (Explicação de J. Herculano Pires). A Fé Religiosa. Condição da Fé Inabalável (Explicação de Allan Kardec). Politeísmo: O Deus Único e os Espíritos. Adoração e Sacrifícios. O Evangelho e o Futuro (Explicação de Emmanuel no livro A Caminho da Luz).

CAPÍTULO IX – O CRIMINOSO. O CRIME. A CRIANÇA ASILADA.....150

A Educação: único caminho (Pedro de Camargo – Vinícius). O criminoso e o crime. Ignorância. A sociedade também é responsável. A criança asilada.

CAPÍTULO X – EDUCAÇÃO PARA TODOS.....157

Pedro de Camargo – Vinícius. Educação Para Todos. Instrução sem educação. Política. Leis luminosas e justas. Religiões. Educar: eis o rumo a seguir. A ciência do bem. Qual o melhor modo de educar? Ensino por autoridade. Educação segundo o processo natural. Autoridade como base de ensino: ultraje à dignidade humana. A ciência do bem. Reinado do caráter. Renovação individual e social pela educação. Monocultura da inteligência. Egoísmo. A sociedade enferma. Educação do sentimento. O operariado e a educação. Ordem e Providência. Analfabetismo ou decadência moral? Direitos e Deveres.

TERCEIRA PARTE

A EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA. ASPECTOS GERAIS.....165

CAPÍTULO XI – O NECESSÁRIO E O SUPÉRFLUO.....166

Código de Direito Natural Espírita: O necessário e o supérfluo. O Necessário e a Natureza. O Supérfluo e os vícios. A relatividade do limite entre o necessário e o supérfluo (Comentário de Allan Kardec). Sobras (Emmanuel). Mais (Emmanuel). O bem-estar é desejo natural. A Procura do Bem-Estar (Explicação de Rodolfo Calligaris).

CAPÍTULO XII – CÓDIGO PENAL DA VIDA FUTURA.....169

Código de Direito Natural Espírita: Código Penal da Vida Futura (Explicação de Allan Kardec). Perfeições e Imperfeições: Conseqüências. Lei do Progresso e Livre-arbítrio. A prática do Bem e do Mal: gozos e sofrimentos. Toda falta cometida é dívida que deve ser paga. Natureza e Duração do Castigo. Regeneração: Arrependimentos, Expição e Reparação. Reparação: princípio de rigorosa justiça. Mundos Felizes e Mundos Inferiores. Deus nunca abandona suas criaturas, por mais perversas que sejam. Responsabilidade Pessoal e Solidária das faltas. Diversidade da natureza das punições. Reparação da falta no presente evita ou atenua sofrimentos futuros. Penas Temporárias são castigos e remédios. É na vida corpó-

rea que o Espírito repara o mal de anteriores existências. Por que Deus não criou os seres já perfeitos? Código Penal da Vida Futura: Resumo em três princípios.

CAPÍTULO XIII. LEI DO PROGRESSO. PROGRESSÃO DA LEGISLAÇÃO HUMANA. CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA.....176

Da Perfeição dos Seres Criados (Explicação de Allan Kardec). Progresso Intelectual e Progresso Moral. Povos esclarecidos e pervertidos. Leis de entraves ao progresso. Ninguém tem o poder de se opor ao progresso (Comentário de Allan Kardec). Os maiores obstáculos ao progresso moral: o orgulho e o egoísmo. O Progresso Intelectual e o Progresso Moral (Comentário de Allan Kardec). O Progresso e a Terra do Futuro: uma só nação? Uma Lei Única? A Lei de Progresso dos Povos e a Justiça da Reencarnação (Comentário de Allan Kardec). Civilização Depurada: Inteligência e Moral. Sinais de uma civilização completa (Comentário de A. Kardec). Civilização Cristã (Comentário de J. Herculano Pires). Sucedem-se as Civilizações no Processo de Evolução da Terra (J. Herculano Pires). Progresso da Legislação Humana. Instabilidade das leis humanas e a Lei Natural Imutável (Comentário de A. Kardec). Severidade das leis penais e a Educação. Sociologia (Respostas de Emmanuel no livro O Consolador). Desigualdade das Riquezas (Explicação de A. Kardec). Tem o Espiritismo um papel especial junto da Sociologia? Como se deverá comportar o espiritaista perante a política do mundo? Em face da lei dos homens, quando em presença do processo criminal, deve dar-se o voto condenativo, em concordância com o processo-crime, ou absolver o réu em obediência ao “não julgueis”?

CAPÍTULO XIV. AS ARISTOCRACIAS: A ARISTOCRACIA INTELECTO-MORAL.....190

Aristocracia Patriarcal. Aristocracia da Força Bruta. Aristocracia do Nascimento. Aristocracia do Ouro. Aristocracia da Inteligência. Aristocracia Intelecto-Moral: A Última das Aristocracias. Aristocracia Intelecto-Moral VERSUS Egoísmo, Orgulho, Ganância. Os homens bons e os homens maus. Fé Raciocinada.

CAPÍTULO XV – LEI DE LIBERDADE.....195

Código de Direito Natural Espírita. Livre-arbítrio. Livre-arbítrio do homem e seus atos. Livre-arbítrio da criança. Predisposições instintivas a atos repreensíveis. O livre-arbítrio e a influência do organismo nos atos da vida. Alteração das faculdades e perda do livre-arbítrio. A embriaguez e o livre-arbítrio. O selvagem: instinto e livre-arbítrio. A posição social e o livre-arbítrio. Determinismo e Livre-arbítrio (Explicação de J. Herculano Pires). Fatalidade. Fatalidade e Livre-arbítrio sobre o bem e o mal. Nossos fracassos (Comentário de A. Kardec). Experiência: Determinismo e Livre-arbítrio (Respostas do Espírito Emmanuel no livro O Consolador).

BIBLIOGRAFIA.....202

INTRODUÇÃO E RESUMO

Após o lançamento, em 2.007, do livro “Suicídio é ou não é crime?”, em parceria com meu filho Allan Francisco Queiroz, voltamos, agora, com o segundo desdobramento do nosso projeto do **CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA:**

“A VIOLÊNCIA. A CRIMINALIDADE. O CRIMINOSO. A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA”.

Pergunta: HÁ UM REMÉDIO IMEDIATO E EFICAZ PARA TODOS ESSES MALES?

Resposta: SIM! “TRABALHO E EDUCAÇÃO MORAL”!

Este livro apresenta uma proposta apoiada no ordenamento jurídico positivo: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CÓDIGO PENAL, LEI DE EXECUÇÃO PENAL, etc., fundamentada filosoficamente no “CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA” (Projeto de nossa autoria lançado pela Editora Mundo Jurídico, 2.006, decorrente da Filosofia Espírita, Codificada por Allan Kardec).

Centralizaremos as sugestões no “Código de Direito Natural Espírita” (Editora Mundo Jurídico, 2006), nosso projeto apoiado em “O Livro dos Espíritos” de Allan Kardec, onde encontramos, farta e judiciosamente comentados, os fundamentos lógicos e racionais do Verdadeiro Direito Natural: Lei do Trabalho, Educação, Lei do Progresso, Lei de Conservação, Lei de Sociedade, Lei de Igualdade, Lei de Liberdade, Lei de Justiça, Amor e Caridade, entre outras.

Identificaremos, também, no referido Código, as razões e os princípios da PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA (Sentença indeterminada: exigindo do réu o arrependimento, a expiação e a reparação possível à vítima e indenização ao Estado), que viria a ser, se adotada, a ÚNICA NOVIDADE EM NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO (os norteamericanos já passaram por essa experiência).

MEDIDAS SUGERIDAS

1ª.) – PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA. (SENTENÇA INDETERMINADA).

Alterações que forem necessárias na Constituição Federal, Código Penal, Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal, para a criação dessa nova modalidade de pena, englobando em seu conteúdo outras medidas indispensáveis, que serão justificadas no decorrer do livro: TRABALHO, INSTRUÇÃO, EDUCAÇÃO-MORAL E EDUCAÇÃO RELIGIOSA GERAL, “**OBRIGATÓRIOS**”, (não confundir com “forçados”) ao recluso e internado:

a) com efeito retroativo imediato para todos os processos já consumados, tendo por fundamento a retroatividade da lei mais benigna ao réu, ou condenado, como será devidamente esmiuçado em capítulo próprio;

b) adoção da mesma, com as mesmas exigências da letra “a”, para os processos em andamento e para os que vierem a ser instaurados.

2ª.) – SÚMULA VINCULANTE.

Para as condenações já consumadas, como já esclarecido e COMO MEDIDAS URGENTES, recomendamos a utilização do recém-criado instituto jurídico: “SÚMULA VINCULANTE”, aplicando a PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA, com todas as exigências acima descritas, com efeito retroativo, reformando a sentença anterior, com a nova “pena de duração indeterminada”, apoiada na retroatividade da lei penal mais benigna – “Reformatio In Mellius” -, pois ninguém, em sã consciência, deixaria de concordar que a educação intelectual, moral-religiosa e o trabalho, criteriosamente instituídos, conduzidos e devidamente avaliados, beneficiariam os presidiários arrependidos e interessados em antecipar a sua liberdade, a se dedicarem com mais empenho à sua própria recuperação resultando, ainda, a curto e médio prazos, no desafogo da população carcerária, com a reinserção social desses elementos reeducados.

Essa SÚMULA VINCULANTE servirá, também, conforme os casos, para os processos em andamento e para os que vierem a ser instaurados.

3ª.) – CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA.

Recomendamos, sempre que possível, a adoção dos princípios da Filosofia Espírita, delineados no Código de Direito Natural Espírita (Projeto de nossa autoria lançado em 2006, pela Editora Mundo Jurídico), e neste trabalho reproduzidos parcialmente, no que tange aos temas: Trabalho, Educação, Educação Moral, Religião Geral e Religião Espírita.

Outrossim, mesmo que ignorada esta sugestão (CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA), acreditamos que a “PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA” e a “SÚMULA VINCULANTE”, apoia-

das no ordenamento vigente, se adotadas, trariam inestimáveis benefícios à nossa Sociedade.

*

As novidades que propomos são somente: a PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA, os princípios do CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA e a aplicação da SÚMULA VINCULANTE com efeito retroativo, pois quanto à EDUCAÇÃO, RELIGIÃO, TRABALHO etc., já são fartamente tratados e adotados pelos sistemas penitenciários de todo o mundo, incluindo, como veremos, o Brasil, pois

“Dispõem as Regras Mínimas da ONU que se devem tomar as providências necessárias para melhorar a instrução de todos os presos que puderem dela aproveitar-se (nº77.1) e determina o artigo 17 da LEP (Lei de Execução Penal) que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

A assistência educacional deve ser uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento do tratamento penitenciário como meio para a reinserção social. Dispõe, aliás, a Constituição Federal que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205), garantindo ainda o “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria” (art. 208, I), conceituado este como “direito público subjetivo” (art. 208, §.1º). Isto quer dizer que não só a instrução, que é um dos elementos da educação, mas também esta é um direito de todos, sem qualquer limitação de idade. Assim, pois, qualquer pessoa, não importa a idade e tampouco a sua condição ou *status* jurídico, tem o direito de receber educação desde que, evidentemente, seja dela carente qualitativa ou quantitativamente. De vez que a cada direito corresponde um dever, é a própria Constituição que esclarece ser este do Estado, que deverá prover a educação aos presos e internados se não o tiver feito convenientemente no lar e na escola. (“Comentários à Lei de Execução Penal”. Júlio Fabbrini Mirabete. Ed. Atlas, 1993, 5ª. Edição, págs. 84/85).

O artigo 227 da Carta Magna, entre outros direitos da criança e do adolescente, estabelece como dever do Estado assegurar-lhes a educação. Esse dispositivo é regulado pelo artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069, de 13.07.1990). Estabelece, ainda, o artigo 124 do referido Estatuto, inciso XI, que “são direitos do adolescente privado de li-

berdade, entre outros, os seguintes: receber escolarização e profissionalização”.

O tema *Educação*, direcionado ao recluso e internado, tem, há algum tempo, sido objeto de atenção e estudos de nossa parte, em razão, principalmente, de militarmos como criminalista e realizarmos palestras educativas em presídios. Desse contato mais íntimo com os dramas dos mesmos e, também, de seus familiares, temos podido aquilatar, com maior profundidade, que a causa principal dessa situação é a ausência quase que total de educação. Essa experiência levou-nos de volta aos bancos universitários, como estudante, para a realização de cursos complementares: Especialização em Direito Penal (FMU-1996) e Mestrado em Filosofia do Direito e do Estado (PUC-SP-1998). Posteriormente, de 1998 a 2001, continuamos nas Universidades, na condição de Professor de Direito Penal, Filosofia, Filosofia do Direito, Ética Profissional e Instituições de Direito Público e Privado.

Lançamos nosso primeiro livro pela Editora Mundo Jurídico, em 2.003, resultante de nossa Dissertação de Mestrado: “A Educação Como Direito e Dever” – À Luz da Filosofia e do Direito Natural – onde o tema foi desenvolvido histórica e filosoficamente; a seguir, em 2.006, pela mesma Editora, elaboramos um projeto de “Código de Direito Natural Espírita”, de caráter mais profundo e abrangente e, atualmente, 2.007, já está circulando o terceiro livro “Suicídio – É ou Não é Crime?”. Todos relacionados à Ciência e Filosofia do Direito, bem como e, principalmente, com a Filosofia Espírita.

Estamos vivendo um período de crucial violência em todos os quadrantes do globo e os delitos de toda ordem também recrudesce em todas as faixas etárias, principalmente entre os jovens, provocando as superlotações e rebeliões carcerárias, como podemos detectar pelos noticiários da mídia em geral.

Nossas autoridades têm procurado criar leis cada vez mais severas (para os crimes hediondos em particular, redução da maioridade penal etc.), construir novas penitenciárias, aumentar o contingente policial, etc., que visam apenas, em nosso entender, minimizar o mal já instituído, mas sem uma ponderação mais profunda e criteriosa para a sua causa principal: a *Ignorância*.

Diz Pedro de Camargo, em sua obra “O Mestre na Educação”, 3a. edição, 1977, FEB: “*O Código pelo qual se regem as nações, ditas civilizadas, precisa ser reformado: e sê-lo-á fatalmente. Inspirado no Direito Romano, o Código cogita exclusivamente da aplicação de penas, quando de-vera cuidar da higiene da alma*”. Lembramos, aqui, que ao escrever seu li-

vro ainda não vigia a reforma penal oriunda da Lei 7.209/84, diga-se de passagem, menos rigorosa que o regime anterior e, tampouco, obviamente, a Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais que, entre outras medidas salutares, cria a suspensão do processo para determinados delitos.

Continua o referido autor dizendo que *“a sociedade viverá sempre às voltas com os delinquentes, enquanto não cumprir o dever que lhe assiste de educá-los. Até aqui, a sociedade, baseando-se no parecer de criminólogos materialistas, invoca apenas o direito de punir. Por isso ela também vai sendo punida. Há de suportar as conseqüências de seu erro até que desperte. Aliás, já os prenúncios de uma reforma se vão fazendo sentir”*. Realmente, ao lado da reforma penal levada a efeito, foi promulgada a Lei de Execução Penal - Lei 7.210/84, onde, teoricamente, se vislumbra melhor atenção aos reclusos.

Prossegue doutrinando que *“é preciso não confundir instrução com educação. A educação abrange a instrução, mas pode haver instrução desacompanhada de educação. A instrução relaciona-se com o intelecto, a educação com o caráter. Instruir é iluminar a mente com certa soma de conhecimentos sobre um ou vários ramos científicos. Educar é desenvolver os poderes do espírito, não só na aquisição do saber, como especialmente na formação e consolidação do caráter”*. Acrescentaríamos nós: a reformulação dos maus hábitos adquiridos, substituindo-os por novos comportamentos voltados ao bem comum. *“Para bem agirmos em prol do saneamento moral, precisamos partir deste princípio: o crime não é o criminoso, o vício não é o viciado, o pecado não é o pecador, do mesmo modo e pelo mesmo critério que o doente não é a doença. Assim como se combatem as enfermidades e não os enfermos, assim também se devem combater o crime, o vício e o pecado, e não o criminoso, o viciado e o pecador. Um corpo doente constitui um caso de desequilíbrio, precisamente como um espírito transviado, rebelde, viciado ou criminoso. O homem fraudula a lei por ignorância, por fraqueza e, finalmente, pelo impulso de certas paixões que o dominam. Não devemos votá-lo ao desprezo por isso, nem, muito menos, malsiná-lo como réprobo, pois, em tal caso, se justificaria tratar-se de igual modo os enfermos. Para varrer-se o mal da face da Terra é preciso que se apliquem métodos naturais conducentes a esse objetivo. O método natural é a educação do espírito. Com o velho sistema de castigar, ou eliminar as vítimas do crime e do vício, nada se logrará de positivo, conforme os fatos atestam eloqüentemente”*.

Não obstante nosso propósito estar voltado ao recluso e o internado, o tema educação, sendo abrangente por si só, envolverá a nós todos, pois,

como é óbvio, só está habilitado a educar, quem for educado ou se predisponha a uma auto-educação simultânea. Acrescente-se, ainda, que há a educação preventiva contra o erro e suas conseqüências como, também, a corretiva, ou seja, a que procura amenizar os efeitos do mal cometido, bem como evitar a reincidência à infração contra as leis penais e morais. Em resumo: nossa existência objetiva essencialmente a auto-educação.

Assim, percebe-se que o objetivo elementar da educação é tornar claramente compreensível o que sejam: justiça, o bem e o mal, a moral, o Direito Natural, as finalidades da existência, o homem no mundo, a imortalidade do espírito e o processo evolutivo natural e permanente e, sem ser redundante, o próprio conceito de educação.

O Código de Direito Natural Espírita, sem pretender impor, expõe, esclarece e comprova, cientificamente, essa Verdade e ilumina o caminho para que a ela cheguemos, através de uma Educação Moral-Religiosa coerente, lógica, não-dogmática, substancial e insubstituível.

E nós, particularmente, só pretendemos auxiliar na divulgação dessa extraordinária doutrina, que tanto bem nos proporcionou e, por isso, consideramos um dever moral, irrevogável, passá-la adiante. Assim, não nos intitulamos “escritor”, pois faltam-nos recursos intelectuais suficientes para escrever sobre tão profunda Filosofia. Atuamos, apenas, como pesquisador e compilador dos textos e obras que melhor possam ilustrar nossa tarefa de divulgador.

“PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA”

A VIOLÊNCIA, A CRIMINALIDADE, O CRIMINOSO E A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA

PRIMEIRA PARTE

GENERALIDADES

Em um breve retrospecto da História da Humanidade, sem maiores preocupações com detalhes, datas, regiões, etc., concluímos que a nossa presente Civilização é herdeira, em todos os sentidos, da cultura, costumes, hábitos e religiões que predominavam nas selvas, onde, sem nenhum contrapeso moral, o instinto de conservação, predominava e os seres, incluindo os humanos, se entredevoravam para sobreviverem.

O progresso, uma das leis da natureza, exerceu sua ação e chegamos aos dias de hoje com o espantoso avanço científico gerando os benefícios materiais e o conseqüente conforto para as diversas camadas sociais, com o qual jamais poderiam sonhar em tempos pretéritos.

Não obstante o avanço intelectual, nossa humanidade, infelizmente, não conseguiu o mesmo desenvolvimento moral que a conduziu à uma real segurança, paz, fraternidade, condições indispensáveis à verdadeira felicidade.

Qual a razão para essa disparidade evolutiva entre inteligência e moralidade?

Por que tanta violência, tanta criminalidade, tantas misérias sociais?

Há solução para tais problemas? Qual seria?

As respostas a tais indagações serão apresentadas e desenvolvidas, nos limites possíveis, no transcorrer dos capítulos, apoiadas essencialmente no Código de Direito Natural Espírita.

I**VIOLÊNCIA EXPLODE COMO O PRINCIPAL PROBLEMA DO PAÍS****(Datafolha, domingo, 25 de março de 2.007)**

De dezembro para cá, segurança passou desemprego na percepção dos eleitores sobre qual é o principal problema do país. Resposta espontânea e única em %: 31%=Violência/Segurança; 22%=Desemprego; 11%=Saúde; 9%=Educação; 7%=Fome/Miséria.

O salto da violência ao posto de maior problema do país e pior área de desempenho do governo ocorre após uma longa seqüência de casos: da morte do menino João Hélio, aos 6 anos, arrastado do lado de fora de um carro no Rio, a casos de balas perdidas, atuação de milícias em favelas cariocas e, mais recentemente, de uma onda de assaltos a bancos em São Paulo com vítimas entre a população.

II

O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA

(José Herculano Pires. Livro: *Agonia das Religiões*. Editora Paidéia. 3ª. Ed. 1989, págs. 115 a 124).

A “vontade de potência”

(...) A “vontade de potência” de Nietzsche é o primeiro impulso que leva o homem, ainda na selva, a querer sobrepujar os outros, elevar-se acima das condições gerais do meio. Esse impulso se prolongará no processo evolutivo. O homem se envaidece com a sua capacidade de subjugar os outros, de mandar, de impor medo, respeito, submissão aos demais. Sua consciência se abre no plano individual, fechada nos limites de si mesma. É o reconhecimento do seu poder que naturalmente o embriaga e o levará a excessos perigosos.

O “homo brutalis”

(...) A violência do homem civilizado tem suas raízes profundas e vigorosas na selva. O “homo brutalis” tem as suas leis: subjugar, humilhar, torturar, matar. O seu valor está sempre acima do valor dos outros. A sua crença é a única válida. O seu modo de ver o mundo e os homens é o único certo. O seu “deus” é o único verdadeiro. Só o que é bom para ele é bom para a comunidade. Os que se opõem aos seus desígnios devem ser eliminados pelo bem de todos. A violência é o seu método de ação, justificado pelo seu valor pessoal, pela sua capacidade única de julgar. Tece ele mesmo a trama de fogo do seu futuro nas encarnações dolorosas que terá de enfrentar.

A Civilização do Espírito: “As exigências da consciência”

Chamamos “Civilização do Espírito” aquela em que os poderes espirituais regerão a vida social. Para isso é necessário que a sociedade seja constituída por “seres morais”, criaturas formadas nos princípios da “moral consciencial”. Essa moral corresponde ao que Hubert considera “as exigências da consciência”. Não se trata, pois, de uma formulação utópica de sonhadores. Mesmo que o fosse, a definição da utopia por Karl Mannheim nos socorreria quanto à sua validade. Se as utopias são como quer Mannheim, percepções antecipadas das realidades futuras – possibilidade provada pelas pesquisas parapsicológicas – nem assim estaríamos tratando de hipóteses vazias. Mas quando aludimos à consciência estamos pisando na terra e não olhando para o céu. A consciência é um dado positivo, uma realidade antropológica e social que ninguém se atreveria a contestar. Ela rege a nossa vida, o nosso comportamento nas relações humanas e por isso se projeta de maneira inegável no plano do sensível.

III
DAS PAIXÕES
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA
(Itens 907 a 912 de “O Livro dos Espíritos”)

Uso e Abuso das Paixões: Limites de sua utilidade

Artigo 301 – O princípio das paixões, sendo natural, não é mau em si mesmo. A paixão está no excesso provocado pela vontade, pois o princípio foi dado ao homem para o bem e as paixões podem conduzi-lo a grandes coisas. O abuso a que ele se entrega é que é a causa do mal. As paixões são como um cavalo que é útil quando governado e perigoso quando governa. Uma paixão se torna perniciosa ao homem no momento em que ele se deixa governar por ela e quando resulta num prejuízo qualquer para ele ou para seu semelhante.

301.1 – “As paixões e os desígnios da Providência”- Comentário de Kardec no item 908 de O Livro dos Espíritos:

As paixões são alavancas que decuplicam as forças do homem e o ajudam a cumprir os desígnios da Providência. Mas, se em vez de as dirigir, o homem se deixa dirigir por elas, cai no excesso e a própria força, que em suas mãos poderia fazer o bem, recai sobre ele e o esmaga.

Todas as paixões têm seu princípio num sentimento ou necessidade da Natureza. O princípio das paixões não é, portanto um mal, pois repousa sobre uma das condições providenciais de nossa existência. A paixão propriamente dita é o exagero de uma necessidade ou de um sentimento; está no excesso e não na causa; e esse excesso se torna mau quando tem por consequência algum mal.

Toda paixão que aproxima o homem da Natureza animal o afasta da Natureza espiritual.

Todo sentimento que eleva o homem acima da Natureza animal anuncia o predomínio do Espírito sobre a matéria e o aproxima da ‘perfeição’.

A “força de vontade” e a vitória sobre as paixões

Artigo 302 – O homem poderia sempre vencer as suas más tendências pelos seus próprios esforços e, às vezes, com pouco esforço; o que lhe falta é a vontade. Ah, como são poucos os que se esforçam! E, se orarem a Deus e ao seu bom gênio com sinceridade, os bons Espíritos virão certamen-

te em seu auxílio, fortalecer-lhe a vontade, porque essa é a sua missão. (Ver item 459 de O Livro dos Espíritos).

Paixões irresistíveis

Artigo 303 – Não existem paixões de tal maneira vivas e irresistíveis que a vontade seja impotente para as superar. Há muitas pessoas que dizem: “Eu quero!”, mas a vontade está somente em seus lábios. Elas querem, mas estão muito satisfeitas de que assim não seja. Quando o homem julga que não pode superar suas paixões é que o seu Espírito nelas se compraz, como consequência de sua própria inferioridade. ‘Aquele que procura reprimi-las compreende a sua natureza espiritual; vencê-las é para ele um triunfo do Espírito sobre a matéria. E o meio mais eficaz de se combater a predominância da natureza corpórea é praticar a abnegação (renúncia)’.

III – DO EGOÍSMO (Itens 913 a 917)

Perfeição moral e egoísmo (verdadeira chaga da sociedade)

Artigo 304 – Entre os vícios, o que podemos considerar radical é o egoísmo. Dele deriva todo o mal. Estudando todos os vícios veremos que no fundo de todos existe egoísmo. Por mais que lutemos contra eles não chegaremos a extirpá-los enquanto não os atacarmos pela raiz, enquanto não houvermos destruído a causa. Que todos os nossos esforços tendam para esse fim, porque nele se encontra a verdadeira chaga da sociedade. Quem nesta vida quiser se aproximar da perfeição moral deve extirpar do seu coração todo sentimento de egoísmo, porque é incompatível com a justiça, o amor e a caridade: ele neutraliza todas as outras qualidades.

O egoísmo e a educação

Artigo 305 – Estando o egoísmo fundado no interesse pessoal, parece difícil extirpá-lo inteiramente do coração do homem. Chegaremos a isso, entretanto, à medida que os homens se esclareçam sobre as coisas espirituais, dando menos valor às materiais; em seguida, é necessário reformar as instituições humanas, que o entretêm e excitam. Isso depende da educação.

O egoísmo e as reencarnações dos Espíritos

Artigo 306 – Sendo o egoísmo inerente à espécie humana, não será um obstáculo permanente ao reino do bem absoluto sobre a Terra?

- É certo que o egoísmo é o vosso mal maior, mas ele se liga à inferioridade dos Espíritos encarnados na Terra e não à Humanidade em si mesma. Ora, os Espíritos se purificam nas encarnações sucessivas, perdendo o egoísmo assim como perdem as outras impurezas. Não tendes na Terra algum homem destituído de egoísmo e praticante da caridade? Existem em

maior número do que julgais, mas conheceis poucos porque a virtude não se procura fazer notar. E se há um, porque não haverá dez? Se há dez, por que não haverá mil, e assim por diante?

O egoísmo e seu crescimento: necessidade urgente de destruí-lo

Artigo 307 – O egoísmo, longe de diminuir, cresce com a civilização, que parece excitá-lo e entretê-lo. Como poderá a causa destruir o efeito?

- Quanto maior é o mal, mais horrível se torna. Era necessário que o egoísmo produzisse muito mal para fazer compreender a necessidade de sua extirpação. Quando os homens se tiverem despido do egoísmo que os domina, viverão como irmãos, não se fazendo o mal, e se ajudarão reciprocamente pelo sentimento fraterno de ‘solidariedade’. Então, o forte será o apoio e não o opressor do fraco e não mais se verão homens desprovidos do necessário, porque todos praticarão a lei da justiça. Esse é o reino do bem que os Espíritos estão encarregados de preparar. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

Meios de destruir o egoísmo

Artigo 308 – De todas as imperfeições humanas, a mais difícil de desenraizar é o egoísmo, porque se liga à influência da matéria, da qual o homem, ‘ainda muito próximo da sua origem’, não pôde libertar-se. Tudo concorre para entreter essa influência: suas leis, sua organização social, sua educação. O egoísmo se enfraquecerá com a predominância da vida moral sobre a vida material e, sobretudo, com a compreensão que o Espiritismo vos dá quanto ao vosso estado futuro ‘real’ e não desfigurado pelas ficções alegóricas (céu, inferno etc.). O Espiritismo bem compreendido, quando estiver identificado com os costumes e as crenças, transformará os hábitos, as usanças e as relações sociais. ‘O egoísmo se funda na importância da personalidade (orgulho); ora, o Espiritismo bem compreendido, repito-o, faz ver as coisas de tão alto que o sentimento da personalidade desaparece de alguma forma perante a imensidade. Ao destruir essa importância, ou pelo menos ao fazer ver a personalidade naquilo que de fato ela é, ele combate necessariamente o egoísmo’.

É o contato que o homem experimenta do egoísmo dos outros que o torna geralmente egoísta, porque sente a necessidade de se por na defensiva. Vendo que os outros pensam em si mesmos e não nele, é levado a ocupar-se de si mesmo mais que dos outros. Que o princípio da caridade e da fraternidade seja a base das instituições sociais, das relações legais de povo para povo e de homem para homem, e este pensará menos em si mesmo quando

vir que os outros o fazem; ‘sofrerá, assim, a influência moralizadora do exemplo e do contato’. Em face do atual desdobramento do egoísmo é necessária uma verdadeira virtude para abdicar da própria personalidade em proveito dos outros, que em geral não o reconhecem. É a esses, sobretudo, que possuem essa virtude, que está aberto o reino dos céus; a eles, sobretudo, está reservada a felicidade dos eleitos, pois em verdade vos digo que no dia do juízo, quem quer que não tenha pensado senão em si mesmo será posto de lado e sofrerá no abandono. (Ver item 785 de O Livro dos Espíritos – o orgulho e o egoísmo).

308.1 – “O Egoísmo e a Educação Moral”- Comentário de Kardec no item 917 de O Livro dos Espíritos:

Louváveis esforços são feitos, sem dúvida, para ajudar a Humanidade a avançar; encorajam-se, estimulam-se, honram-se os bons sentimentos, hoje mais do que em qualquer outra época, e, não obstante, o verme devorador do egoísmo continua a ser a praga social. É um verdadeiro mal que se espalha por todo o mundo e do qual cada um é mais ou menos vítima. É necessário combatê-lo, portanto, como se combate uma epidemia. Para isso, deve-se proceder à maneira dos médicos: remontar à causa. Que se pesquisessem em toda a estrutura da organização social, desde a família até aos povos, da choupana ao palácio, todas as causas, as influências patentes ou ocultas que excitam, entretêm e desenvolvem o sentimento do egoísmo. Uma vez conhecidas as causas, o remédio se apresentará por si mesmo; só restará então combatê-las, senão a todas ao mesmo tempo, pelo menos por parte, e pouco a pouco o veneno será extirpado. A cura poderá ser prolongada porque as causas são numerosas, mas não se chegará a esse ponto se não se atacar o mal pela raiz, ou seja, com a EDUCAÇÃO. Não essa educação que tende a fazer homens instruídos, mas a que tende a fazer HOMENS DE BEM. A educação, se for bem compreendida, será a CHAVE DO PROGRESSO MORAL. Quando se conhecer a ARTE DE MANEJAR OS CARACTERES como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-á endireitá-los, da mesma maneira como se endireitam as plantas novas. Essa arte, porém, requer MUITO TATO, MUITA EXPERIÊNCIA E UMA PROFUNDA OBSERVAÇÃO. É um grave erro acreditar que basta ter a ciência para aplicá-la de maneira proveitosa. Quem quer que observe, desde o instante do seu nascimento, o filho do rico e do pobre, notando todas as influências perniciosas que agem sobre eles em consequência da fraqueza, da incúria e da ignorância dos que os dirigem, e como em geral os meios empregados para MORALIZAR fracassam, não pode admirar-se de encontrar no mundo tanta confusão. Que se faça pela moral tanto quanto se faz pela inteligência e ver-se-á que, se há naturezas refratárias, há também, em maior

número do que se pensa, as que requerem apenas boa cultura para darem bons frutos. (Ver item 872 de O Livro dos Espíritos).

O homem quer ser feliz e esse sentimento está na sua própria natureza; eis por que ele trabalha sem cessar para melhorar a sua situação na Terra e procura as causas de seus males para os remediar. Quando compreender bem que o egoísmo é uma dessas causas, aquela que engendra o orgulho, a ambição, a cupidez, a inveja, o ódio, o ciúme, dos quais a todo momento ele é vítima, que leva a perturbação a todas as relações sociais, provoca as dissensões, destrói a confiança, obrigando-o a se manter constantemente numa atitude de defesa em face ao seu vizinho, e que, enfim, do amigo faz um inimigo, então ele compreenderá também que esse vício é incompatível com a sua própria segurança. Dessa maneira, quanto mais sofrer mais sentirá a necessidade de o combater, como combate a peste, os animais daninhos e todos os outros flagelos. A isso será solicitado pelo seu próprio interesse. (Ver item 784 de O Livro dos Espíritos).

O EGOÍSMO É A FONTE DE TODOS OS VÍCIOS, COMO A CARIDADE É A FONTE DE TODAS AS VIRTUDES. Destruir um e desenvolver a outra deve ser o alvo de todos os esforços do homem, se ele deseja assegurar a sua felicidade neste mundo tanto quanto no futuro.

IV – “EGOÍSMO E ORGULHO”: ‘Causas, Efeitos e Meios de Destruí-los’ – (Vide Livro ‘Obras Póstumas’ de Allan Kardec, Ed. Lake, 11ª ed.1995. Tradução de João Teixeira de Paula. Introdução de José Herculano Pires.)

O Egoísmo tem origem no Orgulho

Artigo 309 – É fato reconhecido que a maior parte das misérias da vida provém do egoísmo dos homens. Desde que cada um só pensa em si sem pensar nos outros e ainda só quer a satisfação dos próprios desejos, é natural que a procure a todo preço, sacrificando, embora, os interesses de outrem, quer nas pequenas, quer nas maiores coisas, tanto na ordem moral, como na material. Daí, todo o antagonismo social, todas as lutas, conflitos e misérias, visto como cada um quer pôr o pé adiante dos outros.

O egoísmo tem origem no orgulho. A supremacia da própria individualidade arrasta o homem a considerar-se acima dos demais. Julgando-se com ‘direitos preferenciais’, molesta-se por tudo o que, em seu entender, o prejudica. A importância que, por orgulho, atribui à sua pessoa, naturalmente o torna egoísta.

O Egoísmo e o Orgulho têm origem no Instinto de Conservação

Artigo 310 – O egoísmo e o orgulho têm origem num sentimento natural: o instinto de conservação. Todos os instintos têm razão de ser e utilidade, pois que Deus não faz coisa inútil. Deus não criou o mal; é o homem que o produz por abuso dos dons divinos, em virtude do livre-arbítrio.

Este sentimento (instinto de conservação) contido em justos limites é bom em si; a sua exageração é que o torna mau e pernicioso. O mesmo acontece às paixões, que o homem desvia do seu fim providencial. Deus não criou o homem egoísta e orgulhoso, mas simples e ignorante; foi o homem que, ao malversar o instinto, que Deus lhe deu para a própria conservação, se tornou egoísta e orgulhoso.

Egoísmo e Orgulho: obstáculos à paz, fraternidade, liberdade e igualdade

Artigo 311 – Os homens não podem ser felizes enquanto não viverem em paz, isto é, enquanto não forem animados pelos sentimentos de benevolência, indulgência e condescendência recíprocas e enquanto procurarem esmagar uns aos outros. ‘A caridade e a fraternidade resumem todas as condições e deveres sociais, mas reclamam abnegação’. Ora, a abnegação é incompatível com o egoísmo e com o orgulho; logo, com estes vícios não pode haver verdadeira fraternidade, e, em consequência, igualdade e liberdade; porque o egoísta e o orgulhoso tudo querem para si. Serão sempre eles os vermes roedores de todas as instituições progressistas, e, enquanto reinarem, os mais generosos sistemas sociais, os mais sabiamente combinados, cairão aos golpes deles.

Faz gosto ver proclamar-se o reino da fraternidade, mas para que fazê-lo, se uma causa destrutiva existe? É construir na areia; o mesmo fora decretar a saúde numa região malsã. Em tal região, para que os homens passem bem, não bastará se mandem médicos, pois que estes morrerão como os outros. Insta destruir as causas da insalubridade.

Se quiserdes que os homens vivam como irmãos, na Terra, não basta dar-lhes lições de moral; é preciso destruir a causa do antagonismo existente e atacar a origem do mal: o orgulho e o egoísmo. É aquela a chaga que deve merecer toda a atenção daqueles que desejem seriamente o bem da humanidade. Enquanto subsistir aquele obstáculo, estarão paralisados os seus esforços, não só por uma resistência de inércia, como, também, por uma força ativa que trabalhará incessantemente para destruir a obra que empreendam; porque toda idéia grande, generosa e emancipadora arruína as pretensões pessoais.

Meios de destruir o egoísmo e o orgulho: identificação do homem com a vida futura

Artigo 312 – Destruir o egoísmo e o orgulho é impossível, dir-se-á, porque esses vícios são inerentes à espécie humana. Se assim fosse, impossível seria o progresso moral; entretanto, quando consideramos o homem em diversas épocas, reconhecemos, à evidência, um progresso incontestável. Logo, se temos sempre progredido, em progresso continuaremos. Por outro lado, não haverá algum homem limpo de orgulho e de egoísmo? Não há exemplos de uma pessoa dotada de natureza generosa, em quem o sentimento do amor ao próximo, da humildade, do devotamento e da abnegação, parece inato? O número é inferior ao dos egoístas, bem o sabemos, e se assim não fosse, estes não fariam a lei; mas não é tão reduzido, como pensam, e se parece menor é porque a virtude, sempre modesta, se oculta na sombra, ao passo que o orgulho se põe em evidência. Se, pois, o egoísmo e o orgulho fossem condições de vida, como a nutrição, então, sim, não haveria exceção.

O essencial, portanto, é fazer que a exceção passe a ser regra e, para isso, incumbe destruir as causas produtoras do mal. A principal é, evidentemente, a falsa idéia, que faz o homem da sua natureza, do seu passado e do seu futuro. Não sabe donde vem, julga-se mais do que é; não sabendo para onde vai, concentra todos os pensamentos na vida terrestre. Deseja viver o mais agradavelmente, procurando a realização de todas as satisfações, de todos os gozos. É por isso que investe contra o vizinho, se este lhe opõe obstáculo; então entende dever dominar, porque a igualdade daria aos outros o direito que ele quer só para si, a fraternidade lhe imporá sacrifícios em detrimento do próprio bem-estar, e a liberdade, deseja-a só para si, não concedendo a outrem senão a que não fira as suas prerrogativas. Se todos têm essas pretensões, hão de surgir perpétuos conflitos, que farão comprar bem caro o pouco gozo, que conseguem fruir.

Identifique-se o homem com a vida futura e a sua perspectiva mudará inteiramente, como acontece a quem sabe que pouco tempo deve estar em ruim pouso e que dele saindo alcançará um excelente para o resto da vida.

A importância da presente vida, tão triste, tão curta e efêmera, desaparece diante do esplendor da vida futura infinita, que se abre à frente. A consequência natural e lógica desta certeza é o sacrifício voluntário do presente fugidio a um futuro sem fim, ao passo que antes tudo era sacrificado ao presente. Desde que a vida futura se torna o fim, que importa gozar mais ou menos nesta? Os interesses mundanos são acessórios, em vez de principais. Trabalha-se no presente a fim de assegurar-se uma boa posição no futuro, sabendo quais as condições para alcançá-la. Em matéria de interesses

mundanos, podem os homens opor obstáculos que ocasionem a necessidade de combatê-los, o que gera o egoísmo. Se, porém, erguerem os olhos para onde a felicidade não pode ser perturbada por ninguém, nenhum interesse se lhe deparará em oprimir a quem quer que seja e, conseguintemente, não haverá razão de ser para o egoísmo, embora subsista o estimulante do orgulho.

Crença em Deus, na preexistência da alma, na reencarnação e na vida futura são os principais requisitos para destruir o orgulho.

Artigo 313 – A causa do orgulho está na crença que o homem tem, da sua superioridade individual, e aqui se faz ainda sentir a influência da concentração do pensamento nas coisas da vida terrestre. O sentimento de personalidade arrasta o homem que nada vê diante de si, atrás de si ou acima de si; então o seu orgulho não conhece medidas.

A incredulidade, além de não ter meio para combater o orgulho, estimula-o e dá-lhe razão, pelo fato de negar a existência de um poder superior à humanidade. O incrédulo só crê em si; é, portanto, natural que tenha orgulho, não vendo nos contratempos que se lhe oferecem senão obra do acaso; ao passo que o crente vê a mão do Senhor naqueles contratempos e curva-se submisso, enquanto o outro se revolta.

Crer em Deus e na vida futura é, pois, a principal condição para quebrar o orgulho; mas não é a única. Conjuntamente com o futuro, é preciso ter em vista o passado, para poder fazer justa idéia do presente. ‘Para que o orgulhoso cesse de crer em sua superioridade, é preciso provar-lhe que ele não é mais que os outros e que todos lhe são iguais, que a igualdade é um fato e não uma teoria filosófica. São verdades que derivam da preexistência da alma e da reencarnação’.

Sem a preexistência da alma, o homem, que crê em Deus, é levado a acreditar que Deus lhe conferiu vantagens excepcionais; e o que não crê em Deus rende graças ao acaso e ao seu próprio mérito. A preexistência, dando-lhe a noção da vida anterior da alma, ensina-o a distinguir a vida espiritual, infinita, da vida corporal, temporária. Ele chega por aí a compreender que as almas saem iguais das mãos do Criador, têm o mesmo ponto de partida e o mesmo fim – a perfeição -, que todos atingirão em mais ou menos tempo, segundo os esforços empregados; que ele próprio não chegou ao ponto em que se acha senão depois de ter longa e penosamente vegetado, como os outros, nos planos inferiores; que não há entre os mais e os menos adiantados senão questão de tempo; que as vantagens do nascimento são puramente corporais e não afetam o Espírito; que o proletário pode, noutra existência, nascer em um trono e o mais poderoso vir como proletário.

O orgulho, as desigualdades sociais e as vidas sucessivas (reencarnação)

Artigo 314 – Se o homem não considerar senão a vida corporal vê as desigualdades sociais e não as pode explicar; mas se lançar a vista para o prolongamento da vida espiritual, para o passado e o futuro, desde o ponto de partida até o terminal, todas aquelas desigualdades se lhe desfazem perante os olhos e reconhecerá que Deus não deu a nenhum de seus filhos vantagens que negasse a outros; que fez a partilha com a mais rigorosa igualdade, não preparando o caminho melhor para uns do que para outros; que o mais atrasado de hoje, dedicando-se à obra do seu aperfeiçoamento, pode ser amanhã mais adiantado; enfim, reconhece que, não se elevando ninguém a não ser pelos esforços pessoais, ‘o princípio da igualdade tem o caráter de um princípio de justiça e de lei natural’, diante das quais não prevalece o orgulho dos privilégios.

A reencarnação, provando que os Espíritos podem renascer em diferentes condições sociais, quer como expiação, quer como prova, faz-nos saber que muitas vezes tratamos desdenhosamente uma pessoa que foi noutra existência nosso superior ou igual, amigo ou parente. Se soubéssemos disso, tratá-lo-íamos com atenção, mas neste caso não haveria nenhum mérito; e, se soubéssemos que o amigo de hoje fora antes um inimigo, um servo, um ‘escravo’, não o repeliríamos? Deus não quis que fosse assim, e por isso lançou um véu sobre o passado para que em todos víssemos irmãos e iguais, como é mister para estabelecer-se a ‘fraternidade’; sabendo que podemos ser tratados como houvermos tratado os outros, firmaremos o princípio de ‘caridade como dever e necessidade, fundados nas leis da natureza’.

Caridade, igualdade, fraternidade são leis naturais, como prova o Espiritismo

Artigo 315 – Jesus assentou o princípio da caridade, da igualdade e da fraternidade, fazendo dele uma condição expressa para a salvação; mas, estava reservado à terceira manifestação da vontade de Deus, ao Espiritismo, pelo conhecimento que faculta da vida espiritual, pelos novos horizontes que desvenda e pelas leis que revela sancionar esse princípio, provando que ele não encerra uma simples doutrina moral, mas uma ‘lei da Natureza’ que o homem tem o máximo interesse em praticar. Ora, ele a praticará desde que, deixando de encarar o presente como o começo e o fim, compreenda a solidariedade que existe entre o presente, o passado e o futuro. No campo imenso do infinito, que o Espiritismo lhe faz entrever, anula-se a sua importância capital e ele percebe que, por si só, nada vale e nada é; que todos têm

necessidade uns dos outros e que uns não são mais do que os outros: ‘duplo golpe, no seu egoísmo e no seu orgulho’.

A Fé Cega e a Fé Raciocinada

Artigo 316 – Para a realização do que foi dito no artigo anterior, porém, é preciso que os homens tenham fé, sem a qual ficarão detidos dentro do círculo do presente, mas não a fé cega, que foge da luz, que acanha as idéias e, portanto, alimenta o egoísmo, ‘mas sim a fé inteligente, racional’, que pede a luz e não as trevas, que rasga, ousadamente, o véu dos mistérios e alarga os horizontes. Essa fé, elemento essencial de todo progresso, é a que o Espiritismo proclama: fé robusta, porque se firma na experiência e nos fatos, dá as provas palpáveis da imortalidade da alma e nos ensina donde ela vem, para onde vai e porque está na Terra e, finalmente, fixa as nossas idéias a respeito do futuro.

Uma vez encaminhados por esta larga via, não daremos mais ao orgulho e ao egoísmo o pasto, que os alimenta, resultando daí o seu aniquilamento progressivo e a modificação de todos os laços sociais pela caridade e pela fraternidade bem compreendidas.

Pode dar-se essa modificação bruscamente? Não, isso é impossível, pois nada vai de um salto em a natureza; a saúde não volta subitamente; e, entre a moléstia e a cura, há sempre a convalescença. O homem não pode, instantaneamente, mudar de sentimentos e elevar os olhos da terra ao céu; o infinito deslumbra-o e confunde-o; precisa de tempo para assimilar as novas idéias.

IV

NINGUÉM É PREDESTINADO AO CRIME
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

Artigo 113 – O homem (Espírito) sabe que ao escolher uma vida de lutas terá a probabilidade de matar um de seus semelhantes, mas ignora se o fará ou não, porque estará quase sempre nele tomar a deliberação de cometer o crime. Ora, aquele que delibera sobre alguma coisa é sempre livre de a fazer ou não. Se o espírito soubesse com antecedência que, como homem, devia cometer um assassinio, estaria predestinado a isso. Não há ninguém predestinado ao crime e que todo crime, como todo e qualquer ato, é sempre o resultado da vontade e do livre-arbítrio. Se há fatalidade, às vezes, é apenas no tocante aos acontecimentos materiais, cuja causa está fora do homem e que são independentes de sua vontade. Quanto aos atos da vida moral, emanam sempre do próprio homem, que tem sempre, por conseguinte, a liberdade de escolha: para os seus atos não existe jamais a fatalidade.

113.1 – “Fatalidade e Criminalidade” – Explicação de Richard Simonetti sobre a questão 861 de “O Livro dos Espíritos” (“A Constituição Divina”, págs. 123-126):

As grandes concentrações urbanas geram, nos países subdesenvolvidos, situações de penúria para significativa parcela da população. Sem moradia compatível com a dignidade humana, sem alimentos suficientes, sem instrução adequada, há os que enveredam pela criminalidade, transformando as cidades em sombrias selvas, cheias de perigos, onde ninguém desfruta de segurança. Semelhante comportamento seria uma fatalidade? Não estariam tais criaturas induzidas à delinqüência, até por uma questão de sobrevivência?

A resposta oferecida a Kardec é profundamente esclarecedora. Só há fatalidade com relação aos acontecimentos materiais – nunca nas opções morais. A miséria ‘pode’ ser uma fatalidade. Há Espíritos que renascem em lares paupérrimos para resgatar dívidas resultantes do abuso do poder ou da riqueza no passado. Mas, se para resolver seus problemas, dispõem-se a matar e roubar, estaremos diante de uma decisão pessoal, que nada tem a ver com seu destino. O crime é sempre uma perturbação da ordem universal. Não faz parte dos planos da Criação e os que com ele se envolvem mais cedo ou mais tarde responderão por seus atos, sujeitando-se a dolorosas experiências regeneradoras.

Há o pressionamento social, os exemplos negativos, as contingências da fome, da necessidade extremada, que podem induzir o indivíduo à violência. Semelhantes reações, entretanto, não são inevitáveis. Tratam-se de opções individuais, inspiradas em tendências cultivadas. Um tigre faminto matará o primeiro homem que lhe surja à frente; um cordeiro, em idêntica situação, morrerá de fome mas não agredirá ninguém. Nas favelas há muita gente sofrendo privações materiais. Alguns cometem crimes para superar suas dificuldades. A maioria, entretanto, luta desesperadamente pela sobrevivência, trabalhando de sol a sol em funções humildes e sacrificadas. São Espíritos que já superaram a disposição de resolver seus problemas como o fazem as feras.

A propósito do assunto vale lembrar a experiência de escravos africanos. Não há, talvez, situação mais constrangedora que a privação total da liberdade. O escravo não tem nenhum direito sobre si mesmo – é propriedade de alguém, que pode dispor de seu trabalho, de seu corpo, de sua própria vida. Se a delinquência fosse mera consequência das pressões sociais, os filhos da África, criminosamente explorados no Brasil imperial, seriam consumados marginais. A realidade é bem diferente e muitos deles eram criaturas simples, humildes, sofredoras, dotadas de grande resignação. São famosas as histórias de negros africanos que, não obstante sua pouca cultura, enfrentaram toda sorte de sofrimentos e privações com imorredouros exemplos de estoicismo e coragem.

Na atualidade temos multidões de Espíritos agressivos e deseducados reencarnando para rudes experiências relacionadas com a pobreza. Diante das privações materiais eles agem segundo sua condição evolutiva, com feroz agressividade e total desrespeito pela vida humana. O contato com eles representa uma fatalidade na medida em que somos submetidos a situações que impusemos a alguém no passado. E nossas reações, diante do mal que nos façam, exprimirão nossa agressividade ou condescendência, se ainda existe o bruto dentro de nós, disposto a revidar até à morte, ou se já atingimos outras faixas evolutivas, predispondo-nos a perdoar.

Tão importante quanto isso, em favor de nosso amadurecimento espiritual, será irmos ao encontro dos miseráveis de toda sorte, situados nas favelas, nas prisões, nos manicômios, nos reformatórios, ajudando-os a solucionar seus problemas para que não se transformem em problemas para nós; ajudando-os a vencer a agressividade para que não sejam vitimados por ela. Filhos da omissão, tais males fatalmente nos atingirão.

*

RESUMO TEÓRICO DO MÓVEL DAS AÇÕES HUMANAS

(O Livro dos Espíritos – item 872 – Síntese de Allan Kardec):

Livre-arbítrio e Educação

Artigo 114 – A questão do livre-arbítrio pode resumir-se assim: O homem não é fatalmente conduzido ao mal; os atos que pratica não “estavam escritos”; os crimes que comete não são o resultado de um decreto do destino. Ele pode, como prova e expiação escolher uma existência em que se sentirá arrastado para o crime, seja pelo meio em que estiver situado, seja pelas circunstâncias supervenientes. Mas, será sempre livre de agir como quiser. Assim, o livre-arbítrio existe no estado de Espírito, com a escolha da existência das provas; e no estado corpóreo, com a faculdade de ceder ou resistir aos arrastamentos a que voluntariamente estamos submetidos. Cabe à educação combater as más tendências, e ela o fará de maneira eficiente quando se basear no estudo aprofundado da natureza moral do homem. Pelo conhecimento das leis que regem essa natureza moral chegar-se-á a modificá-la, como se modifica a inteligência pela instrução e o temperamento (condições físicas) pela higiene.

Livre escolha das provas, antes da reencarnação

Artigo 115 – O Espírito desligado da matéria, no estado errante, faz a escolha de suas futuras existências corpóreas segundo o grau de perfeição que tenha atingido. É nisso, como já dissemos, que consiste, sobretudo, o seu livre-arbítrio. Essa liberdade não é anulada pela encarnação. Se ele cede à influência da matéria, é então que sucumbe nas provas por ele mesmo escolhidas. E é para o ajudar a superá-las que pode invocar a assistência de Deus e dos bons Espíritos.

Prova imposta por Deus

Parágrafo único – A união do Espírito com determinado corpo pode ser imposta por Deus, da mesma maneira que as diferentes provas, sobretudo quando o Espírito ainda não está apto a fazer uma escolha com conhecimento de causa. Como expiação, o Espírito pode ser constrangido a se unir ao corpo de uma criança que, por seu nascimento e pela posição que terá no mundo, poderá tornar-se para ele um meio de castigo. (item 337 de O Livro dos Espíritos).

Livre-arbítrio e influência do organismo

Artigo 116 – Sem o livre-arbítrio o homem não tem culpa no mal, nem mérito no bem; e isso é de tal modo reconhecido, que no mundo se proporciona sempre a censura ou o elogio à intenção, o que quer dizer à vontade; ora, quem diz vontade diz liberdade. O homem não poderá, portanto, procurar desculpas no seu organismo para as suas faltas sem com isso abdicar da razão e da própria condição humana, para se assemelhar aos animais. Se assim é para o mal, assim mesmo devia ser para o bem. Mas, quando o homem pratica o bem, tem grande cuidado em consignar o mérito a seu favor e não trata de o atribuir aos seus órgãos, o que prova que instintivamente ele não renuncia, malgrado a opinião de alguns sistemáticos, ao mais belo privilégio da sua espécie: a liberdade de pensar.

Fatalidade (Determinismo): negação da Lei do Progresso

Artigo 117 – A fatalidade, como vulgarmente é entendida, supõe a decisão prévia e irrevogável de todos os acontecimentos da vida, qualquer que seja a sua importância. Se assim fosse, o homem seria uma máquina destituída de vontade. Para que lhe serviria a inteligência, se ele fosse invariavelmente dominado, em todos os seus atos, pelo poder do destino? Semelhante doutrina, se verdadeira, representaria a destruição de toda liberdade moral; não haveria mais responsabilidade para o homem, nem mal, nem crime, nem virtude. Deus, soberanamente justo, não poderia castigar as suas criaturas por faltas que não dependessem delas, nem recompensá-las por virtudes de que não teriam mérito. Semelhante lei seria ainda a negação da lei

do progresso, porque o homem que tudo esperasse da sorte nada tentaria fazer para melhorar a sua posição, desde que não poderia torná-la melhor nem pior.

Fatalidade real: resultante da escolha da expiação, prova ou missão

Artigo 118 – A fatalidade não é, entretanto, uma palavra vã; ela existe no tocante à posição do homem na Terra e às funções que nela desempenha, como conseqüência do gênero de existência que seu Espírito escolheu, como *prova, expiação ou missão*. Sofre ele, de maneira fatal, todas as vicissitudes dessa existência e todas as *tendências* boas ou más que lhe são inerentes. Mas a isso se reduz a fatalidade, porque depende de sua *vontade* ceder ou não a essas tendências. *Os detalhes dos acontecimentos estão na dependência das circunstâncias que ele mesmo provoque, com os seus atos, e sobre os quais podem influir os Espíritos, através dos pensamentos que lhe sugerem (ver item 459 de O Livro dos Espíritos).*

A fatalidade está, portanto, nos acontecimentos que se apresentam ao homem como conseqüência da escolha de existência feita pelo Espírito; mas pode não estar no resultado desses acontecimentos, pois pode depender do homem a modificação do curso das coisas, pela sua prudência; *e jamais se encontra nos atos da vida moral.*

Fatalidade inexorável: a morte

Artigo 119 – É na morte que o homem é submetido, de uma maneira absoluta, à inexorável lei da fatalidade, porque ele não pode fugir ao decreto que fixa o termo de sua existência, nem ao gênero de morte que deve interromper-lhe o curso.

A Doutrina comum: o homem é sempre desculpável por seus erros

Artigo 120 – Segundo a doutrina comum, o homem tiraria de si mesmo todos os seus instintos; estes procederiam seja da sua organização física, pela qual ele não seria responsável, seja da sua própria natureza, na qual pode procurar uma escusa para si mesmo, dizendo que não é sua a culpa de ter sido criado daquela forma.

A Doutrina Espírita: o homem é absolutamente responsável por seus atos

Artigo 121 – A Doutrina Espírita é evidentemente mais moral; ela admite para o homem o livre-arbítrio em toda a sua plenitude; e ao lhe dizer que, se pratica o mal, cede a uma sugestão má que lhe vem de fora, deixa-

lhe toda a responsabilidade, pois lhe reconhece o poder de resistir, coisa evidentemente mais fácil do que se tivesse de lutar contra a sua própria natureza. Assim, segundo a doutrina espírita, não existem arrastamentos irresistíveis: o homem pode sempre fechar os ouvidos à voz oculta que o solicita para o mal no seu foro íntimo, como os pode fechar à voz material de alguém que lhe fale; ele o pode pela sua vontade, pedindo a Deus a força necessária e reclamando para esse fim a assistência dos bons Espíritos. É isso que Jesus ensina na sublime forma da *Oração Dominical*, quando nos manda dizer: “Não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal”.

O homem não é uma máquina: pode repelir impulsões estranhas

Parágrafo 1^o – Essa teoria da causa excitante dos nossos atos ressalta evidentemente de todos os ensinamentos dados pelos Espíritos. E não somente é sublime de moralidade, mas acrescentaremos que eleva o homem aos seus próprios olhos, mostrando-o capaz de sacudir um jugo obsessivo, como é capaz de fechar sua porta aos importunos. Dessa maneira, não é mais uma máquina, agindo por impulso estranha à sua vontade, mas um ser dotado de razão, que ouve, julga e escolhe livremente entre dois conselhos. Acrescentemos que, malgrado isso, o homem não fica privado de iniciativa, não age menos pelo seu próprio impulso, pois em definitivo ele não passa de um Espírito encarnado que conserva, sob o invólucro corpóreo, as qualidades e os defeitos que tinha como Espírito.

Parágrafo 2^o - As faltas que cometemos têm, portanto, sua origem nas imperfeições do nosso próprio Espírito, que ainda não atingiu a superioridade moral a que se destina, mas nem por isso tem menos livre-arbítrio. A vida corpórea lhe é dada para purgar-se de suas imperfeições através das provas que nela sofre, e são precisamente essas imperfeições que o tornam mais fraco e mais acessível às sugestões de outros Espíritos imperfeitos, que se aproveitam do fato para fazê-lo sucumbir na luta que empreendeu. Se ele sai vitorioso dessa luta, se eleva; se fracassa, continua a ser o que era, nem pior, nem melhor; é a prova que terá de recomeçar e para o que ainda poderá demorar muito tempo, na condição em que se encontra. Quanto mais ele se depura, mais diminuem as suas fraquezas e menos acessível se torna aos que o solicitam para o mal. Sua força moral cresce na razão da sua elevação, e os maus Espíritos se distanciam dele.

V

DISCURSO DO DR. FRANKLIN PIZA**Discurso proferido pelo Dr. Franklin Piza, digno diretor da Penitenciária de S.Paulo, por ocasião de sua inauguração:**

“Coube-me a mim, o mais modesto dos servidores do Estado, a insigne honra de ser o primeiro diretor da Penitenciária de S.Paulo. Há três anos estudo os vários regimes penitenciários, procurando, no emaranhado das múltiplas opiniões, a corrente mais consentânea com os nossos hábitos, com o nosso clima, com o nosso temperamento, tendo sempre em vista a melhoria moral do delinqüente, a sua reeducação e conseqüente readaptação ao meio social.

Porque, meus senhores, já não há mais quem, de espírito livre e desapaixonado, veja, na pena, o fito do castigo. Nos tempos atuais, e desde fins do século passado, as teorias sobre o direito de punir têm-se sucedido umas às outras, mas com tendências todas para as doutrinas de Beccaria, cheias de ensinamentos humanitários. Nenhum rigor, na frase de Ad. Franck, deverá considerar-se eterno ou imutável. Já vimos desaparecer o estigma, a morte civil, a degradação e o suplício brutal das galés; haveremos de ver ainda suprimida a própria pena de prisão, se a instrução se difundir, se os costumes se apurarem, quando os sentimentos de honra se tornarem vulgares. As penas atuais serão, então, substituídas, ou pelo sofrimento moral, ou, quando muito, pela perda dos direitos políticos.

Constituindo no momento uma risonha expectativa, esse sonho é, entretanto, a suprema aspiração dos espiritualistas da ciência penal, dos que crêem quase dogmaticamente na corrigibilidade dos delinqüentes e no poder prestigioso da disciplina, da instrução educativa e do trabalho para o aperfeiçoamento moral da espécie humana.

O fim da pena é a educação da vontade do delinqüente, pois que, no interior do homem, na sua vontade, reside, exclusivamente, tanto o fundamento da pena, como o da recompensa, e daí a condenação dos meios contraproducentes para a reforma dos delinqüentes, como sejam as humilhações, as afrontas, os tormentos, as penas corporais, as penas perpétuas e as execuções públicas.

A modificação da índole dos delinqüentes, por processos educativos, é o fundamento da escola penal correcionalista, cujo chefe é o filósofo germânico Roeder. Minha não pequena experiência e alguma leitura sobre este assunto me têm convencido, entretanto, de que salvo os casos de estigmas congênitos, que denunciam, no delinqüente, uma herança psico-fisiológica

refratária a toda reversão benéfica, a maior parte dos infelizes habitantes das prisões é suscetível de emenda, e de ser, assim, devolvida à sociedade, em boas condições morais.

Basta, para esse fim, que se apliquem os remédios aconselhados pela experiência e pela observação; e essa terapêutica resume-se nos seguintes princípios:

I - Se a pena tem por objetivo a defesa social, e não é mais considerada como castigo, o que se deve ter em mira não é o crime, e sim o criminoso. A razão suprema de ser das prisões está, pois na reforma do delinqüente, e não na imposição do sofrimento, da dor física ou moral. A esperança é um agente mais poderoso que o temor; e, pois, ela deve ser mantida, continuamente, diante do condenado. Por um sistema bem combinado de notas, pela disciplina, pela aplicação aos estudos e dedicação ao trabalho, coloca-se a sorte do recluso em suas próprias mãos, estimulando-o de forma a que ele procure alcançar, progressivamente, a melhoria de sua situação, e, mais tarde, sua libertação definitiva. Assim, mantém-se a disciplina, mais pelas recompensas, que pelos castigos.

II - O pessoal de um instituto de tal natureza necessita possuir altas qualidades morais e especial educação. Para que se consiga a melhoria moral do sentenciado é necessário que os funcionários da casa procurem, com fé viva, esse objetivo, pois não pode haver ardor em uma empresa de cujo êxito se desespera.

III - A disciplina, para ser reformadora, deve ser mantida por meios brandos, suasórios e convenientes, até que se obtenha a obediência, como hábito consciente. A dignidade do sentenciado deve ser respeitada e cultivada incessantemente. A degradação destrói as aspirações elevadas e os impulsos generosos, abate o débil, e irrita o forte, indispondo, ambos, para a submissão e para a reforma. Ao invés de corrigir e melhorar, a humilhação aniquila o ânimo do recluso, tendo tanto de anticristã, em princípio, quanto de estéril em suas conseqüências. A administração precisa manter-se, mais pela força moral que pela força física; e, assim, conseguirá obter homens dignos, íntegros e laboriosos, ao invés de réprobos obedientes e submissos, mas fingidos e hipócritas. A força bruta poderá produzir bons presos, a força moral produzirá bons cidadãos.

IV - A instrução e a educação são forças vitais na reforma dos delinqüentes, pois avivam a inteligência, inspiram a noção de dignidade pessoal, estimulam a elevação de vistas, desenvolvem o espírito de observação, de decisão, de disciplina e de solidariedade.

V - O trabalho não é tão somente um agente lucrativo, uma fonte de proveitos materiais. O trabalho é o mais poderoso auxiliar da moral. Um sistema reformado não pode deixar de se basear no trabalho sadio, contínuo, ativo, honroso. Já Howard dizia: “Tornai os homens diligentes, e eles se farão virtuosos.” (Nas Pegadas do Mestre. Pg. 254/7).

VI

LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

I – JUSTIÇA E DIREITO NATURAL (Livro dos Espíritos, itens 873 a 879)

Artigo 14 - O sentimento de justiça é natural; o progresso moral desenvolve esse sentimento, mas não o dá. Deus o pôs no coração do homem. As divergências no entendimento do justo e do injusto ocorrem quando se misturam paixões ao julgamento, alterando esse sentimento, como acontece com a maioria dos outros sentimentos naturais e fazendo ver as coisas sob um falso ponto de vista.

A lei humana e a lei natural

Artigo 15 - A justiça consiste no respeito aos direitos de cada um. Os direitos são determinados por duas coisas: a lei humana e a lei natural. Tendo os homens feito leis apropriadas aos seus costumes e ao seu caráter, elas estabeleceram direitos que podem variar com o progresso; portanto, nem sempre são conformes à justiça. Só regulam algumas relações sociais, enquanto na vida privada há uma infinidade de atos que são de competência exclusiva do tribunal da consciência.

Conceito de Justiça

Artigo 16 - Fora do direito consagrado pela lei humana, a base da justiça fundada sobre a lei natural é encontrada nas palavras do Cristo: “*Querer para os outros o que quereis para vós mesmos*”. Deus pôs no coração do homem a regra de toda a verdadeira justiça, pelo desejo que tem cada um de ver os seus direitos respeitados. Na incerteza do que deve fazer para o semelhante, em dada circunstância, que o homem pergunte a si mesmo como desejaria que agissem com ele. Deus não lhe poderia dar um guia mais seguro que a sua própria consciência.

Artigo 17 - A vida social dá direitos e impõe deveres recíprocos. A primeira obrigação particular é a de respeitar os direitos dos semelhantes; aquele que respeitar esses direitos será sempre justo.

Parágrafo único. Mas se cada um se atribui a si mesmo os direitos do semelhante, em que se transforma a subordinação aos superiores? Não será isso a anarquia de todos os poderes?

– Os direitos naturais são os mesmos para todos os homens, desde o menor até o maior. Deus não fez uns de limo mais puro que outros e todos são

iguais perante ele. Esses direitos são eternos; os estabelecidos pelos homens perecem com as instituições. De resto, cada qual sente bem a sua força ou a sua fraqueza, e saberá ter sempre uma certa deferência para aquele que o merecer, por sua virtude e saber. É importante assinalar isto, para que os que se julgam superiores conheçam os seus deveres e possam merecer essas deferências. A subordinação não estará comprometida, quando a autoridade for conferida à sabedoria.

A verdadeira Justiça e o verdadeiro justo

Artigo 18 - Qual seria o caráter do homem que praticasse a justiça em toda a sua pureza?

– O do verdadeiro justo, a exemplo de Jesus; porque praticaria também o amor do próximo e a caridade, sem os quais não há a verdadeira justiça.

18.1 – “Cristianismo e Justiça (a venda nos olhos, a balança e a espada)” - Explicação de Vinícius (Pedro de Camargo) no livro “Em Torno do Mestre”, Edit. FEB, 4ª ed., 1979, pgs. 234/5:

Os símbolos valem pelo que representam. Falam através da linguagem muda das linhas, das formas e das alegorias.

Lucas, reportando-se às prédicas do Batista em sua missão de precursor de Jesus, cita a seguinte profecia de Isaías: “Voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor, Endireitai as suas veredas; Todo o vale será aterrado E todo o monte e outeiro será arrasado; Os caminhos tortos far-se-ão direitos E os escabrosos, planos; E todo homem verá, então, a salvação de Deus.”

Essa profecia é uma bela imagem da Justiça, representada no panorama e na topografia das terras da Palestina. Os relevos, as depressões e demais anfractuosidades dos terrenos, figuram as iniquidades, as opressões e tiranias de que este mundo tem sido teatro.

O aterro dos vales, o arrasamento dos montes, os cortes e recortes nas sinuosidades dos carreiros, transformando tudo em planícies e explanadas, simboliza a obra da justiça reduzindo as anomalias sociais, obra essa que o Emissário divino, Jesus-Cristo, vinha realizar na Terra.

Os antigos costumavam representar a Justiça na figura de uma mulher com os olhos vendados, trazendo numa das mãos uma balança, e, na outra, uma espada.

A venda nos olhos significa a imparcialidade de que a Justiça se acha revestida: não faz exceção de pessoas, desconhece as individualidades. A balança, instrumento de pesagem que registra todas as diferenças para mais ou para menos, cujo fiel oscila mediante a mais ligeira pressão exercida sobre quaisquer das conchas, simboliza a justeza com que age a Justiça, dando a cada um aquilo que de direito lhe pertence, registrando com admirável precisão todas as nuances e matices do mérito ou do demérito individual. A espada, a seu turno, alegoriza a equidade perfeita com que a Justiça se porta. Sua lâmina, ao contrário da do punhal que rasga e dilacera impiedosamente sem jamais ceder ou vergar, é dúctil e maleável sem que, contudo, deixe de ser retilínea.

Tal é como se imaginava outrora a Justiça, a divina Têmis: imparcial como aquele que, de venda nos olhos, julga o fato sem atentar para a pessoa que o praticou. Exata e precisa como a balança cuja sensibilidade mecânica acusa as mais insignificantes diferenças para mais ou para menos. Flexível como a espada que assume curvaturas várias, consoante exijam as necessidades do golpe que desfere, voltando, invariavelmente, à posição reta.

- Imparcialidade, flexibilidade e exação – eis os predicados inseparáveis da Justiça. A ausência de qualquer deles desvirtuará sua natureza. Se lhe faltar flexibilidade, será cruel. Se lhe faltar exação, será defectível e falha.

Só o vero Cristianismo nos oferece a expressão da Justiça indefectível, proclamando com o Evangelho: “A cada um será dado segundo suas obras”.

18.2 – “Justiça” – Explanação de Vinícius (Pedro de Camargo) no livro “Na Escola do Mestre”, Ed. FEESP, 3^a ed., 1978, pgs. 22-28:

Justiça e Direito

A Justiça, como o Direito, resulta dum imperativo da própria vida humana. O homem é gregário. Não podemos imaginá-lo isolado dos seus semelhantes. Para socializar os agrupamentos humanos, torna-se indispensável coordenar a ação individual, delimitando-lhe as expansões, de modo a evitar atritos e conflitos. É necessário criar uma força íntima que se oponha às volições pessoais, sempre que estas colidam com os legítimos interesses de terceiros. Essa força interior que nasce, cresce e viceja na consciência humana, orientando e dirigindo a nossa conduta, é o Direito, e sua aplicação, a Justiça.

Ela tende naturalmente a desenvolver-se, determinando e acelerando a marcha evolutiva do Espírito.

Olho por Olho, Dente por Dente

É assim que podemos descobrir o dealbar da Justiça naquela ordenança mosaica – dente por dente, olho por olho – assim como o sol que, rompendo as brumas duma noite caliginosa, desponta no horizonte com luz indecisa e frouxa, até que, pouco a pouco, vencendo as névoas, se ostenta com esplendor e majestade no Zênite.

Aquela legislação de Moisés foi inspirada num princípio de justiça, porque, regulando as faculdades de vingar, lhe delimitou os ímpetos, contendo-os nas proporções exatas do dano ou ofensa recebida.

Tanto isto é verdade, que até hoje, após milênios decorridos, ainda os homens, em geral, não se ajustaram rigorosamente ao “dente por dente”, excedendo-se em suas vinditas e revides. Logo, o preceito mosaísta não é tão escandaloso como se imagina, pois representa, realmente, um prelúdio de justiça. De outra sorte, verificamos, com bastante amargura, como o nosso orbe ainda se acha retardado moralmente, apesar do seu grande surto de progresso material, visto como não chegou sequer a integrar-se no vetusto e rude dispositivo da legislação hebraica.

A idéia de Justiça palpita em todo o ser consciente

A idéia de justiça palpita em todo o ser consciente. A criança, que recebe certo quinhão duma guloseima qualquer, de parceria com outras, compara logo a parte que lhe tocou com a dos demais, reclamando, sempre que se vê prejudicada. Dirão, talvez, que isso é manifestação do egoísmo, porquanto a criança que protesta é, invariavelmente a que recebeu menos, nunca a que foi mais bem aquinhoadada. Mas semelhante observação não invalida a nossa hipó-

tese, porque é mesmo suportando iniquidades que chegamos a saber o que é a Justiça e o que ela representa na vida humana. Os doentes, por experiência, conhecem o valor da saúde. Os que se vêm constrangidos e escravizados aprendem a amar a liberdade. É no infortúnio que colhemos os melhores ensinamentos. As lições que daí decorrem gravam-se indelevelmente em nosso Espírito. Foi o pleno conhecimento da psicologia humana que levou Jesus a dizer, no Sermão do Monte: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos”. Ora, quem tem fome e sede de justiça é aquele que, privado desse elemento, ficou, por isso mesmo, sabendo o que ele é e que papel representa. Convencido, então, de que a Justiça é tão necessária à vida do Espírito, como o alimento é necessário à vida do corpo, empenha-se em encontrá-la e acaba integrando-se nela.

O espírito de Justiça: “Não faças a outrem o que não queres que os outros te façam”

Por isso vemos, no ato da criança, que reclama porção igual àquela distribuída às suas companheiras, vislumbres da luz da justiça a despontar na mente infantil. Quanto às que se calam, recebendo mais, assim procedem pelo poder do egoísmo, sendo este, aliás, o critério que vigora, não só entre as crianças, como na sociedade dos adultos. Daí a sentença evangélica: “Não faças a outrem o que não queres que os outros te façam”.

Esta máxima exprime bem o espírito de justiça. Assim como não queremos receber menos, também não devemos desejar receber mais; pois tanto há injustiça num, como noutro caso. A mesma falha que notamos na distribuição avantajada para outrem, persiste, quando somos nós os favorecidos.

Demais, cumpre considerar que não é propriamente na igualdade da distribuição que está a justiça, como querem os simplistas. A justiça se manifesta no: “dar a cada um o que é seu, o que lhe pertence, isto é, aquilo a que faz jus e tem direito”. “O pão nosso de cada dia dá-nos hoje”, ensina o divino intérprete da soberana justiça. Notemos bem que esse pedido se refere exclusivamente ao que é “nosso”, isto é, ao indispensável à nossa subsistência e manutenção. Nada do alheio, nada do supérfluo: somente o que é nosso, por força da ‘lei natural de conservação’.

A Justiça não se limita só a dar e distribuir, como pensam os comodistas. Ela quer também receber. Geralmente os que reclamam aquilo que julgam seu, esquecem-se de restituir o que não é seu.

A Justiça presta contas aos que lhe dão contas. Se não lhe damos conta de que temos, não nos assiste o direito de lhe pedir conta do que não temos.

A Escola do Direito e a Escola do Dever

Justiça é luz: revela à consciência o que existe no coração. Aqueles que cerram os olhos às falhas e senões apontados pela consciência própria, não poderão ver o bem que tanto almejam.

A Justiça é a Lei Divina. Sendo esta, como é, perfeita, é por isso mesmo imparcial. A lei é urdida de deveres e direitos. Estes decorrem daqueles. Desfrutar direitos sem cumprir deveres é a velha utopia dos egoístas, donde tem resultado a confusão em que a humanidade vem se debatendo através dos séculos.

Os homens ergueram templos majestosos ao Direito. Jesus, do Alto, vendo que de balde eles se agitavam em torno de uma ideologia vã e vazia, veio à Terra e erigiu, no cume do Gólgota, um templo e um altar ao Dever, ensinando e exemplificando que o Direito nasce do

Dever. Pretender implantar aquele sem este, é tão pueril, como esperar a germinação do grão que não foi semeado. Escola do Direito, desacompanhada da Escola do Dever, é a moderna torre de Babel, demandando as nuvens para alcançar o céu.

Suprema Justiça: Causas e Efeitos

Costuma-se dizer que neste mundo não há justiça. Engano: aqui como além, em toda parte do infinito universal, a Suprema Justiça se cumpre em sua plenitude.

A lei se revela entre as causas e os efeitos que daquelas decorrem. Tudo, pois, que sucede neste plano, onde ora nos encontramos, é efeito de causas próximas ou remotas. Só com os olhos da razão podemos ver os esplendores da Justiça. Como, em geral, tudo aqui se julga perfunctoriamente, utilizando-se apenas dos sentidos, conclui-se que não há justiça na Terra. E assim discorrem os entendidos do século: Justiça é uma ficção, um ideal se quiserem, nada porém encerra de real e positivo. Vede o que se passa em torno de nós: aqui, um marido exemplar, suportando a esposa fútil, caprichosa, desamorável e perjura; ali, o reverso da medalha: uma esposa dócil, criteriosa e dedicada ao lar, sofrendo o convívio dum marido rude, desafeiçoado e libertino. Além, vemos pais solícitos, sacrificando-se por filhos ingratos e maus que os desdenham e menosprezam. Ao lado desse quadro pungente, deparamos com filhos meigos e respeitosos cujos progenitores, velhacos e viciados, descuram da sua educação e do seu futuro. Mais adiante, vê-se o rico astuto espoliando o pobre de boa fé; o industrial poderoso, no uso e gozo de favores e regalias iníquas, explorando os consumidores, concorrendo para o encarecimento da vida. Logo após, é o impostor triunfante, ao lado da probidade humilhada; é a virtude abatida e o vício entronizado; é o algoz impune e a vítima desamparada; é a saúde e o vigor banqueteados no tremedal do mundanismo e a enfermidade gemendo no leito de agonias lentas, intermináveis; é o gênio a fulgir como astro de primeira grandeza no azul do firmamento, e o imbecil confundindo-se com o pó das ruas por onde perambula; é o desperdício, o supérfluo, o luxo desmedido, o fausto arrogante e as pompas que deslumbram, junto da carestia, da miséria, da fome e da nudez; é a beleza plástica, o aveludado de faces rosadas que lembram pétalas das mais delicadas flores, ao lado de criaturas repelentes cobertas de chagas e pústulas asquerosas, ou portadoras de aleijões que horrorizam. É, finalmente, a lágrima desconsolada junto ao riso impenitente, a dor e o prazer, um, ao pé do outro. Onde, pois, a Justiça?

Esse caos, onde tudo parece confuso e obscuro, é precisamente a expressão da indefectível justiça que se cumpre. É a expressão de uma esplêndida harmonia, surgindo de todas essas desconcertantes desafinações da grande orquestra da vida.

Não há vítimas no meio de todas essas aparentes anomalias. Os olhos do corpo vêm vítimas, quando os da alma não funcionam. Abertos estes, a mais perfeita justiça se revela à luz da nossa razão. Fechem-se os olhos da carne e abram-se os do Espírito: ver-se-á na vítima de hoje o algoz de ontem. O homem é o senhor do futuro, mas escravo do passado. Resgata-se no momento atual a dívida de outrora. Nós somos de ontem e o ignoramos, pois a nossa vida, na Terra, passa como uma sombra, disse Job. Os nossos sentidos observam a parte destacada do todo: eis a ilusão. A sabedoria do Espírito, ligando o passado ao presente, abrange o conjunto, a realidade, a vida no amálgama das múltiplas existências.

Somos os arquitetos do nosso destino

O que nos acontece é precisamente o que deve acontecer, e o Universo inteiro não esmagará sem razão a mais pequenina formiga.

Somos os arquitetos do nosso destino. Trazemos conosco, perfeitamente encadeadas, as causas e os respectivos efeitos, que determinam tudo que nos acontece, tal como a semente

encerra em seu âmago, oculto pelos tegumentos, os germes donde procede a árvore com seus ramos, folhas, flores e frutos.

O Espiritismo não acena com fantasia visando a fazer prosélitos. Mostra a verdade, tal como ela é, pois, como afirma Jesus, ‘só a verdade nos libertará’.

Aquilo que o homem semeia – disse Paulo – isso mesmo colherá. Com Deus não se faz conchavos, nem arranjos, nem negociações. Deus está na imutabilidade da lei. A Ele devemos gratidão, respeito e obediência. Não se anulam os efeitos das causas que criamos, nem podemos alterar o curso natural dos acontecimentos que conosco se relacionam. Devemos, sim, nos prepararmos para recebê-los, tirando das experiências do presente os elementos para formarmos um futuro melhor.

E, por ser assim, o inigualável Mestre nos aconselha: “Buscai em primeiro lugar o reino de Deus e a sua Justiça, e tudo o mais vos será dado por acréscimo”. Isto quer dizer que devemos procurar conhecer a Justiça de Deus através da manifestação das suas leis, pois só assim deciframos os ‘enigmas da vida e do destino, na parte que nos diz respeito’.

*

II – DIREITO DE PROPRIEDADE. ROUBO. (Idem, itens 880 a 885)

Artigo 19 - O primeiro de todos os direitos naturais do homem é o de viver. É por isso que ninguém tem o direito de atentar contra a vida do semelhante ou fazer qualquer coisa que possa comprometer a sua existência corpórea.

Artigo 20 - O direito de viver confere ao homem o direito de ajuntar o que necessita para viver e repousar, quando não mais puder trabalhar. Mas deve fazê-lo em família, como a abelha, através de um trabalho honesto, e não ajuntar como um egoísta. Alguns animais lhe dão o exemplo dessa previdência.

Artigo 21 - Aquilo que o homem ajunta por um trabalho honesto é uma propriedade legítima, que ele tem o direito de defender. Porque a propriedade que é fruto do trabalho constitui um direito natural, tão sagrado como o de trabalhar e viver.

O desejo de posse e o egoísmo

Artigo 22 - O desejo de possuir é natural; mas quando o homem só deseja para si e para sua satisfação pessoal, é egoísmo. Há homens insaciáveis que acumulam sem proveito para ninguém ou apenas para satisfazer as suas paixões. Aquele que ajunta pelo seu trabalho com a intenção de auxiliar o seu semelhante, pratica a lei de amor e caridade e seu trabalho é abençoado por Deus.

A propriedade verdadeiramente legítima

Artigo 23 - A propriedade verdadeiramente legítima é a que foi adquirida sem prejuízo para os outros. A lei de amor e de justiça proíbe que se faça a

outro o que não queremos que nos seja feito, e condena, por esse mesmo princípio, todo meio de adquirir que o contrarie.

Direito de propriedade e seu limite

Artigo 24 - O direito de propriedade é sem limites. Tudo o que é legitimamente adquirido é uma propriedade; mas a legislação humana é imperfeita e consagra freqüentemente direitos convencionais que a justiça natural reprovava. É por isso que os homens reformam suas leis à medida que o progresso se realiza e que eles compreendem melhor a justiça. O que num século parece perfeito, no século seguinte se apresenta como bárbaro.

24.1 – “O Direito de Propriedade. Roubo” - Explicação de Rodolfo Calligaris no livro “As Leis Morais”, Edit. FEB, 3ª edição, 1983, R. Janeiro, pgs. 173-176:

A Doutrina Espírita nos ensina que o direito de viver é “o primeiro de todos os direitos do homem”, cabendo-lhe, subsequentemente, também o de “acumular bens que lhe permitam repousar quando não mais possa trabalhar”.

Se todos os homens fossem previdentes e, ao invés de mal gastar seus rendimentos no vício e no luxo, tratassem de formar um pecúlio com que assegurar a tranqüilidade de sua velhice, a Sociedade não teria que arcar, como hoje acontece, com o pesado ônus da manutenção de tantas criaturas que chegam ao fim de seus dias na maior indigência, precisadas de teto, alimento, agasalho, remédio, etc.

O desejo de possuir, com o fim de resguardar-se das incertezas do futuro, não justifica, entretanto, os meios que certos homens soem empregar para conseguir bens de fortuna.

Propriedade legítima – di-lo o Espiritismo – só é aquela que foi conseguida por meio do ‘trabalho honesto, sem prejuízo de ninguém’.

Ora, se se pudesse investigar a origem de muitas fortunas acumuladas nas mãos de determinadas famílias, verificar-se-ia, com horror, que são frutos de roubos vergonhosos, traficâncias infames e crimes execráveis.

O tempo, porém, tudo santifica, de sorte que, após algumas gerações, tais haveres se transformam em “sagrado e inviolável patrimônio”, defendido com unhas e dentes pelos netos e bisnetos dos ladrões, traficantes e criminosos que o erigiram.

Não raro, essas fortunas se transferem, por herança, a pessoas que solicitaram, no plano espiritual, a oportunidade de voltar ao prosclênio (teatro) da Terra para dar-lhes uma aplicação nobre, proporcionando, assim, uma reparação àqueles que inicialmente as adquiriram mal; reparação essa que, se efetuada, lhes suavizaria os remordimentos de consciência. Quase sempre, todavia, não resistem ao fascínio das riquezas e, longe de corresponderem ao que delas se esperava, deixam-se tomar pela cobiça, tratando de aumentar, egoisticamente, aquilo que receberam. Daí a afirmação do Mestre, de que “é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus” (Mat. 19:24).

Neste mundo e no grau evolutivo em que nos encontramos, a aquisição e a defesa da propriedade individual devem e precisam ser consagradas, porque a ambição é, e tão cedo não deixará de sê-lo, um dos mais fortes sentimentos humanos, constituindo-se, mesmo, em mola

propulsora do progresso. Pretender-se que, a curto prazo, o homem renuncie aos interesses pessoais em nome de um ideal igualitário, é desconhecer-lhe a natureza e esperar o impossível. Tanto assim que a União Soviética, onde essa prerrogativa democrática foi proscrita, começa a admitir ser isso um erro, um entrave ao seu desenvolvimento, dispondo-se a uma revisão do assunto, de modo a reinstaurar o direito de propriedade, por ser ele o mais poderoso estímulo à produtividade do indivíduo. (Nos dias de hoje, ano 2.007 – nossa nota -, tudo isso já está estabelecido na atual Rússia).

O que de melhor se deve fazer não é confiscar os haveres de quem quer que seja, mas aperfeiçoar nossas leis, criando condições para que aumente o número de proprietários, mediante uma participação mais equitativa da riqueza.

À medida que se adianta espiritualmente, o homem passa a compreender que, em última análise, ninguém é dono de nada, pois tudo pertence a Deus, sendo, todos nós, meros usufrutuários dos bens terrenos, já que eles não poderão seguir conosco, de forma alguma, além das fronteiras da morte. Por conseguinte, se a Providência no-los confia, por determinado período, não é para que os utilizemos em proveito exclusivamente familiar, mas para que aprendamos a movimentá-los em benefício de todos, dando-lhes uma função social.

Filhos que somos do Pai Celestial e, portanto, co-herdeiros do Universo, dia virá – se bem que assaz longínquo – quando, libertos, por merecimento, do ciclo de reencarnações em mundos grosseiros como o nosso, haveremos de tornar-nos puros espíritos, tendo por morada as suaves e maravilhosas esferas siderais.

Será, então, com imensa autopiedade que nos recordaremos desta fase de nossa evolução em que tão grande é o nosso apego a uns pedacinhos de chão lamacento e tão desesperada a nossa luta por uns papéizinhos coloridos, estampados na Casa da Moeda...

*

III – CARIDADE E AMOR AO PRÓXIMO – COMPLEMENTO DA LEI DE JUSTIÇA - (Idem, itens 886 a 889)

Artigo 25 - O verdadeiro sentido da palavra caridade, como a entendia Jesus, é: “Benevolência para com todos, indulgência para as imperfeições alheias, perdão das ofensas”.

Parágrafo único. O amor e a caridade são o complemento da lei de justiça, porque amar ao próximo é fazer-lhe todo o bem possível, que desejaríamos que nos fosse feito. Tal é o sentido das palavras de Jesus: - “*Amai-vos uns aos outros, como irmãos*”.

A caridade, segundo Jesus, não se restringe à esmola, mas abrange todas as relações com os nossos semelhantes, quer se trate de nossos inferiores, iguais ou superiores. Ela nos manda ser indulgentes, porque temos necessidade de indulgência, e nos proíbe humilhar o infortúnio, ao contrário do que comumente se pratica. Se um rico nos procura, atendemo-lo com excesso de consideração e atenção, mas se é um pobre, parece que não nos devemos incomodar com ele. Quanto mais, entretanto, sua posição é lastimável, mais devemos temer aumentar-lhe a desgraça pela humilhação. O homem verdadeiramente bom

procura elevar o inferior aos seus próprios olhos, diminuindo a distância entre ambos.

Fora da Caridade Não Há Salvação!

“Meus filhos, na sentença: ‘Fora da Caridade Não Há Salvação’, estão encerrados os destinos dos homens, na Terra e no céu; na Terra, porque à sombra desse estandarte eles viverão em paz; no céu, porque os que a houverem praticado acharão graças diante do Senhor. Essa divisa é o facho celeste, a luminosa coluna que guia o homem no deserto da vida, encaminhando-o para a Terra da Promissão. Ela brilha no céu, como auréola santa, na frente dos eleitos e, na Terra, se acha gravada no coração daqueles a quem Jesus dirá: Passai à direita, benditos de meu Pai. Reconhecê-los-eis pelo perfume de caridade que espalham em torno de si.” (O Evangelho Segundo o Espiritismo, Allan Kardec, cap. XV, item 10).

Perdão e Amor aos Inimigos!?

Artigo 26 - Jesus ensinou ainda: “*Amai aos vossos inimigos*”. Ora, um amor pelos nossos inimigos não é contrário às nossas tendências naturais, e a inimizade não provém de uma falta de simpatia entre os Espíritos?

- Sem dúvida não se pode ter, para com os inimigos, um amor terno e apaixonado. E não foi isso que ele quis dizer. Amar aos inimigos é perdoá-los e pagar-lhes o mal com o bem. É assim que nos tornamos superiores, pela vingança nos colocamos abaixo deles.

26.1 – “Amai os vossos inimigos”- “Pagar o mal com o bem” - Trecho evangélico e comentário de Kardec em O Evangelho Segundo o Espiritismo, Cap. XII, itens 1 a 4:

“Tendes ouvido o que foi dito: Amarás ao teu próximo e aborrecerás ao teu inimigo. Mas eu vos digo: Amai os vossos inimigos, fazei bem ao que vos odeia, e orai pelos que vos perseguem e caluniam, para serdes filhos de vosso Pai, que está nos céus, o qual faz nascer o seu sol sobre bons e maus, e vir chuva sobre justos e injustos. Porque, se não amardes senão os que vos amam, que recompensa haveis de ter? Não fazem os publicanos também assim? E se saudardes somente aos vossos irmãos, que fazeis nisso de especial? Não fazem também assim os gentios? – Eu vos digo que, se a vossa justiça não for maior e mais perfeita que a dos escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos Céus” (Mateus, V: 20, 43-47).

Se o amor do próximo é o princípio da caridade, amar aos inimigos é a sua aplicação sublime, porque essa virtude constitui uma das maiores vitórias conquistadas sobre o egoísmo e o orgulho.

Não obstante, geralmente nos equivocamos quanto ao sentido da palavra ‘amor’, aplicada a esta circunstância. Jesus não entendia, ao dizer essas palavras, que se deve ter pelo inimigo a mesma ternura que se tem por um irmão ou por um amigo. A ternura pressupõe confiança. Ora, não se pode ter confiança naquele que se sabe que nos quer mal. Não se pode ter para com ele as efusões da amizade desde que se sabe que é capaz de abusar delas. Entre pessoas que desconfiam umas das outras, não pode haver os impulsos de simpatia existentes entre aqueles que comungam nos mesmos pensamentos. Não se pode, enfim, ter a mesma satisfação ao encontrar um inimigo, que se tem com um amigo.

‘Esse sentimento, por outro lado, resulta de uma lei física: a da assimilação e repulsão dos fluidos. O pensamento malévolos emite uma corrente fluídica que causa penosa impressão; o pensamento benévolo envolve-nos num eflúvio agradável. Daí a diferença de sensações que se experimenta, à aproximação de um inimigo ou de um amigo. Amar os inimigos não pode, pois, significar que não se deve fazer nenhuma diferença entre eles e os amigos. Este preceito parece difícil, e até mesmo impossível de praticar, porque falsamente supomos que ele prescreve darmos a uns e a outros o mesmo lugar no coração. Se a pobreza das línguas humanas nos obriga a usarmos a mesma palavra, para exprimir formas diversas de sentimentos, a razão deve fazer as diferenças necessárias, segundo os casos’.

Amar os inimigos não é, pois, ter por eles uma afeição que não é natural, uma vez que o contato de um inimigo faz bater o coração de maneira inteiramente diversa que o de um amigo. Mas é não lhes ter ódio, nem rancor, ou desejo de vingança. É perdoar-lhes ‘sem segunda intenção e incondicionalmente’, pelo mal que nos fizeram. É não opor nenhum obstáculo à reconciliação. É desejar-lhes o bem em vez do mal. É alegrar-nos em lugar de aborrecer-nos com o bem que os atinge. É estender-lhes a mão prestativa em caso de necessidade. É abster-nos, ‘por atos e palavras’, de tudo o que possa prejudicá-los. É, enfim, pagar-lhes em tudo o mal com o bem, ‘sem a intenção de humilhá-los’. Todo aquele que assim fizer, cumpre as condições do mandamento: ‘Amai os vossos inimigos’.

Desejo de vingança: o ódio e o rancor rebaixam o homem

Amar os inimigos é um absurdo para os incrédulos. Aquele para quem a vida presente é tudo, só vê no seu inimigo uma criatura perniciososa, a perturbar-lhe o sossego, e do qual somente a morte pode libertar. Daí, o desejo de vingança. Não há nenhum interesse em perdoar, a menos que seja para satisfazer o seu orgulho aos olhos do mundo. Perdoar, até mesmo lhe parece, em certos casos, uma fraqueza indigna da sua personalidade. Se não se vinga, pois, nem por isso deixa de guardar rancor e um secreto desejo de fazer o mal.

Para o crente, e mais ainda para o espírito, a maneira de ver é inteiramente diversa, porque ele dirige o seu olhar para o passado e o futuro, entre os quais a vida presente é um momento apenas. Sabe que, pela própria destinação da Terra, nela deve encontrar homens maus e perversos; que as maldades a que está exposto fazem parte das provas que deve sofrer. O ponto de vista em que se coloca torna-lhes as vicissitudes menos amargas, quer venham dos homens ou das coisas. ‘Se não se queixa das provas não deve queixar-se também dos que lhe servem de instrumentos’. Se, em lugar de lamentar, agradece a Deus por experimentá-las, ‘deve também agradecer a mão que lhe oferece a ocasião de mostrar a sua paciência e a sua resignação’. Esse pensamento o dispõe naturalmente ao perdão. Ele sente, aliás, que quanto mais generoso for, mais se engrandece aos próprios olhos e mais longe se encontra do alcance dos dardos do seu inimigo.

O homem que ocupa no mundo uma posição elevada não se considera ofendido pelos insultos daquele que olha como seu inferior. Assim acontece com aquele que se eleva, no mundo moral, acima da humanidade material. Compreende que o ódio e o rancor o envileceriam e o rebaixariam; para ser superior ao seu adversário, pois, deve ter a alma mais nobre, maior e mais generosa.

Esmola

Artigo 27 – O homem reduzido a pedir esmolas se degrada moral e fisicamente: se embrutece. Numa sociedade baseada na lei de Deus e na justiça, deve-se prover a vida do fraco, sem humilhação para ele. Deve-se assegurar a

existência dos que não podem trabalhar sem deixá-los à mercê do acaso e da boa vontade. O homem de bem, que compreende a caridade segundo Jesus, vai ao encontro do desgraçado sem esperar que ele lhe estenda a mão.

A Verdadeira Caridade

Artigo 28 – A verdadeira caridade é sempre boa e benevolente, tanto está no ato quanto na maneira de fazê-la. Um serviço prestado com delicadeza tem duplo valor; se o for com altivez, a necessidade pode fazê-lo aceito, mas o coração mal será tocado. É necessário distinguir a esmola propriamente dita da beneficência. O mais necessitado nem sempre é o que pede; o temor da humilhação retém o verdadeiro pobre, que quase sempre sofre sem se queixar. É a esse que o homem verdadeiramente humano sabe assistir sem ostentação.

*

IV – AMOR MATERNAL E FILIAL (Itens 890 a 892)

O Amor: Eis Toda a Lei!

Artigo 29 – O amor maternal é uma virtude e um sentimento instintivo, comum aos homens e aos animais. A Natureza deu à mãe o amor pelos filhos, no interesse de sua conservação; mas no animal esse amor é limitado às necessidades materiais; cessa quando os cuidados se tornam inúteis. No homem ele persiste por toda a vida e comporta um devotamento e uma abnegação que constituem virtudes; sobrevive mesmo à própria morte, acompanhando o filho além da tumba.

Mães que odeiam os filhos

Há mães que odeiam os filhos e freqüentemente desde o nascimento: é às vezes uma prova escolhida pelo Espírito do filho ou uma expiação, se ele tiver sido um mau pai, mãe ruim ou mau filho em outra existência. Em todos esses casos a mãe ruim não pode ser animada senão por um mau Espírito, que procura criar dificuldades ao do filho para que ele fracasse na prova desejada. Mas essa violação das leis naturais não ficará impune e o Espírito do filho será recompensado pelos obstáculos que tiver superado.

Filhos que causam desgostos aos pais

Quando os pais têm filhos que lhes causam desgostos, não são escusáveis de não terem por eles a ternura que teriam em caso contrário, porque se trata de um encargo que lhes foi confiado e sua missão é a de fazer todos os esforços para os conduzir ao bem. Por outro lado, esses desgostos são quase sempre a conseqüência dos maus costumes que os pais deixaram os filhos seguirem desde o berço. Colhem, portanto, o que semearam.

Amai-vos uns aos outros, eis toda lei, divina lei pela qual Deus governa os mundos. O amor é a lei de atração para os seres vivos e organizados, e a atração é a lei de amor para a matéria inorgânica.

Parágrafo único – O Espírito, qualquer que seja o grau de adiantamento, sua situação como reencarnado ou na erraticidade, está sempre colocado entre um superior que o guia e aperfeiçoa e um inferior perante o qual tem deveres iguais a cumprir. Sede portanto caridosos, não somente dessa caridade que vos leva a tirar do bolso o óbolo que friamente atirais ao que ousa pedir-vos, mas ide ao encontro das misérias ocultas. Sede indulgentes para com os erros dos vossos semelhantes. Em lugar de desprezar a ignorância e o vício, instruí-os e moralizai-os. Sede afáveis e benevolentes para com todos os que vos são inferiores; sede-o mesmo para com os mais ínfimos seres da Criação, e tereis obedecido à lei de Deus.

29.1 – “Dever dos cônjuges entre si e para com os filhos”- Explicação do Espírito Emmanuel no livro “O Consolador”, editora FEB, 19ª edição, 1998, psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 113-116, itens 188-191:

Como devem proceder os cônjuges para bem cumprir seus deveres?

O matrimônio muito freqüentemente, na Terra, constitui uma prova difícil, mas redentora. Os cônjuges, desvelados por bem cumprir suas obrigações divinas, devem observar o máximo de atenção, respeito e carinho mútuos, concentrando-se ambos no lar, sempre que haja um perigo ameaçando-lhes a felicidade doméstica, porque na prece e na vigilância espiritual encontrarão sempre as melhores defesas.

No lar, muitas vezes, quando um dos cônjuges se transvia, a tarefa é de lutas e lágrimas penosas; porém, no sacrifício, toda alma se santifica e se ilumina, transformando-se em modelo no sagrado instituto da família. Para alcançar a paciência e o heroísmo domésticos, faz-se mister a mais entranhada fé em Deus, tomando-se como espelho divino a exemplificação de Jesus, no seu apostolado de abnegação e de dor, à face da Terra.

Que deve fazer a mãe terrestre para cumprir evangelicamente os seus deveres, conduzindo os filhos para o bem e para a verdade?

No ambiente doméstico, o coração maternal deve ser o expoente divino de toda a compreensão espiritual e de todos os sacrifícios pela paz da família. Dentro dessa esfera de trabalho, na mais santificada tarefa de renúncia pessoal, a mulher cristã acende a verdadeira luz para o caminho dos filhos através da vida.

A missão materna resume-se em dar sempre o amor de Deus, o Pai de Infinita Bondade, que pôs no coração das mães a sagrada essência da vida. Nos labores do mundo, existem aquelas que se deixam levar pelo egoísmo do ambiente particularista; contudo, é preciso acordar a tempo, de modo a não viciar a fonte da ternura.

A mãe terrestre deve compreender, antes de tudo, que seus filhos, primeiramente, são filhos de Deus. Desde a infância, deve prepará-los para o trabalho e para a luta que os esperam. Desde os primeiros anos, deve ensinar a criança a fugir do abismo da liberdade, controlando-

lhes as atitudes e consertando-lhes as posições mentais, pois que essa é a ocasião mais propícia à edificação das bases de uma vida.

Deve sentir os filhos de outras mães como se fossem os seus próprios, sem guardar, de modo algum, a falsa compreensão de que os seus são melhores e mais altamente aquinhoados que os das outras.

Ensinará a tolerância mais pura, mas não desdenhará a energia quando seja necessária no processo da educação, reconhecida a heterogeneidade das tendências e a diversidade dos temperamentos. Sacrificar-se-á de todos os modos ao seu alcance, sem quebrar o padrão de grandeza espiritual da sua tarefa, pela paz dos filhos, ensinando-lhes que toda dor é respeitável, que todo trabalho edificante é divino, e que todo desperdício é falta grave.

Ensinar-lhes-á o respeito pelo infortúnio alheio, para que sejam igualmente amparados no mundo, na hora de amargura que os espera, comum a todos os Espíritos encarnados. Nos problemas da dor e do trabalho, da provação e da experiência, não deve dar razão a qualquer queixa dos filhos, sem exame desapassionado e metucioso das questões, levantando-lhes os sentimentos para Deus, sem permitir que estacionem na futilidade ou nos prejuízos morais das situações transitórias do mundo.

Será ela no lar o bom conselho sem parcialidade, o estímulo do trabalho e a fonte de harmonia para todos. Buscará na piedosa Mãe de Jesus o símbolo das virtudes cristãs, transmitindo aos que a cercam os dons sublimes da humildade e da perseverança, sem qualquer preocupação pelas glórias efêmeras da vida material.

Cumprindo esse programa de esforço evangélico, na hipótese de fracassarem todas as suas dedicações e renúncias, compete às mães incompreendidas entregar o fruto de seus labores a Deus, prescindindo de qualquer julgamento do mundo, pois que o Pai de Misericórdia saberá apreciar os seus sacrifícios e abençoará as suas penas, no instituto sagrado da vida familiar.

Quando os filhos são rebeldes e incorrigíveis, impermeáveis a todos os processos educativos, como devem proceder os pais?

Depois de movimentar todos os processos de amor e de energia no trabalho de orientação educativa dos filhos, é justo que os responsáveis pelo instituto familiar, sem descontinuidade da dedicação e do sacrifício, esperem a manifestação da Providência Divina para o esclarecimento dos filhos incorrigíveis, compreendendo que essa manifestação deve chegar através de dores e de provas acerbadas, de modo a semear-lhes, com êxito, o campo da compreensão e do sentimento.

Como poderão os pais despertar no íntimo do filho rebelde as noções sagradas do dever e das obrigações para com Deus Todo-Poderoso, de quem somos filhos?

Depois de esgotar todos os recursos a bem dos filhos e depois da prática sincera de todos os processos amorosos e enérgicos pela sua formação espiritual, sem êxito algum, é preciso que os pais estimem nesses filhos adultos, que não lhes apreenderam a palavra e a exemplificação, os irmãos indiferentes ou endurecidos de sua alma, comparsas do passado delituoso, que é necessário entregar a Deus, de modo que sejam naturalmente trabalhados pelos processos tristes e violentos da educação do mundo.

Eis a razão pela qual, em certas circunstâncias da vida, faz-se mister que os pais estejam revestidos de suprema resignação, reconhecendo no sofrimento que persegue os filhos a manifestação de uma bondade superior, cujo buril oculto, constituído por sofrimentos, remodela e aperfeiçoa com vistas ao futuro espiritual.

29.3 – “Piedade Filial” - Explicação de Kardec no livro “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Cap. XIV, item 3:

“Honrarás a teu pai e a tua mãe, para teres uma dilatada vida sobre a terra que o Senhor teu Deus te há de dar. (Decálogo, Êxodo, XX: 12.)”

O mandamento: “Honra a teu pai e a tua mãe”, é uma consequência da lei geral da caridade e do amor ao próximo, porque não se pode amar ao próximo sem amar aos pais; mas o imperativo ‘honra’ implica um dever a mais para com eles: o da piedade filial. Deus quis demonstrar, assim, que ao amor é necessário juntar o respeito, a estima, a obediência e a condescendência, o que implica a obrigação de cumprir para com eles, de maneira ainda mais rigorosa, tudo o que a caridade determina em relação ao próximo. Esse dever se estende naturalmente às pessoas que se encontram no lugar dos pais, e cujo mérito é tanto maior, quanto o devotamento é para elas menos obrigatório. Deus pune sempre de maneira rigorosa toda violação desse mandamento.

Honrar ao pai e à mãe não é somente respeitá-los, mas também assisti-los nas suas necessidades; proporcionar-lhes o repouso na velhice; cercá-los de solicitude, como eles fizeram por nós na infância.

É sobretudo para com os pais sem recursos que se demonstra a verdadeira piedade filial. Satisfariam a esse mandamento os que julgam fazer muito, ao lhes darem o estritamente necessário, para que não morram de fome, enquanto eles mesmos de nada se privam? Relegando-os aos piores cômodos da casa, apenas para não deixá-los na rua, e reservando para si mesmos os melhores aposentos, os mais confortáveis? E ainda bem quando tudo isso não é feito de má vontade, sendo os pais obrigados a pagar o que lhes resta da vida com a carga dos serviços domésticos! É, então, justo, que pais velhos e fracos tenham de servir a filhos jovens e fortes? A mãe lhes teria cobrado o leite, quando ainda estavam no berço? Teria, por acaso, contado as suas noites de vigília, quando eles ficavam doentes, os seus passos para proporcionar-lhes o cuidado necessário? Não, não é só o estritamente necessário que os filhos devem aos pais pobres, mas também, tanto quanto puderem, as pequenas alegrias do supérfluo, as amabilidades, os cuidados carinhosos, que são apenas os juros do que receberam, o pagamento de uma dívida sagrada. Essa, somente, é a piedade filial aceita por Deus.

Infeliz, portanto, aquele que se esquece da sua dívida para os que o sustentaram na infância, os que, com a vida material, lhe deram também a vida moral, e que freqüentemente se impuseram duras privações para lhe assegurar o bem-estar! Ai do ingrato, porque ele será punido pela ingratidão e pelo abandono; será ferido nas suas mais caras afeições, ‘às vezes desde a vida presente’, mas de maneira certa noutra existência, em que terá de sofrer o que fez os outros sofrerem!

Certos pais, é verdade, descuidam dos seus deveres, e não são para os filhos o que deviam ser. Mas é a Deus que compete puni-los, e não aos filhos. Não cabe a estes censurá-los, pois que talvez eles mesmos fizeram por merecê-los assim. Se a caridade estabelece como lei que devemos pagar o mal com o bem, ser indulgente para com as imperfeições alheias, não maldizer do próximo, esquecer e perdoar as ofensas, e amar até mesmo os inimigos, quanto essa obrigação se faz ainda maior, em relação aos pais! Os filhos devem, por isso mesmo, tomar como regra de conduta para com os pais os preceitos de Jesus referentes ao próximo, e lembrar que todo procedimento condenável em relação aos estranhos, mais condenável se torna para com os pais. Devem lembrar que aquilo que no primeiro caso seria apenas uma falta, pode tornar-se um crime no segundo, porque, neste, à falta de caridade junta-se a ingratidão.

*

V – O AMOR, A EDUCAÇÃO MORAL E O MELHORAMENTO DO GLOBO

Artigo 30 – Não há homens reduzidos à mendicidade por sua própria culpa?

- Sem dúvida. Mas se uma boa educação moral lhes tivesse ensinado a lei de Deus, não teriam caído nos excessos que os levaram à perda. E é disso, sobretudo, que depende o melhoramento do globo.

30.1 – “A Lei de Amor” - Explicações dos Espíritos Lázaro, Fénelon e Sansão no livro “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Cap. XI, itens 8-10:

O amor resume toda a Doutrina de Jesus, porque é o sentimento por excelência, e os sentimentos são os instintos elevados à altura do progresso realizado. No seu ponto de partida, o homem só tem instintos; mais avançado e corrompido, só tem sensações; mais instruído e purificado, tem sentimentos; e o amor é o requinte do sentimento. Não o amor no sentido vulgar do termo, mas esse sol interior, que reúne e condensa em seu foco ardente todas as aspirações e todas as revelações sobre-humanas. A lei do amor substitui a personalidade pela fusão dos seres e extingue as misérias sociais. Feliz daquele que, sobrelevando-se à Humanidade, ama com imenso amor os seus irmãos em sofrimento! Feliz aquele que ama, porque não conhece as angústias da alma, nem as do corpo! Seus pés são leves, e ele vive como que transportado fora de si mesmo. Quando Jesus pronunciou essa palavra divina – amor – fez estremecerem os povos; e os mártires, ébrios de esperança, desceram ao circo.

Amor e Reencarnação

O Espiritismo, por sua vez, vem pronunciar a segunda palavra do alfabeto divino. Ficai atentos, porque essa palavra levanta a lápide dos túmulos vazios, e a ‘reencarnação’, vencendo a morte, revela ao homem deslumbrado o seu patrimônio intelectual. Mas já não é mais aos suplícios que ela conduz, e sim à conquista do seu ser, elevado e transfigurado. O sangue resgatou o Espírito, e o Espírito deve agora resgatar o homem da matéria.

Diz-se que o homem, no seu início, tem apenas instintos. Aquele, pois, em que os instintos dominam, está mais próximo do ponto de partida que do alvo. Para avançar em direção ao alvo, é necessário vencer ele os instintos a favor dos sentimentos, ou seja, aperfeiçoar estes, sufocando os germes latentes da matéria. Os instintos são a germinação e os embriões dos sentimentos. Trazem consigo o progresso, como a bolota oculta o carvalho. Os seres menos adiantados são os que, libertando-se lentamente de sua crisálida, permanecem subjugados pelos instintos.

O Espírito deve ser cultivado como um campo. Toda a riqueza futura depende do trabalho atual. E mais que aos bens terrenos, ele vos conduzirá à gloriosa elevação. Será então que, compreendendo a lei do amor, que une todos os seres, nela buscareis os suaves prazeres da alma, que são o prelúdio das alegrias celestes.

O amor, o egoísmo e o aperfeiçoamento moral da raça humana

O amor é de essência divina. Desde o mais elevado até o mais humilde, todos vós possuís, no fundo do coração, a centelha desse fogo sagrado. É um fato que tendes podido constatar muitas vezes: o homem mais abjeto, o mais vil, o mais criminoso, tem por um ser ou um objeto qualquer, uma afeição viva e ardente, à prova de todas as vicissitudes, atingindo frequentemente alturas sublimes.

Diz-se por um ser ou um objeto qualquer, porque existem, entre vós, indivíduos que dispensam tesouros de amor, que lhes transbordam do coração, aos animais, às plantas, e até mesmo aos objetos materiais. Espécies de misantropos a se lamentarem da Humanidade em geral, resistem à tendência natural da alma, que busca em seu redor afeição e simpatia. Rebaixam a lei do amor à condição do instinto. Mas, façam o que quiserem, não conseguirão sufocar o germe vivaz que Deus depositou em seus corações, no ato da criação. Esse germe se desenvolve e cresce com a moralidade e a inteligência, e embora frequentemente comprimido pelo egoísmo, é a fonte das santas e doces virtudes que constituem as afeições sinceras e duradouras, e que os ajudam a transpor a rota escarpada e árida da existência humana.

Há algumas pessoas a quem repugna a prova da ‘reencarnação’, pela idéia de que outros participarão das simpatias afetivas de que são ciosas. Pobres irmãos! O vosso afeto vos torna egoístas. Vosso amor se restringe a um círculo estreito de parentes ou de amigos, e todos os demais vos são indiferentes. Pois bem, para praticar a lei do amor, como Deus a quer, é necessário que chegueis a amar, pouco a pouco, e indistintamente, a todos os vossos irmãos. A tarefa é longa e difícil, mas será realizada. Deus o quer, e a lei do amor é o primeiro e o mais importante preceito da vossa nova Doutrina, porque é ela que deve um dia matar o egoísmo, sob qualquer aspecto em que se apresente, pois além do egoísmo pessoal, há ainda o egoísmo de família, de casta, de nacionalidade. Jesus disse: “Amai ao próximo como a vós mesmos”; ora, qual é o limite do próximo? Será a família, a seita, a nação? Não: é toda a Humanidade! Nos mundos superiores, é o amor recíproco que harmoniza e dirige os Espíritos adiantados que os habitam. E o vosso planeta, destinado a um progresso que se aproxima, para a sua transformação social, verá seus habitantes praticarem essa lei sublime, reflexo da própria Divindade.

Os efeitos da lei do amor são o aperfeiçoamento moral da raça humana e a felicidade durante a vida terrena. Os mais rebeldes e os mais viciosos deverão reformar-se quando presenciarem os benefícios produzidos pela prática deste princípio: “Não façais aos outros o que não quereis que os outros vos façam, mas fazei, pelo contrário, todo bem que puderdes.”

Não acrediteis na esterilidade e no endurecimento do coração humano, que cederá, mesmo de malgrado, ao verdadeiro amor. Este é um ímã a que ele não poderá resistir, e o seu contato vivifica e fecunda os germes dessa virtude, que estão latentes em vossos corações. A Terra, morada de exílio e de provas, será então purificada por esse fogo sagrado, e nela se praticarão a caridade, a humildade, a paciência, a abnegação, a resignação, o sacrifício, todas essas virtudes filhas do amor. Não vos canseis, pois, de escutar as palavras de João Evangelista. Sabeis que, quando a doença e a velhice interromperam o curso de suas pregações, ele repetia apenas estas doces palavras: “Meus filhinhos, amai-vos uns aos outros!”.

Queridos irmãos, utilizai com proveito essas lições: sua prática é difícil, mas delas retira a alma imenso benefício. Crede-me, fazei o sublime esforço: “Amai-vos”, e vereis, muito em breve, a Terra modificada tornar-se um novo Eliseu, em que as almas dos justos virão gozar o merecido repouso.

30.2 – “O Livro dos Espíritos e A Educação” - Explanação de José Herculano Pires no livro “Pedagogia Espírita”, Editora J. Herculano Pires, 2^a. edição, Belo Horizonte, 1994, págs. 79-84:

A primeira característica de ‘O Livro dos Espíritos’, nem sempre percebida, é a sua forma didática. Não fosse Kardec um pedagogo, habituado à disciplina pestalozziana, e os Espíritos do Senhor não teriam conseguido na Terra um tão puro reflexo dos seus pensamentos. Mas a didática de Kardec nessa obra não se limita à técnica de ensinar. É uma didática transcendente insuflada pelo espírito, que mais se aproxima da ‘Didática Magna’ de Comenius do que dos manuais técnicos dos nossos dias.

A Educação Espírita brota desse livro como água da fonte: espontânea e necessária. Logo na ‘Introdução’ temos um exemplo disso. Não se trata apenas de introdução à obra, mas à Doutrina Espírita. Ao invés de uma justificativa e uma explicação do livro, temos uma abertura para a compreensão de todo o seu conteúdo e até mesmo da posição do Espiritismo no vasto panorama da cultura terrena, abrangendo as áreas até então conflitivas do Conhecimento e estabelecendo entre elas as ligações indispensáveis. Sim, indispensáveis porque o conflito entre as áreas culturais era o maior obstáculo à compreensão global do homem que o Espiritismo trazia.

Ainda agora, em nossos dias, o Prof. Rhine assinalou a existência de várias concepções antropológicas conflitivas: a religiosa ou teológica, a científica ou materialista, a filosófica materialista ou espiritualista e assim por diante. (Ver O Novo Mundo da Mente, de Rhine). O que a Parapsicologia se propõe a fazer, mais de cem anos depois, Kardec já realizara com ‘O Livro dos Espíritos’. Se os cientistas não perceberam isso, os espíritas por todo o mundo se beneficiaram com a nova concepção ‘gestáltica’ e se incumbiram de propagá-la.

Bastaria isso para mostrar e provar que a didática de Kardec nessa obra transcendeu os limites puramente didáticos para atingir dimensões pedagógicas. Não poderíamos dizer que ‘O Livro dos Espíritos’ é um Tratado de Pedagogia, pois o seu objetivo específico não é a Pedagogia. Mas é evidente que se trata de um verdadeiro Manual de Educação, no mais amplo e elevado sentido do termo. Seu objetivo explícito é ensinar e educar. O ensino ressalta desde as primeiras linhas e se desenvolve até às últimas, sem solução de continuidade. Mas esse ensino não se limita à transmissão de dados técnicos de informações culturais objetivas. Pelo contrário, projeta-se além desses dados e leva o estudante ao campo pedagógico da formação moral e espiritual. Ao terminar a sua leitura o estudante atento e perspicaz adquiriu novos conhecimentos, mas conquistou principalmente uma nova concepção do homem, da vida e do Universo. E mais do que isso, realizou o desígnio da sua própria existência, que é a sintonia do seu ser com o Ser Supremo: Deus.

O Sr. Sanson, materialista, lendo esse livro volta ao espiritualismo e se reencontra com Deus. Os caminhos da fé lhe eram vedados pela barreira do ilogismo religioso, mas ‘O Livro dos Espíritos’ lhe demonstrou que entre os caminhos para Deus o da razão era o mais seguro. Este exemplo concreto e histórico, referido pelo próprio Kardec, mostra-nos a ligação das áreas culturais. Sanson ilustra essa ligação, como tantos outros o fariam mais tarde, ao atingir a fé pela razão.

Podemo dizer que, na Educação, segundo a conhecida proposição de Kerchensteiner, a Didática é o campo da cultura objetiva e a Pedagogia, que abrange naturalmente aquela, é o campo da cultura subjetiva. Mais de cem anos antes de Kerchensteiner fazer essa proposição Kardec já a havia utilizado com êxito na elaboração de ‘O Livro dos Espíritos’. Pode-se alegar que essa não foi uma realização de Kardec, e sim dos Espíritos. Convém lembrar que a organização do livro, e até mesmo a sua feitura na produção do texto, através das perguntas que provocaram as respostas espirituais, estiveram a cargo de Kardec. Nessa prodigiosa elaboração os Espíritos contribuíram com a matéria-prima, mas Kardec foi o artesão paciente e lúcido, esclarecido e capaz.

A preocupação de Kardec com as palavras, por exemplo, revela o cuidado do professor terreno que tem de aplicar os termos com exatidão para se fazer compreender. Os Espíritos não se importavam com isso, como muitas vezes disseram ao mestre, pois o que lhes interessava era o pensamento e seu significado intrínseco, sua substância. Mas Kardec estava encarnado – era o homem no mundo – e por isso mesmo atento aos problemas do mundo. Vemos na Introdução como ele, logo de início procura e consegue definir com clareza os termos para que “a ambigüidade das palavras” não leve o leitor a confusões perigosas ou os possíveis exegetas a interpretações deturpadoras.

O ‘Resumo da Doutrina dos Espíritos’, que encontramos na Introdução, é outra prova do trabalho pessoal de Kardec e da maneira por que ele sabia colocar a Didática em função da Educação, entrosando-a na Pedagogia não só como instrumento de ensino, mas, sobretudo, como função pedagógica. A leitura atenta e meditada desse resumo seria suficiente para esclarecer um leitor realmente interessado no assunto e predispô-lo à renovação interior. Nesse sentido, podemos dizer que Kardec realizou o sonho de Pestalozzi: deu ao mundo uma forma viva de ensino que ao mesmo tempo informa e forma, instrui e moraliza. A dinâmica pedagógica de ‘O Livro dos Espíritos’ teria impedido o desvirtuamento da Educação através do pragmatismo educacional, se porventura os pedagogos do século XX o tivessem encarado com isenção de ânimo e os cientistas, na sua maioria, não se tivessem deixado embriagar pelas teorias materialistas.

A Ciência Espírita: A Revelação Divina e A Revelação Humana

O ensino de ‘O Livro dos Espíritos’ se constitui da transmissão para os educandos dos novos dados sobre o homem, a vida, a Natureza e o Universo que a Ciência Espírita conseguiu obter através da pesquisa, da observação e da revelação. O problema da revelação, que levanta suspeitas e objeções na área científica propriamente dita, é explicado de maneira didática. Até Kardec a Revelação era divina e só divina, e se escrevia assim como fizemos, com inicial maiúscula. Dela se originava a Teologia, a Ciência de Deus... feita pelos homens. A partir de Kardec a situação é outra.

Descartes, inspirado pelo Espírito da Verdade, já havia demonstrado no século XVII que à Ciência Divina proveniente da Revelação se opunham as ciências humanas provenientes da razão. Kardec foi além e demonstrou a existência de dois tipos de revelação: a divina e a humana. A Ciência Espírita se apresentava como produto da conjugação dessas duas formas. De um lado tínhamos a revelação divina feita pelos Espíritos, de outro a revelação humana feita pelos homens. Todo cientista capaz de descobrir novas leis naturais é um revelador, pois na verdade ‘revela’ uma realidade oculta. A Ciência Espírita fundia a revelação divina com a revelação humana. Os Espíritos revelavam no geral, os homens no particular.

Vamos a um exemplo concreto. Os Espíritos revelaram a Kardec que muitos Espíritos não sabiam que haviam morrido. Kardec estranhou e pôs em dúvida esse dado da revelação. Mas para esclarecer o problema entregou-se à pesquisa e esta lhe mostrou que os Espíritos tinham razão. Kardec poderia ter-se apoiado em pressupostos da tradição espiritualista, inclusive da tradição judaica a respeito, mas não procedeu assim porque o seu critério científico exigia a comprovação objetiva dos fatos. Quem quiser consultar a coleção da ‘Revista Espírita’ sobre esse assunto verá como Kardec conseguiu objetivar esse problema subjetivo com a questão do desprendimento do espírito durante o sono, com o problema da obsessão e também com o problema da existência do corpo espiritual (perispírito), e assim por diante.

A própria existência de Deus e a questão de sua imanência e transcendência, inacessíveis à Ciência, segundo a tese kantiana, Kardec submeteu à observação e à lógica. Depois dele

o Prof. Ernesto Bozzano sugeriu a hipótese do Deus-Éter, mas Kardec não se prendera ao campo das leis físicas, recorrendo ao princípio de causa e efeito e firmando o princípio espírita de que: ‘todo efeito inteligente tem uma causa inteligente’.

A idéia de evolução se infiltrara na Ciência e na Filosofia desde o século XVIII. Kardec a recebeu dos Espíritos, mas também a submeteu à observação. No caso da evolução do homem submeteu-a ainda à pesquisa através da mediunidade e conseguiu demonstrar a sua realidade de maneira positiva.

Assim os dados da ‘nova ciência’, que Kardec chamou de ‘ciência do espírito’ ofereciam uma nova concepção do homem e do mundo que tinha de ser ensinada à Humanidade. A transmissão desses dados coube à didática de Kardec em ‘O Livro dos Espíritos’.

O novo homem: Espiritismo e Cristianismo

Esse volume de informações novas que abriam novas perspectivas para o futuro humano, Kardec, o pedagogo e professor, submeteu naturalmente ao controle pedagógico da formação do novo homem. Surge aí, precisamente nesse ponto do processo espírita, a conexão necessária (entendendo-se a necessidade do mais rigoroso sentido lógico) do Espiritismo com o Cristianismo. Jesus também havia procedido assim. Ofecera aos homens novos dados sobre a sua natureza e sobre a natureza do Universo, provando através de demonstrações práticas a realidade do seu ensino: os fatos espíritas que constam dos Evangelhos, os fenômenos físicos por ele produzidos, os fenômenos de transfiguração e materializações ou aparições tangíveis (como no Monte Tabor e os ocorridos com ele mesmo após a morte).

Por outro lado, apoiando-se nesses dados, Jesus afirmara a necessidade de transformação do ‘homem velho em homem novo’ e aplicara a sua pedagogia nesse sentido. Kardec dava continuação a esse trabalho de Jesus e verificava que a moral evangélica preenchia todos os requisitos da nova formação do homem a partir do século XIX.

‘O Livro dos Espíritos’ é, pois, um Manual de Educação Integral oferecido à Humanidade para a sua formação moral e espiritual na Escola da Terra.

*

30.3 – “Cultura” - Questões respondidas pelo Espírito Emmanuel no livro “O Consolador”, Editora FEB, 19ª. edição, 1998, Psicografia de Francisco Cândido Xavier, pág. 119 e seguintes:

Razão

‘Como se observa, no plano espiritual, o patrimônio da cultura terrestre?’

- Todas as expressões da cultura humana são apreciadas, na esfera invisível, como um repositório sagrado de esforços do homem planetário em seus labores contínuos e respeitáveis. Todavia, é preciso encarecer que, neste “outro lado” da vida, a vossa posição cultural é considerada como processo, não como fim, porquanto este reside na perfeita sabedoria, síntese gloriosa da alma que se edificou a si mesma, através de todas as oportunidades de trabalho e de estudo da existência material. Entre a cultura terrestre e a sabedoria do espírito há singular diferença, que é preciso considerar. A primeira se modifica todos os dias e varia de concepção nos indivíduos que se constituem seus expositores, dentro das mais evidentes características de instabilidade; a segunda, porém, é o conhecimento divino, puro e inalienável, que a alma vai armazenando no seu caminho, em marcha para a vida imortal.

‘Pode o racionalismo garantir a linha de evolução da Terra’?

- A razão humana é ainda muito frágil e não poderá dispensar a cooperação da fé que a ilumina, para a solução dos grandes e sagrados problemas da vida. Em virtude da separação de ambas, nas estradas da vida, é que observamos o homem terrestre no desfiladeiro terrível da miséria e da destruição. Pela insânia da razão, sem a luz divina da fé, a força faz as suas derradeiras tentativas para assenhorear-se de todas as conquistas do mundo. Falastes demasiadamente de razão e permanecéis na guerra de destruição, onde só perambulam miseráveis vencidos; revelastes as mais elevadas demonstrações de inteligência, mas mobilizais todo o conhecimento para o morticínio sem piedade; pregastes a paz, fabricando os canhões homicidas; pretendestes haver solucionado os problemas sociais, intensificando a construção das cadeias e dos patíbulos. Este progresso é o da razão sem fé, onde os homens se perdem em luta inglória e sem fim.

‘No quadro dos valores racionais, Ciência e Filosofia se integram mutuamente, objetivando as realizações do Espírito’?

- Ambas se completam no campo das atividades do mundo, como dois grandes rios que, servindo a regiões diversas na esfera da produção indispensável à manutenção da vida, se reúnem em determinado ponto do caminho para desaguardem, juntos, no mesmo oceano, que é o da sabedoria.

‘No problema da investigação, há limites para aplicação dos métodos racionalistas’?

- Esses limites existem, não só para a aplicação, como também para a observação; limites esses que são condicionados pelas forças espirituais que presidem à evolução planetária, atendendo à conveniência e ao estado de progresso moral das criaturas. É por esse motivo que os limites das aplicações e das análises chamadas positivas sempre acompanham e seguirão sempre o curso da evolução espiritual das entidades encarnadas na Terra.

‘Como apreciar os racionalistas que se orgulham de suas realizações terrestres, nas quais pretendem encontrar valores finais e definitivos’?

- Quase sempre, os que se orgulham de alguma coisa caem no egoísmo isolacionista que os separa do plano universal, mas, os que amam o seu esforço nas realizações alheias ou a continuidade sagrada das obras dos outros, na sua atividade própria, jamais conservam pretensões descabidas e nunca restringem sua esfera de evolução, porquanto as energias profundas da espiritualidade lhes santificam os esforços sinceros, conduzindo-os aos grandes feitos através dos elevados caminhos da inspiração.

Intelectualismo

‘A alma humana poder-se-á elevar para Deus tão-somente com o progresso moral, sem os valores intelectivos’?

- O sentimento e a sabedoria são as duas asas com que a alma se elevará para a perfeição infinita. No círculo acanhado do orbe terrestre, ambos são classificados como adiantamento moral e adiantamento intelectual, mas, como estamos examinando os valores propriamente do mundo, em particular, devemos reconhecer que ambos são imprescindíveis ao progresso, sendo justo, porém, considerar a superioridade do primeiro sobre o segundo, porquanto a parte intelectual sem a moral pode oferecer numerosas perspectivas de queda, na repetição das experiências, enquanto que o avanço moral jamais será excessivo, representando o núcleo mais importante das energias evolutivas.

‘Podemos ter uma idéia da extensão de nossa capacidade intelectual’?

- A capacidade intelectual do homem terrestre é excessivamente reduzida, em face dos elevados poderes da personalidade espiritual independente dos laços da matéria. Os elos da reencarnação fazem o papel de quebra-luz sobre todas as conquistas anteriores do Espírito reencarnado. Nessa sombra, reside o acervo de lembranças vagas, de vocações inatas, de numerosas experiências, de valores naturais e espontâneos, a que chamais subconsciência.

O homem comum é uma representação parcial do homem transcendente, que será re-integrado nas suas aquisições do passado, depois de haver cumprido a prova ou a missão exigidas pelas suas condições morais, no mecanismo da justiça divina. Aliás, a incapacidade intelectual do homem físico tem sua origem na sua própria situação, caracterizada pela necessidade de provas amargas. O cérebro humano é um aparelho frágil e deficiente, onde o Espírito em queda tem de valorizar as suas realizações de trabalho.

Imaginaí a caixa craniana, onde se acomodam células microscópicas, inteiramente preocupadas com a sua sede de oxigênio, sem dispensarem por um milésimo de segundo a corrente do sangue que as irriga, a fragilidade dos filamentos que as reúnem, cujas conexões são de cem milésimos de milímetro, e teréis assim uma idéia exata da pobreza da máquina pensante de que dispõe o sábio da Terra para as suas orgulhosas deduções, verificando que, por sua condição de Espírito caído na luta expiatória, tudo tende a demonstrar ao homem do mundo a sua posição de humildade, de modo que, em todas as condições, possa ele cultivar os valores legítimos do sentimento.

‘Como é considerada, no plano espiritual, a posição atual intelectual da Terra’?

- Os valores intelectuais do planeta, nos tempos modernos, sofrem a humilhação de todas as forças corruptoras da decadência. A atual geração, que tantas vezes se entregou à jacância, atribuindo a si mesma as mais altas conquistas no terreno do raciocínio positivo, operou os mais vastos desequilíbrios das correntes evolutivas do orbe, com o seu injustificável divórcio do sentimento.

Nunca os círculos educativos da Terra possuíram tanta facilidade de amplificação, como agora, em face da evolução das artes gráficas; jamais o livro e o jornal foram tão largamente difundidos; entretanto, a imprensa, quase de modo geral, é órgão de escândalo para a comunidade e centro de interesse econômico para o ambiente particular, enquanto que poucos livros triunfam sem o bafejo da fortuna privada ou oficial, na hipótese de ventilarem os problemas elevados da vida.

‘A decadência intelectual pode provocar o desequilíbrio do mundo’?

- Sem dúvida. E é por essa razão que observamos na paisagem político-social da Terra as aberrações, os absurdos teóricos, os extremismos, operando a inversão de todos os valores. Excessivamente preocupados com as suas extravagâncias, os missionários da inteligência trocaram o seu labor junto ao espírito por um lugar de domínio, como os sacerdotes religiosos que permutaram a luz da fé pelas prebendas tangíveis da situação econômica. Semelhante situação operou naturalmente o mais alto desequilíbrio no organismo social do planeta, e, como prova real desse asserto, devemos recordar que a guerra de 1914-1918 custou aos povos mais intelectualizados do mundo mais de cem mil bilhões de francos, salientando-se que, com menos da centésima parte dessa importância, poderiam essas nações haver expulsado o fantasma da sífilis do cenário da Terra.

‘Há uma tarefa especializada da inteligência no orbe terrestre’?

- Assim como numerosos Espíritos recebem a provação da fortuna, do poder transitório e da autoridade, há os que recebem a incumbência sagrada, em lutas expiatórias ou em missões santificantes, de desenvolverem a boa tarefa da inteligência em proveito real da coletividade.

Todavia, assim como o dinheiro e a posição de realce são ambientes de luta, onde todo êxito espiritual se torna mais porfiado e difícil, o destaque intelectual, muitas vezes, obscurece no mundo a visão do Espírito encarnado, conduzindo-o à vaidade injustificável, onde as intenções mais puras ficam aniquiladas.

‘O escritor de determinada obra será julgado pelos efeitos produzidos pelo seu labor intelectual na Terra’?

- O livro é igualmente como a sementeira. O escritor correto, sincero e bem-intencionado é o lavrador previdente que alcançará a colheita abundante e a elevada retribuição das leis divinas à sua atividade. O literato fútil, amigo da insignificância e da vaidade, é bem aquele trabalhador preguiçoso e nulo que “semeia ventos para colher tempestades”. E o homem de inteligência que vende a sua pena, a sua opinião e o seu pensamento, no mercado da calúnia, do interesse, da ambição e da maldade, é o agricultor criminoso que humilha as possibilidades generosas da Terra, que rouba os vizinhos, que não planta e não permite o desenvolvimento da sementeira alheia, cultivando espinhos e agravando responsabilidades pelas quais responderá um dia, quando houver despido a indumentária do mundo, para comparecer ante as verdades do Infinito.

‘Os trabalhadores do Espiritismo devem buscar os intelectuais para a compreensão dos seus deveres espirituais’?

- Os operários da doutrina devem estar sempre bem dispostos na oficina do esclarecimento, todas as vezes que procurados pelos que desejem cooperar sinceramente nos seus esforços. Mas provocar a atenção dos outros no intuito de regenerá-los, quando todos nós, mesmo os desencarnados, estamos em função de aperfeiçoamento e aprendizado, não parece muito justo, porque estamos ainda com um dever essencial, que é o da edificação de nós mesmos.

No labor da Doutrina, temos de convir que o Espiritismo é o Cristianismo Redivivo pelo qual precisamos fornecer o testemunho da verdade e, dentro do nosso conceito de relatividade, todo o fundamento da verdade da Terra está em Jesus-Cristo.

A verdade triunfa por si, sem o concurso das frágeis possibilidades humanas. Alma alguma deverá procurá-la supondo-se elemento indispensável à sua vitória. Como seu órgão no planeta, o Espiritismo não necessita de determinados homens para consolar e instruir as criaturas, depreendendo-se que os próprios intelectuais do mundo é que devem buscar, espontaneamente, na fonte de conhecimentos doutrinários, o benefício de sua iluminação.

*

30.4 – “Educação”- Explicação do Espírito Joanna de Ângelis no livro “Estudos Espíritos”, psicografado por Divaldo P. Franco, Editora FEB, 3^a. edição, 1983, págs. 169-173:

CONCEITO

A educação é base para a vida em comunidade, por meio de legítimos processos de aprendizagem que fomentam as motivações de crescimento e evolução do indivíduo. Não apenas um preparo para a vida, mediante a transferência de conhecimentos pelos métodos da a-

prendizagem. Antes é um processo de desenvolvimento de experiências, no qual o educador e educando desdobram as aptidões inatas, aprimorando-as como recursos para a utilização consciente, nas múltiplas oportunidades da existência.

Objetivada como intercâmbio de aprendizagens, merece considerá-la nas matérias, nos métodos e fins, quando se restringe à instrução. Não somente a formar hábitos e desenvolver o intelecto deve dedicar-se a educação, mas, sobretudo, realizar um ‘continuum’ permanente, em que as experiências por não cessarem se fixam ou se reformulam, tendo em conta as necessidades da convivência em sociedade e da auto-realização do educando.

Os métodos na experiência educacional devem ser consentâneos às condições mentais e emocionais do aprendiz. Em vez de se lhe impingir, por meio do processo repetitivo, os conhecimentos adquiridos, o educador há de motivá-lo às próprias descobertas, com ele crescendo, de modo que a sua contribuição não seja o resultado do “pronto e concluído”, processo que, segundo a experiência de alguns, “deu certo até aqui”.

Na aplicação dos métodos e escolha das matérias merece considerar as qualidades do educador, sejam de natureza intelectual ou emocional e psicológica, como de caráter afetivo ou sentimental.

Os fins, sem dúvida, estão além das linhas da escolaridade. Erguem-se como permanente etapa a culminar na razão do crescimento do indivíduo, sempre além, até transcender-se na realidade espiritual do porvir.

‘As experiências de vidas pretéritas’. A criança não é um “adulto miniaturizado”, nem uma “cera plástica”, facilmente moldável. Trata-se de um espírito em recomeço, momentaneamente em esquecimento das realizações positivas e negativas que traz das vidas pretéritas, empenhado na conquista da felicidade. Redescobrimo o mundo e se reidentificando, tende a repetir atitudes e atividades familiares em que se comprazia antes, ou através das quais sucumbiu.

Tendências, aptidões, percepções são lembranças evocadas inconscientemente, que renascem em forma de impressões atraentes, dominantes, assim como limitações, repulsas, frustrações, agressividade e psicoses constituem impositivos constritores ou restritivos – não poucas vezes dolorosos – de que se utilizam as Leis Divinas para corrigir e disciplinar o rebelde que, apesar da manifestação física em período infantil, é espírito relapso, mais de uma vez acumpliciado com o erro, a ele fortemente vinculado, em fracassos morais sucessivos.

Ao educador, além do currículo a que se deve submeter, são indispensáveis os conhecimentos da psicologia infantil, das leis da reencarnação, alta compreensão afetiva junto aos problemas naturais do ‘processus’ educativo e harmonia interior, valores esses capazes de auxiliar eficientemente a experiência educacional.

‘Reencarnação’. As leis da reencarnação quando conhecidas, penetradas necessariamente e aplicadas, conseguem elucidar os mais intrincados enigmas que defronta o educador no processo educativo, isto porque, sem elucidação bastante ampla, nem sempre exitosas, hão redundado em fracasso as mais avançadas técnicas e modernas experiências.

‘A Instrução e A Educação’. A instrução é setor da educação, na qual os valores do intelecto encontram necessário cultivo. A educação, porém, abrange área muito grande, na quase totalidade da vida. No período de formação do homem é pedra fundamental, por isso que ao instituto da família compete a indeclinável tarefa, porquanto pela educação, e não pela instrução apenas, se dará a transformação do indivíduo e conseqüentemente da Humanidade.

‘O Lar’. No lar assentam-se os alicerces legítimos da educação, que se trasladam para a escola que tem a finalidade de continuar aquele mister, de par com a contribuição intelectual, as experiências sociais... O lar constrói o homem. A escola forma o cidadão.

DESENVOLVIMENTO

‘A Escola tradicional’. A escola tradicional fundamentada no rigor da transmissão dos conhecimentos elaborava métodos repetitivos de imposição, mediante o desgoverno da força, sem abrir oportunidades ao aprendiz de formular as próprias experiências, mediante o redescobrimto da vida e do mundo.

O educador, utilizando-se da posição de semideus, fazia-se um simples repetidor das expressões culturais ancestrais, asfixiando as germinações dos interesses novos no educando e matando-as, como recalçando por imposição os sentimentos formosos e nobres, ao tempo em que assinalava irremediavelmente de forma negativa os que recomeçavam a vida física sob o abençoado impositivo da reencarnação. Expunha-se o conhecimento, impondo-o.

‘A Escola Progressiva e o Materialismo’. Com a escola progressiva, porém, surgiu mais ampla visão, em torno da problemática da educação, e o educando passou a merecer o necessário respeito, de modo a desdobrar possibilidades próprias, fomentando intercâmbios experienciais a benefício de mais valiosa aprendizagem. Não mais a fixidez tradicional, porém os métodos móveis da oportunidade criativa.

Atualizada através de experiências de liberdade exagerada – graças à técnica da própria liberdade -, vem pecando pela libertinagem que enseja, porquanto, em se fundamentando em filosofias materialistas, não percebe no educando um espírito em árdua luta de evolução, mas um corpo e uma mente novos a armazenarem num cérebro em formação e desenvolvimento a herança cultural do passado e as aquisições do presente, com hora marcada para o aniquilamento, após a transposição do portal do túmulo...

Nesse sentido, conturbadas e infelizes redundaram as tentativas mais modernas no campo educacional, produzindo larga e expressiva faixa de jovens desajustados, inquietos, indisciplinados, quais a multidão que ora desfila, com raras exceções, a um passo da alucinação e do suicídio.

‘Liberdade e Responsabilidade’ – Inegavelmente, na educação a liberdade é primordial, porém com responsabilidade, a fim de que as conquistas se incorporem nos seus efeitos ao educando, que os ressarcirá quando negativos, como os fruirá em bem-estares quando positivos.

Nesse sentido, nem agressão nem abandono ao educando. Nem severidade exagerada nem negligência contumaz. Antes, técnicas de amor, através de convivência digna, assistência fraternal e programa de experiências vívidas, atuantes, em tarefas dinâmicas.

ESPIRITISMO E EDUCAÇÃO

Doutrina eminentemente racional, o Espiritismo dispõe de vigorosos recursos para a edificação do templo da educação, porquanto penetra nas raízes da vida, jornadeando com o espírito através dos tempos, de modo a elucidar recalques, neuroses, distonias que repontam desde os primeiros dias da conjuntura carnal, a se fixarem no carro somático para complexas provas ou expiações.

Considerando os fatores preponderantes como os secundários que atuam e desorganizam os implementos físicos e psíquicos, equaciona como problemas obsessivos as conjunturas

em que padecem os trãnsfugas da responsabilidade, agora travestidos em roupagem nova, reen-cetando tarefas, repetindo experiências para a libertação.

A educação encontra no Espiritismo respostas precisas para melhor compreensão do educando e maior eficiência do educador no labor produtivo de ensinar a viver, oferecendo os instrumentos do conhecimento e da serenidade, da cultura e da experiência aos reiniciantes do sublime caminho redentor, através dos quais os tornam homens voltados para Deus, o bem e o próximo.

(...) A educação, convenientemente entendida, constitui a chave do progresso moral. Quando se conhecer a arte de manejar os caracteres, como se conhece a de manejar as inteli-gências, conseguir-se-á corrigí-los, do mesmo modo que se aprumam plantas novas. Essa arte, porém, exige muito tato, muita experiência e profunda observação (...). (O Livro dos Espíritos, Allan Kardec, questão 917).

“Desde pequenina, a criança manifesta os instintos bons ou maus que traz da sua exis-tência anterior. A estudá-los devem os pais aplicar-se. Todos os males se originam do egoísmo e do orgulho (...)”. (O Evangelho Segundo o Espiritismo, Allan Kardec, cap. XIV, item 9).

*

EDUCAÇÃO EVANGÉLICA

30.5 – “Educação Evangélica” - Explanação do Espírito Emmanuel no livro “Emmanuel”, Editora FEB, 18^a. edição, 1997, Psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 177-182:

Todas as reformas sociais, necessárias em vossos tempos de indecisão espiritual, têm de processar-se sobre a base do Evangelho.

Como? – podereis objetar-nos. Pela educação, replicaremos.

O plano pedagógico que implica esse grandioso problema tem de partir ainda do sim-ples para o complexo. Ele abrange atividades multiformes e imensas, mas não é impossível. Primeiramente, o trabalho de vulgarização deverá intensificar-se, lançando, através da palavra falada ou escrita do ensinamento, as diminutas raízes do futuro.

‘O Resultado dos Erros Religiosos’ - Toda essa multiplicidade de opiniões no campo filosófico-doutrinário, que vedes no Cristianismo, tem sua razão de ser. As almas humanas se preparam para o bom caminho. A missão do Cristianismo na Terra não era a de mancomunar-se com as forças políticas que lhe desviassem a profunda significação espiritual para os ho-mens. O Cristo não teria vindo ao mundo para instituir castas sacerdotais e nem impor dogma-tismos absurdos. Sua ação dirigiu-se, justamente, para a necessidade de se remodelar a socie-dade humana, eliminando-se os preconceitos religiosos, constituindo isso a causa da sua cruz e do seu martírio, sem se desviar, contudo, do terreno das profecias que o anunciavam.

Todas essas atividades bélicas, todas as lutas antifraternas no seio dos povos irmãos, quase a totalidade dos absurdos, que complicam a vida do homem, vieram da escravização da consciência ao conglomerado de preceitos dogmáticos das Igrejas que se levantaram sobre a doutrina do Divino Mestre, contrariando as suas bases, digladiando-se mutuamente, condenan-do-se umas às outras em nome de Deus.

Aliado ao Estado, o Cristianismo deturpou-se, perdendo as suas características divi-nas.

‘Fim de um Ciclo Evolutivo’ – Sabemos todos que a Humanidade terrena atinge, atualmente, as cumeadas de um dos mais importantes ciclos evolutivos. Nessas transformações, há sempre necessidade do pensamento religioso para manter-se a espiritualidade das criaturas em momentos tão críticos. A idéia cristã se encontrava afeto o trabalho de sustentar essa coesão dos sentimentos de confiança e de fé das criaturas humanas nos seus elevados destinos; todavia, encarcerada nas grades dos dogmas católico-romanos, a doutrina de Jesus não poderia, de modo algum, amparar o espírito humano nessas dolorosas transições.

Todas as exterioridades da Igreja deixam nas almas atuais, sedentas de progresso, um vazio muito amargo.

‘Urge Reformar: As Escolas do Lar’ – Foi justamente quando o Positivismo alcançava o absurdo da negação, com Auguste Comte, e o Catolicismo tocava às extravagâncias da afirmativa, com Pio IX proclamando a infalibilidade papal, que o Céu deixou cair à Terra a revelação abençoada dos túmulos. O Consolador prometido pelo Mestre chegava no momento oportuno. Urge reformar, reconstruir, aproveitar o material ainda firme, para destruir os elementos apodrecidos na reorganização do edifício social. E é por isso que a nossa palavra bate insistentemente nas antigas teclas do Evangelho cristão, porquanto não existe outra fórmula que possa dirimir o conflito da vida atormentada dos homens. A atualidade requer a difusão dos seus divinos ensinamentos. Urge, sobretudo, a criação dos núcleos verdadeiramente evangélicos, de onde possa nascer a orientação cristã a ser mantida no lar, pela dedicação dos seus chefes. As escolas do lar são mais que precisas, em vossos tempos, para a formação do espírito que atravessará a noite de lutas que a vossa Terra está vivendo, em demanda da gloriosa luz do porvir.

‘Necessidade da Educação Pura e Simples’ – Há necessidade de iniciar-se o esforço de regeneração em cada indivíduo, dentro do Evangelho, com a tarefa nem sempre amena da auto-educação. Evangelizando o indivíduo, evangeliza-se a família; regenerada esta, a sociedade estará a caminho de sua purificação, reabilitando-se simultaneamente a vida do mundo.

No capítulo da preparação da infância, não preconizamos a educação defeituosa de determinadas noções doutrinárias, mas facciosas, facilitando-se na alma infantil a eclosão de sectarismos prejudiciais e incentivando o espírito de separatividade, e não concordamos com a educação ministrada absolutamente nos moldes desse materialismo demolidor, que não vê no homem senão um complexo celular, onde as glândulas, com as suas secreções, criam uma personalidade fictícia e transitória. Não são os sucos e os hormônios, na sua mistura adequada nos laboratórios internos do organismo, que fazem a luz do espírito imortal. Ao contrário dessa visão audaciosa dos cientistas, são os fluidos, imponderáveis e invisíveis, atributos da individualidade que preexiste ao corpo e a ele sobrevive, que dirigem todos os fenômenos orgânicos que os utopistas da biologia tentam em vão solucionar, com a eliminação da influência espiritual. Todas as câmaras misteriosas desse admirável aparelho, que é o mecanismo orgânico do homem, estão repletas de uma luz invisível para os olhos mortais.

‘Formação da Mentalidade Cristã’ – As atividades pedagógicas do presente e do futuro terão de se caracterizar pela sua feição evangélica e spiritista, se quiserem colaborar no grandioso edifício do progresso humano.

Os estudiosos do materialismo não sabem que todos os seus estudos se baseiam na transição e na morte. Todas as realidades da vida se conservam inapreensíveis às suas faculdades sensoriais. Suas análises objetivam somente a carne perecível. O corpo que estudam, a célula que examinam, o corpo químico submetido à sua crítica minuciosa, são acidentais e passageiros. Os materiais humanos postos sob os seus olhos pertencem ao domínio das transforma-

ções, através do suposto aniquilamento. Como poderá, pois, esse movimento de extravagância do espírito humano presidir à formação da mentalidade geral que o futuro requer, para a consecução dos seus projetos grandiosos de fraternidade e paz? A intelectualidade acadêmica está fechada no círculo da opinião dos catedráticos, como a idéia religiosa está presa no cárcere dos dogmas absurdos.

Os continuadores do Cristo, nos tempos modernos, terão de marchar contra esses gigantes, com a liberdade dos seus atos e das suas idéias.

Por enquanto, todo o nosso trabalho objetiva a formação da mentalidade cristã, por excelência, mentalidade purificada, livre dos preceitos e preconceitos que impedem a marcha da Humanidade. Formadas essas correntes de pensadores esclarecidos do Evangelho, entraremos, então, no ataque às obras. Os jornais educativos, as estações radiofônicas, os centros de estudo, os clubes do pensamento evangélico, as assembléias da palavra, o filme que ensina e moraliza, tudo à base do sentimento cristão, não constituem uma utopia dos nossos corações. Essas obras que hoje surgem, vacilantes e indecisas no seio da sociedade moderna, experimentando quase sempre um fracasso temporário, indicam que a mentalidade evangélica não se acha ainda edificada. A andaimaria, porém, aí está, esperando o momento final da grandiosa construção.

Toda a tarefa, no momento, é formar o espírito genuinamente cristão; terminado esse trabalho, os homens terão atingido o dia luminoso da paz universal e da concórdia de todos os corações.

VII
A FÉ E A CARIDADE
CARIDADE COM OS CRIMINOSOS

(O Evangelho Segundo O Espiritismo. Capítulo XI, itens 13 e 14)

Espírito Protetor – Cracóvia, 1861. Eu vos disse recentemente, meus queridos filhos, que a caridade sem a fé não seria suficiente para manter entre os homens uma ordem social capaz de fazê-los felizes. Devia ter dito que a caridade é impossível sem a fé. Podereis encontrar, é verdade, impulsos generosos entre as pessoas sem religião. Mas essa caridade austera, que só pode ser exercida pela abnegação, pelo sacrifício constante de todo interesse egoísta, nada a não ser a fé poderá inspirá-la, porque nada além dela nos faz carregar com coragem e perseverança a cruz desta vida.

Sim, meus filhos, é inútil querer o homem, ávido de prazeres, iludir-se quanto ao seu destino terreno, pretendendo que lhe seja permitido ocupar-se apenas da sua felicidade. Certo que Deus nos criou para sermos felizes na eternidade, mas a vida terrena deve servir unicamente para o nosso aperfeiçoamento moral, o qual se conquista mais facilmente com a ajuda do corpo e do mundo material. Sem contar as vicissitudes comuns da vida a diversidade de vossos gostos, de vossas tendências, de vossas necessidades, são também um meio de vos aperfeiçoardes, exercitando-vos na caridade. Porque somente a custa de concessões e de sacrifícios mútuos, é que podeis manter a harmonia entre elementos tão diversos.

Tendes razão, entretanto, ao afirmar que a felicidade está reservada ao homem neste mundo, se a procurardes antes na prática do bem do que nos prazeres materiais. A história da cristandade nos fala dos mártires que caminhavam com alegria para o suplício. Hoje, na vossa sociedade, para ser cristão já não se precisa enfrentar a fogueira do mártir, nem o sacrifício da vida, mas única e simplesmente o sacrifício do egoísmo, do orgulho e da vaidade. Triunfareis, se a caridade vos inspirar e fordes sustentados pela fé.

Elizabeth de França. Havre, 1862. A verdadeira caridade é um dos mais sublimes ensinamentos de Deus para o mundo. Entre os verdadeiros discípulos da sua doutrina deve reinar perfeita fraternidade. Deveis amar os infelizes, os criminosos, como criaturas de Deus, para as quais, desde que se arrependam, serão concedidos o perdão e a misericórdia, como para vós mesmos, pelas faltas que cometeis contra a sua lei. Pensai que sois mais repreensíveis, mais culpados que aqueles aos quais recusais o perdão e a comiseração, porque eles quase sempre não conhecem a Deus, como o conheceis, e lhes será pedido menos do que a vós.

Não julgueis, oh! Não julgueis, meus queridos amigos, porque o juízo com que julgardes vos será aplicado ainda mais severamente, e tendes necessidade de indulgência para os pecados que cometeis sem cessar. Não sabeis que há muitas ações que são crimes aos olhos do Deus de pureza, mas que o mundo não considera sequer como faltas leves?

A verdadeira caridade não consiste apenas na esmola que dais, nem mesmo nas palavras de consolação com que as acompanhais. Não, não é isso apenas que Deus exige de vós! A caridade sublime, ensinada por Jesus, consiste também na benevolência constante, e em todas as coisas, para com o vosso próximo. Podeis também praticar esta sublime virtude para muitas criaturas que não necessitam de esmolas, e que palavras de amor, de consolação e de encorajamento conduzirão ao Senhor.

Aproximam-se os tempos, ainda uma vez vos digo, em que a grande fraternidade reinará sobre o globo. Será a lei de Cristo a que regerá os homens: somente ela será freio e esperança, e conduzirá as almas às moradas dos bem-aventurados. Amai-vos, pois, como os filhos de um mesmo pai; não façais diferenças entre vós e os infelizes, porque Deus deseja que todos sejam iguais; não desprezeis a ninguém. Deus permite que os grandes criminosos estejam entre vós, para vos servirem de ensinamento. Brevemente, quando os homens forem levados à prática das verdadeiras leis de Deus, esses ensinamentos não serão mais necessários, *e todos os Espíritos impuros serão dispersados pelos mundos inferiores, de acordo com as suas tendências.*

Deveis a esses de que vos falo o socorro de vossas preces: eis a verdadeira caridade. Não deveis dizer de um criminoso: “É um miserável; deve ser extirpado da Terra; a morte que se lhe inflige é muito branda para uma criatura dessa espécie”. Não, não é assim que deveis falar! Pensai no vosso modelo, que é Jesus. Que diria ele, se visse esse infeliz ao seu lado? Havia de lastimá-lo, considerá-lo como um doente muito necessitado, e lhe estenderia a mão. Não podeis, na verdade, fazer o mesmo, mas pelo menos podeis orar por ele, dar-lhe assistência espiritual durante os instantes que ainda deve permanecer na Terra. O arrependimento pode tocar-lhe o coração, se orardes com fé. É vosso próximo, como o melhor dentre os homens. Sua alma, transviada e revoltada, foi criada, como a vossa, para se aperfeiçoar. Ajudai-o, pois, a sair do lamaçal, e orai por ele!

SEGUNDA PARTE

CIÊNCIA DO DIREITO

FILOSOFIA DO DIREITO

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

CAPÍTULO I

CRIAÇÃO DA PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA (SENTENÇA INDETERMINADA)

Estamos, como todos, igualmente estarecidos com a escalada da violência e a conseqüente incontrolável criminalidade que abarrota os presídios de todo o Brasil, como em todo o mundo.

Atuando como advogado criminalista, professor universitário nas cadeiras de Direito Penal e Filosofia do Direito, expositor da doutrina espírita em instituições diversas e, principalmente, em presídios, senti-me na obrigação de dar a minha humilde contribuição com o propósito de cooperar com todos os que vêm se esforçando para conter, amenizar e, se possível, eliminar esse terrível mal social.

Obviamente, não temos a pretensão de ver nossas idéias filosóficas serem prontamente adotadas e aplaudidas, mas guardamos a lúcida convicção, haurida em anos de estudos e reflexões, que estamos com a verdade e, ela, um dia prevalecerá.

A base fundamental para esta proposta de combate eficaz à violência, à criminalidade, amenizando a superlotação carcerária, tudo com resultados imediatos, está na criação da **pena de duração indeterminada**, conhecida como “SENTENÇA INDETERMINADA”, que não fixa o número de anos, meses ou dias que o condenado deverá cumprir a pena, ou seja, permanecerá nessa condição enquanto não estiver recuperado.

Como será dito e repetido várias vezes, é como o doente que permanecerá internado em um hospital enquanto não estiver curado do mal que exigiu a sua internação; não sairá antes, nem depois.

Da mesma forma que se acrescentou, recentemente o Artigo 103 A, à Constituição Federal, para a criação da SÚMULA VINCULANTE, pode-se, também, alterar o art. 5º, inciso XLVI, criando-se um

“Parágrafo único”: A privação ou restrição da liberdade, prevista na letra a), será de duração indeterminada, com trabalho obrigatório, instrução, educação moral e religiosa, reparação possível à vítima e indenização possível ao Estado pela manutenção do condenado, até à comprovada recuperação do mesmo.

Da mesma forma, serão de duração indeterminada, as penas previstas na letra d) *prestação social alternativa* e e) *suspensão ou interdição de direitos*.

Simultaneamente, no mesmo instrumento jurídico que adote essa providência poderão constar as conseqüentes alterações no Código Penal e Lei de Execução Penal, a critério dos doutos juristas; nós estamos apenas apresentando uma sugestão, apoiada, acima de tudo, no aspecto filosófico-moral da questão.

Considerando-se a o momento crítico em que vivemos e a urgência em adotar medidas de combate e saneamento, procuraremos ser o mais sintético possível, deixando para um livro mais abrangente todo o resultado das pesquisas e estudos que realizamos com o mesmo propósito; destacaremos, entretanto, para ilustrar nossa proposta o que segue.

Livro: “Manual de Criminologia”. João Farias Júnior. Editora Juruá, Curitiba, 1993, 2ª. Edição.

O Sistema do Reformatório de Elmira.

O QUESTIONAMENTO DA PENA INDETERMINADA.

“Em 1860, M. BROCKWAY, que era diretor da *Detroit House of Correction*, apresentava à Assembléia Legislativa do Estado de Michigan, um projeto de lei em que pedia a outorga, ao administrador penitenciário, do poder de modular a pena para menos, desde que o condenado apresentasse provas seguras de sua recuperação.

Não conseguindo êxito, BROCKWAY continuou defendendo as suas idéias de que “as sentenças fixas deveriam ser substituídas por sentenças indeterminadas” e preconizava a construção de um reformatório para delinqüentes da faixa etária de 16 a 30 anos. Andava em voga, tanto na Europa como nos Estados Unidos, o debate sobre a pena indeterminada sob o fundamento de que “se o fim precípua da pena é a reforma do criminoso, não se admite que, estando o criminoso reformado, se prolongue a sua permanência no estabelecimento penal em que esteja recolhido”. Seria um contra-senso, pois se o fim da internação de um doente num hospital é a sua cura, não se pode admitir que, estando o doente curado, continue ele a ser mantido no hospital (PAUL CUCHE. *Traité de science et législation penitenciaires*. Paris, 1905). As sentenças tinham que ser reformatórias.

Esse problema passou também a ser objeto de debate na *New York Prison Association*, que concluiu que em se estabelecendo a pena totalmente indeterminada, haveria o risco de o tempo de permanência do criminoso num estabelecimento se prolongar por toda a vida, desde que não se recuperasse, ficando por fim acertado que a pena poderia ser reformatória desde que houvesse um limite máximo. (Pág. 299).

O SURGIMENTO DO REFORMATÓRIO DE ELMIRA

No Congresso de Cincinnati de 1869, onde BROCKWAY esteve expondo sua proposição, ficou acertado que as penas fixas deveriam ser substituídas pelas penas indeterminadas, tendo o seu fim quando ficasse provada a reforma moral do condenado, ficando decidido que, para a execução dessa reforma dever-se-ia construir um reformatório em Elmira, localidade próxima de Nova Iorque, para condenados da faixa etária de 16 a 30 anos de idade e com penas até 5 anos de prisão.

Em 1876, o reformatório foi inaugurado, sendo gerenciado por um Comitê de Administradores, tendo BROCKWAY como Superintendente e que se conservou nesse cargo durante 24 anos.

O reformatório começou com uma população de 500 presos, mas 20 anos depois, já estava com 1.500 e quando PAUL CUCHE escreveu o seu livro (1905), a população carcerária oscilava entre 1.600 e 1.700 presos. (Pág. 300).

*

A SENTENÇA INDETERMINADA

Livro: “A Filosofia Penal dos Espíritos” (Estudo de filosofia jurídica). (Autor: Professor Fernando Ortiz da Universidade de Havana). Tradução de Carlos Imbassahy. Editora LAKE, 2ª. Edição, 1998.

O Espiritismo é também partidário da sentença indeterminada, de origem americana. “Estabelecer um tratamento de duração determinada para cada delito, é como se um médico prescrevesse um tratamento a um enfermo e lhe impusesse o dia em que deveria sair do hospital, estivesse ou não curado”. Assim o diz a ciência contemporânea com o juiz Villert, e assim diz o Espiritismo.

O absurdo de determinar **a priori** a duração da pena, como declarou um espanhol desaparecido nestes dias, Francisco Giner de los Rios, é também um absurdo para Allan Kardec. (Pág. 212)”.

*

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

CÓDIGO PENAL DA VIDA FUTURA

(Livro: O Céu e o Inferno. Allan Kardec)

Natureza e Duração do Castigo

(...) 12° - ‘Não há regra absoluta nem uniforme quanto à natureza e duração do castigo: a única lei geral é que, segundo o seu valor, toda falta terá punição bem como recompensa todo ato meritório’.

13° - A duração do castigo depende da melhoria do Espírito culpado. ‘Nenhuma condenação por tempo determinado lhe é prescrita’. O que Deus exige por termo de sofrimentos é um melhoramento sério, efetivo, sincero, de volta ao bem. ‘Desta maneira, o Espírito é sempre o árbitro do próprio destino, podendo prolongar os sofrimentos pela pertinácia no mal ou suavizá-los e anulá-los pela prática do bem’.

Uma condenação por tempo determinado teria o duplo inconveniente de continuar o martírio do Espírito regenerado, ou de libertá-lo do sofrimento quando ainda permanecesse no mal. Ora, Deus que é justo só pune o mal enquanto existe e deixa de o punir quando não existe mais; por outras palavras, o mal moral, sendo por si mesmo causa de sofrimento, fará este durar enquanto existir aquele ou diminuirá de intensidade à medida que ele cresce.

14° - Dependendo da melhoria do Espírito a duração do castigo, o culpado que nunca melhorasse sofreria sempre e para ele a pena seria eterna.

15° - Uma condição inerente à inferioridade dos Espíritos é não lobbriarem o término da provação, acreditando-a eterna, como eterno lhes parece deva ser o castigo.

Observação: ‘Perpétuo’ é sinônimo de ‘eterno’. Diz-se o limite das neves perpétuas; o eterno gelo dos pólos; também se diz o secretário perpétuo da Academia, o que não significa que o seja na perpetuidade, mas unicamente por tempo ilimitado. ‘Eterno e perpétuo’ se empregam no sentido de ‘indeterminado’. Nesta acepção pode dizer-se que as penas são eternas, para exprimir que não têm duração limitada; ‘eternas’ são, portanto, para o Espírito que lhes não vê o fim.

Regeneração: Arrependimento, Expição e Reparação

16° - O ‘arrependimento’, conquanto seja o primeiro passo para a regeneração, não basta por si só: são precisas a ‘expição’ e a ‘reparação’.

‘Arrependimento, expiação e reparação’ constituem, portanto, as condições necessárias para apagar os traços de uma falta e suas conseqüências. O ‘arrependimento’ suaviza os travos (amarguras) da ‘expição’, abrindo pela esperança o caminho da reabilitação; ‘só a reparação’, contudo, pode anular o efeito destruindo-lhe a causa. Do contrário, o perdão seria uma graça, não uma anulação.

17° - O Arrependimento pode dar-se por toda parte e em qualquer tempo; se for tarde, porém, o culpado sofre por mais tempo.

Até que os últimos vestígios da falta desapareçam, a expiação consiste no sofrimento físico ou moral que lhe são conseqüentes, ou seja na vida atual, ou seja na vida espiritual após a morte, ou ainda em nova existência corporal.

A ‘reparação’ consiste em fazer o bem àqueles a quem se havia feito mal. Quem não repara os seus erros numa existência por fraqueza ou má vontade, achar-se-á numa existência ulterior em contato com as mesmas pessoas que de si tiverem queixas e em condições voluntariamente escolhidas, de modo a demonstrar-lhes reconhecimento e fazer-lhes tanto bem quanto mal lhes havia feito. Nem todas as faltas acarretam prejuízo direto e efetivo; em tais casos a reparação se opera, fazendo-se o que se deveria fazer e foi descurado; cumprindo os deveres desprezados, as missões não preenchidas; praticando o bem em compensação ao mal praticado, isto é, tornando-se humilde se tem sido orgulhoso, amável se foi rude, caridoso se foi egoísta, benigno se perverso, laborioso se ocioso, útil se foi inútil, fru-

gal se intemperante, exemplar se não o foi. Assim progride o Espírito, aproveitando-se do próprio passado.

Reparação: princípio de rigorosa justiça

Observação – ‘Reparação é princípio de rigorosa justiça’. A necessidade da reparação é um princípio de rigorosa justiça, que se pode considerar verdadeira lei da reabilitação moral dos Espíritos. É uma doutrina que religião alguma ainda proclamou.

Algumas pessoas repelem-na porque acham mais cômodo o poder quitarem-se das más ações por um simples arrependimento, só dependente de palavras com auxílio de algumas fórmulas; contudo, libertas, por assim se julgarem, verão mais tarde se isso lhes bastava. Nós poderíamos perguntar: esse princípio não é consagrado pela lei humana e a justiça divina pode ser inferior à dos homens? E também mais, se essas leis se dariam por desafiadas desde que o indivíduo que as transgredisse, por abuso de confiança, se limitasse a dizer que as respeita infinitamente?

Por que hão essas pessoas de vacilar perante uma obrigação que qualquer homem honesto se impõe, como dever, de acordo com as próprias forças?

‘Quando a perspectiva de reparação for inculcada na crença das massas, será um outro freio aos seus desmandos, e bem mais poderoso que o inferno e respectivas penas eternas, uma vez que interessa à vida em sua plena atualidade, podendo o homem compreender a procedência das circunstâncias que a tornam penosa ou a sua verdadeira situação’.

*

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

III – INTERVENÇÃO DE DEUS NAS PENAS E RECOMPENSAS – (Itens 963 e 964 de “O Livro dos Espíritos”)

Todas as nossas ações são submetidas às Leis de Deus (Leis Naturais)

Artigo 244 – Deus se ocupa de todos os seres que criou, por menores que sejam; nada é demasiado pequeno para a sua bondade. Ele tem as suas leis, que regulam todas as nossas ações. Se as violarmos, a culpa é nossa. Quando um homem comete um excesso, Deus não exprime um julgamento contra ele, dizendo-lhe, por exemplo: tu és um glutão e eu te vou punir. Mas Ele traçou um limite: as doenças e, por vezes a morte, são conseqüências dos excessos. Eis a punição: ela resulta da infração da lei. Assim se passa em tudo.

244.1 – “Deus é O PAI” - Comentário de Kardec no item 964 de O Livro dos Espíritos:

Todas as nossas ações são submetidas às leis de Deus; não há nenhuma delas, sendo má, por mais insignificante que nos pareça, que não possa ser uma violação dessas leis. Se sofrermos as conseqüências dessa violação, não nos devemos queixar senão de nós

mesmos, que nos fazemos assim os artífices de nossa felicidade ou de nossa infelicidade futura.

Essa verdade se torna sensível pelo seguinte apólogo:

“Um pai dá ao filho a educação e a instrução, ou seja, os meios para saber conduzir-se. Cede-lhe um campo para cultivar e lhe diz: Eis a regra a seguir e todos os instrumentos necessários para tornar fértil o campo e assegurar a tua existência. Dei-te a instrução para compreenderes essa regra. Se a seguires, o campo produzirá bastante e te proporcionará o repouso na velhice; se não a seguires, nada produzirá e morrerás de fome. Dito isso, deixa-o agir à vontade”.

Não é verdade que o campo produzirá na razão dos cuidados que se dispensar à cultura e que toda negligência redundará em prejuízo da colheita? O filho será, portanto, na velhice, feliz ou infeliz, segundo tenha seguido ou negligenciado a regra traçada pelo pai. Deus é ainda mais providente, porque nos adverte a cada instante, se fazemos o bem ou o mal. Envia-nos Espíritos que nos inspiram, mas não os escutamos. Há ainda outra diferença e é que Deus dá ao homem um recurso, por meio das novas existências, para reparar os seus erros do passado, ao passo que o filho de que falamos não o terá, se empregar mal o seu tempo.

VII – DURAÇÃO DAS PENAS FUTURAS – (Itens 1003 a 1009)

Lei Divina e duração dos sofrimentos na vida futura

Artigo 281 – A duração dos sofrimentos do culpado na vida futura não é arbitrária e, sim, subordinada às leis estabelecidas por Deus, que nunca age de maneira caprichosa. Tudo no Universo é regido por leis que revelam a sua sabedoria e a sua bondade.

Tempo necessário ao melhoramento

Artigo 282 – O que determina a duração dos sofrimentos do culpado é o tempo necessário ao seu melhoramento. O estado de sofrimento e de felicidade sendo proporcional ao grau de pureza do Espírito, a duração e a natureza dos seus sofrimentos dependem do tempo que ele precisa para se melhorar. À medida que ele progride e que os seus sentimentos se depuram, seus sofrimentos diminuem e se modificam. Para o Espírito sofredor, o tempo parece mais longo do que quando estava encarnado; o sono não existe para ele. Só para os Espíritos que atingiram um certo grau de purificação o tempo se apaga, por assim dizer, em face do infinito. (Ver item 240 de O Livro dos Espíritos).

Duração eterna dos sofrimentos do Espírito?

Artigo 283 – A duração dos sofrimentos do Espírito poderia ser eterna se ele fosse eternamente mau, ou seja, se jamais tivesse de se arrepender nem de se melhorar. Então, sofreria eternamente. Mas Deus não criou seres eternamente votados ao mal. Criou-os apenas simples e ignorantes, to-

dos devem progredir num tempo mais ou menos longo, de acordo com a própria vontade. Esta pode ser mais ou menos retardada, assim como há crianças mais ou menos precoces, mas cedo ou tarde ela se manifesta por uma irresistível necessidade que o Espírito sente de sair da sua inferioridade e ser feliz. ‘A lei que rege a duração das penas é, portanto, eminentemente sábia e benevolente, pois subordina essa duração aos esforços do Espírito, jamais lhe tirando o livre-arbítrio: se dele fez mau uso, sofrerá as conseqüências disso’. Há Espíritos cujo arrependimento é tardio, mas pretender que jamais se melhora seria negar a lei do progresso, dizer que a criança não pode tornar-se adulta. Há penas que podem ser impostas ao Espírito por tempo determinado; mas Deus, que não deseja senão o bem de suas criaturas aceita sempre o arrependimento, e o desejo de se melhorar nunca é estéril.

283.1 – “Doutrina da eternidade das penas e das penas relativas” - Comentário de Kardec no item 1009 de O Livro dos Espíritos”:

Deseja-se incitar o homem ao bem e desviá-lo do mal pelo engodo das recompensas e o temor dos castigos, mas se esses castigos são apresentados de maneira que a razão repele não terão nenhuma influência. Longe disso, ele rejeitará tudo: a forma e o fundo. Que se lhe apresente, pelo contrário, o futuro de uma forma lógica e ele não o recusará. O Espiritismo lhe dá essa explicação.

A doutrina da eternidade das penas, no seu sentido absoluto, faz do Ser Supremo um Deus implacável. Seria lógico dizer-se que um soberano é muito bom, muito benevolente, muito indulgente, que não deseja senão a felicidade dos que o rodeiam, mas que ao mesmo tempo é invejoso, vingativo, de um rigor inflexível e que pune com o suplício máximo três quartas partes de seus súditos, por uma ofensa ou uma infração às suas leis, ainda mesmo aqueles que faliram por não as conhecer? Não seria isso uma contradição? Pois bem: Deus pode ser menos bom do que o seria um homem?

Outra contradição se apresenta neste caso. Desde que Deus tudo sabe, sabia então, ao criar uma alma, que ela teria de falir. Ela estava desde a formação destinada à infelicidade eterna? Isto é possível, é racional? Com a ‘doutrina das penas relativas’ tudo se justifica. Deus sabia, sem dúvida, que ela teria de falir, mas lhe dá os meios de se esclarecer por sua própria experiência e pelas suas próprias faltas. É necessário que ela expie os seus erros para melhor se firmar no bem, mas a porta da esperança jamais lhe será fechada, e Deus fez depender o momento da sua libertação dos esforços que ela fizer para o atingir. Eis o que todos podem compreender, o que a lógica mais meticulosa pode admitir. Se as penas futuras tivessem sido apresentadas dessa maneira, haveria muito menos cétricos.

A palavra ‘eterno’ é quase sempre empregada na linguagem comum em sentido figurado, para designar uma coisa de longa duração e da qual não se prevê o termo, embora se saiba muito bem que esse termo existe. Dizemos, por exemplo, os gelos eternos das altas montanhas, dos pólos, embora saibamos, de um lado, que o mundo físico pode ter um fim, e de outra parte, que o estado dessas regiões pode modificar-se pelo deslocamento normal do eixo da Terra ou por um cataclismo. A palavra ‘eterno’, neste caso, não quer dizer duração infinita. Quando sofremos uma longa doença, dizemos que o nosso mal é eterno. Que há, pois, para admirar, se os Espíritos que sofrem desde muitos anos, desde séculos, e até mesmo de milhares de anos, também digam assim? Não nos esqueçamos, sobretudo, de que

a sua inferioridade não lhes permite ver o termo da rota e eles crêem sofrer para sempre, o que é uma punição.

De resto, a doutrina do fogo material, das fornalhas e das torturas emprestadas ao Tártaro do paganismo está hoje completamente abandonada pela alta Teologia. Apenas nas escolas esses apavorantes quadros alegóricos são ainda apresentados como verdades positivas, por alguns homens mais zelosos do que esclarecidos. E isso muito erroneamente, pois as imaginações jovens, uma vez passado o terror, poderão aumentar o número dos incrédulos. A Teologia reconhece hoje que a palavra ‘fogo’ é empregada em sentido figurado, devendo ser entendida como fogo moral. (Ver item 974 de O Livro dos Espíritos). Os que, como nós, acompanharam as peripécias da vida e dos sofrimentos do além túmulo, por intermédio das comunicações espíritas, puderam convencer-se de que, por não terem nada de material, elas não são menos pungentes. A respeito mesmo da sua duração, alguns teólogos começam a admiti-las no sentido restritivo que indicamos acima e pensam que, de fato, a palavra ‘eterno’ pode referir-se às penas em si mesmas, como conseqüências de uma lei imutável e não na sua aplicação a cada indivíduo. No dia em que a religião admitir essa interpretação, bem como outras que são igualmente a conseqüência do progresso das luzes, reconduzirá ao seu seio muitas ovelhas desgarradas.

283.2 – “Princípios da Doutrina Espírita sobre as penas futuras” - Explicação de Allan Kardec, no livro O Céu e o Inferno, Editora Lake, S.Paulo, 8ª edição, 1997, revisada por João Teixeira de Paula, introdução de José Herculano Pires, pgs. 69 e 70:

A Doutrina Espírita, no que respeita às penas futuras, não se baseia numa teoria preconcebida; não é sistema substituindo outro sistema: em tudo ela se apóia nas observações e são estas que lhe dão autoridade. Ninguém jamais imaginou que as almas, depois da morte, se encontrariam em tais ou quais condições; são elas, essas mesmas almas, partidas da Terra, que nos vêm hoje iniciar nos mistérios da vida futura, descrever-nos sua situação feliz ou desgraçada, as impressões, a transformação pela morte do corpo, completando, em uma palavra, os ensinamentos de Cristo acerca desta questão.

Preciso é afirmar que se não trata neste caso das revelações de um só Espírito, o qual poderia ver as coisas do seu ponto de vista, sob um só aspecto, ainda dominado por terrenos preconceitos. Tampouco se trata de uma revelação feita exclusivamente a um indivíduo que pudesse deixar-se levar pelas aparências, ou de uma ‘visão extática’ suscetível de ilusões, o que muitas vezes não passa de reflexo de exaltada imaginação. (Ver cap. VI, no. 7 e O Livro dos Espíritos, nos. 443 e 444).

Trata-se, sim, de inúmeros exemplos fornecidos por Espíritos de todas as categorias, desde os mais elevados aos mais inferiores da escala, por intermédio de outros tantos auxiliares (médiuns) disseminados pelo mundo, ‘de maneira que a revelação deixa de ser privilégio de alguém, pois todos podem prová-la, observando-a, sem obrigar-se à crença pela crença de outrem’.

CAPÍTULO II

RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENIGNA AO RÉU

Uma vez instituída a Pena de Duração Indeterminada, urge que ela possa retroagir imediatamente na reforma da sentença já prolatada e em execução, incorporando as novas exigências sugeridas, ou seja: trabalho obrigatório, submissão do condenado às regras educativas e morais-religiosas, reparação possível do dano à vítima e indenização ao Estado para cobrir os custos de sua manutenção. Indiscutivelmente, essa nova Pena será mais benigna ao réu, pois apenas dele e de sua conduta depende a antecipação de sua liberdade (para os casos de pena privativa de liberdade).

Outrossim, para os processos em andamento e que vierem a ser instaurados, será, igualmente, adotada essa modalidade de Sentença, em substituição às Penas de Duração Determinada.

Embora não parem dúvidas em nossa Doutrina e Jurisprudência quanto à “*reformatio in melius*”, registramos os comentários que se seguem.

Livro: Comentários à Constituição de 1988. Wolgran Junqueira Ferreira. Editora Julex Livros, 1ª. Edição, 1989. Volume 1. Págs. 180/181.

Artº 5º.

(...) XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

Enfoca a Constituição a retroatividade da lei penal.

“A lei penal, quanto a sua obrigatoriedade à incidência, vale ao tempo do cometimento do crime. Destarte, com a modificação de uma lei penal, podem ocorrer várias hipóteses: a) a lei posterior seja menos favorável que a anterior, quer incriminando um fato até então desconhecido pela lei, quer agravando, de qualquer modo, a punibilidade; ou b) ao contrário, a lei nova seja mais favorável que a anterior no tocante à pena ou venha eliminar a incriminação.

Na hipótese primeira a lei penal é irretroativa. Incriminando fato não previsto ou aplicando pena superior à prevista à data do crime, a lei nova não incide. Trata-se de um corolário do “*nullum crimen, nulla poena sine lege*” que afasta a lei penal *ex post facto*, quer no caso de “*novatio criminis*”, quer no acréscimo de punibilidade ou desfavor do réu. É o direito adquirido de que fala o inciso XXXVI deste artigo que vem incidir sobre esta disposição. Quando ocorre o cometimento de um crime ou haja por parte do

Estado qualquer imposição de pena, passa a existir, tanto quanto no campo do direito civil, uma relação jurídica.

Na segunda suposição, a lei nova projeta-se no passado retroagindo. É NÉLSON HUNGRIA (*Comentários ao Código Penal, vol. 1, Tomo I, pág. 101*) quem diz que “o direito, sob pena de incorrer na **summa injuria** não pode ser construído com critérios de pura lógica abstrata. Para a não ultra-atividade da **lex gravior** (que é o lado avesso da retroatividade da **lex mitior**) há uma irrecusável razão de **justiça**: se a lei nova, afeiçoando-se a uma mudança da **consciência jurídica geral** ou a uma nova “concepção jurídica (**opinio júris**, ponto de vista ético-jurídico-social) em torno de determinado fato, suprime sua incriminação ou atenua sua punição, a eficácia póstuma da lei antiga redundaria numa opressão iníqua e inútil”.

A lei nova, quando mais favorável ao réu, retroagirá não só quando elimina a incriminação de um fato, ou quando de qualquer modo beneficia o réu. Isto pode ocorrer: a) a pena cominada pela lei nova é mais branda, quanto à sua natureza; b) a pena é mais branda ao modo de execução; c) o quantum da pena “**in abstracto**” é reduzido; d) são reconhecidas **circunstâncias** que influem favoravelmente na graduação ou medida da pena, que a lei anterior era alheia; e) há instituições de benefícios no sentido da eliminação ou execução da pena, fatos desconhecidos pela lei anterior; f) cria causas extintivas de punibilidade ou torna mais fácil seu advento; g) estabelece condições de processabilidade que a lei anterior não exigia; h) acresce as causas de irresponsabilidade penal, de isenção de pena, exclusão de crime ou de culpabilidade penal; i) exclui ou atenua penas acessórias; j) suprime a concessão de extradição.

A retroatividade da lei penal “**in mellius**” incide desde logo para alcançar o infrator quando a lei deixa de considerar o que a lei anterior considerava crime; apanha durante o processo e, também, após a condenação. Assim, estabelece o inciso III do artigo 107, do Código Penal: Extingue-se a punibilidade I, II, III “pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso”.

Sua aplicação é ampla. Serve aos primários, aos reincidentes e aos multi-reincidentes. E o artigo segundo do Código Penal é expresso: “... cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória”.

A aplicação retroativa imediata da nova lei, mais benéfica ao condenado, poderá encontrar muitos já recuperados e em condições dela usufruir, bem como servirá de estímulo a todos os outros que estejam mais ou menos distantes do final das respectivas penas.

CAPÍTULO III

SÚMULA VINCULANTE

A CRIAÇÃO DA PENA DE DURAÇÃO INDETERMINADA, do Capítulo I, A RETROATIVIDADE IMEDIATA da mesma, Capítulo II e a SÚMULA VINCULANTE, tratada neste Capítulo, são as armas indispensáveis para o combate à violência, à criminalidade, à superlotação carcerária, juntamente com os demais requisitos: TRABALHO OBRIGATÓRIO, INSTRUÇÃO, EDUCAÇÃO MORAL-RELIGIOSA.

A SÚMULA VINCULANTE, objeto deste capítulo é a grande novidade jurídica. Devido à sua importância e recém-criação, juntamos o texto legal e comentários dos renomados juristas brasileiros, a fim de melhor compreensão do seu alcance e utilização emergencial para os propósitos deste livro.

LEI Nº 11.417 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 - DOU DE 20/12/2006

Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei disciplina a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, editar enunciado de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º O enunciado da súmula terá por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja, entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, controvérsia atual que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre idêntica questão.

§ 2º O Procurador-Geral da República, nas propostas que não houver formulado, manifestar-se-á previamente à edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante.

§ 3º A edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante dependerão de decisão tomada por 2/3 (dois terços) dos membros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária.

§ 4º No prazo de 10 (dez) dias após a sessão em que editar, rever ou cancelar enunciado de súmula com efeito vinculante, o Supremo Tribunal Federal fará publicar, em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial da União, o enunciado respectivo.

Art. 3º São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante:

- I - o Presidente da República;
- II - a Mesa do Senado Federal;
- III - a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV - o Procurador-Geral da República;
- V - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VI - o Defensor Público-Geral da União;
- VII - partido político com representação no Congresso Nacional;
- VIII - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- IX - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- X - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- XI - os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.

§ 1º O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo.

§ 2º No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado da súmula vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros na questão, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público.

Art. 5º Revogada ou modificada a lei em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante, o Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação, procederá à sua revisão ou cancelamento, conforme o caso.

Art. 6º A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante não autoriza a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.

Art. 7º Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá

reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação.

§ 1º Contra omissão ou ato da administração pública, o uso da reclamação só será admitido após esgotamento das vias administrativas.

§ 2º Ao julgar procedente a reclamação, o Supremo Tribunal Federal anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial impugnada, determinando que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso.

Art. 8º O art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 56.

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.” (NR)

Art. 9º A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 64-A e 64-B:

“Art. 64-A. Se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.”

“Art. 64-B. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.”

Art. 10. O procedimento de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula com efeito vinculante obedecerá, subsidiariamente, ao disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor 3 (três) meses após a sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

*

SÚMULA VINCULANTE – Luiz Flávio Gomes

30/01/2007 - 10:04 Escrito por: **Luiz Flávio Gomes**

Entrevista concedida pelo professor Luiz Flávio Gomes ao jornal "Diário da Manhã", no dia 26/01/07, sobre súmula vinculante.

Veja artigo sobre o tema:

Em entrevista ao jornal "Diário da Manhã", www.dm.com.br, da cidade de Goiânia, no dia 26/01/07, o professor Luiz Flávio Gomes aborda um tema que vem causando grande polêmica: a súmula vinculante.

Trata-se de uma inovação introduzida no ordenamento jurídico pátrio pela EC n.º 45/04, que somente foi regulamentada pela Lei 11.417/06, devendo entrar em vigor em 20/03/07.

Segundo nosso entendimento, é indispensável analisar as duas faces do problema. De um lado, não se pode negar que a súmula vinculante irá agilizar a prestação da tutela jurisdicional, vez que processos idênticos não mais chegarão ao STF. Em contrapartida, não podemos deixar de dar atenção à mais forte crítica trazida pela doutrina, que se relaciona com o engessamento do Judiciário, já que, uma vez emitida a súmula vinculante pelo STF (observado o quorum de dois terços dos seus ministros), os demais tribunais e juízes ficam impedidos de decidir de forma diferente, ainda que o entendimento da aludida Corte não se mostre correto.

Nessa esteira, o melhor seria encontrar um ponto de equilíbrio, de forma que se atenda à necessidade de conferir ao Poder Judiciário maior celeridade, em obediência ao artigo art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, mas sem torná-lo um órgão engessado.

Veja posição do STF sobre o tema

*

Súmulas vinculantes



Luiz Flávio Gomes

doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madri, mestre em Direito Penal pela USP, secretário-geral do Instituto Panamericano de Política Criminal (IPAN), consultor, parecerista, fundador e presidente da Cursos Luiz Flávio Gomes (LFG) - primeira rede de ensino telepresencial do Brasil e da América Latina, líder mundial em cursos preparatórios telepresenciais

Súmula é a síntese ou enunciado de um entendimento jurisprudencial extraída (ou extraído) de reiteradas decisões no mesmo sentido. Normalmente são numeradas. Desde a EC 45/2004 (Reforma do Judiciário) as súmulas podem ser classificadas em (a) vinculantes e (b) não vinculantes. Em regra não são vinculantes. Todas as súmulas editadas pelo STF até o advento da Lei 11.417/2006 não são vinculantes. Para serem vinculantes de-

vem seguir rigorosamente o procedimento descrito nessa Lei, de 19.12.2006, que regulamentou o art. 103-A da CF (inserido na Magna Carta pela EC 45/2004). As principais questões que envolvem as súmulas vinculantes são as seguintes:

(a) Somente o STF pode aprová-las; nenhum outro tribunal do país pode fazer isso. Quando aprovada uma súmula no âmbito criminal, ela passa a ser fonte formal mediata do Direito penal.

(b) A súmula vinculante só pode ser emitida pelo STF; a impeditiva de recurso é qualquer súmula criada pelo STF ou STJ. Por força da Lei 11.276, de 07.02.2006, que alterou o art. 518 do CPC, não cabe apelação quando o juiz segue o entendimento de uma dessas súmulas.

(c) A edição, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser fruto de atividade espontânea do próprio STF ou provocada por aqueles que contam com legitimidade para tanto (a Lei 11.417/2006 dispôs sobre o tema no seu art. 3º, conferindo ampla legitimidade para isso: Presidente da República, Mesa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados etc.).

(d) Para a edição ou revisão ou cancelamento de uma súmula vinculante exige-se quorum qualificado (dois terços: leia-se: oito Ministros do STF).

(e) O enunciado da súmula terá por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas (constitucionais ou infraconstitucionais), acerca das quais haja, entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública, controvérsia atual que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre idêntica questão.

(f) A controvérsia gerada pela norma interpretada tem que ter atualidade, tem que ser relevante no momento em que se decide pela edição da súmula.

(g) A controvérsia tem que envolver órgãos judiciários diversos (dois tribunais, por exemplo) ou um órgão judiciário e a administração pública. Divergência só entre órgãos da administração pública não permitirá a aprovação de súmula vinculante.

(h) A controvérsia instalada em torno da interpretação de uma norma deve gerar insegurança jurídica (e, com isso, certamente, causar prejuízos diversos) assim como multiplicação de processos.

(i) Vinculante é não somente o sentido da súmula (o seu teor interpretativo-descritivo e imperativo), senão também os fundamentos invocados para a sua aprovação.

(j) A vigência da súmula é imediata, isto é, ocorre logo após a sua publicação na imprensa oficial.

(l) A súmula vincula os demais órgãos do Poder Judiciário (vincula todos os juízes, os tribunais e até mesmo as Turmas do próprio STF) assim como a administração pública, direta ou indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. Vincula também o legislativo em sua atividade atípica (de administração).

(m) As súmulas podem ser revisadas ou canceladas na forma estabelecida em lei: quorum de 2/3 do STF, legitimidade de quem faz a proposta, publicação no Diário Oficial etc.

(n) Por força do art. 4º da Lei 11.417/2006 "A súmula com efeito vinculante tem eficácia imediata, mas o Supremo Tribunal Federal, por decisão de 2/3 (dois terços) dos seus membros, poderá restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de outro momento, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse público".

(o) O art. 5º da Lei 11.417/2006 explicita que "Revogada ou modificada a lei em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante, o Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação, procederá à sua revisão ou cancelamento, conforme o caso". Cessada a causa, cessam seus efeitos.

(p) O processo em que se discute a questão debatida não será suspenso em razão de "proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante" (art. 6º da Lei 11.417/2006).

(q) No caso de descumprimento da súmula vinculante cabe reclamação para o STF. O art. 7º da Lei 11.417/2006 diz: "Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-lo indevidamente caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos ou outros meios admissíveis de impugnação" (...) § 2º Ao julgar procedente a reclamação, o Supremo Tribunal Federal anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial impugnada, determinando que outra seja proferida com ou sem aplicação da súmula, conforme o caso.

(r) As súmulas possuem duas características: (a) imperatividade (imposição de um determinado sentido normativo, que deve ser acolhido de forma obrigatória) e (b) coercibilidade (se não observada essa interpretação cabe reclamação ao STF).

(s) O juiz, quando acolhe a súmula vinculante, deve funda-

mentar a sua decisão? Sim, deve demonstrar que os fundamentos do caso concreto que está sob seu exame coincidem com os fundamentos das decisões que autorizaram a criação da súmula vinculante.

*

Nacional

01 de dezembro de 2006 - 22:13

Presidente deverá sancionar projeto da súmula vinculante

A medida obrigará os tribunais de instâncias inferiores a seguir as decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre um mesmo assunto

Mariângela Gallucci e João Domingos

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá sancionar a lei, aprovada na última quinta-feira à noite pela Câmara, que cria a súmula com efeito vinculante. A medida obriga os tribunais de instâncias inferiores a seguir as decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre um mesmo assunto, o que ajudará a desafogar os tribunais, abarrotados de processos, muitos deles sobre a mesma questão, mas em regiões diferentes.

Nos meios jurídicos, entretanto, a súmula vinculante não é uma unanimidade. A cúpula do Supremo Tribunal Federal (STF) acredita que elas reduzirão a quantidade de recursos que chegam diariamente na Corte. No entanto, os contrários sustentam que as súmulas poderão engessar o restante do Judiciário, que terá de decidir de acordo com a determinação do STF.

O vice-presidente do Supremo, Gilmar Mendes, considera que a criação das súmulas será um dos mecanismos que ajudarão a tornar menos lenta a Justiça. Ele disse que as súmulas terão de tratar de assuntos constitucionais de repercussão para a coletividade. Entre esses temas estariam as causas previdenciárias.

Funcionamento

Depois de decidir um assunto por reiteradas vezes, o STF editará uma súmula que terá de ser seguida pelas instâncias inferiores do Judiciário. Mas a edição de súmulas tem de seguir algumas regras. Ela tem de ser aprovada, por exemplo, por pelo menos dois terços (8 dos 11) dos ministros do tribunal.

Também não é qualquer um que pode pedir a edição de uma súmula. Há um rol de autoridades e organismos que terão legitimidade para fazer isso.

O assunto divide advogados. O presidente em exercício do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Aristoteles Atheniense, afirmou nesta sexta-feira que a entidade espera que as súmulas não sejam aplicadas de forma mecânica pelos juízes.

"Entendemos que, em relação às ações de particulares, a súmula deva ser aplicada somente naqueles casos que efetivamente comportar sua aplicação; não pode haver uma aplicação mecânica, nem servir para que juízes que queiram ficar livres do processo, resolvam aplicar a súmula em cima das pernas, sem examinar provas e outros elementos de convicção existentes nos autos", afirmou.

No entanto, ele disse que a súmula terá um papel importante na área de direito público, cerceando a ação do Estado de recorrer freqüentemente para protelar o final de um processo e o eventual pagamento de dívidas. "Se tivermos uma súmula que realmente imponha até mesmo uma sanção mais grave ao Estado, para impedir essa sistemática protelação dos processos por parte da União, Estados e municípios, nesse caso ela poderá produzir resultados", afirmou.

*

Judiciária - 12/12/2006 16:16

Súmula vinculante promete desafogar Judiciário

Mesmo apontada como restritiva, medida é principal aposta para acelerar Justiça brasileira

A súmula vinculante é um dos projetos que promete dar mais eficiência ao Judiciário. Sancionada pelo presidente, a nova ferramenta define que o Su-

premo Tribunal Federal (STF) pode criar regras aplicáveis aos juízes sobre como atuar em casos recorrentes na justiça brasileira. A medida fará com que os processos julgados obedeçam a um padrão de sentença definido pela instância superior, o que serviria para diminuir a morosidade da Justiça.

Embora o conceito de súmula já exista no direito brasileiro, o novo mecanismo, já utilizado em outros países, tem como novidade o efeito vinculante. Isso obriga os juízes de instâncias menores a seguirem as recomendações do STF. Atualmente, as súmulas servem para documentar jurisprudências, mas não impõem ações aos magistrados.

Com a nova lei, a súmula se torna vinculante após a aprovação de oito dos 11 ministros do STF. Depois disso, o Conselho Nacional de Justiça é quem a transforma em norma válida em todo o Brasil.

Argumentos contrários:

Mesmo tendo sido apresentada como uma das saídas à lentidão do judiciário brasileiro, não há consenso no setor jurídico. Os argumentos contrários baseiam-se, principalmente, na restrição da liberdade de interpretação dos juízes, que não mais poderiam dar a sentença, exclusivamente, de acordo com conclusões próprias.

Outra crítica é a imposição de resultados a casos semelhantes mas separados por realidades sociais completamente distintas. A medida é acusada de centralizadora já que são limitadas as instituições que podem entrar com pedidos de revisão ou de cancelamento das súmulas. De acordo com o [Projeto de Lei 6.636 de 2006](#), só poderão propor edição, revisão ou cancelamento de súmulas as seguintes instituições:

- 1- Presidência da República;
- 2- Procuradoria-geral da União;
- 3- Conselho Federal da OAB;
- 4- Congresso Nacional;
- 5- Defensoria pública da União;
- 6- Partido político com representação no Congresso;
- 7- Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- 8- Mesa da Assembléia Legislativa;
- 9- Governadores estaduais;

*

Notícias

02/02/2007 - 19:11 - Presidente do STF ressalta importância da súmula vinculante para o Judiciário

Ao discursar na abertura do Ano Legislativo nesta sexta-feira (2), a ministra Ellen Gracie afirmou que a Lei 11.417/06, que estabeleceu a súmula vinculante, “terá reflexos de profunda repercussão no modo como a sociedade, os poderes de Estado e o próprio judiciário se relacionam com o ordenamento jurídico em sua interpretação última”.

Segundo ela, ao aplicar o efeito vinculante por meio de súmula, o Supremo Tribunal Federal pacifica a discussão nos juízos inferiores, e todos os agentes públicos deverão respeitar a interpretação fixada, evitando-se o surgimento de novas ações. Assim, as causas de massa, que tenham por núcleo uma mesma questão de direito, ficarão definidas, se já ajuizadas, ou serão estancadas na instância inicial.

Súmula vinculante

A lei (11.417/06) que institui a súmula vinculante foi publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de dezembro de 2006, regulamentando o artigo 103-A da Constituição Federal. A norma disciplina a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal.

O artigo 103-A foi acrescentado ao texto constitucional através da Reforma do Judiciário (EC-45), criando a súmula vinculante como dispositivo apto a contribuir com a redução do número de recursos no STF e, ainda, conferir maior celeridade ao processo, garantia que foi reconhecida ao cidadão no inciso LXXVIII do artigo 5º da CF/1988.

A súmula representa o entendimento pacífico do STF sobre determinada matéria constitucional. A edição, bem como o cancelamento e a revisão de súmulas, dependerá da aprovação de, no mínimo, dois terços (8) dos ministros do STF e terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, garantindo a segurança jurídica e evitando a multiplicação de processos sobre questão idêntica.

A norma impõe responsabilidade, tanto na esfera cível, quanto na penal e administrativa para os órgãos da administração pública que não aplicarem a determinação. Entretanto, não há previsão de responsabilidade aos membros do Poder Judiciário, sob pena de estar punindo o juiz por exercer algo inerente a sua profissão, ou seja, a interpretação das leis.

O secretário da Reforma do Judiciário, Pierpaolo Bottini acredita que a súmula vinculante vai resolver de maneira definitiva os casos repetitivos que correm na Justiça. "Hoje, temos um excesso de demandas no Judiciário brasileiro de casos idênticos e absolutamente repetitivos".

Para o secretário, a aplicação da súmula deve desafogar o Judiciário e facilitar o trabalho do STF. O trabalho dos ministros poderá chegar ao ideal em que cada um deles seja responsável por, no máximo, mil processos ao ano. Atualmente cada ministro julga cerca de 10 mil processos.

*

09/02/2007 - 15h58m - Atualizado em 09/02/2007 - 16h23m

STF abre caminho para súmula vinculante

Com isso, instâncias inferiores terão de seguir entendimento do Supremo.

Medida não é imediata: texto final precisa ser aprovado pelo plenário do STF.

Mirella D'Elia Do G1, em Brasília

- [»](#) STF dá 1º passo para criar súmula vinculante

O julgamento de ações em bloco, feito pela primeira vez nesta sexta-feira (9) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), deixa a Corte mais próxima de editar sua primeira súmula vinculante – entendimento firmado pelo STF para ser seguido por outros tribunais em ações que tratem do mesmo assunto.

A súmula vinculante foi criada por meio de uma lei aprovada no ano passado. Nesta sexta-feira (9), o STF julgou, de uma só vez, quase cinco mil processos relativos às pensões por morte concedidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) antes de 1995. O tema é cotado para ser uma das primeiras súmulas que serão editadas pelo STF. Na quinta-feira (8), o Supremo decidiu que o INSS não terá de pagar o valor integral de pensões concedidas antes de 1995. Em um procedimento inédito, essa decisão foi estendida a outras quase cinco mil ações semelhantes que estavam à espera de julgamento. Outras 15 mil ações não chegaram à Corte. Elas foram barradas na segunda instância, no fim do ano passado, por causa de uma medida do vice-presidente do Tribunal, ministro Gilmar Mendes. “Tratar esses casos separadamente seria perda de tempo”, ressaltou a presidente do STF, ministra Ellen Gracie. Apesar da decisão, o STF não poderá, de imediato, editar a súmula. Pela tramitação prevista em lei, o texto final precisa ser aprovado em plenário por pelo menos oito dos 11 ministros do Tribunal “Entendo que se justifica o passo que o Tribunal agora dá”, disse o ministro Celso de Mello.

Providencialmente, dizemos, surgiu a Súmula Vinculante em nosso ordenamento jurídico, permitindo a presente propositura em caráter emergencial e sem muitos entraves burocráticos, políticos e jurídicos.

Poder-se-ia alegar que essa medida esbarraria, ainda, com outra questão constitucional: a proibição de **“penas de trabalhos forçados”**.

Entretanto, como se verá nos Capítulos IV e V, essa proibição é letra morta em nossa Constituição, pois o trabalho forçado nunca foi proibido Constitucionalmente, como nunca foi usado na prática como pena. É mais uma questão de semântica a confusão entre “trabalho forçado” e “trabalho obrigatório”, pois nossa LEP (Lei de Execução Penal) adota como um dos deveres do preso “o trabalho obrigatório”, em consonância com os Pactos Internacionais que restringem o entendimento de “trabalho forçado ou obrigatório”, como se observará no próximo Capítulo.

Por outro lado, com as medidas que estamos sugerindo para a adoção da “Pena de Duração Indeterminada”, o trabalho, ainda que forçado ou obrigatório, seria uma “bênção” ao preso, pois seria um dos requisitos que antecipará sua liberdade.

CAPÍTULO IV

PROIBIÇÃO DE TRABALHOS FORÇADOS

Para mais tranqüila obrigatoriedade do trabalho ao condenado, também não vemos dificuldades em alterar a Constituição, no mesmo ato para criação da “Pena de Duração Indeterminada”, suprimindo-se do Artigo 5º, inciso XLVII, a letra “c”, ou medida equivalente que não impeça a existência de “penas com trabalho obrigatório”.

Complementando o que afirmamos no Capítulo anterior, e seguindo a mesma linha de raciocínio, alinhamos, a seguir, no Capítulo V, Lei de Execução Penal: comentários, textos de Pactos Internacionais, trechos de nossa Lei de Execução Penal que dão pleno apoio a tudo que afirmamos a respeito.

Não se pode confundir “trabalho forçado” com “trabalho obrigatório”, pois nossa Lei de Execução Penal adota, naturalmente, este último e os Pactos Internacionais deixam muito claro a necessidade da inclusão na sentença condenatória da obrigatoriedade do trabalho sem, no entanto, considerá-lo “forçado”.

Livro: Comentários à Constituição de 1988. Wolgran Junqueira Ferreira. Editora Julex Livros, 1ª. Edição, 1989. Volume 1. Págs. 201 e 204.

“(...) XLVII – não haverá penas:

c) de trabalhos forçados;

O Código Criminal de 1890 previa cinco penas, dentre elas a prisão com trabalho obrigatório.

Mas, no Brasil, o trabalho forçado não constituiu pena que tivesse marcado a história das penas. Constitucionalmente, o trabalho forçado nunca foi proibido, pois também na prática, nunca foi usado como pena.

A Constituição atual, sem muita razão de ser veio proibir este tipo de pena.”

*

“Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos”

Resolução 2200 A(XXI) da Assembléia Geral das Nações Unidas em
16 de Dezembro de 1966

23 de Março de 1976

PREÂMBULO

Os Estados-Signatários no presente Pacto,

Considerando que, de acordo com os princípios enunciados na Carta das Nações Unidas, a liberdade, a justiça e a paz no mundo constituem o fundamento do reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis.

Reconhecendo que estes direitos derivam da dignidade inerente à pessoa humana,

Reconhecendo que, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, não se pode realizar o ideal do ser humano livre, gozando das liberdades civis e políticas, libertos do terror e da miséria, a menos que se criem condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos civis e políticos, assim como dos seus direitos econômicos, sociais e culturais,

Considerando que a Carta das Nações Unidas impõe aos Estados a obrigação de promover o respeito universal e efetivo dos direitos e liberdades humanos,

Compreendendo que o indivíduo, por ter deveres quanto aos outros indivíduos e à comunidade a que pertence, tem a obrigação de se esforçar pela consecução e observância dos direitos reconhecidos neste Pacto,

Acordam os seguintes artigos:

Artigo 8.º

1. Ninguém será mantido em escravatura. A escravatura e o tráfico de escravos são proibidos sob todas as formas.

2. Ninguém pode ser submetido a servidão.

3. a) Ninguém será constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório;

b) A alínea anterior não poderá ser interpretada no sentido de proibir, em países em que certos crimes podem ser punidos com pena de prisão acompanhada de trabalhos forçados, o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados imposta por um tribunal competente;

c) Não será considerado trabalho forçado ou obrigatório para efeitos deste parágrafo:

i) Os trabalhos ou serviços que, salvo os mencionados na alínea b), são normalmente exigidos a uma pessoa presa em virtude de uma decisão judicial legalmente aplicada, ou a uma pessoa que tendo sido presa em virtude de tal decisão se encontre em liberdade condicional;

ii) O serviço de carácter militar e, nos países em que se admite a objecção de consciência, o serviço cívico que devem prestar, conforme a lei, aqueles que se oponham ao serviço militar por esta razão;

iii) O serviço imposto em casos de emergência ou calamidade que ameacem a vida ou o bem-estar da comunidade;

iv) O trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais”

*

**Presidência da Repú-
blica**
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992.

Atos Internacionais. Pacto
Internacional sobre Direitos Civis
e Políticos. Promulgação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e

Considerando que o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foi adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o texto do referido diploma internacional por meio do Decreto Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991;

Considerando que a Carta de Adesão ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos foi depositada em 24 de janeiro de 1992;

Considerando que o pacto ora promulgado entrou em vigor, para o Brasil, em 24 de abril de 1992, na forma de seu art. 49, § 2º;

DECRETA:

Art. 1º O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 06 de julho de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR
Celso Lafer

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 7.7.1992

ANEXO AO DECRETO QUE PROMULGA O PACTO INTERNACIONAL
SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS/MRE

PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

PREÂMBULO

Os Estados Partes do presente Pacto,

Considerando que, em conformidade com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Reconhecendo que esses direitos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana,

Reconhecendo que, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o ideal do ser humano livre, no gozo das liberdades civis e políticas e liberto do temor e da miséria, não pode ser realizado e menos que se criem às condições que permitam a cada um gozar de seus direitos civis e políticos, assim como de seus direitos econômicos, sociais e culturais,

Considerando que a Carta das Nações Unidas impõe aos Estados a obrigação de promover o respeito universal e efetivo dos direitos e das liberdades do homem,

Compreendendo que o indivíduo, por ter deveres para com seus semelhantes e para com a coletividade a que pertence, tem a obrigação de lutar pela promoção e observância dos direitos reconhecidos no presente Pacto,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 8

1. Ninguém poderá ser submetido à escravidão; a escravidão e o tráfico de escravos, em todas as suas formas, ficam proibidos.

2. Ninguém poderá ser submetido à servidão.

3. a) Ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios;

b) A alínea a) do presente parágrafo não poderá ser interpretada no sentido de proibir, nos países em que certos crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados, o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados, imposta por um tribunal competente;

c) Para os efeitos do presente parágrafo, não serão considerados "trabalhos forçados ou obrigatórios":

i) qualquer trabalho ou serviço, não previsto na alínea b) normalmente exigido de um indivíduo que tenha sido encarcerado em cumprimento de decisão judicial ou que, tendo sido objeto de tal decisão, ache-se em liberdade condicional;

ii) qualquer serviço de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, qualquer serviço nacional que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência;

iii) qualquer serviço exigido em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade;

iv) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais.

*

CAPÍTULO V
LEI DE EXECUÇÃO PENAL

(Lei n.º 7.210, de 11/07/84)

DOS DEVERES DOS CONDENADOS

- 1) EXECUÇÃO DO TRABALHO, DAS TAREFAS E DAS ORDENS RECEBIDAS;
- 2) REPARAÇÃO DO DANO PESSOAL (Indenização à Vítima ou aos seus sucessores);
- 3) INDENIZAÇÃO AO ESTADO PELAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DOS MESMOS.

Art. 39. Constituem deveres do condenado:

II – obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;

V – execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;

VI – submissão à sanção disciplinar imposta;

VII – indenização à vítima ou aos seus sucessores;

VIII – indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;

*

Como já ressaltado, o trabalho obrigatório (não forçado) é perfeitamente adotado por nossa legislação penal.

1) EXECUÇÃO DO TRABALHO, DAS TAREFAS E DAS ORDENS RECEBIDAS

TRABALHO DO PRESIDÁRIO

Livro: Manual de Direito Penal. Julio Fabbrini Mirabete. Editora Atlas, 8ª. Edição, 1994.

“Impõe-se ao preso o trabalho obrigatório, remunerado e com as garantias dos benefícios da Previdência Social (art. 39 da LEP). Trata-se de um dever social e condição de dignidade humana, tendo finalidade educativa e produtiva. Como escreve Miguel Reale Junior: “O trabalho não vale tão-só por criar bens econômicos, pois tem maior relevo sua importância existencial e social, como meio que viabiliza tanto a auto-afirmação do ho-

mem como a estruturação da sociedade”. Essa obrigatoriedade do trabalho no presídio decorre da falta do pressuposto de liberdade, pois, em caso contrário, poder-se-ia considerar a sua prestação como manifestação de um *trabalho livre*, que conduziria à sua inclusão no ordenamento jurídico trabalhista. A jornada normal de trabalho não deve ser inferior a seis, nem superior a oito horas, com descanso nos domingos e feriados, em se tratando de trabalho interno, e a sua organização, métodos e atribuição estão submetidos às normas da Lei de Execução Penal (arts. 28 e ss.).

Tratando-se de regime fechado, o trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena, sendo admissível o trabalho externo em serviços e obras públicas (art. 34, § 3º). Para o trabalho externo exige-se, além disso, o cumprimento mínimo de um sexto da pena (art. 37 da LEP).

Em regime semi-aberto, o trabalho é realizado em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar, sendo admissível o trabalho externo, bem como a frequência a cursos supletivos, profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior (art. 35).

Embora o trabalho do preso não esteja sujeito ao regime de Consolidação das Leis do Trabalho, será ele remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo. A destinação do produto da remuneração está prevista na Lei de Execução Penal e deverá atender: a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios; b) à assistência à família; c) a pequenas despesas pessoais; d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores (art. 29, § 1º). Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio em caderneta de poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade (art. 29, §2º da LEP).

O condenado por crime político não está obrigado ao trabalho (art. 200 da LEP).”

LEI DE EXECUÇÃO PENAL
JULIO FABBRINI MIRABETE
Comentários à Lei nº 7.210, de 11/07/84
(Editora Atlas, 5ª. Edição, 1993)
DO TRABALHO

“Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

1º. Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e higiene.

2º. O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.”

Trabalho Penitenciário. (Pág. 101).

“A concepção do trabalho penitenciário seguiu historicamente a evolução experimentada na conceituação da pena privativa de liberdade. Inicialmente, estava ele vinculado à idéia de vingança e castigo e manteve essas características como forma mais grave e aflitiva de cumprir a pena na prisão. Mesmo depois, encontrando-se na atividade laborativa do preso uma fonte de produção para o Estado, o trabalho foi utilizado nesse sentido, dentro das tendências utilitárias dos sistemas penais e penitenciários. Hoje, porém, estão totalmente superadas as fases em que se utilizava a pena das galés, dos trabalhos forçados, como o *shot-drill* (transporte de bolas de ferro, pedras e areia), o *tread-mill* (moinho de roda), o *crank* (voltas de manivela) etc. Na moderna concepção penitenciária, o momento da execução da pena contém uma finalidade reabilitadora ou de reinserção social, assinalando-se o sentido pedagógico do trabalho. Entende-se hoje por trabalho penitenciário a atividade dos presos e internados, no estabelecimento penal ou fora dele, com remuneração equitativa e equiparado ao das pessoas livres no concernente à segurança, higiene e direitos previdenciários e sociais.

O trabalho prisional não constitui, portanto, *per se*, uma agravação da pena, nem deve ser doloroso e mortificante, mas um mecanismo de complemento do processo de reinserção social para prover a readaptação do preso, prepará-lo para uma profissão, inculcar-lhe hábitos de trabalho e evitar a ociosidade. Exalta-se o seu papel de fator ressocializador, afirmando-se serem notórios os benefícios que da atividade laborativa decorrem para a conservação da personalidade do delinqüente e para a promoção do “autodomínio físico e moral de que necessita e que lhe será imprescindível para seu futuro na vida em liberdade, como ensina Belaustegui Mas”. (Cf. PIERANGELLI, José Henrique. Das penas e sua execução ao novo Código Penal. *O direito penal e o novo código penal brasileiro*. Sérgio Antonio Fabris Editor, Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1985, p. 71.).

Numa feliz síntese, afirma Francisco Bueno Arús que o trabalho do preso “é imprescindível por uma série de razões: do ponto de vista disciplinar, evita os efeitos corruptores do ócio e contribui para manter a ordem; do

ponto de vista sanitário é necessário que o homem trabalhe para conservar seu equilíbrio orgânico e psíquico; do ponto de vista educativo o trabalho contribui para a formação da personalidade do indivíduo; do ponto de vista econômico, permite ao recluso de dispor de algum dinheiro para suas necessidades e para subvencionar sua família; do ponto de vista de ressocialização, o homem que conhece um ofício tem mais possibilidades de fazer vida honrada ao sair em liberdade”. (Cf. ARÚS, Francisco Bueno. Art. Cit., p. 307.)

“Nas Regras Mínimas da ONU prevê-se que o trabalho penitenciário não deve ter caráter aflitivo (nº. 71.1); na medida do possível deverá contribuir, por sua natureza, para manter ou aumentar a capacidade do preso para ganhar honradamente sua vida depois da liberação (nº. 71.4), e sua organização e métodos devem assemelhar-se o mais possível à dos que realizam um trabalho similar fora do estabelecimento a fim de preparar o preso para as condições normais do trabalho livre (nº. 72.1). Nos termos da Lei de Execução Penal, o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva (art. 28). Ressalta-se, assim, no dispositivo, que o trabalho é um dever do condenado, o que é reiterado no artigo 31, *caput*, e artigo 39, V, do referido diploma. Não se confunde, assim, com o trabalho espontâneo e contratual da vida livre, já que entra no conjunto dos deveres que integram a pena.” (CALIXTO, Negi. Trabalho externo particular do condenado na execução penal. RT 492/424).

“Mas, se o Estado tem o direito de exigir que o condenado trabalhe, conforme os termos legais, tem o preso o “direito social” ao trabalho (art. 6º, da Constituição Federal de 1988). Como pelo seu *status* de condenado em cumprimento de pena privativa de liberdade, ou de objeto de medida de segurança detentiva, não pode exercer esse direito, ao Estado incumbe o dever de dar-lhe trabalho (Cf. MIOTTO, Armida Bergamini. Ob. Cit. P. 365). Por isso, dispõe-se que é direito do preso a atribuição de trabalho e sua remuneração (art. 41, II, da LEP). Como a obrigatoriedade do trabalho, porém, se vincula ao dever da prestação pessoal do condenado, embora descartando a lei a coação para concretizar o cumprimento desse dever, recorre ela às sanções disciplinares, prevendo como falta grave o descumprimento do dever de trabalhar (art. 50, VI, da LEP).”

Finalidades do Trabalho Penitenciário. (Pág. 103).

“O trabalho tem seu sentido ético, como condição da dignidade humana, e assim assume um caráter educativo. Se o condenado já tinha o hábito do trabalho, depois de recolhido ao estabelecimento penal o seu labor irá manter aquele hábito, impedindo que degenera; se não o tinha, o exercício regular do trabalho contribuirá para ir gradativamente disciplinando-lhe a

conduta, instalando-se na sua personalidade o hábito de atividade disciplinadora. (Cf. MIOTTO, Armida Bergamini. Ob. cit., p. 495). Para a consecução dessa finalidade educativa, porém, o trabalho prisional deve ser organizado de forma tão aproximadamente quanto possível ao trabalho em sociedade. (Exposição de Motivos, item 54). Aliás, conforme decisão do II Congresso das Nações Unidas, de 1960, a “assimilação do trabalho penitenciário livre repousa sobre a idéia de que, na maior parte dos casos, o recluso é um trabalhador privado de sua liberdade”.

“Não descurou a lei, também, da recomendação de se dar ao trabalho prisional um sentido profissionalizante, como, aliás, preconizam as Regras Mínimas da ONU (nº. 7.5). Embora tendo-se em conta as limitadas possibilidades do trabalho penitenciário, o propósito de profissionalização deve ser acentuado no trabalho penitenciário quando o preso não tem capacitação profissional. A aquisição de um ofício ou profissão, fator decisivo à reincorporação social do preso, contribuirá para facilitar-lhe a estabilidade econômica assim que alcançar a liberdade. É preparando o indivíduo pela profissionalização (mão-de-obra qualificada), pela segurança econômica que vai adquirindo, pela ocupação integral do seu tempo em coisa útil e produtiva e, conseqüentemente, pelo nascer da razão de viver, pelo reconhecimento dos direitos e deveres, das responsabilidades e da dignidade humana que se obterá o ajustamento ou reajustamento desejado. (Cf. FIGUEIREDO, Ariovaldo. *Comentários ao código penal*. São Paulo, Saraiva, 1985, p. 135). Evidentemente, a profissionalização deve combinar-se com a atividade produtiva e o processo de assistência social, devendo o condenado dividir seu tempo, conforme o determinarem as leis complementares e os regulamentos, entre o aprendizado e o trabalho.”

*

Também, como registramos no início, a reparação à vítima não se constitui em nenhuma novidade.

2 - REPARAÇÃO DO DANO PESSOAL

a) Indenização à vítima ou aos seus sucessores. Comentário à Lei de Execução Penal de Júlio Fabbrini Mirabete. Pág. 126.

“(...) A indenização à vítima ou aos seus sucessores, outro dos deveres do condenado (inciso VII) é a reparação *ex-delicto* prevista tanto na lei penal como civil. Por isso, é possível à Administração descontar do produto da remuneração, pelo trabalho do preso, uma parte destinada ao atendimento dessa indenização, desde que esteja determinada judicialmente (art. 29, § 1º, *a* – item 2.45). Mas, além dessa execução forçada, a indenização é devida

mesmo no caso de não trabalhar o preso, e é seu dever, se dispuser de meios, satisfazê-la”.

b) Livro: FILOSOFIA PENAL DOS ESPÍRITAS. Professor Fernando Ortiz, já citado.

“Não basta para o Espiritismo a **expição** ou **arrependimento**; ele exige a **reparação**.

Vejamos em que consiste: “A reparação consiste em se fazer o bem àquele a quem se fez o mal: quem não repara nesta vida as faltas cometidas, por impossibilidade ou por falta de vontade, achar-se-á em existência posterior, em contacto com as mesmas pessoas a quem prejudicou e em condições por ele mesmo escolhidas, de sorte que lhe facilitem o desejo de lhes fazer tanto bem quanto mal lhes houvera feito”.

Têm razão os espíritas quando proclamam que o princípio da reparação, fatalmente necessária, é um princípio de alta idealidade moral, não proclamado pelas religiões vulgares.

Neste aspecto da criminologia, os espíritas vão muito além dos homens de ciência.

A criminologia conhece a importância da reparação do dano pessoal do delito.

É precisamente um mérito da **nuova scuola** haver salientado a sua transcendência e refletir sobre esse tema os dados da ciência contemporânea, que há já um século foi tão grato a Melchor Gioia e a Bentham.

Spencer, e mais tarde Garófalo, no seu livro **A indenização às vítimas do delito**, e com ele Fioretti, Prins e outros, em reiterados informes aos Congressos de ciências penais, cuidaram desse tema interessante, e todos, unanimemente, trataram da necessária reação contra o esquecimento em que ficam os prejudicados pelo delito.

São vários os projetos discutidos, porém, todos se referem quase exclusivamente à reparação pecuniária do dano material do delito, ou, quando muito, à reparação, por meios econômicos, do dano moral.

O problema da reparação do dano moral é de impossível solução para os penalistas, e da reparação do mal material o é em muitos casos.

Somente as concepções dos espíritas podem alcançar uma solução teórica para o problema. O evolucionismo eterno dos espíritas pode conceber um constrangimento psíquico suficiente para lograr o ressarcimento do dano moral do delito pelo próprio delinqüente. O Espiritismo afirma que

possui os meios coercitivos necessários para essa empresa de correccionalismo sobre-humano que nós os homens não temos.

Assim, podem os espíritas sustentar que sua Filosofia Penal atribui à pena um fim eminentemente reparador: reparação do dano causado à sociedade (dano objetivo impessoal); reparação do dano produzido à vítima ou o indivíduo passivo do ato doloso (dano objetivo pessoal) e reparação do dano experimentado pelo próprio autor do crime (dano subjetivo). (Págs. 213 a 215).

(...) **Evolucionismo...** Quando Lombroso, em 1870, fundou a doutrina do atavismo (Aparição imprevisível, nos descendentes, de um ou mais caracteres que se haviam manifestado num ancestral e estavam desaparecidos há uma ou várias gerações; instintos hereditários, hábitos ancestrais; *criminoso nato*), conseqüência do evolucionismo, já Spencer e Haeckel haviam construído sobre o evolucionismo suas monumentais sínteses filosóficas, levando à Psicologia a teoria da evolução; Huxley fixara a posição do homem na natureza. Estes conceitos eram indispensáveis para a apresentação do atavismo. (Pág. 219).

Nota: Muito próximo a Lombroso houve um pensador que se pode considerar como profundo espiritualista evolucionista. O grande italiano Mazzini escrevia em 1855 (**S-critti editi ed inediti**, vol. V, p. 213), o que se segue:

“Nosso dogma tende a divinizar, lenta e progressivamente, o homem. A idéia da continuação da vida, manifestada em cada um de nós, é a afirmação de que a existência actual é o degrau para a futura, que a Terra é uma estação de prova, onde, combatendo o mal e promovendo o bem, devemos alcançar o mérito de subir.

Da mente científica que não conhece a morte, mas unicamente a transformação; da voz da humanidade inteira; do instinto do coração, que é a intuição do indivíduo; do culto que nós, crentes ou não, tributamos às tumbas; das formas referentes à eternidade, que nossa linguagem assume espontaneamente quando, melhores e, portanto mais perto da verdade, nos entregamos a transportes de amor e de virtude; do halo de fé que ilumina a fronte do mártir; da paz suprema que vi impressa no rosto de seres aos quais não era dolorosa a morte; da impossibilidade de crer que os mais santos afetos são amarga ironia, que os mais santos sacrifícios, uma ilusão; que a onipotência do gênio uma fumarada enganosa, extinta ao primeiro fenômeno da matéria; de toda a contemplação, de todo o estudo, de todo o sentimento: **deduzi que somos imortais, que a lei da vida é uma; que o progresso presente e desenvolvido pela humanidade coletiva de geração em geração, se desenvolve para a humanidade individual, de transformação em transformação, de existência em existência;** que o desenvolvimento de um progresso alcançado e a memória são palavras idênticas; que conservamos, através destas transformações, consciência e memória de nossa identidade, e só as readquirimos lentamente, assim como a humanidade coletiva conquista o conhecimento do passado à medida que avança para o futuro. Deduzi que o amor é uma promessa que se cumpre no Além, que a esperança é um fruto que germina, que o ataúde é o berço de uma vida nova”.

O evolucionismo espírita, como o explicou Allan Kardec, não teve crente mais fervoroso, nem mais puro apóstolo que Mazzini, seu contemporâneo.

Se a idéia evolucionista por si só não houvesse sido suficiente para cristalizar na mente do gênio lombrosiano a teoria atávica do delito, não lhe faltariam sugestões filosóficas. O descobrimento da fosseta foi o selo científico de muitas intuições anteriores. Daí a revolução lombrosiana. (Pág. 220).”

*

Da mesma forma, não se constitui novidade a indenização ao Estado, pelo presidiário, das despesas de sua manutenção.

3 – INDENIZAÇÃO AO ESTADO

Indenização ao Estado. Comentário à Lei de Execução Penal de Júlio Fabbrini Mirabete. Pág. 126.

(...) Inclui-se ainda como dever do condenado, de acordo com a moderna orientação doutrinária, a “indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho” (inciso VIII). Esse desconto, como já foi visto, não pode prejudicar a destinação prevista na lei para a indenização *ex delicto*, assistência à família e despesas pessoais (art. 29, §1º, *d*). À lei local cabe dispor sobre a percentagem do desconto destinada a tal indenização.”

*

DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

É indispensável, neste Capítulo, incluirmos o tema “Sanções Disciplinares”, para observarmos que não amedrontam e, muito menos, estimulam o preso a dedicar-se ao trabalho e aos demais deveres que lhe são impostos. Situação oposta temos com a pena de duração indeterminada, que poderá abreviar a liberdade ao preso que cumpre suas obrigações.

“Art. 49. As faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções.

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

VI – inobservar os deveres previstos nos incisos II e V do artigo 39, desta lei.”

Faltas Graves na Pena Privativa de Liberdade. Idem, (Pág. 152 e 154).

“(…) Por fim, arrola-se na LEP como falta disciplinar grave “inobservar os deveres previstos nos incisos II e V do artigo 39 desta lei” (inciso VI, art. 50). Assim, a desobediência à ordem de um funcionário e o desres-

peito a qualquer pessoa com que o preso deva relacionar-se (art. 39, II), bem como a inexecução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas (art. 39, V) são condutas sancionadas como faltas graves. Deve-se observar, porém, que não comete falta disciplinar o preso que descumpra ordem ilegal, pois “ninguém está obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (art. 5º, II, da CF).”

DAS SANÇÕES

Idem, idem, Júlio Fabbrini Mirabete.

“Art. 53. Constituem sanções disciplinares:

IV – isolamento na própria cela ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88, desta lei.

Assim, a sanção disciplinar é inócua para motivar o preso a dedicar-se ao trabalho e, ao contrário, é estimulante ao ócio.

Sanções Disciplinares. Idem, (Págs. 158 a 160).

(...) Por último, a sanção mais severa é o isolamento do condenado. Abolida a possibilidade de encerramento em cela escura (item 2.90), permite-se o isolamento na própria cela quando o condenado está ali recolhido, ou em outro local adequado, que também pode ser uma cela individual, quando estiver recolhido a alojamento coletivo. Essa sanção traz implícita, evidentemente, a proibição de recebimento de visitas, de comunicações com o exterior, de recreação etc. Sendo o isolamento a sanção mais severa das cominadas na lei de execução, deve ser ela reservada às hipóteses das faltas mais graves, em que se denuncia evidente agressividade ou violência do preso ou quando este é reincidente em faltas disciplinares. Em hipóteses outras deve ser aplicada a sanção de suspensão ou restrição de direitos que, sendo também aflitiva, causa menos ou nenhum prejuízo ao processo de reinserção social do condenado.

De qualquer forma, o isolamento não é castigo especialmente penoso, já que o local em que ele deve ser cumprido deve estar dotado de aparelho sanitário e lavatório, preenchendo os requisitos de salubridade previstos no artigo 88 da LEP.

O isolamento, que restringe a liberdade de locomoção e alguns dos direitos do preso, pode traduzir-se em certa incomunicabilidade do condenado, exceto no que diz respeito às exceções legais (contatos com o advogado, com o diretor do presídio etc.). Não pode servir, porém, de pretexto para

se infligir ao condenado outras aflições (castigos físicos, redução de alimento ou água, falta de vestuário, ausência de atendimento médico etc.).

A suspensão ou restrição de direitos e o isolamento não podem exceder trinta dias (item 2.110), e o último deve ser sempre comunicado ao juiz da execução (item 2.111).

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular:

a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;

b) área mínima de seis metros quadrados.”

CAPÍTULO VI
A EDUCAÇÃO MORAL
E

A EDUCAÇÃO RELIGIOSA GERAL

DA EDUCAÇÃO MORAL

Já foi, preliminarmente, destacada a diferença entre Instrução, que se dirige ao intelecto, e Educação Moral que se refere ao caráter, à reformulação de hábitos, aos sentimentos, ao despertamento, enfim, das virtudes. E, esta - Educação Moral – é o verdadeiro objeto de nossa proposta neste livro, em conjunto com as demais proposituras. Veremos, a seguir, que a Lei de Execução Penal ao tratar do assunto Educação, o faz visando os aspectos de formação profissional, utilitário e não tem em vista a reforma moral do presidiário, como pretendemos.

Desenvolveremos este tema, à luz do Código de Direito Natural Espírita, nos capítulos X - “Educação Moral do Recluso e do Internado”, e XI - “Educação Para Todos”.

DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA GERAL E ESPÍRITA

Quando afirmamos que A Educação Religiosa deve ser obrigatória, pretendemos dizer Ensino Religioso Global, isto é, possibilidade de conhecimento da História da Religião, as diversas correntes religiosas com seus dogmas, sua filosofia, seus princípios, permitindo ao ouvinte fazer o seu próprio juízo de valor e optar livremente, se o desejar, por uma delas. A liberdade de consciência é inviolável e Constitucionalmente defendida, como podemos observar abaixo, pelos comentários do ilustre Jurista Júlio Fabbrini Mirabete, à Lei de Execução Penal.

Entendemos que compoendo a Educação Religiosa Geral, devem ser ministrados os ensinamentos relativos à Educação Religiosa à luz da Doutrina Espírita, de conformidade com o exposto no Capítulo VIII, Código de Direito Natural Espírita: LEI DE ADORAÇÃO: RELIGIÃO PARA TODOS (incluindo os reclusos e internados).

*

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E PROVIDÊNCIAS PARALELAS

1) DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

2) DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

1) DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL. Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Comentários de Julio Fabbrini Mirabete. Livro citado, pág. 85.

“Dispõem as Regras Mínimas da ONU que se devem tomar as providências necessárias para melhorar a instrução de todos os presos que puderem dela aproveitar-se (n. 77.1) e determina o artigo 17 da LEP que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

A assistência educacional deve ser uma das prestações básicas mais importantes não só para o homem livre, mas também àquele que está preso, constituindo-se, neste caso, em um elemento do tratamento penitenciário como meio para a reinserção social. Dispõe, aliás, a Constituição Federal que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205), garantindo ainda o “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria” (art. 208, I), conceituado este como “direito público subjetivo” (art. 208, §1º.). Isto quer dizer que não só a instrução, que é um dos elementos da educação, mas também esta é um direito de todos, sem qualquer limitação de idade. Assim, pois, qualquer pessoa, não importa a idade e tampouco a sua condição ou *status* jurídico, tem o direito de receber educação desde que, evidentemente, seja dela carente qualitativa ou quantitativamente. (Cf. MIOTTO, Armida Bergamini, Ob. cit., p. 403). De vez que a cada direito corresponde um dever, é a própria Constituição que esclarece ser este do Estado, que deverá prover a educação aos presos e internados se não o tiver feito convenientemente no lar e na escola.”

*

EDUCAÇÃO DO RECLUSO E DO INTERNADO

Comissão aprova acesso de detentos a cultura e educação

13/07/2006

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou na terça-feira (11) o Projeto de Lei 2580/03, do deputado Carlos Nader (PL-RJ), que estimula o acesso do presidiário à cultura, ao esporte e à formação profissional, por meio de programas específicos e convênios com órgãos públicos. O projeto altera a Lei de Execução Penal (7210/84). Segundo o projeto, o serviço de assistência social que atua no presídio deverá fazer o levantamento sistemático das aptidões dos presidiários, para que eles possam executar tarefas que os auxiliem na formação profissional. Além disso, a administração do estabelecimento penitenciário pode assinar convênios com os órgãos públicos para a utilização do trabalho do preso na construção de escolas ou obras em que não se exija a licitação.

Valorização

O relator do projeto na comissão foi o deputado Lincoln Portela (PL-MG). Ele afirmou que, ao valorizar o acesso dos presidiários ao trabalho e à cultura, o projeto cria "um meio para a ressignificação do sentido de vida do preso, da sua posição na sociedade, melhorando a sua auto-estima e motivando-o a superar as causas que o levaram à pena de reclusão". O relator optou por rejeitar as duas propostas que tramitam apensadas ao PL 2580, os projetos 4202/04 e 4451/04, que incentivam a prática esportiva nos presídios brasileiros. Para o relator, o projeto do deputado Nader é mais completo.

Tramitação

O PL 2580 tramita em caráter conclusivo e será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
*

Fórum do Mercosul discute educação prisional



16/11/2006 16h10



A população nos presídios brasileiros chega hoje a 328 mil pessoas. Cerca de 70% delas não concluíram o ensino fundamental, e 10,5% são analfabetas. Para discutir a criação de políticas públicas educacionais com foco na reintegração do presidiário, os ministérios da Educação e da Justiça estão organizando o Fórum de Educação Prisional. O encontro integra o 3º Fórum Educacional do Mercosul, que começa na **terça-feira, dia 21**, e será encerrado na **quinta, 23**, em Belo Horizonte.

“A maioria dos presos nunca freqüentou a escola ou teve a oportunidade de trabalhar. São *ladrões de galinhas*, que encontraram no crime uma forma de ascensão social”, explicou a coordenadora de reintegração social e ensino do Ministério da Justiça, Hebe Romano.

Durante o fórum, serão definidas iniciativas destinadas a oferecer ao preso que não oferece risco à comunidade a chance de estudar e de ser capacitado para o mercado de trabalho. A intenção é evitar a reincidência criminal e o contato entre presidiários comuns e aqueles de alta periculosidade. As medidas, se implementadas, podem devolver o ex-presidiário ao convívio social e oferecer-lhe perspectivas de inclusão.

Apesar de a lei de execução penal determinar que todo presídio ofereça ensino à população carcerária, isso não ocorre. De acordo com o diretor de educação de jovens e adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Timothy Ireland, o fórum servirá para criar um sistema de ensino prisional vinculado à educação de jovens e adultos. “Hoje, não há um sistema de ensino, e a educação prisional se tornou fragmentada, a cargo de cada presídio”, afirmou.

Segundo Hebe Romano, para educar os presos, além de salas de aula e professores capacitados, é necessário preparar os agentes penitenciários. “Muitos acreditam que estão ali para punir os presos e não entendem a importância da educação como forma de reinserção social”, disse.

Integração — Outra meta do encontro é promover um intercâmbio entre as nações do Mercosul em relação às práticas de educação prisional. Além dos países participantes do evento — cinco membros e cinco associados —, outros quatro estão interessados em constituir uma rede interamericana de cooperação educacional. Essa rede será responsável pela elaboração de políticas comuns entre os países, a partir das melhores experiências já implantadas na América Latina. Além disso, há interesse em trocar informações com os países da União Européia.

Maria Clara Machado

*

2) DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA. Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º. No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º. Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

Comentários de Júlio Fabbrini à Lei de Execução Penal, Pág. 95:

“Pena e Religião. Como o homem é um ser ético, tem necessidades espirituais das quais pode ou não ter consciência. Se tiver essa consciência, deverá satisfazê-la e o Estado deverá atendê-lo; se não a tiver, podem ser-lhe oferecidos os socorros espirituais ou da religião, permitindo-se que os aceite ou recuse. A tentativa de reformar o preso através da religião é muito antiga, e já na época do Império Romano o Estado chamou os sacerdotes aos cárceres para dar-lhes consolo e assistência moral necessárias. A idéia de que clérigos ou monges fossem recolhidos às suas celas nos mosteiros da Idade Média para se dedicarem à meditação e a se arrependerem da falta cometida, reconciliando-se assim com Deus, praticamente foi a determinante da construção da primeira prisão destinada ao recolhimento de criminosos, a *House of Correction*, construída em Londres entre 1550 e 1552, e John Howard, autor de *The state of prison in England and Walles*, de 1576, converteu a assistência religiosa em um dos pontos fundamentais de seu sistema carcerário, propondo que em todas as prisões houvesse um capelão e que se realizassem no presídio práticas religiosas e a leitura de livros religiosos antes das refeições.”

Assistência Religiosa. Idem, pág. 95.

“Na atualidade, a assistência religiosa no mundo prisional não ocupa lugar preferencial nem é o ponto central dos sistemas penitenciários, tendo-se adaptado às circunstâncias dos nossos tempos. Não se pode desconhecer, entretanto, a importância da religião como um dos fatores da educação integral das pessoas que se encontram internadas em um estabelecimento penitenciário, razão pela qual a assistência religiosa é prevista nas legislações mais modernas (Sobre o assunto: ALBERGARIA, Jason, A Pastoral Penitenciária e a Lei de Execução Penal, in *JUS, Revista Jurídica do Ministério Público*, Minas Gerais, XXI, v. 10, 1990, pp. 82-102). Em pesquisa efetuada nos diversos institutos penais subordinados à Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo por um grupo de trabalho instituído pelo então secretário Manoel Pedro Pimentel, concluiu-se que a religião tem, comprovadamente, influência altamente benéfica

no comportamento do homem encarcerado e é a única variável que contém em si mesma, em potencial, a faculdade de transformar o homem encarcerado ou livre. Foram as seguintes as conclusões desse trabalho de pesquisa: I – Há necessidade de conscientização dos homens que lutam pela reabilitação do presidiário da marcante e benéfica influência da religião no comportamento humano e de que ela constitui a única forma de tratamento que subsiste por si mesma, independentemente de qualquer outro para atuar como fator de valorização do homem; II – Essa influência se reflete em todas as áreas de tratamento penal e pode levar à recuperação dos delinquentes; III – É de fundamental importância dar ao presidiário condições de expressar sua religiosidade ou de se conscientizar de que ela existe através da liberdade de culto, propiciando-lhe o exercício do direito de opção por uma religião com a qual se identifique; IV – Impõe-se, portanto, que se proceda com urgência à sistematização, melhoria e expansão dessas atividades nos estabelecimentos penais, para que toda a população carcerária seja beneficiada, possibilitando o ensino religioso, leitura, diálogo, conforto espiritual, contribuindo, assim, para sua evolução moral e cultural. (Cf. OLIVEIRA, Marina Marigo Cardoso de. A religião nos presídios. *RT* 501/379-397 e *Justitia* 97/31-58).

“Nas Regras Mínimas da ONU se diz que, dentro do possível, deve ser autorizado a todo preso cumprir os preceitos de sua religião, permitindo-se que participe dos serviços organizados no estabelecimento e que tenha os seus livros religiosos ou de instrução religiosa de seu credo (nº. 42). A nossa Constituição Federal prevê a plena liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias (art. 5º, VI). Assegura, ainda, a prestação religiosa nas entidades civis e militares de *internação coletiva* (art. 5º, VII). A Lei de Execução Penal, no artigo 24, tornou um dever do Estado a assistência religiosa, com liberdade de culto, aos presos e aos internados. Regras semelhantes encontram-se no artigo 10.2 do regulamento canadense, nos artigos 16 e 40 do regulamento belga, no artigo 15 da lei de execução alemã, nos artigos 89 e seguintes e 197 da lei portuguesa e no artigo 54 da lei penitenciária espanhola.”

CAPÍTULO VII
LEI DO TRABALHO PARA TODOS
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

Lei do Trabalho para Marx e para o Espiritismo. Em nota ao item 685-a do Livro dos Espíritos, referindo-se à **Lei do Trabalho**, acrescenta José Herculano Pires, o tradutor, que a concepção espírita do trabalho, como lei natural, determinante ao mesmo tempo da evolução do homem e da Natureza, coincide com o princípio marxista segundo o qual, nas próprias palavras de Marx “Agindo sobre a natureza, que está fora dele, e transformando-a por meio da ação, o homem se transforma também a si mesmo”. Vemos, no item 676, que “sem o trabalho o homem permaneceria na infância intelectual”. O Espiritismo não encara, pois, o trabalho como “uma condenação” segundo dizem alguns marxistas, mas como uma necessidade da evolução humana e da evolução terrena. **Trabalhar não é sofrer, mas progredir, desenvolver-se, conquistar a felicidade.** A diferença está em que para os marxistas a felicidade se encontra nos produtos materiais do trabalho na Terra, **enquanto para os espíritas, além dos proventos imediatos na Terra, o trabalho proporciona também os da evolução espiritual.**

3 - Lei do Trabalho e Educação Moral. Por isso não basta dar trabalho ao homem, sendo também necessário dar-lhe **EDUCAÇÃO MORAL**, ou seja, orientação espiritual para que ele possa tirar do trabalho a abundância para todos, mas sem perspectivas espirituais, seria tão vazio e aborrecido como um mundo espiritual de ociosidade, segundo o prometido pelas religiões. O paraíso terrestre do marxismo equivaleria ao paraíso celeste dos beatos. O Espiritismo não aceita um extremo nem outro, colocando as coisas em seu devido lugar.

*

LEI DO TRABALHO

I – NECESSIDADE DO TRABALHO (O Livro dos Espíritos, itens 674-681)

Artigo 52 – O trabalho é uma lei da Natureza e, por isso mesmo, é uma necessidade. A civilização obriga o homem a trabalhar mais, porque aumenta as suas necessidades e os seus prazeres. Devemos entender por trabalho não apenas as ocupações materiais, pois o Espírito também trabalha, como o corpo. Toda ocupação útil é trabalho.

52.1 – “Trabalho” - Explicação do Espírito Joanna de Ângelis, no livro “Estudos Espíritos”, psicografado por Divaldo P. Franco, Editora FEB, RJ, 3ª. edição, págs. 91-97:

Conceito – Genericamente o vocábulo ‘trabalho’ pode ser definido como: “Ocupação em alguma obra ou ministério; exercício material ou intelectual para fazer ou conseguir alguma cousa.”

O trabalho, porém, é lei da Natureza mediante a qual o homem forja o próprio progresso desenvolvendo as possibilidades do meio ambiente em que se situa, ampliando os recursos de preservação da vida, por meio das suas necessidades imediatas na comunidade social onde vive. Desde as imperiosas necessidades de comer e beber, defender-se dos excessos climáticos até os processos de garantia e preservação da espécie, pela reprodução, o homem vê-se coagido à obediência à lei do trabalho.

O trabalho, no entanto, não se restringe apenas ao esforço de ordem material, física, mas, também, intelectual pelo labor desenvolvido, objetivando as manifestações da Cultura, do Conhecimento, da Arte, da Ciência.

Muito diferente da força aplicada pelo animal, o trabalho no homem objetiva a transformação para melhor das condições e do meio onde se encontra situado, desdobrando a capacidade criativa, de modo a atingir as altas expressões da beleza e da imortalidade, libertando-se, paulatinamente, das formas grosseiras e primárias em que transita para atingir a plenitude da perfeição.

Trabalho: expiação e prova

Artigo 53 – O trabalho é imposto ao homem em virtude de sua natureza corpórea. É uma expiação e, ao mesmo tempo, um meio de aperfeiçoar a sua inteligência. Sem o trabalho, o homem permaneceria na infância intelectual; eis porque ele deve a sua alimentação, a sua segurança e o seu bem-estar ao seu trabalho e à sua atividade. Ao físico franzino, Deus concedeu a inteligência para o compensar; mas há sempre trabalho.

53.1 – “A Lei de Trabalho” - Explicação de Rodolfo Calligaris em seu livro “As Leis Morais”, Editora FEB, RJ, 3ª. edição, 1983, págs. 59-61:

O trabalho é uma lei da natureza a que ninguém se pode esquivar, sem prejudicar-se, pois é por meio dele que o homem desenvolve sua inteligência e aperfeiçoa suas faculdades. O trabalho honesto fortalece-lhe o sentimento de dignidade pessoal, fá-lo respeitado pela comunidade em que vive, e, quando bem realizado, contribui para dar-lhe a sensação de segurança, três coisas fundamentais que todos buscamos.

Para que o homem tenha êxito no trabalho, e como tal deve entender-se não necessariamente o ganho de muito dinheiro, mas uma constante satisfação íntima, faz-se mister que cada qual se dedique a um tipo de atividade de acordo com suas aptidões e preferências, sem se deixar influenciar pela vitória de outrem nesta ou naquela carreira, porquanto cada arte, ofício ou profissão exige determinadas qualidades que nem todos possuem. Quem não consiga uma ocupação condizente com o que desejaria, deve, para não ser infeliz, adaptar-se ao trabalho que lhe tenha sido dado, esforçando-se por fazê-lo cada vez melhor, mesmo que seja extremamente fácil. Isso ajudará a gostar dele. Quando se trate de al-

go automatizado que não permita qualquer mudança, como acontece em muitas fábricas modernas, o remédio é compenetrar-se de que sua função na empresa também é importante, assumindo a atitude daquele modesto operário cujo serviço era quebrar pedras e que, interrogado sobre o que fazia, respondeu com entusiasmo: “Estou ajudando a construir uma catedral”.

Importa, igualmente, se adquira a convicção de que embora apenas alguns poucos possam ser professores, médicos, engenheiros, advogados ou administradores, todos, indistintamente, desde que desenvolvam um trabalho prestadio, estão dando o melhor de si, concorrendo, assim, para o progresso e o bem-estar social, como lhes compete.

(...) Os que supõem seja o trabalho apenas um “ganha-pão”, sem outra finalidade que não a de facultar os meios necessários à existência, laboram em erro. Se o fosse, então todos aqueles que possuíssem tais meios, em abundância, poderiam julgar-se desobrigados de trabalhar. Em verdade, porém, a lei de trabalho não isenta ninguém da obrigação de ser útil. Ao contrário. Quando Deus nos favorece, de maneira que possamos alimentar-nos sem verter o suor do próprio rosto, evidentemente não é para que nos entreguemos ao hedonismo, mas para que movimentemos, na prática do Bem, os “talentos” que nos haja confiado. Isso constitui uma forma de trabalho que engrandece e enobrece nossa alma, tornando-a rica daqueles tesouros que “a ferrugem e a traça não corroem, nem os ladrões podem roubar.”

O trabalho dos animais, do homem primitivo e seus sucessores

Artigo 54 – A Natureza provê, por si mesma, todas as necessidades dos animais, mas eles trabalham também. Mas o seu trabalho, como a sua inteligência, é limitado aos cuidados da conservação. Eis porque, entre eles, o trabalho não conduz ao progresso, enquanto entre os homens tem um duplo objetivo: a conservação do corpo e o desenvolvimento do pensamento, que é também uma necessidade e que o eleva acima de si mesmo. Quando digo que o trabalho dos animais é limitado aos cuidados de sua conservação, refiro-me ao fim a que eles se propõem, trabalhando. Mas, enquanto, sem o saberem, eles se entregam inteiramente a prover as suas necessidades materiais, são os agentes que colaboram nos desígnios do Criador. Seu trabalho não concorre menos para o objetivo final da Natureza, embora muitas vezes não possais ver o seu resultado imediato.

54.1 – “O trabalho dos animais, do homem primitivo e do homem moderno” - Explanação do Espírito Joanna de Ângelis às págs., 92 do livro Estudos Espíritos:

O movimento e o esforço a que são conduzidos os animais e que por generalização passam a ser denominados trabalho, constituem atividade de repetição motivada pelo instinto de “conservação da vida”, sem as resultantes realizações criadoras, que facultam o aprimoramento, o progresso, a beleza inerentes ao ser humano. Enquanto os animais agem para prover a subsistência imediata o homem labora criando, desenvolvendo as funções da inteligência que o agigantam, conseguindo meios e recursos novos para aplicação na faina de fazê-lo progredir.

A princípio, o homem, à semelhança do próprio animal, procurava apenas prover as necessidades imediatas, produzindo um fenômeno eminentemente predatório, numa vida nômade, em que se utilizava das reservas animais e vegetais para a caça, a pesca e colheita de frutos silvestres, seguindo adiante, após a destruição das fontes naturais de manutenção. No período da ‘pedra lascada’ sentiu-se impelido a ampliar os braços e as pernas para atingir as metas da aquisição dos recursos, recorrendo a instrumentos rudes, passando mais tarde à agricultura para, da terra, em regime de sociedade, extrair os bens que lhe facultassem a preservação da vida, prosseguindo, imediatamente, à criação de rebanhos que domesticou, capazes de propiciar-lhe relativa abundância, pelo resultante do armazenamento dos excedentes da colheita e do abate animal, deixando de ser precárias as condições, assaz primitivas, em que vivia.

O comércio e indústrias rudimentares – Com a utilização dos instrumentos mais aprimorados para a caça, a pesca, a agricultura, a criação de rebanhos, as atividades tornaram-se rendosas, facultando a troca de mercadorias como primeiro passo para o comércio e posteriormente para a indústria, de modo a fomentar recursos sempre novos e cada vez mais complexos, pelos quais libertava-se paulatinamente das dificuldades iniciais para levantar a base do equilíbrio social, pela previsão e recursos de previdência segura, ante os períodos cíclicos de calamidades que sofria com frequência: secas, guerras, enfermidades.

O Trabalho escravo – No passado, porém, o trabalho se apresentava para as classes nobres como uma desonra, sendo reservado apenas aos “braços escravos”, que se encarregavam de todas as tarefas, de modo a que os dominadores se permitissem a ociosidade brilhante, podendo-se valorizar os recursos dos homens pelo número de escravos e servos de que podiam dispor. Mesmo a cultura da inteligência era transmitida, não raro, por homens ferreteados pela escravidão, e o desenvolvimento das artes, das atividades domésticas encontrava-se em posição subalterna de servilismo desprezado, conquanto indispensável.

Meio de elevação e de expiação – O trabalho, porém, apresenta-se ao homem como meio de elevação e como expiação de que tem necessidade para resgatar o abuso das forças, quando entregues à ociosidade ou ao crime, na sucessão das existências pelas quais evolue. Não fora o trabalho e o homem permaneceria na infância primitiva, sendo por Deus muitas vezes facultado ao fraco de forças físicas os inapreciáveis recursos da inteligência, mediante a qual granjeia progresso e respeito, adquirindo independência econômica, valor social e consideração, contribuindo poderosamente para o progresso de todos.

A Tecnologia, a divisão social do trabalho – Com o irrompimento da técnica, que multiplicou os meios para a atividade do homem, na sociedade, veio inevitavelmente a divisão social do próprio trabalho, criando as classes, hoje, como ontem, empenhadas em lutas terrificantes e crescentes. A lei do trabalho, porém, impõe-se a todos e ninguém fugirá dela impunemente, deixando de ser surpreendido mais adiante... A quem algum é permitido usufruir os benefícios do trabalho de outrem sem a justa retribuição e toda exploração imposta pelo usurário representa ‘cárcere e algema’ para si mesmo, na sucessão das existências inevitáveis a que se encontra impelido a utilizar.

Do trabalho mecânico, rotineiro, primitivo, puro e simples, à automação, houve um progresso gigante que ora permite ao homem o abandono das tarefas rudimentares, entregues a máquinas e instrumentos que ele mesmo aperfeiçoou, concedendo-lhe tempo para a genialidade criativa e a multiplicação de atividades em níveis cada vez mais elevados.

Trabalho-remunerado e Trabalho-abnegação – (...) Dividido o tempo entre trabalho e lazer, ação e esparecimento, ampliam-se as possibilidades da existência do homem

que, então, frui a decorrência do progresso na saúde, nas manifestações artísticas, na cultura, no prazer, dispondo de tempo para as atividades espirituais, igualmente valiosas, senão indispensáveis para a sua paz interior.

Mediante o ‘trabalho-remunerado’ o homem modifica o meio, transforma o ‘habitat’, cria condições de conforto. Através do ‘trabalho-abnegação’, do qual não decorre troca nem permuta de remuneração, ele se modifica a si mesmo, crescendo no sentido moral e espiritual. Por um processo ele se desenvolve na horizontal e se melhora exteriormente; pelo outro, ascende no sentido vertical da vida e se transforma de dentro para fora. Utilizando-se do primeiro recurso conquista simpatia e respeito, gratidão e amizade. Através da auto-doação consegue superar-se, revelando-se instrumento da Misericórdia Divina na construção da felicidade de todos.

Teorias Econômicas do Trabalho e Justiça Social

Duas são as teorias econômicas do trabalho na estrutura da sociedade: o **‘trabalho-valor’** que se consubstancia nas teorias de Adam Smith, Jean-Baptiste Say e David Ricardo, que pugnavam pela assertiva de que "o trabalho cria o valor econômico" e a outra, a do **‘trabalho-produção’**, expressa através dos expoentes da denominada ‘Escola Marginalista’, que consideram o trabalho como um dos “fatores da produção, cujo valor é medido pelo valor do produto que cria”, considerando-se primacialmente a sua utilidade aplicada ao mercado de consumo.

Com a Revolução Industrial e o advento da máquina que modificaram toda a estrutura do trabalho realizado pelo homem, a tese do **‘trabalho-valor’** sobrepôs-se e **foi adotada por Karl Marx**, objetivando o trabalhador, nas suas necessidades de reposição do desgaste físico (ou mental), consequência direta e imediata da atividade exercida, sendo, assim, o trabalho, inexaurível fonte de todo o progresso humano.

Com o desenvolvimento das Ciências Sociais e o advento das Entidades Previdenciárias e Assistenciais, o homem passou a beneficiar-se numa regulamentação legal sobre o tempo de trabalho, horário, remuneração extraordinária e a indispensável aposentadoria, observados os requisitos essenciais, assistência médico-odontológica, pensão para a família, quando ocorre o óbito, invalidez remunerada em estrutura de justiça.

As lutas entre patrão e empregado começaram a ser examinadas com maior equidade, resolvendo-se em Casas de Justiça os graves problemas a que se viam constrangidos os menos afortunados pelos valores aquisitivos, que, em face da permanente conjuntura econômica a que se vêem a braços os diversos países, eis que com a moeda ganha, sempre se adquire menos utilidades, comprimindo-os até o desespero, fomentando a anarquia e o desajustamento comunitário. Dividido o tempo entre trabalho e lazer ação e esparecimento, ampliam-se as possibilidades da existência do homem que, então, frui a decorrência do progresso na saúde, nas manifestações artísticas, na cultura, no prazer, dispondo de tempo para as atividades espirituais, igualmente valiosas, senão indispensáveis para a sua paz interior.

Liberação do trabalho material

Artigo 55 – O homem que possui bens suficientes para assegurar sua subsistência talvez esteja liberto do trabalho material, mas não da obrigação de se tornar útil na proporção dos seus meios, de aperfeiçoar a sua inteligência ou a dos outros, o que é também um trabalho. Se o homem a quem Deus concedeu bens suficientes para assegurar sua subsistência não está obrigado

a comer o pão com o suor da fronte, a obrigação de ser útil a seus semelhantes é tanto maior para ele, quanto a parte que lhe coube por adiantamento lhe der maior lazer para fazer o bem.

Existência voluntariamente inútil

Artigo 56 – Deus é justo e só condena aquele cuja existência for voluntariamente inútil, porque esse vive na dependência do trabalho alheio. Ele quer que cada um se torne útil na proporção de suas faculdades.

Dever de assistência mútua na família

Artigo 57 – A lei da Natureza impõe aos filhos a obrigação de trabalhar para os pais, assim como os pais devem trabalhar para os filhos. Eis porque Deus fez do amor filial e do amor paterno um sentimento natural, a fim de que, por essa afeição recíproca, os membros de uma mesma família sejam levados a se auxiliarem mutuamente. É o que, com muita freqüência, não se reconhece na atual sociedade.

II – LIMITE DO TRABALHO. REPOUSO. (Itens 682 a 685-a)

Artigo 58 – Sendo o repouso uma necessidade após o trabalho, é uma lei da Natureza. Ele serve para reparar as forças do corpo. É também necessário deixar um pouco mais de liberdade à inteligência que deve elevar-se acima da matéria.

Artigo 59 – O limite do trabalho é o limite das forças; não obstante, Deus dá liberdade ao homem.

59.1 – “Limite do Trabalho - Aposentadoria” - Explicação de Rodolfo Calligaris no livro acima, págs. 62-65:

À pergunta (n. 683) do Codificador: “qual o limite do trabalho?”, responderam os mentores espirituais incumbidos de lhe ditarem os fundamentos da nova Revelação: “o das forças”. Isso deixa claro que, sendo, como é, fonte de equilíbrio físico e moral, o trabalho deve ser exercido por tanto tempo quanto nos mantenhemos válidos.

(...) A natureza exige o emprego de nossas energias e aqueles que se aposentam, sentindo-se ainda em pleno gozo de suas forças físicas e mentais, depressa caem no fastio, tornando-se desassossegados, irritadiços ou hipocondríacos. Alguns tentam eliminar o vazio de suas horas em viagens; outros, em diversões; quase todos, porém, se cansam de uma coisa e outra, entregando-se, por fim, ao alcoolismo, à jogatina e a outros vícios que lhes aruínam, de vez, tanto a saúde como a paz íntima.

Abalizados psiquiatras e psicanalistas afirmam, com exato conhecimento de causa, que “todos os seres humanos precisam encontrar alguma coisa que possam fazer”, pois “ninguém consegue ser feliz sem que se sinta útil ou necessário a alguém.”

Frank C. Cáprio (Ajuda-te pela Psiquiatria) chega a dizer: “Tal como o amor, o trabalho é medicinal. Alivia os males da alma.”

Isto posto, se formos homens de negócios, ao invés de os interrompermos bruscamente, convém que, ao atingirmos certa idade, diminuamos o ritmo de nossas ocupações ou peso de nossas responsabilidades, repartindo-as gradativamente com nossos auxiliares ou com aqueles que devam suceder-nos, adquirindo, ao mesmo tempo, algum outro interesse que mantenha ocupado o nosso intelecto. Se assalariados, que encontremos, ao aposentar-nos, uma ocupação leve, porém proveitosa, com que preencher saudavelmente nossa vida. Jamais, em hipótese alguma, condenar-nos à completa ociosidade, a pior coisa que pode acontecer a alguém.

Imposição de excesso de trabalho

Artigo 60 – Os que abusam da autoridade para impor aos seus inferiores um excesso de trabalho cometem uma das piores ações. Todo homem que tem o poder de dirigir é responsável pelo excesso de trabalho que impõe aos seus inferiores, porque transgride a lei de Deus.

60.1 – “O Repouso” - Explicação de R. Calligaris no livro mencionado, págs. 66-69:

Nas respostas que deram às questões de ns. 682 e 684, formuladas por Kardec, nossos amigos espirituais nos esclarecem que “o repouso é uma lei da natureza, sendo uma necessidade para todo aquele que trabalha”, e mais: que “oprimir alguém com trabalho excessivo é uma das piores ações”, constituindo-se, mesmo, grave transgressão do Código Divino.

Com efeito, o 4º. mandamento preceitua: “Lembra-te do dia de sábado, para o santificares. Seis dias trabalharás e farás todas as tuas obras, mas o sétimo dia é o sábado, isto é, o dia de descanso do Senhor teu Deus. Nesse dia não farás obra alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem tua escrava, nem teu animal, nem o peregrino que vive de tuas portas para dentro.”

Substituição do sábado para domingo do dia de repouso - Julgamos interessante elucidar, nesta oportunidade, que a substituição do repouso no ‘sábado’, como era observado entre os judeus, pelo ‘domingo’, como atualmente é de uso entre nós, carece de importância. Isso começou com os primeiros cristãos. Eles continuavam a frequentar as sinagogas aos sábados, mas, a par disso, tomaram o hábito de reunir-se também no primeiro dia da semana judaica (domingo), a fim de celebrarem a ressurreição de Jesus. Com o decorrer do tempo, foram deixando de comparecer às sinagogas e, conseqüentemente, apenas o domingo passou a ser observado por eles.

Os que advogam a observância do sábado, talvez se apoiem nas razões anexas do referido mandamento, conforme o Êxodo: “Porque o Senhor fez em seis dias o céu, a terra, o mar, e tudo o que neles há, e descansou no sétimo dia: por isso o Senhor abençoou o dia sétimo, e o santificou.” Sabe-se, agora, entretanto, que os seis “dias” da criação não foram dias de 24 horas, como alguns ainda supõem, mas sim longos períodos milenares. Além disso, em Deuteronômio, as reflexões aduzidas para recomendar esse mandamento são outras, bem diferentes; “Para que descanse o teu escravo, e a tua escrava, como tu também descansas. Lembra-te de que também serviste no Egito, e que de lá te tirou o Senhor teu Deus.”

Como se vê, aqui não se alude ao sábado como sendo o dia em que o Criador teria descansado de Sua obra; apela-se, simplesmente, para os sentimentos de caridade dos ju-

deus, para que, nesse dia, concedam o merecido descanso igualmente ao elemento servil, inclusive aos animais, porquanto todos precisam de repouso para o refazimento de suas energias.

O Decálogo baseia-se na lei natural: a folga semanal é uma questão de higiene

– O Decálogo, ninguém o ignora, baseia-se na lei natural, e a folga semanal não é mais que uma questão de higiene. Assim sendo, quer guardemos o sábado (sábado significa descanso), ou o domingo, o que importa é que o façamos segundo o ‘espírito’ da lei, e esta o que recomenda é que após seis dias de trabalho, dedicados ao provimento do indispensável ao nosso bem-estar corporal, reservemos pelo menos um dia para o repouso, consagrando-o ao cultivo dos valores espirituais.

Isto, aliás, era o máximo que, naquela época, podia obter-se de homens embrutecidos e materializados cujos ideais se concentravam unicamente na conquista de bens terrenos e que, para consegui-los, não hesitavam em sobrecarregar familiares, servos e animais, obrigando-os a penosas jornadas de trabalho, de sol a sol, nos 365 dias do ano.

Por incrível que pareça, muitos homens em pleno século XX, dominados pela ambição, continuam a impor-se tal regime (estendendo-o a outrem, sempre que lhes permitam dar largas ao seu poder de mando), e ainda se jactam disso, como se fossem heróis dignos dos maiores aplausos, quando, ao revés, só merecem lástima. Sim, porque hoje que a vida urbana se caracteriza por uma agitação contínua, exigindo-nos um gasto excessivo de energias físicas e mentais, a necessidade que todos temos de repousar periodicamente tornou-se maior, e, daí, o estar-se generalizando a chamada “semana inglesa”, com cinco dias de trabalho e dois de descanso, além das férias anuais, que há alguns decênios já se constitui um direito universal.

Trabalhemos, pois, “até o limite de nossas forças”, já que o trabalho é uma bênção; cuidemos, porém, de evitar a exaustão e a estafa, antes que esses males nos conduzam à neurastenia ou ao esgotamento nervoso.

Repouso na velhice

Artigo 61 – O homem tem direito ao repouso na velhice, pois não está obrigado a nada, senão na proporção de suas forças.

Velho que precisa trabalhar, mas não pode

Artigo 62 – O forte deve trabalhar para o fraco; na falta da família, a sociedade deve amparar o velho que precisa trabalhar para viver e não pode: é a lei da caridade.

62.1 – “A falta de trabalho e a Educação”. Comentário de Kardec no item 685-a:

Não basta dizer ao homem que ele deve trabalhar, é necessário também que o que vive do seu trabalho encontre ocupação, e isso nem sempre acontece. Quando a falta de trabalho se generaliza, toma as proporções de um flagelo; com a escassez, a ciência econômica procura o remédio no equilíbrio entre a produção e o consumo, mas esse equilíbrio, supondo-se que seja possível, sofrerá sempre intermitências e durante essas fases o trabalhador tem necessidade de viver. Há um elemento que não se ponderou bastante, e sem o qual a ciência econômica não passa de teoria: ‘a educação’. Não a educação intelectual, mas a

moral, e nem ainda a educação moral pelos livros, mas a que consiste na ‘arte de formar os caracteres, aquela que cria os hábitos’, porque ‘educação é o conjunto de hábitos adquiridos’.

Quando se pensa na massa de indivíduos diariamente lançados na corrente da população, sem princípios, sem freios, entregues aos próprios instintos, deve-se admirar das conseqüências desastrosas desse fato? Quando essa arte for conhecida, compreendida e praticada, o homem seguirá no mundo os hábitos de ‘ordem e previdência para si mesmo e para os seus’, de ‘respeito pelo que é respeitável’, hábitos que lhe permitirão atravessar de maneira menos penosa os maus dias inevitáveis. A desordem e a imprevidência são duas chagas que somente uma educação bem compreendida pode curar. Nisso está o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, a garantia da segurança de todos.

62.2 – “O trabalho e o paraíso terrestre de Karl Marx”. Comentário de José Herculano Pires (tradutor) no item 685-a:

A concepção espírita do trabalho como lei natural, determinante ao mesmo tempo da evolução do homem e da Natureza, coincide com o princípio marxista segundo o qual, nas próprias palavras de Marx: “Agindo sobre a natureza, que está fora dele, e transformando-a por meio da ação, o homem se transforma também a si mesmo”. Vemos, no item 676, que “sem o trabalho o homem permaneceria na infância intelectual”. O Espiritismo não encara, pois, o trabalho como “uma condenação” segundo dizem alguns marxistas, mas como uma necessidade da evolução humana e da evolução terrena. Trabalhar não é sofrer, mas progredir, desenvolver-se, conquistar a felicidade. A diferença está em que para os marxistas a felicidade se encontra nos produtos materiais do trabalho na Terra, enquanto para os espíritas, além dos proventos imediatos na Terra, o trabalho proporciona também os da evolução espiritual. Por isso não basta dar trabalho ao homem, sendo também necessário dar-lhe educação moral, ou seja, orientação espiritual para que ele possa tirar do trabalho todos os proventos que este lhe pode dar. Um mundo socialista, de trabalho e abundância para todos, mas sem perspectivas espirituais, seria tão vazio e aborrecido como um mundo espiritual de ociosidade, segundo o prometido pelas religiões. O paraíso terrestre do marxismo equivaleria ao paraíso celeste dos beatos. O Espiritismo não aceita um extremo nem outro, colocando as coisas em seu devido lugar.

O TRABALHO E A FILOSOFIA EXISTENCIAL

Explicação de José Herculano Pires em seu livro “Curso Dinâmico de Espiritismo”, Editora Paidéia, 1ª. ed., 1979, págs. 146-150:

“O Trabalho e a Filosofia Existencial” - O Trabalho é exigência do princípio de transcendência. O homem trabalha por necessidade, como querem os teóricos da Dialética Materialista, mas não apenas para suprir as suas necessidades físicas de subsistência e sobrevivência. Não só, como querem os teóricos da ‘vontade de potência’, para adquirir poder. E nem só, também, como pretendem Bentham e os teóricos da ambição, para acumular posses que representam poder. A busca das causas, nesse campo, morreria no plano das causas secundárias. Mas a Filosofia Existencial, em nosso tempo, descobrindo o conceito de ‘existência’ e definindo o homem como o ‘existente’ (aquele ser que existe, sabe que existe e luta para existir cada vez mais e melhor), mostrou e provou que a natureza humana é subjetiva e não objetiva (externa e material) e que a mola do mundo não está nos braços e nas mãos, mas na consciência. Confirmou-se assim, no plano geral da Cultura, o tantas vezes rejeitado e ridicularizado ‘conceito espírita do trabalho’. No ‘O Livro dos Espíritos’ temos a afirmação de que ‘tudo trabalha na Natureza’. Essa tese espírita antecipou a tese de

John Dewey sobre a natureza universal da ‘experiência’. Em todo o Universo há forças em ação, inteligentemente dirigidas segundo planos determinados. Nada se fez ao acaso. Em termos atuais de eletrônica podemos dizer que o universo é uma programação gigantesca de computadores em incessante atividade rigorosamente controlada. De um grão de areia a uma constelação estelar, de um fio de cabelo e de um vírus isolado até às maiores aglomerações humanas dos grandes parques industriais do mundo, tudo trabalha. O próprio repouso é uma forma de diversificação do trabalho para recuperações e reajustes nos organismos materiais e nas estruturas psicomentais do homem. ‘As criaturas humanas que só trabalham para si mesmas ainda não superaram a condição animal. Vivem e trabalham, mas não existem. Porque existir é uma forma superior de viver, que inclui em seu conceito plena consciência das atividades desenvolvidas com finalidades transcendentais’.

“O Trabalho e a Consciência da Solidariedade” - No próprio desenvolvimento da Civilização o trabalho individual se abre, progressivamente, nos processos de distribuição, para o plano superior do trabalho coletivo. Por isso, é no trabalho e através do trabalho que o homem se realiza como ‘ser’, desenvolvendo suas potencialidades. A extrema especialização da Era Tecnológica nasceu nas selvas, quando nos primeiros clãs o homem se incumbiu da guerra, da caça e da pesca, e a mulher da criação, alimentação e orientação dos filhos. A Revolução Industrial na Inglaterra marcou um momento decisivo da evolução humana para a consciência da solidariedade. É no esforço comum e conjugado das relações de trabalho que se desenvolve o senso de comunidade, provando a necessidade do princípio espírita de solidariedade e tolerância para o maior rendimento, maior estímulo e maior aperfeiçoamento das técnicas de produção. À concorrência de mercado, que estimula a ganância e a voracidade dos indivíduos e dos grupos, das empresas e dos sistemas de produção, opõe-se a conjugação das consciências, na solidariedade do trabalho comum, com vistas ao bem-estar de todos. Os teóricos que condenam as comunidades de trabalho voltadas para o interesse da maioria reduzem a finalidade superior do trabalho a interesses mesquinhos de enriquecimento individual e de grupos. A própria realidade os contesta com o espetáculo gigantesco do trabalho da Natureza, voltado para a grandeza do todo. Remy Chauvin considera os insetos sociais como expressões de sistemas coletivos de trabalho e de vida em que o egoísmo individualista e grupal (sociocentrismo) não impediu o desenvolvimento normal da solidariedade. A Natureza inteira é um exemplo que o homem rejeita em nome do seu egoísmo, da sua vaidade e das suas ambições desmedidas. Esses três elementos funcionaram na espécie humana como pontos hipnóticos que impediram o livre fluxo das energias livres do trabalho, condensando-as em formas institucionais absorventes. As tentativas de romper essas formas por métodos violentos representam uma reação instintiva que leva fatalmente, como o demonstra o panorama histórico atual, a novas formas de condensação. Esse círculo vicioso só pode ser rompido por uma profunda e geral compreensão do verdadeiro sentido do trabalho, que não leva a lutas e dissensões, mas à conjugação e harmonização de todas as fontes e todos os recursos do trabalho, nos mais diferenciados setores de atividade. A proposição espírita nesse sentido, como foi em seu tempo a proposição cristã original, encarna os mais altos ideais da espécie, voltados para o trabalho comunitário em ação e fins.

Hegel e a Dialética do Trabalho nos Reinos da Natureza – Hegel observou, em seus estudos de Estética, que a dialética do trabalho se revela nos reinos da Natureza. O ‘mineral’ é a matéria-prima das elaborações futuras, apresentando-se como concentração de energias que formam as reservas básicas; o ‘vegetal’ é a doação em que as forças do mineral se abrem para a floração e os frutos da vida; o ‘animal’ é a vida em expansão dinâmica, síntese das elaborações dos dois reinos anteriores, endereçando esses resultados ao futuro, à

síntese superior do ‘Homem’, no qual as contradições se resolvem na harmonia psicofísica e espiritual da criatura humana, dotada de consciência. Cabe agora a essa consciência elaborar a grandeza da Terra dos Homens (segundo a expressão de Saint-Exupéry). Por sinal que Exupéry, aviador, poeta e profeta, representa o arquétipo atual da evolução humana, na busca do Infinito. Por isso, Simone de Beauvoir considerou a Humanidade, não como a espécie a que nos referimos por alegoria com os planos inferiores, mas como um ‘devir’, um processo de mutações constantes na direção do futuro. Hoje somos ainda projeções dos primatas obtusos e violentos, antropófagos (segundo Tagore) devoradores de si mesmos e dos semelhantes, escarneadores e aviltadores da condição humana. Mas amanhã seremos homens, criaturas humanas que encarnarão as forças naturais sob o domínio da Razão e da Consciência. Teremos então a República dos Espíritos, formada pela solidariedade de consciências de que trata René Hubert em sua ‘Pedagogie Generale’.

As Ciências Materiais da atualidade confirmam os princípios fundamentais da Ciência Espírita – Como vemos através desses dados, a Doutrina Espírita não nos oferece uma visão utópica do amanhã, mas uma precognição do homem em sua condição espiritual, sem as deformações teológicas e religiosas da visão comum, calcada em superstições e idealizações rebarbativas. Tendo penetrado objetivamente no mundo das causas, um século antes que as Ciências Materiais o fizessem, a Ciência Espírita, experimental e indutiva – e que tem agora todos os seus princípios fundamentais endossados por aquelas, em pesquisas de laboratório e tecnológicas – não formulou uma estrutura dogmática de pressupostos para figurar o homem de após morte e o homem do futuro. A imagem que nos deu do homem novo há um século (meados do século XIX) está hoje plenamente confirmada pelos fatos. A controvertida questão da sobrevivência espiritual foi resolvida tecnologicamente de maneira positiva, comprovando a tese espírita. Falta pouco para romper-se, nas mãos já trêmulas dos teólogos, a Túnica de Nessus da dogmática religiosa, que gerou por toda parte angústias e desesperos. Estamos agora em condições de pensar tranquilamente num futuro melhor para a Humanidade em fases melhores da sua evolução. Podemos agora nos integrar conscientemente na gigantesca oficina de trabalhos da Terra, preparando o caminho das gerações vindouras. As revelações não nos chegam mais de mão beijada, pois, como ensina Kardec, brotam dos esforços conjugados do homem esclarecido com os espíritos conscientes. Os dois mundos em que nos movemos, o espiritual e o material, abriram as suas portas para que as suas águas se encontrem no esplendor de uma nova aurora. E o Sol que acende essa aurora não é mais uma chama solitária na escuridão total dos espaços vazios, mas apenas uma tocha olímpica entre milhões de tochas que balizam as conquistas futuras do homem na escalada sem-fim. Prometeu não será mais sacrificado por querer roubar o fogo celeste de Zeus, pois esse fogo é o mesmo que resplandece no corpo espiritual da ressurreição, que brilha na alma humana e define a sua natureza divina. Basta-nos continuar em nossos trabalhos para termos a nossa parte assegurada na Herança de Deus, pois como ensinou o Apóstolo Paulo, somos herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo. O conhecimento é a nossa fé, que não se funda em palavras, sacramentos e ídolos mortos, mas na certeza das verificações positivas e nas conquistas do trabalho humano, gerador constante de novas formas de energia para a escalada humana da transcendência.

62.3 – “Trabalho e Jesus” - Explicação do Espírito Joanna de Ângelis no livro já citado, págs. 96, 97:

Fazendo-se carpinteiro e dedicando-se à profissão na elevada companhia de José, o Mestre laborava ativamente, ensinando com o exemplo o respeito ao trabalho, como dever primeiro para a manutenção e preservação da vida, mediante a atividade honrada. Em todo

o seu ministério de amor a abnegação tem relevante papel, verdadeiro trabalho de autodoação até o sacrifício da própria vida, sem paralelo em toda a História.

Seus discípulos, ‘a posteriori’, fizeram do trabalho expressão de dignificação, tornando-se “escravos do Senhor” e servos de todos, oferecendo o labor das próprias mãos para a subsistência orgânica, enquanto se “afadigavam” na sementeira da luz.

Seu exemplo e Suas lições erguem os escravos que jazem no porto da miséria e dá-lhes suprema coragem no exercício do próprio trabalho através do qual encontram energias para superar as fracas forças, tornando-se fortes e inatingíveis. Infundem coragem, estimulando o ‘trabalho-serviço’ fraternal, de modo a manter a comunidade unida em todos os transes. Ensinam esperança, utilizando o ‘trabalho-redenção’, por cujo meio o espírito vibra acima das próprias limitações e se liberta das malhas da ociosidade e do mal.

Agora, quando as luzes do ‘Consolador’ se acendem na Terra da atualidade, encontrando o homem em pleno labor regulamentado por leis de justiça e previdência, eis que soam no seu espírito as clarinadas do trabalho mantenedor do progresso geral de todos, utilizando-se dos valores da fé para a construção do Mundo Melhor em que o amor dirima as dúvidas, em torno da vida imortal, e a caridade substitua em toda a plenitude a filantropia, à semelhança do que ocorre nos Mundos Felizes onde o trabalho, em vez de ser impositivo, é conquista do homem livre que sabe agir no bem infatigável, servindo sempre e sem cessar.

Utilidade Providencial da Fortuna (Evangelho Segundo o Espiritismo, capítulo XVI, item 7)

“Com efeito, o homem tem por missão trabalhar pela melhoria material do planeta. Cabe-lhe desobstruí-lo, saneá-lo, dispô-lo para receber um dia toda a população que a sua extensão comporta. Para alimentar essa população que cresce incessantemente, preciso se faz aumentar a produção. Se a produção de um país é insuficiente, será necessário buscá-la fora. Por isso mesmo, as relações entre os povos constituem uma necessidade. A fim de mais as facilitar, cumpre sejam destruídos os obstáculos materiais que os separam e tornadas mais rápidas as comunicações. Para trabalhos que são obra dos séculos, teve o homem de extrair os materiais até das entranhas da Terra; procurou na Ciência os meios de os executar com maior segurança e rapidez. Mas, para os levar a efeito, precisa de recursos: a necessidade fê-lo criar a riqueza, como o fez descobrir a Ciência. A atividade que esses mesmos trabalhos impõem lhe amplia e desenvolve a inteligência, e essa inteligência que ele concentra, primeiro, na satisfação das necessidades materiais, o ajudará mais tarde a compreender as grandes verdades morais. Sendo a riqueza o meio primordial de execução, sem ela não mais grandes trabalhos, nem atividade, nem estimulante, nem pesquisas. Com razão, pois, é a riqueza considerada elemento de progresso.”

*

CAPÍTULO VIII
LEI DE ADORAÇÃO
EDUCAÇÃO RELIGIOSA PARA TODOS
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

I – FINALIDADE DA ADORAÇÃO (O Livro dos Espíritos, itens 649 a 652)

Artigo 123 – A adoração é a elevação do pensamento a Deus. Pela adoração o homem aproxima de Deus a sua alma. É um sentimento inato, como o da Divindade. A consciência de sua fraqueza leva o homem a se curvar diante d’Aquele que o pode proteger. Jamais houve povos ateus. Todos compreendem que há, acima deles, um Ser Supremo.

123.1 – Como Adorar a Deus? – Explicação de Rodolfo Calligaris no livro “As leis morais”, págs. 46-49:

Em todas as épocas, todos os povos praticaram, a seu modo, atos de adoração a um Ente Supremo, o que demonstra ser a idéia de Deus inata e universal. Com efeito, jamais houve quem não reconhecesse intimamente sua fraqueza, e a conseqüente necessidade de recorrer a Alguém, todo-poderoso, buscando-Lhe o arrimo, o conforto e a proteção, nos transes mais difíceis desta tão atribulada existência terrena. Tempos houve em que cada família, cada tribo, cada cidade e cada raça tinha os seus deuses particulares, em cujo louvor o fogo divino ardia constantemente na lareira ou nos altares dos templos que lhes eram dedicados. Retribuindo essas homenagens (assim se acreditava), os deuses tudo faziam pelos seus adoradores, chegando até a se postar à frente dos exércitos das comunas ou das nações a que pertenciam, ajudando-as em guerras defensivas ou de conquista. Em sua imensa ignorância, os homens sempre imaginaram que, tal qual os chefes tribais ou os reis imperadores que os dominavam aqui na Terra, também os deuses fossem sensíveis à manifestações do culto exterior, e daí a pomposidade das cerimônias e dos ritos com que os sagravam. Imaginavam-nos, por outro lado, ciosos de sua autenticidade ou de sua hegemonia e, vez por outra, adeptos de uma divindade entravam em conflito com os de outra, submetendo-a a provas, sendo então considerado vencedora aquela que conseguisse operar feito mais surpreendente. Sirva-nos de exemplo o episódio constante do III Livro dos Reis, cap. 18, v. 22 a 40. Ali se descreve o desafio proposto por Elias aos adoradores de Baal, para saber-se qual o deus verdadeiro. Colocadas as carnes de um boi sob o altar dos holocaustos, disse Elias a seus antagonistas: “Invocai vós, primeiro, os nomes dos vossos deuses, e eu invocarei, depois, o nome do meu Senhor; e o deus que ouvir, mandando fogo, esse seja o Deus.” Diz o relato bíblico que por mais que os baalitas invocassem o seu deus, em altos brados e retalhando-se com canivetes e lancetas, segundo o seu costume, nada conseguiram. Chegada a vez do deus de Israel, este fez cair do céu um fogo terrível, que devorou não apenas a vítima e a lenha, mas até as próprias pedras do altar. Diante disso, auxiliado pelo povo, Elias agarrou os seguidores de Baal e, arrastando-os para a beira de um rio, ali os decapitou.

O Cristianismo e a Doutrina Espírita – O monoteísmo, depois de muito tempo, impôs-se, afinal, ao politeísmo, e seria de crer-se que, com esse progresso, compreendendo

que o Deus adorado por todas as religiões é um só, os homens passassem, pelo menos, a respeitar-se mutuamente, visto as diferenças, agora, serem apenas quanto à forma de cultuar esse mesmo Deus. Não foi tal, porém, o que sucedeu. E os próprios “cristãos”, séculos pós séculos, contrastando frontalmente com os piedosos ensinamentos do Cristo, empolgados pelo fanatismo da pior espécie, não hesitaram em trucidar, a ferro e fogo, milhares e milhares de “hereges” e “infiéis”, “para maior honra e glória de Deus!” – como se Aquele que é o Senhor da Vida pudesse sentir-se honrado e glorificado com tão nefandos assassínios... Atualmente, bastante enfraquecido, o sectarismo religioso começa a derruir, o que constitui prenúncio seguro de melhores dias, daqui para o futuro. Acreditamos, mesmo, que, graças à rápida aceitação que a Doutrina Espírita vem alcançando por toda a parte, muito breve haveremos de compreender que todos, sem exceção, somos de origem divina e integrantes de uma só e grande família. ‘E posto que Deus é Amor, não há como adorá-Lo senão “amando-nos uns aos outros”, pois, como sabiamente nos ensina João, o apóstolo (I ep., 4:20), “se o homem não ama a seu irmão, que lhe está próximo, como pode amar a Deus, a quem não vê?”’.

Lei Natural

Artigo 124 – A adoração faz parte da lei natural, porque é o resultado de um sentimento inato no homem; por isso a encontramos entre todos os povos, embora sob formas diferentes.

124.1 – Oração – Explicação do Espírito Emmanuel no livro “Pensamento e Vida”, Edit. FEB, RJ., 7ª. edição, 1983, psicografado por Francisco Cândido Xavier, págs. 119-122:

A oração é divino movimento do espelho de nossa alma no rumo da Esfera Superior, para refletir-lhe a grandeza. Reportamo-nos aqui ao apelo vivo do espírito às Potências Celestes, quer vestido na fórmula verbal, quer absolutamente sem ela, na silenciosa mensagem da vibração. Imaginemos a face de um espelho voltada para o Sol, desviando-lhe o fulgor na direção do abismo. Esta, na essência, é a função da prece, buscando o Amor Divino para concentrar-lhe a claridade sobre os vales da ignorância e do sofrimento, da miséria e do ódio, que ainda se estendem no mundo. Graduada, desde o mais simples desejo, a exteriorizar-se dos mais ínfimos seres, até à exaltação divina dos anjos, nada se faz na Terra sem o impulso da aspiração que orienta o passo de todas as criaturas...

No corpo ciclópico do Planeta, a oração é o movimento que o mantém na tela cósmica; no oceano, é o fenômeno da maré, pelo qual as águas aspiram ao grande equilíbrio. Na planta, é a chamada fototaxia ou anseio com que o vegetal se levanta para a luz, incorporando-lhe os princípios; no animal, é o instinto de curiosidade e indagação que lhe alicerçam as primeiras conquistas da inteligência, tanto quanto, no homem comum, é a concentração natural, antes de qualquer edificação no caminho humano. O professor planeando o ensinamento e o médico a ensimesmar-se no estudo para sanar determinada moléstia, o administrador programando a execução desse ou daquele serviço, e o engenheiro engolfado na confecção de uma planta para certa obra, estão usando os processos da oração, refletindo na própria mente os propósitos da educação e da ciência de curar, da legislação e do progresso, que fluem do plano invisível, à feição de imagens abstratas, antes de se revelarem substancialmente ao mundo. Orar é identificar-se com a maior fonte de poder de todo o Universo, absorvendo-lhe as reservas e retratando as leis da renovação permanente que governam os fundamentos da vida. A prece impulsiona as recônditas energias do coração, li-

bertando-as com as imagens de nosso desejo, por intermédio da força viva e plasticizante do pensamento, imagens essas que, ascendendo às Esferas Superiores, tocam as inteligências visíveis ou invisíveis que nos rodeiam, pelas quais comumente recebemos as respostas do Plano Divino, porquanto o Pai Todo-Poderoso se manifesta igualmente pelos filhos que se fazem bons.

A vontade que ora, tange o coração que sente, produzindo reflexos iluminativos através dos quais o espírito recolhe em silêncio, sob a forma de inspiração e socorro íntimo, o influxo dos Mensageiros Divinos que lhe presidem o território evolutivo, a lhe renovarem a emoção e a idéia, com que se lhe aperfeiçoa a existência. Dispomos na oração do mais alto sistema de intercâmbio entre a Terra e o Céu. Pelo divino circuito da prece, a criatura pede o amparo do Criador e o Criador responde à criatura pelo princípio inelutável da reflexão espiritual, estendendo-lhe os Braços Eternos, a fim de que ela se erga dos vales da vida fragmentária para os cimos da Vida Vitoriosa.

124.2 – “Os Tempos do Consolador” – Explanação do Espírito Emmanuel no livro “Emmanuel”, já citado, págs. 142-144:

A permissão de Deus para que nos manifestássemos ostensivamente, entre os agrupamentos dos nossos irmãos encarnados, chegou, justamente, a seu tempo, quando o espírito humano despido das vestes da puberdade, com o juízo amadurecido para assimilar algo da Verdade, tateava entre vacilações e incertezas, estabelecidas pela investigação da Ciência, sem conseguir adaptar-se ao demasiado simbolismo das idéias religiosas, latentes na alma humana, desde os tempos primevos dos trogloditas. Justamente na época requerida, consoante as profecias do Divino Mestre, derramou-se da sua luz sobre toda a carne, e os emissários do Alto, segundo as suas possibilidades e os méritos individuais, têm auxiliado a ascensão dos conhecimentos humanos para os planos elevados da espiritualidade.

A Concepção da Divindade – Desde as eras primárias da Civilização, a idéia de um poder superior, interferindo nas questões mundanas, vem guiando o homem através dos seus caminhos e a Religião sempre constituiu o maior fator da moral social, se bem que apresentasse a Divindade à semelhança do homem, em seus ensinamentos exotéricos. O Cristianismo, inaugurando um novo ciclo de progresso espiritual, renovou as concepções de Deus no seio das idéias religiosas; todavia, após a sua propagação, várias foram as interpretações escriturísticas, dando azo a que as facções sectaristas tentassem, isoladamente, ser as suas únicas representantes; a Igreja Católica e as numerosas seitas protestantes, nascidas do ambiente por ela formado, têm levado longe a luta religiosa, esquecidas de que a Providência Divina é Amor. Estabeleceram com a sua acanhada hermenêutica os dogmas de fé, nutrindo-se das fortunas iníquas a que se referem os Evangelhos, prejudicando os necessitados e os infelizes.

A Fé Ante A Ciência – Mas, como o progresso não conhece obstáculos, os artigos de fé equivaleram a ‘estagnações isoladas’. Se conseguiram satisfazer à Humanidade em um período mais ou menos remoto da sua evolução, caducaram desde que o laboratório obscureceu a sacristia. A Ciência desvendou ao espírito humano as perspectivas inconcebíveis do Infinito; o telescópio descortinou a grandeza do Universo e os novos conhecimentos cosmogônicos demandaram outra concepção do Criador. Desvendando, paulatinamente, as sublimes grandiosidades da natureza invisível, a Ciência embriagou-se com a beleza de tão lindos mistérios e estabeleceu o caminho positivo para encontrar Deus, como descobrira o mundo microbiano, ao preço de acuradas perquirições. É que a Divindade das religiões videntes era defeituosa e deformada pelos atributos exclusivamente humanos; as Igrejas esta-

vam acorrentadas ao dogmatismo e escravizadas aos interesses do mundo. A confusão estabeleceu-se. Foi quando o Espiritismo fez sentir mais claramente a grandeza do seu ensinamento, dirigindo-se não só ao coração, mas igualmente ao raciocínio. O céu descerrou um fragmento do seu mistério e a voz dos Espaços se fez ouvir.

Os Esclarecimentos do Espiritismo – Foi assim que a religião da verdade surgiu na Terra, no momento oportuno. As igrejas estagnadas encontravam-se no obsoletismo, incapazes de sancionar as idéias novas, vivendo quase que exclusivamente das suas características de materialidade e do seu simbolismo, terminando o tempo de sua necessária influência no mundo. As conquistas científicas não se observa somente na face da Terra opaca e cheia de dores. Há céus inumeráveis e inumeráveis mundos onde a vida palpita numa eterna mocidade; todos eles se encadeiam, se abraçam dentro do magnetismo universal, vivificados pela luz, imagem real da Alma Divina, presente em toda parte. A carne é uma vestimenta temporária, organizada segundo a vibração espiritual, e essa mesma vibração esclarece todos os enigmas da matéria.

Nós Vivemos Eternamente – A Doutrina dos Espíritos, pois, veio desvendar ao homem o panorama da sua evolução e esclarecê-lo no problema das suas responsabilidades, porque a vida não é privilégio da Terra obscura, mas a manifestação do Criador em todos os recantos do Universo. Nós viveremos eternamente, através do Infinito, e o conhecimento da imortalidade expõe os nossos deveres de solidariedade para com todos os seres, em nosso caminho; por esta razão, a Doutrina Espiritista é uma síntese gloriosa de fraternidade e de amor. O seu grande objeto é esclarecer a inteligência humana. Oxalá possam os homens compreender a excelssitude do ensinamento dos Espíritos e aproveitar o fruto bendito das suas experiências; com o entendimento esclarecido, interpretarão com fidelidade o “Amai-vos uns aos outros”, em sua profunda significação. Os instrutores dos planos espirituais, em que nos achamos, regozijam-se com todos os triunfos da vossa ciência, porque toda conquista importa em grande e abençoado esforço e, pelo trabalho perseverante, o homem conhecerá todas as leis que lhe presidem ao destino.

124.3 – “Aliança da Ciência com a Religião” – Explicação de Allan Kardec em “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, cap.I, item 8:

A Ciência e a Religião são as duas alavancas da inteligência humana. Uma revela as leis do mundo material, e a outra as leis do mundo moral. Mas ‘aquelas e estas leis, tendo o mesmo princípio, que é Deus’, não podem contradizer-se. Se umas forem a negação das outras, umas estarão necessariamente erradas e as outras certas, porque Deus não pode querer destruir a sua própria obra. A incompatibilidade, que se acredita existir entre essas duas ordens de idéias, provém de uma falha de observação e do excesso de exclusivismo de uma e de outra parte. Disso resulta um conflito, que originou a incredulidade e a intolerância.

São chegados os tempos em que os ensinamentos do Cristo devem receber o seu complemento; em que o véu lançado intencionalmente sobre algumas partes dos ensinamentos deve ser levantado; em que a Ciência, deixando de ser exclusivamente materialista, deve levar em conta o elemento espiritual; e em que a Religião, deixando de desconhecer as leis orgânicas e imutáveis da matéria, essas duas forças, apoiando-se mutuamente e marchando juntas, sirvam uma de apoio para a outra. Então a Religião, não mais desmentida pela Ciência, adquirirá uma potência indestrutível, porque estará de acordo com a razão e não se lhe poderá opor a lógica irresistível dos fatos.

A Ciência e a Religião não puderam entender-se até agora, porque, encarando cada uma as coisas do seu ponto de vista exclusivo, repeliam-se mutuamente. Era necessária alguma coisa para preencher o espaço que as separava, um traço de união que as ligasse. Esse traço está no conhecimento das leis que regem o mundo espiritual e suas relações com o mundo corporal, leis tão imutáveis como as que regulam o movimento dos astros e a existência dos seres. Uma vez comprovadas, pela experiência, essas relações, uma nova luz se fez: a fé se dirigiu à razão, esta nada encontrou de ilógico na fé, e o materialismo foi vencido.

Mas nisto, como em tudo, há os que ficam retardados, até que sejam arrastados pelo movimento geral, que os esmagará, se quiserem resistir em vez de se entregarem. É toda uma revolução moral que se realiza neste momento, sob a ação dos Espíritos. Depois de elaborada, durante mais de dezoito séculos, ela chega ao momento de eclosão, e marcará uma nova era da Humanidade. São fáceis de prever as suas conseqüências: ela deve produzir inevitáveis modificações nas relações sociais, contra o que ninguém poderá opor-se, porque elas estão nos desígnios de Deus e são o resultado da lei do progresso, que é uma lei de Deus.

II – ADORAÇÃO EXTERIOR (itens 653 a 656)

Adoração exterior e conduta

Artigo 125 – A verdadeira adoração é a do coração. Em todas as vossas ações, pensai sempre que o Senhor vos observa. A adoração exterior é útil, se não for um fingimento. É sempre útil dar um bom exemplo; mas os que a fazem só por afetação e amor próprio, e cuja conduta desmente a sua aparente piedade, dão um exemplo antes mau do que bom, e fazem maior mal do que supõem.

Maneiras de adorar a Deus

Artigo 126 – Deus prefere os que o adoram do fundo do coração, com sinceridade, fazendo o bem e evitando o mal, aos que pensam honrá-lo por meio de cerimônias que não os tornam melhores para os seus semelhantes. Todos os homens são irmãos e filhos do mesmo Deus, que chama para Ele todos os que seguem as suas leis, qualquer que seja a forma pela qual se exprimam. Aquele que só tem a aparência da piedade é um hipócrita; aquele para quem a adoração é apenas um fingimento e está em contradição com a própria conduta, dá um mau exemplo.

Religião nos lábios e não no coração

Parágrafo único – Aquele que faz profissão da adoração ao Cristo e que é orgulhoso, invejoso e ciumento, que é duro e implacável com os outros ou ambiciosos dos bens mundanos, só têm a religião nos lábios e não no coração. Deus, que tudo vê, dirá: aquele que conhece a verdade é cem vezes mais culpável do mal que faz do que o selvagem ignorante e será tratado de

maneira conseqüente no dia do juízo. Os cânticos não chegam a Deus senão pela porta do coração.

126.1 – “Eficácia da Prece” - Explicação de Allan Kardec no livro “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Ed. FEESP, Tradução de José Herculaniano Pires, Cap. XXVII, itens 5 a 8:

“Por isso vos digo: todas as coisas que vós pedirdes, orando, crede que as haveis de ter, e que assim vos sucederão. Marcos, XI: 24”.

Há pessoas que contestam a eficácia da prece, entendendo que, por conhecer Deus as nossas necessidades, é desnecessário expô-las a Ele. Acrescentam ainda que, tudo se encaixando no Universo através de leis eternas, nossos votos não podem modificar os desígnios de Deus. Há leis naturais e imutáveis, sem dúvida, que Deus não pode anular segundo os caprichos de cada um. Mas daí a acreditar que todas as circunstâncias da vida estejam submetidas à fatalidade, a distância é grande. Se assim fosse, o homem seria apenas um instrumento passivo, sem livre-arbítrio e sem iniciativa. Nessa hipótese, só lhe caberia curvar a fronte ante os golpes do destino; sem procurar evitá-los; não deveria esquivar-se dos perigos. Deus não lhe deu o entendimento e a inteligência para que não os utilizasse, a vontade para não querer, a atividade para cair na inação. O homem sendo livre de agir, num ou noutro sentido, seus atos têm, para ele mesmo e para os outros, conseqüências subordinadas às suas decisões. Em virtude da sua iniciativa, há, portanto, acontecimentos que escapam, forçosamente, à fatalidade, e que nem por isso destroem a harmonia das leis universais, da mesma maneira que o avanço ou o atraso dos ponteiros de um relógio não destrói a lei do movimento, que regula o mecanismo do aparelho. Deus pode, pois, atender a certos pedidos sem derrogar a imutabilidade das leis que regem o conjunto, dependendo sempre o atendimento da Sua vontade.

Seria ilógico concluir-se, desta máxima: “Aquilo que pedirdes pela prece vos será dado”, que basta pedir para obter, e injusto acusar a Providência se ela não atender a todos os pedidos que lhe fazem, porque ela sabe melhor do que nós o que nos convém. Assim procede o pai prudente, que recusa ao filho o que lhe seria prejudicial. O homem, geralmente, só vê o presente; mas, se o sofrimento é útil para a sua felicidade futura, Deus o deixará sofrer, como o cirurgião deixa o doente sofrer a operação que deve curá-lo. O que Deus lhe concederá, se pedir com confiança, é a coragem, a paciência e a resignação. E o que ainda lhe concederá são os meios de se livrar das dificuldades, com a ajuda das idéias que lhe serão sugeridas pelos Bons Espíritos, de maneira que lhe restará o mérito da ação. Deus assiste os que se ajudam a si mesmos, segundo a máxima: “Ajuda-te e o céu te ajudará”, e não os que tudo esperam do socorro alheio, sem usarem as próprias faculdades. Mas, na maioria das vezes, preferimos ser socorridos por um milagre, sem nada fazermos.

Tomemos um exemplo. Um homem está perdido num deserto; sofre horrivelmente de sede; sente-se desfalecer e deixa-se cair ao chão. Ora, pedindo a ajuda de Deus, espera; mas nenhum anjo vem lhe dar de beber. No entanto, um Bom Espírito lhe ‘sugere’ o pensamento de levantar-se e seguir determinada direção. Então, por um impulso instintivo, reúne suas forças, levanta-se e avança ao acaso. Chegando a uma elevação do terreno, descobre ao longe um regato, e, com isso, a coragem. Se tiver fé, exclamará: “Graças, meu Deus, pelo pensamento que me inspiraste e pela força que me deste.” Se não tiver fé, dirá: “Que boa idéia ‘tive eu’! Que ‘sorte eu tive’, de tomar o caminho da direita e não o da esquerda; o acaso, algumas vezes, nos ajuda de fato! Quanto me felicito pela ‘minha coragem’ e por não me haver deixado abater!”

Mas, perguntarão, por que o bom Espírito não lhe disse claramente: “Siga este caminho, e no fim encontrarás o que necessitas!” Por que não se mostrou a ele, para guiá-lo e sustentá-lo no seu abatimento? Dessa maneira o teria convencido da intervenção da Providência. Primeiramente, para lhe ensinar que é necessário ajudar-se a si mesmo e usar as próprias forças. Depois, porque, pela incerteza, Deus põe à prova a confiança e a submissão à sua vontade. Esse homem estava na situação da criança que, ao cair, vendo alguém, põe-se a gritar e espera que a levatem; mas, se não vê ninguém, esforça-se e levanta-se sozinha. Se o anjo que acompanhou a Tobias lhe houvesse dito: “Fui enviado por Deus para te guiar na viagem e te preservar de todo perigo”, Tobias não teria nenhum mérito. Foi por isso que o anjo só se deu a conhecer na volta.

III – VIDA CONTEMPLATIVA (Item 657)

Vida contemplativa e prática do bem

Artigo 127 – Os homens que se entregam à vida contemplativa, não fazendo nenhum mal e só pensando em Deus, não têm nenhum mérito aos seus olhos, pois se não fazem o mal, também não fazem o bem e são inúteis. Aliás, não fazer o bem já é um mal. Deus quer que se pense nele, mas não que se pense apenas nele, pois deu ao homem deveres a serem cumpridos na Terra. Aquele que se consome na meditação e na contemplação nada faz de meritório aos olhos de Deus, porque sua vida é toda pessoal e inútil para a Humanidade. Deus lhe pedirá contas do bem que não tenha feito: não é suficiente não se fazer o mal para ser agradável a Deus, é preciso fazer o bem no limite das próprias forças, pois cada um responderá por todo o mal que tiver ocorrido por causa do bem que deixou de fazer.

IV – DA PRECE (Itens 658 a 666)

A prece é agradável a Deus

Artigo 128 – A prece é sempre agradável a Deus, quando ditada pelo coração, porque a intenção é tudo para Ele. A prece do coração é preferível à que podes ler, por mais bela que seja, se a leres mais com os lábios do que com o pensamento. A prece é agradável a Deus quando é proferida com fé, com fervor e sinceridade. Não creias, pois, que Deus seja tocado pelo homem vão, orgulhoso e egoísta, a menos que a sua prece represente um ato de sincero arrependimento e de verdadeira humildade.

Caráter geral da prece

Artigo 129 – A prece é um ato de adoração. Fazer preces a Deus é pensar n’Ele, aproximar-se d’Ele, pôr-se em comunicação com Ele. Pela prece podemos fazer três coisas: louvar, pedir e agradecer.

A prece torna o homem melhor

Artigo 130 – A prece torna o homem melhor porque aquele que faz preces com fervor e confiança se torna mais forte contra as tentações do mal, e Deus lhe envia bons Espíritos para o assistir. É um socorro jamais recusado, quando o pedimos com sinceridade.

A prece que não torna o homem melhor

Parágrafo único – Certas pessoas que oram muito, apesar disso, continuam de muito mau caráter, ciumentas, invejosas, implicantes, carentes de benevolência e de indulgência e, até mesmo, viciosas, porque o essencial não é orar muito, mas orar bem. Essas pessoas julgam que todo o mérito está na extensão da prece e fecham os olhos para os seus próprios defeitos. A prece é para elas uma ocupação, um emprego do tempo, mas não um *estudo de si mesmas*. Não é o remédio que é ineficaz, neste caso, mas a maneira de aplicá-lo.

A prece, o perdão das faltas e as boas ações

Artigo 131 – Pode-se pedir eficazmente a Deus o perdão das faltas. Ele sabe discernir o bem e o mal: a prece não oculta as faltas. Aquele que pede a Deus o perdão das faltas não o obtém se não mudar de conduta. As boas ações são a melhor prece, porque os atos valem mais do que as palavras.

Pode-se orar utilmente pelos outros

Artigo 132 – O Espírito daquele que ora está agindo pela vontade de fazer o bem. Pela prece, atrai a ele os bons Espíritos que se associam ao bem que deseja fazer.

132. 1 – “O poder do pensamento e da vontade” – Comentário de Kardec no item 662 de O Livro dos Espíritos.

Possuímos em nós mesmos, pelo pensamento e pela vontade, um poder de ação que se estende muito além dos limites de nossa esfera corpórea. A prece por outros é um ato dessa vontade. Se for ardente e sincera, pode chamar os bons Espíritos em auxílio daquele por quem pedimos, a fim de lhe sugerirem bons pensamentos e lhe darem a força necessária para o corpo e a alma. Mas, ainda nesse caso, a prece do coração é tudo e a dos lábios não é nada.

132.2 – Espiritismo – “Fé” – Respostas do Espírito Emmanuel constantes do já mencionado livro “O Consolador”, págs. 199-203:

Devemos reconhecer no Espiritismo o Cristianismo redivivo? – O Espiritismo evangélico é o Consolador prometido por Jesus, que, pela voz dos seres redimidos, espalham as luzes divinas por toda a Terra, restabelecendo a verdade e levantando o véu que cobre os ensinamentos na sua feição de Cristianismo redivivo, a fim de que os homens despertem para a era grandiosa da compreensão espiritual com o Cristo.

O Espiritismo veio ao mundo para substituir as outras crenças? – O Consolador, como Jesus, terá de afirmar igualmente: - “Eu não vim destruir a Lei.” O Espiritismo não pode guardar a pretensão de exterminar as outras crenças, parcelas da verdade que a sua doutrina representa, mas, sim, trabalhar por transformá-las, elevando-lhes as concepções antigas para o clarão da verdade imortalista. A missão do Consolador tem que se verificar junto das almas e não ao lado das gloriólas efêmeras dos triunfos materiais. Esclarecendo o erro religioso, onde quer que se encontre, e revelando a verdadeira luz, pelos atos e pelos ensinamentos, o spiritista sincero, enriquecendo os valores da fé, representa o operário da regeneração do Templo do Senhor, onde os homens se agrupam em vários departamentos, ante altares diversos, mas onde existe um só Mestre, que é Jesus-Cristo.

Poder-se-á definir o que é ter fé? – Ter fé é guardar no coração a luminosa certeza em Deus, certeza que ultrapassou o âmbito da crença religiosa, fazendo o coração repousar numa energia constante de realização divina da personalidade. Conseguir a fé é alcançar a possibilidade de não mais dizer: “eu creio”, mas afirmar: “eu sei”, com todos os valores da razão tocados pela luz do sentimento. Essa fé não pode estagnar em nenhuma circunstância da vida e sabe trabalhar sempre, intensificando a amplitude de sua iluminação, pela dor ou pela responsabilidade, pelo esforço e pelo dever cumprido. Traduzindo a certeza na existência de Deus, ela exprime a confiança que sabe enfrentar todas as lutas e problemas, com a luz divina no coração, e significa a humildade redentora que edifica no íntimo do espírito a disposição sincera do discípulo, relativamente ao “faça-se no escravo a vontade do Senhor”.

Será fé acreditar sem raciocínio? – Acreditar é uma expressão de crença, dentro da qual os legítimos valores da fé se encontram embrionários. O ato de crer em alguma coisa demanda a necessidade do sentimento e do raciocínio, para que a alma edifique a fé em si mesma. Admitir as afirmativas mais estranhas, sem um exame minucioso, é caminhar para o desfiladeiro do absurdo, onde os fantasmas dogmáticos conduzem as criaturas a todos os despautérios. Mas também interferir nos problemas essenciais da vida, sem que a razão esteja iluminada pelo sentimento, é buscar o mesmo declive onde os fantasmas impiedosos da negação conduzem as almas a muitos crimes.

A dúvida raciocinada, no coração sincero, é uma base para a fé? – Toda dúvida que se manifesta na alma cheia de boa-vontade, que não se precipita em definições apriorísticas dentro de sua sinceridade, ou que não busca a malícia para contribuir em suas cogitações, é um elemento benéfico para a alma, na marcha da inteligência e do coração rumo à luz sublimada da fé.

É justa a preocupação dominante em muitos estudiosos do Espiritismo, pelas revelações do plano superior, a título de enriquecimento da fé? – Toda curiosidade sábia é natural. O homem, no entanto, deve compreender que a solução desses problemas lhe chegará naturalmente, depois de resolvida a sua situação de devedor ante os seus semelhantes, fazendo-se, então, credor das revelações divinas.

Para os Espíritos desencarnados, que já adquiriram muitos valores em matéria de fé, qual o melhor bem da vida humana? – A vida humana, nas suas características de trabalho pela redenção espiritual, apresenta muitos bens preciosos aos nossos olhos, na seqüência das lutas, esforços e sacrifícios de cada espírito. Para nós outros, porém, o tesouro maior da existência terrestre reside na consciência reta e pura, iluminada pela fé e edificada no cumprimento de todos os deveres mais elevados.

Nas cogitações da fé, o Espírito encarnado deve restringir suas divagações ao limite necessário às suas experiências na Terra? – Pelo menos, é justo que somente cogite das expressões transcendentais ao seu meio, depois de realizar todo o esforço de iluminação que o mundo lhe pode proporcionar nos seus processos de depuração e aperfeiçoamento.

Qual deve ser a ação do espiritista em face dos dogmas religiosos? – Os novos discípulos do Evangelho devem compreender que os dogmas passaram. E as religiões literalistas, que os construíram, sempre o fizeram simplesmente em obediência a disposições políticas, no governo das massas. Dentro das novas expressões evolutivas, porém, os espiritistas devem evitar as expressões dogmáticas, compreendendo que a Doutrina é progressiva, esquivando-se a qualquer pretensão de infalibilidade, em face da grandeza inultrapassável do Evangelho.

Na propaganda da fé, é justo que os espíritas ou os médiuns estejam preocupados em converter aos princípios da Doutrina os homens de posição destacada no mundo, como os juizes, os professores, os literatos, os políticos, etc.? – Os espiritistas cristãos devem pensar muito na iluminação de si mesmos, antes de qualquer prurido, no intuito de converter os outros. E, ao tratar-se dos homens destacados no convencionalismo terrestre, esse cuidado deve ser ainda maior, porquanto há no mundo um conceito soberano de “força” para todas as criaturas que se encontram nos embates espirituais para a obtenção dos títulos de progresso. Essa “força” viverá entre os homens até que as almas humanas se compenetrem da necessidade do reino de Jesus em seu coração, trabalhando por sua realização plena. Os homens do poder temporal, com exceções, muitas vezes aceitam somente os postulados que a “força” lhes proporciona, faz-se mister deixá-los em liberdade nas suas experiências. Dia virá em que brilharão na Terra os eternos direitos da verdade e do bem, anulando essa “força” transitória. Ainda aqui, tendes o exemplo do Divino Mestre que, trazendo ao orbe a maior mensagem de amor e vida para todos os tempos, não teve a preocupação de converter ao Evangelho os Pilatos e os Ántipas do seu tempo. Além do mais, o Espiritismo, na sua feição de Cristianismo redivivo, não deve nutrir a pretensão de disputar um lugar no banquete dos Estados do mundo, quando sabe muito bem que a sua missão divina há de cumprir-se junto das almas, nos legítimos fundamentos do Reino de Jesus.

132.3 – “A Luz da Razão e o Poder da Fé” – Explicação de José Herculano Pires em seu livro “O Homem Novo”, Edições Correio Fraternal, SP, 4ª. edição, 1995, págs. 20/21:

O conceito religioso da Fé como graça especial, concedida por Deus aos crentes de uma determinada religião, pertence ao passado. Esse conceito equivale a uma interpretação profundamente injusta da Justiça Divina. A Fé é um dom, sem dúvida, mas a doação de Deus é sempre universal, nunca se processa na medida estreita dos homens. Deus é o Criador e nós somos as suas criaturas. Isso quer dizer que Deus é Pai e nós somos os Seus filhos. Como poderia o Pai Supremo, que é fonte de todo o amor, de toda a misericórdia, conceder apenas a alguns dos Seus filhos o dom fundamental da Fé, sem o qual o homem não poderia se elevar a Ele? O novo conceito da Fé, estabelecido pelo Espiritismo, coloca o problema em termos claros e precisos. A Fé, como dom natural, está presente no coração de todas as criaturas humanas. À semelhança do amor, que todos trazemos em gérmen dentro de nós, a Fé precisa germinar em nosso coração e ser cultivada por nós à luz da Razão. Assim, a Fé nos é dada como semente, mas temos de cultivá-la e desenvolvê-la. Nesse sentido, a Fé se torna uma conquista que temos de fazer na vida. Todas as nossas faculdades não

devem também ser cultivadas? A Fé é uma faculdade da alma, do espírito, e cabe-nos desenvolvê-la em nós mesmos.

Fé e Razão se ligam como o Sol e a Terra. – A Razão é o sol espiritual que alumina o nosso entendimento, afugentando as trevas e o frio da ignorância e da superstição, para nos dar a luz da compreensão e o calor da vida. Um homem sem fé está morto em si mesmo, é o seu próprio sepulcro. Mas basta-lhe acender a luz da razão para libertar-se da morte e do túmulo, para ressuscitar como Lázaro ante a voz do Messias. O materialista, o ateu, o homem sem fé, na verdade confia em si mesmo, tem fé nas próprias forças. É como o peixe das profundezas, que sabe dominar a água mas ainda não conhece a luz do sol. A fé humana que o sustenta nas lutas diárias da vida vai se abrir na fé divina que lhe mostrará o esplendor das estrelas. A luz da Razão, à semelhança da luz solar, fará germinar e crescer o poder da fé em seu coração. Ninguém se perde, ninguém está condenado para sempre. A Justiça de Deus se cumpre no íntimo de nós mesmos, porque Deus está em nós, presente em nós na misericórdia das suas leis.

132.4 – “A Fé Religiosa. Condição da Fé Inabalável” – Explicação de Allan Kardec em “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, Cap. XIX, itens 6 e 7:

No seu aspecto religioso, a fé é a crença nos dogmas particulares que constituem as diferentes religiões, e todas elas têm os seus artigos de fé. Nesse sentido, a fé pode ser ‘raciocinada’ ou ‘cega’. A fé cega nada examina, aceitando sem controle o falso e o verdadeiro, e a cada passo se choca com a evidência da razão. Levada ao excesso, produz o ‘fanatismo’. Quando a fé se firma no erro, cedo ou tarde desmorona. Aquela que tem a verdade por base é a única que tem o futuro assegurado, porque nada deve temer do progresso do conhecimento, já que ‘o verdadeiro na obscuridade também o é à plena luz’. Cada religião pretende estar na posse exclusiva da verdade, mas ‘preconizar a fé cega sobre uma questão de crença é confessar a impotência para demonstrar que se está com a razão’.

Vulgarmente se diz que a ‘fé não se prescreve’, o que leva muitas pessoas a alegarem que não são culpadas de não terem fé. Não há dúvida que a fé não pode ser prescrita, ou o que é ainda mais justo: ‘não pode ser imposta’. Não, a fé não se prescreve, mas se adquire, e não há ninguém que esteja impedido de possuí-la, mesmo entre os mais refratários. Falamos das verdades espirituais fundamentais, e não desta ou daquela crença particular. Não é a fé que deve procurar essas pessoas, mas elas é que devem procurá-la, e se o fizerem com sinceridade a encontrarão. Podeis estar certos de que aqueles que dizem: “Não queríamos nada melhor do que crer, mas não o podemos fazer”, apenas o dizem com os lábios, e não com o coração, pois ao mesmo tempo que o dizem, fecham os ouvidos. As provas, entretanto, abundam ao seu redor. Por que, pois, se recusam a ver? Nuns, é a indiferença, noutros, o medo de serem forçados a mudar de hábitos; e, na maior parte, o orgulho que se recusa a reconhecer um poder superior, porque teria de inclinar-se diante dele.

Só é inabalável a fé que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade – Para algumas pessoas, a fé parece de alguma forma inata: basta uma fábula para desenvolvê-la. Essa facilidade para assimilar as verdades espirituais é sinal evidente de progresso anterior. Para outras, ao contrário, é com dificuldade que elas são assimiladas, sinal também evidente de uma natureza em atraso. As primeiras já creram e compreenderam, e trazem ‘ao renascer’, a intuição do que sabiam. Sua educação já foi realizada. As segundas ainda têm tudo para aprender: sua educação está por fazer. Mas ela se fará, e se não puder terminar nesta existência, terminará numa outra. A resistência do incrédulo,

convenhamos, quase sempre se deve menos a ele do que à maneira pela qual lhe apresentamos as coisas. A fé necessita de uma base, e essa base é a perfeita compreensão daquilo em que se deve crer. Para crer, não basta ‘ver’, é necessário, sobretudo, ‘compreender’. A fé cega não é mais deste século (XIX, XX, XXI.....). É precisamente o dogma da fé cega que hoje em dia produz o maior número de incrédulos. Porque ela quer impor-se, exigindo a abdicação de uma das mais preciosas prerrogativas do homem: a que se constitui do raciocínio e do livre-arbítrio. É contra essa fé, sobretudo, que se levanta o incrédulo, o que mostra a verdade de que a fé não se impõe. Não admitindo provas, ela deixa no espírito um vazio, de que nasce a dúvida. A fé raciocinada, que se apóia nos fatos e na lógica, não deixa nenhuma obscuridade: crê-se, porque se tem a certeza, e só se está certo quando se compreendeu. Eis porque ela não se dobra: porque ‘só é inabalável a fé que pode enfrentar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade’. É a esse resultado que o Espiritismo conduz, triunfando assim da incredulidade, todas as vezes em que não encontra a oposição sistemática e interessada.

Nossas provas e a prece por nós mesmos

Artigo 133 – Vossas provas estão nas mãos de Deus e há as que devem ser suportadas até o fim, mas Deus leva sempre em conta a resignação. A prece atrai os bons Espíritos, que vos dão a força de as suportar com coragem. Então elas vos parecem menos duras. Deus não pode mudar a ordem da Natureza ao sabor de cada um, porque aquilo que é um grande mal, do vosso ponto de vista mesquinho, para a vossa vida efêmera, muitas vezes é um grande bem na ordem geral do Universo. Além disso, de quantos males o homem é o próprio autor, por sua imprevidência ou por suas faltas! Ele é punido pelo que pecou. Não obstante, os vossos justos pedidos são em geral mais escutados do que julgais. Pensais que Deus não vos ouviu, porque não fez um milagre em vosso favor, quando, entretanto, vos assiste por meios tão naturais que vos parecem o efeito do acaso ou da força das coisas. Frequentemente, ou o mais frequentemente, ele vos suscita o pensamento necessário para sairdes por vós mesmos do embaraço.

V – POLITEÍSMO; O DEUS ÚNICO E OS ESPÍRITOS (Itens 667 e 668)

Artigo 134 – Os fenômenos espíritas sendo produzidos desde todos os tempos e conhecidos desde as primeiras eras do mundo, contribuíram para a crença da pluralidade dos deuses, porque para os homens, que chamavam deus a tudo o que era sobre-humano, os Espíritos pareciam deuses. E também por isso, quando um homem se distinguia entre os demais pelas suas ações, pelo seu gênio ou por um poder oculto que o vulgo não podia compreender, faziam dele um deus e lhe rendiam culto após a morte. A palavra *Deus* tinha entre os antigos uma acepção muito extensa; não era, como em nossos dias, uma designação do Senhor da Natureza, mas uma qualificação genérica de todos os seres não pertencentes às condições humanas. Ora, tendo as manifestações espíritas lhes revelado a existência de seres incorpó-

reos que agem como forças da Natureza, eles os chamaram *deuses*, como nós os chamamos Espíritos. Uma simples questão de palavras. Com a diferença de que, em sua ignorância, entretida deliberadamente pelos que tinham interesse em mantê-la, elevaram templos e altares lucrativos a esses seres, enquanto para nós eles não passam de criaturas nossas semelhantes, mais ou menos perfeitas, despojadas de seu envoltório terreno. Se estudarmos com atenção os diversos atributos das divindades pagãs, reconheceremos sem dificuldade todos os que caracterizam os nossos Espíritos, em todos os graus da escala espírita, seu estado físico nos mundos superiores, todas as propriedades do perispírito e o papel que exercem no tocante às coisas terrenas.

O Cristianismo; o Deus Único e as Manifestações dos Espíritos

Parágrafo único – O Cristianismo, vindo aclarar o mundo com a sua luz divina, não podia destruir uma coisa que está na própria Natureza, mas fez que a adoração se voltasse para Aquele a quem realmente pertence. Quanto aos Espíritos, sua lembrança se perpetuou sob diversos nomes, segundo os povos, e suas manifestações, que jamais cessaram, foram diversamente interpretadas e freqüentemente exploradas sob o domínio do mistério. Enquanto a religião as considerava como fenômenos miraculosos, os incrédulos as tomaram por charlatanice. Hoje, graças a estudos mais sérios, feitos à plena luz, o Espiritismo, liberto das idéias supersticiosas que o obscureceram através dos séculos, revela-nos um dos maiores e mais sublimes princípios da Natureza.

VI – ADORAÇÃO E SACRIFÍCIOS (Itens 669 a 673)

Artigo 135 – A prática dos sacrifícios humanos remonta à mais alta Antigüidade. O homem foi levado a crer que semelhantes coisas pudessem agradar a Deus por duas razões: primeiro, porque não compreendia Deus como sendo a fonte da bondade. Entre os povos primitivos, a matéria sobrepõe-se ao espírito; eles se entregam aos instintos animais e por isso são geralmente cruéis, pois o senso moral ainda não se encontra desenvolvido. Depois, os homens primitivos deviam crer naturalmente que uma criatura animada teria muito mais valor aos olhos de Deus do que um corpo material. Foi isso que os levou a imolar primeiramente animais e mais tarde criaturas humanas, pois, segundo sua falsa crença, pensavam que o valor do sacrifício estava em relação com a importância da vítima.

Os sacrifícios jamais agradaram a Deus

Artigo 136 – Os sacrifícios humanos se originaram de uma falsa concepção do que seria agradável a Deus. Vede Abraão. Com o tempo, os

homens passaram a cometer abusos, imolando os inimigos, até mesmo os inimigos pessoais. De resto, Deus jamais exigiu sacrifícios, nem de animais nem de homens. Ele não pode ser honrado com a destruição inútil de sua própria criatura.

Os sacrifícios humanos com intenção piedosa

Artigo 137 – Mesmo os sacrifícios humanos, realizados com intenção piedosa, jamais poderiam ter agradado a Deus; mas Ele julga a intenção. Os homens, sendo ignorantes, podiam crer que praticavam ato louvável ao imolar um de seus semelhantes. Nesse caso, Deus atentaria para o pensamento e não para o fato. Os homens, ao progredirem, deviam reconhecer o erro e reprovar esses sacrifícios, que não mais seriam admissíveis para Espíritos esclarecidos, e digo esclarecidos, porque os Espíritos estavam então envolvidos pelo véu material. Mas, pelo livre-arbítrio, poderiam ter uma percepção de sua origem e sua finalidade. Muitos já compreendiam por intuição o mal que faziam, e só o praticavam para satisfazer suas paixões.

As Guerras Santas – Povos Fanáticos

Artigo 138 – Os povos fanáticos que procuram exterminar o mais possível os que não partilham de suas crenças, com o fim de agradar a Deus, são impulsionados pelos maus Espíritos. Fazendo a guerra aos seus semelhantes, vão contra Deus, que manda o homem amar o próximo como a si mesmo. Todas as religiões, ou antes, todos os povos adoram um mesmo Deus, seja sob este, seja sob aquele nome. Como promover uma guerra de extermínio? Porque a religião de um é diferente ou não atingiu ainda o progresso religioso dos povos esclarecidos.

Jesus e sua doutrina de paz

Parágrafo único - Os povos são escusáveis por não crerem na palavra daquele que estava animado pelo Espírito de Deus e fora enviado por Ele, sobretudo quando não o viram e não testemunharam os seus atos; e como quereis que eles creiam nessa palavra de paz, quando os procurais de espada em punho? Eles devem esclarecer-se, e devemos procurar fazê-los conhecer a sua doutrina pela persuasão e a doçura, e não pela força e o sangue. A maioria de vós não acredita nas nossas comunicações com certos mortais; por que quereis então que os estranhos acreditem nas vossas palavras, quando os vossos atos desmentem a doutrina que pregais?

138.1 – “O Evangelho e o Futuro” - **Explicação do Espírito Emmanuel no livro “A Caminho da Luz”, Ed. FEB, RJ, 20ª. edição, 1994, psicografia de Francisco C. Xavier, págs. 211-216:**

A pureza do Cristianismo não conseguiu manter-se intacta. - Um modesto esboço da História faz entrever os laços eternos que ligam todas as gerações nos surtos evolutivos do planeta. Muita vez, o palco das civilizações foi modificado, sofrendo profundas renovações nos seus cenários, mas os atores são os mesmos, caminhando, nas lutas purificadoras, para a perfeição d'Aquele que é a Luz do princípio. Nos primórdios da Humanidade, o homem terrestre foi naturalmente conduzido às atividades exteriores, desbravando o caminho da natureza para a solução do problema vital, mas houve um tempo em que a sua maioria espiritual foi proclamada pela sabedoria da Grécia e pelas organizações romanas. Nessa época, a vinda do Cristo ao planeta assinalaria o maior acontecimento para o mundo, de vez que o Evangelho seria a eterna mensagem do Céu, ligando a Terra ao reino luminoso de Jesus, na hipótese da assimilação do homem espiritual, com respeito aos ensinamentos divinos. Mas a pureza do Cristianismo não conseguiu manter-se intacta; tão logo regressaram ao plano invisível os auxiliares do Senhor, reencarnados no globo terrestre para a glorificação dos tempos apostólicos, o assédio das trevas avassalou o coração das criaturas. Decorridos três séculos da lição santificante de Jesus, surgiram a falsidade e a má-fé adaptando-se às conveniências dos poderes políticos do mundo, desvirtuando-se-lhe todos os princípios, por favorecer doutrinas de violência oficializada. Debalde enviou o Divino Mestre seus emissários e discípulos mais queridos ao ambiente das lutas planetárias. Quando não foram trucidados pelas multidões delinquentes ou pelos verdugos das consciências, foram obrigados a capitular diante da ignorância, esperando o juízo longínquo da posteridade.

O homem espiritual estacionou em seus surtos de progresso – Desde essa época, em que a mensagem evangélica dilatava a esfera da liberdade humana, em virtude da sua maturidade para o entendimento das grandes e consoladoras verdades da existência, estacionou o homem espiritual em seus surtos de progresso, impossibilitado de acompanhar o homem físico na sua marcha pelas estradas do conhecimento. É por esse motivo que, ao lado dos aviões poderosos e da radiotelegrafia, que ligam todos os continentes e países da atualidade, indicando os imperativos das leis da solidariedade humana, vemos o conceito de civilização insultado por todas as doutrinas de isolamento...

O Espiritismo e o reajustamento de todos os valores humanos – Mas é chegado o tempo de um reajustamento de todos os valores humanos. Se as dolorosas expiações coletivas preludiam a época dos últimos “ais” do Apocalipse, a espiritualidade tem de penetrar as realizações do homem físico, conduzindo-as para o bem de toda a Humanidade. O Espiritismo, na sua missão de Consolador, é o amparo do mundo neste século de declives da sua História; só ele pode, na sua feição de Cristianismo redivivo, salvar as religiões que se apagam entre os choques da força e da ambição, do egoísmo e do domínio, apontando ao homem os seus verdadeiros caminhos. No seu manancial de esclarecimentos, poder-se-á beber a linfa cristalina das verdades consoladoras do Céu, preparando-se as almas para a nova era. São chegados os tempos em que as forças do mal serão compelidas a abandonar as suas derradeiras posições de domínio nos ambientes terrestres, e os seus últimos triunfos são bem o penhor de uma reação temerária e infeliz, apressando a realização dos vaticínios sombrios que pesam sobre o seu império perecível. Ditadores, exércitos, hegemonias econômicas, massas versáteis e inconscientes, guerras inglórias, organizações seculares, passarão com a vertigem de um pesadelo. A vitória da força é uma claridade de fogos de artifício. Toda a realidade é a do Espírito e toda a paz é a do entendimento do reino de Deus e de sua justiça. O século que passa efetuará a divisão das ovelhas do imenso rebanho. O cajado do pastor conduzirá o sofrimento na tarefa penosa da escolha e a dor se incumbirá do trabalho que os homens não aceitaram por amor. (...) Todavia, os operários humildes do Cristo,

ouçamos a sua voz no âmago de nossa alma: “Bem-aventurados os pobres, porque o reino de Deus lhes pertence! Bem-aventurados os que têm fome de justiça, porque serão saciados! Bem-aventurados os aflitos, porque chegará o dia da consolação! Bem-aventurados os pacíficos, porque irão a Deus!”.

Sim, porque depois da treva surgirá uma nova aurora. Luzes consoladoras envolverão todo o orbe regenerado no batismo do sofrimento. O homem espiritual estará unido ao homem físico para a sua marcha gloriosa no Ilimitado, e o Espiritismo terá retirado dos seus escombros materiais a alma divina das religiões, que os homens perverteram, ligando-as no abraço acolhedor do Cristianismo restaurado. Trabalhem por Jesus, ainda que a nossa oficina esteja localizada no deserto das consciências.

Todos somos dos chamados ao grande labor - e o nosso mais sublime dever é responder aos apelos do Escolhido. Revendo os quadros da História do mundo, sentimos um frio cortante neste crepúsculo doloroso da civilização ocidental. Lembremos a misericórdia do Pai e façamos as nossas preces. A noite não tarda e, no bojo de suas sombras compactas, não nos esqueçamos de Jesus, cuja misericórdia infinita, como sempre, será a claridade imortal da alvorada futura, feita de paz, de fraternidade e de redenção.

*

A Prática do Bem e as Cerimônias exteriores inúteis

Artigo 139 – Deus abençoa sempre os que praticam o bem; amparar os pobre e os aflitos é o melhor meio de homenageá-lo. Já vos disse, por isso mesmo, que Deus desaprova as cerimônias que fazeis para as vossas preces, pois há muito dinheiro que poderia ser empregado mais utilmente. O homem que se prende à exterioridade e não ao coração é um Espírito de vista estreita; julgai se Deus deve importar-se mais com a forma do que com o fundo.

139.1 – “Sacrifícios” - Explanação de Rodolfo Calligaris no livro já citado, págs. 54-57:

Compulsando-se a história das religiões, verifica-se que o oferecimento de sacrifícios à Divindade remonta a um passado remotíssimo, a perder-se na noite das idades. As oferendas, que a princípio consistiam em frutos da terra, passaram, depois, a constituir-se de animais, cujas carnes eram queimadas nos altares, transformando-se, mais tarde, em sacrifícios humanos. O Velho Testamento faz inúmeras referências ao holocausto de vítimas humanas aos deuses Baal, Moloque e outros, dando-o como prática generalizada entre os povos asiáticos, sendo que o Gênesis, cap. 22, nos conta que até mesmo Abraão, um dos patriarcas do Judaísmo intentara matar seu filho único Isaac, como prova de amor a Jeová, somente não o fazendo porque, no último instante, um anjo interveio, ordenando fosse suspensa a imolação. Segundo relata um escritor do passado, 300 cidadãos e 200 crianças das melhores famílias de Cartago (África) foram, certa vez, oferecidos em sacrifício a Saturno, visando a aplacar-lhe a ira, por acreditarem que a situação penosa em que se encontravam (o sítio da cidade por poderosas hostes conquistadoras) fosse motivada pelo fato de, até então, só haverem oferecido a essa divindade filhos de escravos estrangeiros. Na Europa, os sacrifícios humanos, se bem que em menor número, também foram praticados séculos pós séculos. Dizem-nos os historiadores que na Grécia, para homenagear ou saciar Apolo, Dio-

nísio, Zeus e outros deuses, jovens e crianças eram queimados em piras fúnebres, lançados do alto dos penhascos ou chibatados até à morte. Na Itália, adotava-se o afogamento, atirando-se trinta pessoas, anualmente, às águas do rio Tibre. O deus cultuado na Zelândia, verdadeiro monstro, exigia, em igual período, o sacrifício de nada menos que noventa e nove pessoas. Na Bretanha, conforme o relato de César, fazia-se uma colossal estátua de vime, enchiam-na de vítimas e deitavam-lhe fogo. Já na Gália, colocavam-nas num altar e abriam-lhe o peito à espada. Entre os povos primitivos da América, esse costume bárbaro deve ter vigorado também, por muito tempo. Haja vista que, quando da conquista do México, no século XVI, foram encontradas em um templo cerca de 136.000 caveiras de vítimas sacrificadas aos deuses ali adorados pelos astecas.

Os sacrifícios e a explicação da Doutrina Espírita – Esclarecem-nos, entretanto, os mentores espirituais, através de Kardec, que não era por maldade que os homens da Antiguidade procediam dessa forma, mas sim por mera ignorância. E explicam: em nossos dias, quando nos dispomos a oferecer um presente a alguém, não o escolhemos de tanto maior valor quanto mais estima queiramos testemunhar a esse alguém, ou quanto mais interesse tenhamos em conquistar-lhe as boas graças a fim de solicitar-lhe certos favores? Não eram outros os motivos que levavam nossos antepassados a sacrificar às divindades. Como, porém, não podiam concebê-las com os atributos da perfeição, antes as rebaixavam ao nível deles mesmos, julgavam, erroneamente, que o holocausto a ser-lhes oferecido seria tanto mais valioso quanto mais importante fosse a vítima. Daí porque nos ofícios sacrificatórios os produtos agrícolas foram, com o tempo, preteridos pelos animais, que, por sua vez, foram substituídos por seres humanos: estrangeiros ou inimigos, e, posteriormente, em lugar destes, os pais passaram a sacrificar os próprios filhos! É que – supunham -, com estas oblatas, os deuses haveriam de sentir-se muito mais honrados.

‘As pessoas esclarecidas compreendem, agora, que, conquanto praticados com piedosa intenção, tais sacrifícios nunca foram agradáveis a Deus, como não podem agradar-Lhe, tão-pouco, as macerações e as penitências que certos religiosos continuam a impor-se, sem que aproveitem a ninguém. A Doutrina Espírita, fazendo luz sobre este assunto, ensina-nos que o único sacrifício abençoado por Deus é aquele que se faça por amor e em benefício do próximo, e que “o melhor meio de honrá-Lo consiste em minorar os sofrimentos dos pobres e dos aflitos”.’

CAPÍTULO IX

O CRIMINOSO. O CRIME. A CRIANÇA ASILADA

A Educação: único caminho. Pedro de Camargo (Vinícius)

(Livro: O Mestre na Educação, págs. 67/70)

O criminoso e o crime “No conceito que geralmente se faz do mal, sob seus vários aspectos, confunde-se o mal, propriamente dito, com aquele que o pratica. Dessa lamentável confusão advêm não pequenos erros de apreciação, quanto à maneira eficiente de combater-se o mal.

Para bem agirmos em prol do saneamento moral, precisamos partir deste princípio: o crime não é o criminoso, o vício não é o viciado, o pecado não é o pecador, do mesmo modo e pelo mesmo critério que o doente não é a doença. Assim como se combatem as enfermidades e não os enfermos, assim também se devem combater o crime, o vício e o pecado, e não o criminoso, o viciado e o pecador.

O mal não é intrínseco no indivíduo, não faz parte da natureza íntima do Espírito; é, antes, uma anomalia, como o são as enfermidades. O bem, tal como a saúde, é o estado natural, é a condição, visceralmente inerente ao espírito. Um corpo doente constitui um caso de desequilíbrio, precisamente como um espírito transviado, rebelde, viciado, ou criminoso.

Há tantas variedades de distúrbios psíquicos quantas de distúrbios físicos, aos quais a medicina rubrica com variadíssimas denominações. A origem do mal, quer no corpo, quer no espírito, é a mesma: infração das leis de higiene.

O homem fraudava essa lei por ignorância, por fraqueza e, finalmente, pelo impulso de certas paixões que o dominam. Não devemos votá-lo ao desprezo por isso, nem, muito menos, malsiná-lo como réprobo, pois, em tal caso, se justificaria tratar-se de igual modo os enfermos. Aliás, em épocas felizmente remotas, se procedeu assim com relação aos enfermos de moléstias infectuosas. Esses infelizes eram tidos como vítimas da cólera divina e, por isso, perseguidos desapiedadamente pela sociedade.

Ignorância. A ignorância torna os homens capazes de todas as insânias. Pois é essa mesma ignorância, com referência aos transviados da senda nobre da vida, que gera a repulsa e mesmo o ódio contra os delinquentes. Os velhos códigos humanos, assim civis como religiosos, foram vazados nos moldes dessa confusão entre o ato delituoso e o seu agente. A benevolência, contrastando com a agressão, é o único processo educativo capaz de corrigir e regenerar.

Para varrer-se o mal da face da Terra, é preciso que se apliquem métodos naturais, conducentes a esse objetivo. O método natural é a educação do espírito. Com o velho sistema de castigar, ou eliminar as vítimas do crime e do vício, nada se logrará de positivo, conforme os fatos atestam eloqüentemente. A medicina jamais pensou na eliminação dos enfermos; toda a sua preocupação está em curar as doenças. Pois o processo deve ser o mesmo, em se tratando dos distúrbios que afetam o moral dos indivíduos. O único castigo capaz de produzir efeito na regeneração dos culpados é o que se traduz pela natural conseqüência dolorosa do erro ou mal cometido, conseqüência que recai fatalmente sobre o culpado. É necessário fazer que o delinqüente reconheça esse fato, e isto se consegue por meio da instrução moral.

Toda punição imposta de fora, como revide social, é contraproducente, conforme os fatos, em sua irretorquível expressão, têm comprovado mil vezes. É muito fácil encarcerar ou eletrocutar um criminoso. Educá-lo é mais difícil, mais trabalhoso, demanda esforço, tempo, saber, caridade. Por isso, o Estado manda os criminosos à força e as religiões remetem os pecadores, **que não são da sua grei**, para o inferno.

Mas, se aquele é o único processo eficaz, procuremos empregá-lo, e não este, anticientífico, imoral e cruel.

A educação vence e previne o mal. O homem educado conhece o senso da vida, age conscienciosamente com critério, com discernimento: é um valor social. É pela educação que se hão de vencer os vícios repugnantes (haverá algum que o não seja?), que se hão de domar as paixões tumultuárias que obliteram a inteligência e a razão. E, de tal modo, sanear-se-á a sociedade.

Retirem-se os delinqüentes do convívio social, como se faz com o pestoso que ameaça a salubridade pública; mas, como a este, preste-se àquela a assistência que lhe é devida: educação.

E não se suponha, outrossim, que só os criminosos devem ser educados. A obra de educação é obra de salvação, é obra religiosa em sua alta finalidade, é obra científica e social em sua expressão verdadeira. Eduquem-se a todos, cada um na sua esfera, até que a educação se transforme, em cada indivíduo, numa auto-educação contínua, ininterrupta. Na educação do espírito está o senso da vida, está a solução de todos os seus problemas.

A sociedade também é responsável. “Não há direitos sem deveres. Se assiste à sociedade o direito de separar os doentes dos sãos, cumpre-lhe o dever inalienável de assistí-los convenientemente. Julgar? Quem somos nós

para julgar nossos irmãos, se todos somos réus no tribunal de nossas consciências? Fazê-lo em nome da sociedade? Pois é a sociedade mesma, tal como está constituída, a responsável por grande número de crimes que em seu seio se cometem. As piores doenças são fruto do ambiente. Quando o meio é miasmático e deletério, as enfermidades se alastram, tornando-se endêmicas. Tal é a nossa sociedade. A recrudescência do crime é efeito da materialidade e da hipocrisia reinantes no século. A higiene social seria o melhor antídoto contra o vício e o crime.

A sociedade viverá sempre às voltas com os delinquentes, enquanto não cumprir o dever que lhe assiste de educá-los. Até aqui, a sociedade, baseando-se no parecer de criminólogos materialistas, invoca apenas o direito de punir. Por isso ela também vai sendo punida. Há de suportar as consequências do seu erro até que desperte. Aliás, já os prenúncios de uma reforma se vão fazendo sentir.

A criança asilada. “O tema é bastante delicado. Criança asilada! Criança ao desamparo, ao léu, sem família, sem lar, sem pão! Ave implume sem o conchego do ninho, sem os cuidados de uma proteção amiga e solícita, reclamada pela precariedade das condições de quem não sabe e não pode dirigir-se por si; de quem se encontra desprovido dos meios de defesa pessoal e das possibilidades de prever e prover a manutenção própria! Eis, numa síntese mais ou menos lacônica, a amargura da soledade em que vegetam inúmeras crianças na sociedade aristocrática de uma civilização febril e voluptuosa, expressa nos arranha-céus, aviões, rádios e...metralhadoras.

Falar na criança asilada é tocar no problema da orfandade, problema esse que, ao lado de outros de grande relevância, permanece insolúvel em nosso país.

Órfão, a nosso ver, não é precisamente a criança que perdeu os pais, ambos, ou um deles. Órfã é a criança sem lar, portanto, sem carinhos, pela qual não há quem se interesse, entregue aos azares dos imprevistos, estejam ou não contados no número dos chamados vivos os seus genitores.

É comum vermos, ao cair da noite, crianças maltrapilhas, desasseadas, cabelo em desalinho, sobraçando marmitas e latas amolgadas, pedindo, aqui e acolá, restos de comida, nacos de pão, etc. Dessas crianças, a maioria é órfã por viver completamente abandonada, perambulando pelas ruas e praças, a despeito de se achar em companhia dos pais. Estes, geralmente, exploram os filhos, permanecendo em casa à espera da colheita mais ou menos farta que as crianças conseguem fazer em sua cotidiana peregrinação. Todavia, não os condenamos por isso, antes os lamentamos; pois se trata de indivíduos ignorantes destituídos do senso da vida, verdadeiros párias, órfãos, a

seu turno, de vez que são outras crianças, espiritualmente falando, desprotegidas e desamparadas dos cuidados pela sua condição.

A orfandade, como a mendicância, a invalidez, o analfabetismo, as endemias, o pauperismo, o vício e o crime são problemas sociais; ao Estado compete, como precípua e indeclinável obrigação, empregar os meios ao seu alcance para solucioná-los. O direito impõe deveres, quando não nasce do próprio dever. O Estado, usando, e até abusando do direito de intervir na vida do cidadão, tributando e condicionando sua atividade, retirando, por esse processo, uma quota daquilo que ele produz, está, por isso, no dever de acudir aos inválidos, aos incapazes, aos miseráveis, e, particularmente, às crianças que, não estando ainda em condições de produzir, constituem, todavia, presumíveis fatores do engrandecimento material e moral de uma nação; e, tanto mais lícito é esperar-se do seu porvir, quanto mais e melhor se haja feito, no presente, em prol da sua educação, sob todos os pontos de vista.

Pondo de parte as múltiplas e complexas questões sociais, consideremos apenas a da criança desvalida, pois que é precisamente o assunto que ora abordamos.

Os orfanatos e asilos resolverão o caso em apreço? Respondemos pela negativa, considerando que a orfandade se apresenta sob dois aspectos distintos: o material e o moral. O primeiro se reporta às exigências físicas da criança; o segundo respeita às suas necessidades psíquicas ou morais. Aquele atende ao corpo, este, ao Espírito.

Ora, os orfanatos podem satisfazer plenamente aos reclamos do físico; porém, nunca, aos do Espírito.

O regime que, por força das circunstâncias, vigora nesses estabelecimentos, regime mais ou menos semelhante ao dos quartéis, expressos nos uniformes, nos dormitórios em comum, na sineta que chama às refeições e determina a hora de se erguerem do leito, enfim, aquele conjunto de regras e regulamentos próprios de tais instituições, age sobre o moral das crianças como um ferrete avivando a sua lamentável condição de órfãs.

Os asilos não são nem podem ser para as crianças o que são as chocadeiras e as criadeiras para os pintos. Estes requerem somente certos cuidados com a alimentação, com a higiene e a temperatura do ambiente, onde se desenvolvem. As criadeiras, portanto, preenchem perfeitamente os fins a que se destinam. A vida humana, porém, é muito, é muito mais complexa; tem gamas e nuances delicadas, que não podem ser esquecidas, sem que de tal olvido resultem sérios prejuízos.

Os asilos perpetuam, não extinguem a orfandade, condição esta que permanece na mente do asilado como estigma indelével. Mesmo depois de adulto, quando alguém se refere a ele, usa desta expressão: é aquele moço, órfão de tal asilo. Ou então: Fulano se casou com uma órfã do abrigo de tal localidade.

Por isso, salvo raras exceções que não infirmam a regra, a criança asilada é sempre tristonha, tímida e desconfiada. Cresce debaixo da dolorosa impressão de dependência, sabendo que vive da caridade pública, que não existem para ela os carinhos maternos e o zelo de um pai que vele pelo seu futuro e em cujo amparo possa confiar!

Certamente a criança não tem este raciocínio; mas, a despeito disso, sente o efeito inelutável da ausência daqueles fatores que tão grande influência exercem e exercerão em sua vida psíquica, confirmando plenamente o pensamento do poeta: “As almas infantis são brancas como a neve, são pérolas de leite em urnas virginais; tudo quanto se grava e ali se escreve cristaliza-se em seguida e não se apaga mais.”

E o que diremos de certos asilos que expõem os órfãozinhos, devidamente caracterizados, aos olhos do público, visando com isso inspirar compaixão? E quando fazem as próprias crianças estenderem as mãos aos óbolos obtidos por semelhante processo desumano e humilhante?

A infância é a época em que o ser reclama maiores desvelos e cuidados. Trata-se de lançar as bases de uma edificação cuja solidez, como sói acontecer a toda espécie de construção, depende dos alicerces.

A nosso ver, salvo melhor juízo, somente no seio da família, no lar bem organizado, encontramos o meio propício, o terreno adequado para lançarmos o embasamento capaz de suportar a edificação dos caracteres que constituirão as individualidades mais ou menos acabadas.

Para a fome, alimento; para a sede, água; para a criança, o regaço materno, o lar doméstico. Só aí se depara o clima propício à sua delicadeza, ao seu estado e condições especialíssimos.

Fora desse meio, ela poderá viver e crescer como certas plantinhas débeis entre as frinchas de uma rocha. Jamais, porém, logrará florescer e frutificar como as árvores que tiveram a ventura de nascer e crescer em solo aberto e franco, expostas aos raios benéficos do sol e às chuvas fecundantes do outono.

Mas, objetar-me-ão, talvez: Onde encontrar lares para todos os órfãos espalhados por este orbe?

A dificuldade não está na carestia de lares, mas na esterilidade dos corações. A orfandade é um dos crimes do egoísmo. Se distribuíssemos os órfãos todos deste mundo entre as famílias constituídas, não tocaria, talvez, uma criança para cada grupo de cinquenta habitações. Na estreiteza de sentimentos é que não há lugar para resolver o velho e angustioso caso da orfandade. Os asilos, remediando o mal, constituem a prova eloqüente do reinado do egoísmo entre os homens. Só a perfilhação ou adoção encerra o remédio radical da criança desvalida. Quando ela encontrar alguém, a quem possa dar, espontaneamente, sem obedecer às injunções calculistas de terceiros, o doce nome de mãe, terá, então, arrancado para sempre de sua fronte infantil o negro véu da orfandade.

Existem, nos centros populosos, ricos solares, luxuosos palacetes de rígidos estilos, em cujos recintos os cães de raça comem à mesa dos seus donos e dormem em leitos macios, resguardados da importunação das moscas, mas onde não resplende a graça evangélica de uma criança, onde não se escuta o sorriso nem se ouve o alvoroço daqueles que Jesus costumava reunir em torno de si, dizendo: Deixai vir os pequeninos, porque deles é o reino dos céus.

Em compensação, nesses suntuosos lares, ouve-se, nas cavaliças, o relinchar de corcéis de puro-sangue, cobertos de mantas bordadas, e, no confortável canil, o ganido e o rosnar de nédios e luzidios mastins, trazendo ao pescoço finas coleiras, chapeadas de metal reluzente!

Não existem asas implumes sem ninho, ao abandono. As mesmas feras não deixam sem fuma os seus cachorrinhos. Só na sociedade humana se encontram crianças ao desabrigo, vagando a esmo sem família e sem penas!

Será sempre assim o mundo? Acreditamos que não. A Evolução é lei incoercível. A natureza não dá saltos; porém, lentamente, tudo se vai transformando, e o Universo marcha para a frente e para o alto. Cremos piamente na melhoria do nosso estado social. O relógio do progresso avança em seu movimento isócrono; e, quando interesses malsãos procurem retardar-lhe a caminhada, determinando desacordo com a posição do sol que ilumina a trajetória da Vida, dizem que o dono do relógio põe a mão no ponteiro e...acerta as horas.

É assim que se explica a queda da escravidão, do feudalismo, dos latifúndios, da inquisição, do absolutismo e de outras instituições iníquas. “Toda árvore que o Pai não plantou será arrancada.”

A melhoria da Humanidade está na razão direta da nova orientação que as mães de hoje possam dar aos seus filhos. E toda mulher é sempre mãe, seja qual for a sua idade e o seu estado civil. É da mulher que nascem as auroras de novos dias de esperança e de fé. Trabalhemos pela criança, melhorando as condições dos lares existentes e constituindo outros sob aspectos mais excelentes, que sejam verdadeiras retortas, onde se destilem as gotas do amor, desse amor que opera prodígios e realiza milagres.

Note-se, porém, o seguinte:

Não somos inimigos dos asilos. De maneira nenhuma pretendemos que se cerrem as suas portas. Queremos, sim, que o seu número - que reputamos demasiadamente limitado - se multiplique, se centuple, de modo que o seio de cada família seja o refúgio da criança desamparada; que cada lar seja um abrigo franco aos menores desvalidos; que, finalmente, cada coração seja um asilo aberto, onde a orfandade se extingue, desaparecendo ao sopro divinal do amor. (Pedro Vinícius. O Mestre na Educação. Pg. 145/7).

*

CAPÍTULO X

EDUCAÇÃO PARA TODOS

Pedro de Camargo - Vinícius

(Livro: O Mestre na Educação, pág. 25)

Instrução sem educação

“Pestalozzi define a educação como o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades do indivíduo. A instrução, portanto, faz parte da educação, por isso que se refere aos meios e processos empregados no sentido de orientar o indivíduo na aquisição de conhecimentos sobre determinada disciplina. A instrução dirige-se consequentemente à inteligência. A educação vai mais além: dirige-se, principalmente, ao sentimento, ao despertar do senso moral. Inteligência desenvolvida e culta, desacompanhada do senso moral, constitui sério perigo para a sociedade. Os grandes males que convulsionam o mundo não procedem dos analfabetos e dos ignoros, elementos mais ou menos inconscientes que agem como instrumentos; que não dispõem de meios e recursos para levarem a cabo as empresas malélicas de exploração, escravatura e de opressões. São as inteligências cultas e traquejadas, sem moralidade e sem fé, divorciadas do verdadeiro sentimento, que urdem e executam os planos diabólicos de usurpação de direitos, de espoliações e de tirania das consciências.”

Um só problema e uma só solução. Os indivíduos e as instituições sociais sem a educação.

“Educação é, em síntese, evolução individualizada, processando-se conscientemente, com a cooperação do próprio indivíduo. É a lei universal adequando-se ao homem com a sua aquiescência mesma, na sublime aspiração de colaborar com Deus no aperfeiçoamento pessoal, através do que se denomina auto-educação.

Assim sendo, estamos em face do supremo problema da vida, pois se trata da chave mediante a qual todos os demais serão solucionados, e, sem o concurso dele, nada se resolverá satisfatoriamente. Daí a razão dos fracassos que se vêm verificando através de todos os tempos no que concerne às medidas e aos processos empregados em tudo que se prende à reforma da sociedade. Todas as questões pertinentes àquele objetivo continuam inalteradas, a despeito dos esforços empregados pelos dirigentes e pelos técnicos especializados em sociologia, psicologia, política, economia e outras tantas disciplinas do escolasticismo vigente.

Política. Toda a forma política é boa em mãos de homens cômicos de seus deveres e responsabilidades. Nenhuma delas presta quando manejada por indivíduos inescrupulosos e desonestos. As melhores Constituições, as leis mais sábias, visando assegurar os direitos e o bem-estar dos povos, nada representam, se as rédeas do poder se acham no domínio de demagogos impudicos cujos objetivos sejam locupletar-se da posição que ocupam e da força de que ocasionalmente dispõem.

Leis luminosas e justas. Dependendo da interpretação e aplicação de políticos corruptos, tornam-se inócuas e inoperantes no sentido do bem coletivo; pois até mesmo dispositivos e postulados inexpressivos e obsoletos, sob o critério de pessoas sensatas e conscienciosas, podem assegurar a felicidade de um povo e o renome de uma nação.

Religiões. O mesmo sucede com respeito às religiões. Em qualquer hipótese e circunstância, não são as leis, as formas e os códigos que promovem e garantem a estabilidade das instituições e a justiça social, mas sim os executores. Tudo depende do homem e não do jogo dos regulamentos e do emaranhado de dispositivos, regras e artigos metodicamente colecionados. Tudo se burla, torce e se mistifica, menos o caráter íntegro, estruturado e consolidado mediante esforços e lutas consumadas conscientemente com aquele propósito.

Reforma social. A reforma social, em todo o sentido e sob todos os aspectos, será a soma das reformas individuais, ou não passará de utopia, de quimera explorada pelos fariseus de alto e baixo coturno.

Viver é evoluir. A vida tem uma finalidade clara e positiva, que é a evolução. Esta se processa nos seres conscientes e responsáveis mediante renovações íntimas, constantes e progressivas. Semelhante fenômeno denomina-se Educação. Fora, pois, da Educação que se transforma em Auto-educação quando o indivíduo a imprime em si mesmo, não existe solução para os problemas da vida, quer considerada individualmente ou em relação à coletividade humana.”

Educar: eis o rumo a seguir. Programa do momento. Qual o melhor modo de educar?

“Na maneira de conduzir a obra da educação, está a chave do problema cuja solução o momento atual da Humanidade reclama.

Não há duas correntes de opinião, quanto ao valor da educação. Todos a reconhecem e a proclamam como medida salvadora. Porém, há divergência no que respeita ao modo de educar. Existem dois processos de educação: um falso, que mascara a ignorância; outro verdadeiro, que realmente

conduz ao saber. Um, que age de fora para dentro, outro que atua de dentro para fora. Um, artificial, maquiavelicamente empregado para confundir; outro, natural, cujo alvo é esclarecer, libertar e aperfeiçoar o homem.

Ensino por autoridade. O ensino por autoridade, impondo princípios e doutrinas, avilta o caráter e neutraliza as melhores possibilidades individuais. Cria a domesticidade e a escravatura espiritual, regime ignóbil onde se estiolam as mais nobres aspirações e onde se oficializam a hipocrisia, o vício e o crime. O ensino por autoridade é a educação às avessas: oblitera a mente, ofusca a inteligência, ensombra a razão, atrofia a vontade, mecaniza e anquilosa a alma do educando.

O ensino que se funda no processo de despertar os poderes latentes do Espírito é o único que realmente encerra e resolve o problema da educação. Baseando-se o ensino no apelo constante à razão e ao bom senso, gera-se a confiança própria, estimula-se a vontade, esclarece-se a mente - numa palavra -, consegue-se que o educando faça a independência própria em todo o terreno, o que representa a verdadeira nobreza de caráter.

Educação segundo o processo natural. A educação, segundo o processo natural, conduz fatalmente o educando à liberdade, faz dele um homem que pensa, sente e age por conta própria. O educando, orientado como deve ser, não será um repositório de conhecimentos acumulados na memória; há de ser um poder aquisitivo capaz de se enfrontar prontamente em qualquer assunto ou matéria consoante requeiram as necessidades do momento. Nada o embaraçará, nenhuma pedra de tropeço o imobilizará no carreiro da vida. Não sendo um armazém de teorias e de regras estreitas hauridas de oitiva, é uma potência dinâmica capaz de penetrar todos os meandros do saber e de solucionar os mais intrincados problemas da vida, desde que a questão o afete e lhe desperte interesse.

A educação normal cria capacidades, enquanto que a artificial gera títeres que vivem a repetir o que ouvem, sem consciência do que fazem. Tais indivíduos são sempre dependentes, imitadores vulgares, parasitas estratificados.

A educação real organiza sociedades dignas, onde a ciência, a filosofia, a moral e as artes vicejam francamente sob atmosfera favorável; onde há campo vasto para todas as atividades do Espírito e onde todas as aspirações elevadas da alma encontram possibilidades de realização.

A falsa educação promove conglomerados amorfos de indivíduos incapazes, medíocres em tudo, verdadeiros rebanhos que se agitam monotonicamente ao sinal do cajado que os tange segundo alheios caprichos.

A educação, tal como deve ser, prepara o indivíduo para a vida como realmente ela é: para os destinos altaneiros que Deus concebeu e tracejou para o Espírito. A educação falsa amolda o indivíduo ao saber de outrem, prepara-o para certas escolas político-sociais ou para servir a determinadas organizações sectárias. Em quaisquer desses meios, a liberdade é um mito em que muito se fala para embair a boa-fé alheia, e onde a escravidão é um fato com todo o seu cortejo de ignomínias.

Autoridade como base de ensino: ultraje à dignidade humana. A submissão incondicional à *autoridade*, como base de ensino, é ultraje à dignidade humana contra o qual se revolta o nosso século. A geração nova, que ora desponta, jamais poderá tolerá-la, em que pese aos reacionários e ultramontanos de todos os matizes e calibres.

É tempo de se estabelecer a verdade neste particular de tão subida importância. É preciso salvar o mundo, apontando os meios conducentes à realização desse ideal de amor.

Educar: eis o rumo a seguir, o programa do momento.”

A ciência do bem. Demasiada importância se liga às várias modalidades do saber, descurando-se o principal, que é a ciência do bem. Os pais geralmente se preocupam com a carreira que os filhos deverão seguir, deixando-se impressionar pelo brilho e pelo resultado utilitário que de tais carreiras possam advir. No entanto, deixam de atentar para a questão fundamental da vida, que se resolve em criar e consolidar o caráter. Antes de tudo, e acima de tudo, os pais devem cuidar da educação moral dos filhos, relegando às inclinações e vocações de cada um a escolha da profissão, como acessório.

Reinado do caráter. A crise que assoberba o mundo é a crise de caráter, responsável por todas as outras. O momento reclama a ação de homens honestos, escrupulosos, possuídos do espírito de justiça e compenetrados das suas responsabilidades.

Temos vivido sob o despotismo da inteligência. Cumpre sacudir-lhe o jugo fascinador, proclamando o reinado do caráter, o império da consciência, da moral e dos sentimentos.

Renovação individual e social pela educação

“Educar é tirar de dentro para fora e não introduzir de fora para dentro. Todos possuem em estado de latência poderes e faculdades maravilhosas cujo desenvolvimento harmônico e progressivo deve constituir o objeto da Educação.

Se os nossos esforços se focalizarem numa determinada faculdade deixando as demais em abandono, produziremos indivíduos anômalos constituindo povos desequilibrados, verdadeiros aleijões morais. É precisamente esse o quadro doloroso que nos apresenta o panorama internacional, onde as nações não conseguem encontrar o equilíbrio que as mantenha dentro do ritmo natural da vida. Agindo como rivais, na persuasão de acautelar interesses particulares, todas elas, outra coisa não têm feito senão cavarem a ruína comum, gerando conflitos e convulsões internas a par de guerras cruentas e fratricidas que colimam na destruição das suas mais decantadas e vultosas realizações.

Monocultura da inteligência. Egoísmo. Procurando a causa de tão inominável insânia que vem, através de séculos e milênios, mantendo a Humanidade nesse estado de demência coletiva, vamos encontrá-la na educação unilateral, ou seja, na monocultura da inteligência, com menosprezo do sentimento. O egoísmo tem suas raízes mergulhadas nas profundezas do nosso passado, requerendo por isso grande soma de esforços a sua erradicação. Nada obstante, os homens porfiam em acoroçoá-lo, de vez que a inteligência, muito amanhada, sem o controle do sentimento, fornece ambiente e terreno propício à sua expansão cada vez mais acentuada. E o nosso mundo acha-se sob o despotismo da inteligência. Daí o grande surto de progresso verificado no plano utilitário e material, contrastando escandalosamente com a barbárie e brutalidade reinantes em todas as camadas sociais.

A inteligência, atendendo aos reclamos egoístas, constrói sobre a areia. Suas obras, portanto, não oferecem estabilidade e segurança, ruindo, a cada passo, sob o fragor das paixões desenfreadas. Tratados e convênios, pactos e ajustes jamais solucionarão o problema da paz internacional tampouco aqueles de ordem social interna, como o pauperismo, o desemprego, a orfandade, o vício e o crime. Só a educação sob o seu aspecto harmônico e congruente, devidamente compreendida em sua finalidade, conjurará as nossas velhas e debatidas questões. Qualquer outra medida não passará de paliativos aleatórios e estéreis, conforme os fatos vêm demonstrando cabalmente.

A sociedade enferma. A nossa sociedade é uma enferma entregue nas mãos de curandeiros charlatães que se preocupam em combater sintomas, visando com isso impressionar a doente cujo estado se agrava continuamente. Todas as perturbações sociais, de caráter nacional ou internacional, são fenômenos acidentais, revelando um estado mórbido geral e permanente que ainda não foi focalizado pelos bisonhos terapeutas que rodeiam o leito da extenuada enferma. A moléstia, no entanto, vai se definindo cada dia com mais evidência.

Trata-se de lepra da alma assinalada na insensibilidade moral que caracteriza o homem deste século.

Educação do sentimento. Eduque-se o sentimento, cultive-se a ciência do bem que é a ciência do coração, e ver-se-á a moléstia decrescer, e a enferma entrar em franca convalescença.

Urge dar essa orientação ao problema educacional. A Humanidade precisa ser reformada. Do interior do homem velho cumpre tirar o homem novo, a nova mentalidade cujo objetivo será desenvolver o amor na razão direta do combate às multiformes modalidades em que o egoísmo se desdobra. A renovação do caráter depende da renovação dos métodos e processos educativos. A confusão reinante no mundo atual resulta do descaso que se tem votado a questão educação, principalmente no que respeita à educação moral. A crise que nos perturba é de dignidade, é de valores morais. Desta é que se originam todas as outras. Não é de sábios que precisamos: é de caracteres incorruptíveis. Os problemas da inteligência estão, por assim dizer, solucionados, conforme atesta o surto imenso de progresso material atingido. Nada obstante, é aflitivo e angustioso o momento que atravessamos. Os financistas e economistas não resolvem o mortificante problema da paz. Os sociólogos de alta envergadura jazem impotentes diante do pauperismo, do vício, do crime, da corrupção e de outros velhos problemas sociais.

Por quê? Certamente porque lhes falta a percepção interna das grandes realidades da vida, dessa Vida que prossegue o seu curso além da campa; percepção que só se obtém mediante o culto sincero da Verdade; que só se aprende sondando os profundos arcanos da consciência e auscultando a sua voz; que só se logra finalmente no estudo e na meditação da ciência da moral, que é a ciência do coração!

O Operariado e a Educação. Ordem e Previdência.

“Não basta se diga ao homem que lhe corre o dever de trabalhar. É preciso que aquele que tem de prover à sua existência por meio do trabalho encontre em que se ocupar, o que nem sempre acontece. Quando se generaliza, a suspensão do trabalho assume as proporções de um flagelo, qual a miséria. A ciência econômica procura remédio para isso no equilíbrio entre a produção e o consumo. Mas, esse equilíbrio, dado seja possível estabelecer-se, sofrerá sempre intermitências, durante as quais não deixa o trabalhador de ter que viver. Há um elemento, que se não costuma fazer pesar na balança e sem o qual a ciência econômica não passa de simples teoria. Esse elemento é a educação, não a educação intelectual, mas a educação moral. Não nos referimos, porém, à educação moral pelos livros e sim à que consiste na **arte de formar caracteres**, a que **incute hábitos**, porquanto a **educa-**

ção é o conjunto de hábitos adquiridos. Considerando-se a aluvião de indivíduos que todos os dias são lançados na torrente da população, sem princípios, sem freio e entregues a seus próprios instintos, serão de espantar as conseqüências desastrosas que daí decorrem? Quando essa arte for conhecida, compreendida e praticada, o homem terá no mundo hábitos de **ordem e de previdência** para consigo mesmo e para com os seus, **de respeito a tudo o que é respeitável**, hábitos que lhe permitirão atravessar menos penosamente os maus dias inevitáveis. A desordem e a imprevidência são duas chagas que só uma educação bem entendida pode curar. Esse o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, o penhor da segurança de todos.” (O Livro dos Espíritos. Allan Kardec).

Analfabetismo ou decadência moral?. “Não basta focalizarmos o analfabetismo como a nódoa vergonhosa de nossa decantada civilização. A decadência moral, a corrupção de costumes, a repetição cotidiana de crimes repugnantes e bárbaros, a desfaçatez e a impudência com que se tramam e se urdem as transações venais, em todos os setores, constituem, em seu conjunto, algo que enodoa, conspurca e macula mais o nome, a história e o conceito de um povo do que o analfabetismo.

O desenvolvimento da inteligência, desacompanhado da vigilância e orientação dos sentimentos, produz mais malefícios que proveitos, porque amplia e dilata as possibilidades de êxito na prática de velhacarias e vilezas, como na maneira astuta e sagaz de fugir às responsabilidades, iludindo as massas ingênuas e incautas. É ainda produto da inteligência impudente o forrar-se à obrigação de dar contas dos mandatos, seja na esfera pública, seja na particular, acoroçando assim o regime da irresponsabilidade, cujas conseqüências funestas explicam a desordem e a indisciplina que, partindo das altas camadas, se derramam e se espriam por todas as baixadas.

Direitos e Deveres. Não basta que acenemos às classes obreiras com certos direitos que até há pouco, criminosamente, não se lhes concedia; cumpre completar a obra da sua reabilitação, incutindo-lhes noções do dever, base e fundamento do direito natural e legítimo. Do contrário, estaremos semeando em sua mente idéias desordenadas, subversivas e contraproducentes, cavando, ao mesmo tempo, profundo vale de separação entre aqueles de cujo mútuo entendimento e cooperação dependem a ordem e a prosperidade das nações.

É óbvio que o desequilíbrio entre o dever e o direito é responsável pela confusão e pelo desajustamento, que cada vez se manifestam mais acentuadamente em nosso meio.

Façamos uma obra cristã, e não demagógica, em benefício dos nossos irmãos que manejam os músculos e os braços, visando em realidade o seu progresso, soerguendo-lhes o nível consciente do valor que enobrece, em todo o sentido, máxime e particularmente no que concerne à formação do caráter, condição esta indispensável ao bom êxito em qualquer empreendimento humano; necessidade essa de que carecem tanto os dirigentes como os dirigidos, mais ainda os primeiros que os últimos, levando em consideração a maior soma de responsabilidades que lhes cabe.”

TERCEIRA PARTE

**A EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA:
ASPECTOS GERAIS**

CAPÍTULO XI
O NECESSÁRIO E O SUPÉRFLUO
(Itens 715 a 717 de “O Livro dos Espíritos”)
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

O Necessário e a Natureza. O Supérfluo e os vícios.

Artigo 166 – O homem sensato conhece o limite do necessário por intuição, e muitos o conhecem à custa de suas próprias experiências. A Natureza traçou o limite do necessário na própria organização do homem, mas ele é insaciável. Ela traçou o limite de suas necessidades na sua organização, mas os vícios alteraram a sua constituição e criaram para ele necessidades artificiais.

Os que vivem à custa das privações alheias

Artigo 167 – Os que açambarcam os bens da terra para se proporcionarem o supérfluo, em prejuízo dos que não têm sequer o necessário, desconhecem a lei de Deus e terão de responder pelas privações que ocasionarem.

167.1 – “A relatividade do limite entre o necessário e o supérfluo” - Comentário de Kardec no item 717 de O Livro dos Espíritos:

O limite entre o necessário e o supérfluo nada tem de absoluto. A civilização criou necessidades que não existem no estado de selvageria, e os Espíritos que ditaram esses preceitos não querem que o homem civilizado viva como selvagem. Tudo é relativo e cabe à razão colocar cada coisa em seu lugar. A civilização desenvolve o senso moral e ao mesmo tempo o sentimento de caridade que leva os homens a se apoiarem mutuamente. Os que vivem à custa das privações alheias exploram os benefícios da civilização em proveito próprio; não têm de civilizados mais do que o verniz, como há pessoas que não possuem da religião mais do que a aparência.

167.2 – “Sobras” – Explicação do Espírito Emmanuel no livro já citado “Religião dos Espíritos”, sobre a questão 715 de “O Livro dos Espíritos”:

A sobra em todas as situações é o agente aferidor do nosso ajustamento à Lei Eterna que estatui sejam os recursos do Criador divididos justificadamente por todas as criaturas, a começar pela bênção vivificante do Sol. É assim que o leite a desperdiçar-se, na mesa, é a migalha de alimento que sonegas à criancinha órfã de pão, tanto quanto a roupa a emalar-se, desnecessária, no recanto doméstico, é o agasalho que deves à nudez que a noite fria vergasta. Por isso mesmo, é pelo supérfluo acumulado em vão que começam todos os nossos desacertos perante a Bênção Divina. Formações miasmáticas invadem-te o lar pelos frutos apodrecidos que recusas à fome dos semelhantes; prolifera a traça na moradia, pelo vestuário que segrega a distância de quem sofre a intempérie; multiplicam-se víboras e es-

pinheiros na gleba que guardas, inútil; arma-te a inveja ciladas soezes, ao pé de patrimônios materiais que reténs, sem qualquer benefício para a necessidade dos outros, e, sobretudo, os expoentes da criminalidade e do vício senhoreiam-te a vida, nas horas vagas em que te refestelas nos braços da ilusão, exaltando a leviandade e a preguiça. Não olvides, assim, que toda sobra desaproveitada nos bens que desfrutas, por efeito de empréstimo da Providência Maior, se converte em cadeia de retaguarda, situando-te pensamentos e aspirações na cidadela da sombra. E, repartindo com o próximo as vantagens que te enriquecem os dias, seguirás, desde a Terra, pelos investimentos do amor puro e incessante, em direitura à Plenitude Celestial.

167.3 – “Mais” – Explicação do Espírito Emmanuel no livro já citado “Religião dos Espíritos”, sobre a questão 716 de “O Livro dos Espíritos”:

O “mais” é sempre a equação nas contas da Lei Divina. Ao criar a criatura, determinou o Criador que tudo se crie na Criação. Por isso mesmo, a antiga legenda “crescei e multiplicai-vos” comparece, ativa, em todos os planos da Natureza. Entreguemos o fruto nutritivo aos fatores de desagregação e, em poucas horas, transmutar-se-á em bolo pestífero. Ajudemos a semente preciosa, amparando-lhe a cultura, e, no curso de algum tempo, responsabilizar-se-á pela fartura do celeiro, transfigurando pântanos e charnecas em campos de flor e pão. É assim que o mesmo princípio se revela, insofismável, em todo o caminho humano. Cede a lente de teus olhos às arestas do mal e, a breve espaço, não apreenderás senão sombras. Entorpece a antena dos ouvidos no enxurro da maledicência convertida em lama sonora, e acordarás no charco da calúnia, aviltando a ti mesmo. Faz da língua instrumento de críticas incessantes e acabarás guardando na boca uma placenta envenenada, servindo à parturição da crueldade e do crime. Conserva os braços na estufa da preguiça, e terminarás a existência transpirando bolor e inutilidade. Entretanto, se te confias ao amor puro, buscando estender-lhe a claridade sublime, através do serviço aos outros, atrairás, em teu próprio favor, a influência benéfica de quantos te observam as horas, entre a simpatia e a cooperação, acrescentando-te possibilidades e forças para que transformes a vida num cântico de beleza, a caminho da esfera superior. Do que escolhas cada dia para sentir e pensar, encontrarás auxílio para falar e fazer. Assim, pois, vigia o coração e fiscaliza teus atos com a lâmpada viva da lição de Jesus, porque terás sempre mais do que faças, em colheita de treva ou luz, conforme a tua sementeira de mal ou bem.

*

O bem-estar é desejo natural

Artigo 169 – O homem não é censurável por procurar o bem-estar. Deus só proíbe o abuso, por ser contrário à conservação, e não considera um crime a procura do bem-estar, se este não for conquistado às expensas de alguém e se não enfraquecer suas forças morais nem as suas forças físicas.

169.1 – “A Procura do Bem-Estar” – Explicação de Rodolfo Calligaris em seu já citado livro “As Leis Morais”, págs. 86-88:

Pergunta nº. 719 de “O Livro dos Espíritos”, de Kardec: “Merece censura o homem por procurar o bem-estar?” Resposta das vozes do Alto: “É natural o desejo do bem-estar. Deus só proíbe o abuso, por ser contrário à conservação. Ele não considera crime a procura do bem-estar, desde que não seja conseguido à custa de outrem e não venha diminuir-vos nem as forças físicas, nem as forças morais.”

Aí está um ensinamento que contesta fundamentalmente a concepção absurda e até certo ponto blasfema, corrente em certos meios religiosos, de que “o homem nasce neste mundo para sofrer, a fim de fazer-se merecedor de suaves recompensas no céu”. Sem dúvida, sendo a Humanidade terrena uma das mais imperfeitas no concerto universal, compreende-se porque mais sofre do que goza. É o preço de sua primariedade. Cada um de nós, porém, pode e deve trabalhar para promover-se socialmente, conquistando, para si mesmo e para os seus, tudo quanto seja agradável, útil e concorra para aumentar a alegria de viver. Não é verdade, pois, que o homem deva aceitar, passivamente, tudo que o excrucia; conformar-se, submisso, com a má organização da sociedade, responsável pela miséria de tantos; ou mesmo impor-se penitências voluntárias, por serem estas coisas conformes aos planos divinos a nosso respeito. Se assim fora, Deus seria um sádico. O que Ele quer, tal o ensino da Doutrina Espírita, é a felicidade de todos, não apenas “post-mortem”, num suposto paraíso de delícias, onde ninguém tenha o que fazer, mas desde agora e aqui mesmo, contanto que Lhe compreendamos os amorosos e sábios desígnios e saibamos pautar nossos atos por uma fiel observância de Suas leis.

Não, não é crime a busca do bem-estar. Criminosa, isto sim, é a ignorância em que os homens vêm sendo mantidos acerca de seus direitos naturais, direitos esses inerentes à sua condição de filhos de Deus, sem acepção de raça, cor ou nacionalidade. Criminosas são as manobras do egoísmo empregadas por uma minoria dominante, no sentido de impedir o advento da justiça social e a conseqüente melhoria do padrão de vida dos povos. Criminosos são os gastos enormes que se fazem por toda a parte em programas armamentistas, em detrimento da produção dos bens de consumo que escasseiam ou faltam por completo em milhões de lares. Criminoso é o desvio de vultosas parcelas da Humanidade (exatamente os elementos mais válidos) dos trabalhos fecundos que ativam a civilização, para a improdutividade das casernas (quartéis militares), ou, o que é pior, para as operações bélicas que destroem, em minutos, o que levou séculos para edificar.

Ao influxo da lei de evolução, pela qual tudo se engrandece e prospera, diz-nos ainda a Doutrina Espírita, que os mundos também progridem, pois se destinam a oferecer aos seus habitantes condições de morada cada vez mais aprazíveis. Não é possível, então, que a Terra permaneça, eternamente, como mundo de expiações e de provas. O aperfeiçoamento da estrutura sócio-econômica das nações terrenas é, assim, um imperativo categórico, e bom seria que, ao invés de resistir às medidas que o favoreçam, as classes privilegiadas, em cujas mãos se encontram as rédeas do poder, renunciassem espontaneamente a algo do que lhes sobeja, em favor do bem-estar coletivo. Isso evitaria os processos violentos e dolorosos que hão assinalado, até o presente, a marcha do progresso neste minúsculo planeta, inaugurando uma nova era, de compreensão e boa vontade, que os reacionários batizarão com outros nomes, mas que representará o triunfo do Cristianismo em sua expressão mais autêntica, mais nobre e mais bela.

CAPÍTULO XII
CÓDIGO PENAL DA VIDA FUTURA
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

283.2.1 – “Código Penal da Vida Futura” - Explicação de Allan Kardec, em continuação ao item 283.2:

O Espiritismo não vem, pois, com sua autoridade privada, formular um código de fantasia; a sua lei, no que diz respeito à alma, deduzida das observações dos fatos, pode resumir-se nos seguintes pontos:

Perfeições e Imperfeições: Conseqüências

1° - A alma ou Espírito sofre na vida espiritual, as conseqüências das imperfeições que não conseguiu corrigir na vida corporal. O seu estado, feliz ou desgraçado, é inerente ao seu grau de pureza ou impureza.

2° - A completa felicidade prende-se à perfeição, isto é, à purificação completa do Espírito. Toda imperfeição é, por isso causa de sofrimento e de privação de gozo, do mesmo modo que toda perfeição adquirida é fonte de gozo e atenuante de sofrimentos.

3° - ‘Não há uma única imperfeição da alma que não importe funestas e inevitáveis conseqüências, como não há uma só qualidade boa que não seja fonte de gozo’.

A soma das penas é assim proporcional à soma das imperfeições, como a dos gozos à das qualidades.

A alma que tem dez imperfeições, por exemplo, sofre mais do que a que tem três ou quatro; quando dessas dez imperfeições não lhe restar mais que a metade ou um quarto, menos sofrerá e gozará de inteira felicidade quando não tiver nenhuma. Também na Terra, quem tem muitas moléstias, sofre mais do que quem tenha apenas uma ou nenhuma, pela mesma razão, a alma que possui dez perfeições tem mais gozos do que outra menos rica de boas qualidades.

Lei do Progresso e Livre-arbítrio

4° - Em virtude da lei do progresso que dá à alma a possibilidade de adquirir o bem que lhe falta, como de despojar-se do que tem de mau, conforme o esforço e vontade próprios, temos que o futuro é franco às criaturas. Deus não repudia nenhum de seus filhos, antes os recebe em Seu seio à medida que atingem a perfeição, deixando a cada um o mérito das próprias obras.

5° - Dependendo o sofrimento da imperfeição, como o gozo da perfeição, a alma traz consigo o próprio castigo ou prêmio, onde quer que se encontre, sem necessidade de lugar circunscrito.

‘O inferno está em toda parte em que haja almas sofredoras e o céu igualmente onde houver almas felizes’.

A prática do Bem e do Mal: gozos e sofrimentos

6° - 'O bem e o mal que fazemos decorrem das qualidades que possuímos. Não fazer o bem quando podemos é, portanto, o resultado de uma imperfeição. Se toda imperfeição é fonte de sofrimento, o Espírito deve sofrer não somente pelo mal que fez como pelo bem que deixou de fazer na vida terrestre'.

7° - O Espírito sofre pelo mal que fez, de maneira que, sendo a sua atenção constantemente dirigida para as conseqüências desse mal, melhor compreende os seus inconvenientes e trata de corrigir-se.

8° - Sendo infinita a justiça de Deus, o bem e o mal são rigorosamente considerados, não havendo uma só ação, um só pensamento mau que não tenham conseqüências fatais, como não há uma única ação meritória, um bom movimento da alma que se perca, mesmo para os mais perversos, por isso que constituem essas ações um começo de progresso.

Toda falta cometida é dívida que deve ser paga

9° - Toda falta cometida, todo mal realizado é uma dívida contraída que deverá ser paga; se o não for em uma existência, sê-lo-á na seguinte ou seguintes, porque todas as existências são solidárias entre si. Aquele que se quita numa existência não terá necessidade de pagar segunda vez.

10° - O Espírito sofre, quer no mundo corporal, quer no espiritual, a conseqüência das próprias imperfeições. As misérias, as vicissitudes padecidas na vida corpórea, são oriundas das nossas imperfeições, são expiações de faltas cometidas na presente ou em precedentes existências.

Pela natureza dos sofrimentos e vicissitudes da vida corpórea, pode julgar-se a natureza das faltas cometidas em anterior existência e das imperfeições que as originaram.

11° - A expiação varia segundo a natureza e gravidade da falta, podendo, portanto, a mesma falta determinar expiações diversas, conforme as circunstâncias, atenuantes ou agravantes, em que for cometida.

Natureza e Duração do Castigo

12° - 'Não há regra absoluta nem uniforme quanto à natureza e duração do castigo: a única lei geral é que, segundo o seu valor, toda falta terá punição bem como recompensa todo ato meritório'.

13° - A duração do castigo depende da melhoria do Espírito culpado. 'Nenhuma condenação por tempo determinado lhe é prescrita'. O que Deus exige por termo de sofrimentos é um melhoramento sério, efetivo, sincero, de volta ao bem. 'Desta maneira, o Espírito é sempre o árbitro do próprio destino, podendo prolongar os sofrimentos pela pertinácia no mal ou suavizá-los e anulá-los pela prática do bem'.

Uma condenação por tempo determinado teria o duplo inconveniente de continuar o martírio do Espírito regenerado, ou de libertá-lo do sofrimento quando ainda permanecesse no mal. Ora, Deus que é justo só pune o mal enquanto existe e deixa de o punir quando não existe mais; por outras palavras, o mal moral, sendo por si mesmo causa de sofrimento, fará este durar enquanto existir aquele ou diminuirá de intensidade à medida que ele cresce.

14° - Dependendo da melhoria do Espírito a duração do castigo, o culpado que nunca melhorasse sofreria sempre e para ele a pena seria eterna.

15° - Uma condição inerente à inferioridade dos Espíritos é não lobrigarem o término da provação, acreditando-a perpétua, como perpétuo lhes parece deva ser o castigo.

Observação: ‘Perpétuo’ é sinônimo de ‘eterno’. Diz-se o limite das neves perpétuas; o eterno gelo dos pólos; também se diz o secretário perpétuo da Academia, o que não significa que o seja na perpetuidade, mas unicamente por tempo ilimitado. ‘Eterno e perpétuo’ se empregam no sentido de ‘indeterminado’. Nesta acepção pode dizer-se que as penas são eternas, para exprimir que não têm duração limitada; ‘eternas’ são, portanto, para o Espírito que lhes não vê o fim.

Regeneração: Arrependimento, Expição e Reparação

16° - O ‘arrependimento’, conquanto seja o primeiro passo para a regeneração, não basta por si só: são precisas a ‘expição’ e a ‘reparação’.

‘Arrependimento, expiação e reparação’ constituem, portanto, as condições necessárias para apagar os traços de uma falta e suas conseqüências. O ‘arrependimento’ suaviza os travos (amarguras) da ‘expição’, abrindo pela esperança o caminho da reabilitação; ‘só a reparação’, contudo, pode anular o efeito destruindo-lhe a causa. Do contrário, o perdão seria uma graça, não uma anulação.

17° - O Arrependimento pode dar-se por toda parte e em qualquer tempo; se for tarde, porém, o culpado sofre por mais tempo.

Até que os últimos vestígios da falta desapareçam, a expiação consiste no sofrimento físico ou moral que lhe são conseqüentes, ou seja na vida atual, ou seja na vida espiritual após a morte, ou ainda em nova existência corporal.

A ‘reparação’ consiste em fazer o bem àqueles a quem se havia feito mal. Quem não repara os seus erros numa existência por fraqueza ou má vontade, achar-se-á numa existência ulterior em contato com as mesmas pessoas que de si tiverem queixas e em condições voluntariamente escolhidas, de modo a demonstrar-lhes reconhecimento e fazer-lhes tanto bem quanto mal lhes havia feito. Nem todas as faltas acarretam prejuízo direto e efetivo; em tais casos a reparação se opera, fazendo-se o que se deveria fazer e foi descurado; cumprindo os deveres desprezados, as missões não preenchidas; praticando o bem em compensação ao mal praticado, isto é, tornando-se humilde se tivera sido orgulhoso, amável se foi rude, caridoso se foi egoísta, benigno se perverso, laborioso se ocioso, útil se foi inútil, frugal se intemperante, exemplar se não o foi. Assim progride o Espírito, aproveitando-se do próprio passado.

Reparação: princípio de rigorosa justiça

Observação – ‘Reparação é princípio de rigorosa justiça’. A necessidade da reparação é um princípio de rigorosa justiça, que se pode considerar verdadeira lei da reabilitação moral dos Espíritos. É uma doutrina que religião alguma ainda proclamou.

Algumas pessoas repelem-na porque acham mais cômodo o poder quitarem-se das más ações por um simples arrependimento, só dependente de palavras com auxílio de algumas fórmulas; contudo, libertas, por assim se julgarem, verão mais tarde se apenas isso lhes bastava. Nós poderíamos perguntar: esse princípio não é consagrado pela lei humana e a justiça divina pode ser inferior à dos homens? E também mais, se essas leis se dariam por desafiadas desde que o indivíduo que as transgredisse, por abuso de confiança, se limitasse a dizer que as respeita infinitamente?

Por que não essas pessoas de vacilar perante uma obrigação que qualquer homem honesto se impõe, como dever, de acordo com as próprias forças?

‘Quando a perspectiva de reparação for inculcada na crença das massas, será um outro freio aos seus desmandos, e bem mais poderoso que o inferno e respectivas penas eternas, uma vez que interessa à vida em sua plena atualidade, podendo o homem compreender a procedência das circunstâncias que a tornam penosa ou a sua verdadeira situação’.

Mundos Felizes e Mundos Inferiores

18° - Os Espíritos imperfeitos são excluídos dos mundos felizes, cuja harmonia perturbariam. Ficam nos mundos inferiores a expiarem as suas faltas pelas tribulações da vida e purificando-se das imperfeições até que mereçam a encarnação em mundos mais elevados, mais adiantados moral e fisicamente. Se se pode conceber um lugar circunscrito de castigo, é sem dúvida nesses mundos de expiação, em torno dos quais pululam Espíritos imperfeitos, desencarnados à espera de novas existências que lhes permitam reparar o mal, auxiliando-os no progresso.

Deus nunca abandona suas criaturas, por mais perversas que sejam

19° - Tendo o Espírito sempre o livre-arbítrio, o progresso por vezes se lhe torna lento, e muito tenaz a sua obstinação no mal. Nesse estado pode persistir anos e séculos, vindo por fim um momento em que a sua contumácia se modifica pelo sofrimento, e, a despeito de sua jactância, reconhece o poder superior que o domina.

Então, desde que se manifestam os primeiros vislumbres de arrependimento, Deus lhe faz entrever a esperança. Nem há Espírito, incapaz de nunca progredir, votado fatalmente à eterna inferioridade, o que seria a negação da ‘lei de progresso’, que providencialmente rege as criaturas.

20° - Quaisquer que sejam a inferioridade e a perversidade dos Espíritos, Deus nunca os abandona. Todos têm seu anjo de guarda (guia) que por eles vela, na persuasão de suscitar-lhes bons pensamentos, desejos de progredir e, bem assim, de espreitar-lhes os movimentos da alma, com o que os Espíritos se esforçam por reparar em uma nova existência o mal que praticaram. Contudo, essa interferência do guia faz-se quase sempre ocultamente e de modo que não haja pressão, pois que o Espírito deve progredir por impulso da própria vontade, nunca por qualquer sujeição.

O bem e o mal são praticados em função do livre-arbítrio e conseqüentemente sem que o Espírito seja fatalmente impelido para um ou outro.

Persistindo no mal, sofrerá as conseqüências por tanto tempo quanto durar a persistência, do mesmo modo que, dando um passo para o bem, sente-lhe imediatamente os efeitos.

Observação – Seria um erro supor que em virtude das leis de progresso, a certeza de atingir cedo ou tarde a perfeição e a felicidade pode estimular a perseverança do mal sob a condição do ulterior arrependimento: primeiro porque o Espírito inferior não se apercebe do termo da sua situação; e segundo porque, sendo ele o autor da própria infelicidade, acaba por compreender que de si depende o fazê-la cessar: que por tanto tempo quanto perseverar no mal será infeliz; finalmente, que o sofrimento será intermínimo se ele próprio não lhe der fim. Seria, pois, um cálculo negativo, cujas conseqüências o Espírito seria o primeiro a reconhecer. Se, pelo contrário, de conformidade com o dogma das penas irremissíveis, lhe fosse interdita qualquer esperan-

ça, ele não teria nenhum interesse na prática do bem, uma vez que ela lhe não proporcionaria proveito.

Diante dessa lei cai por terra a objeção acerca da presciência divina, pois Deus criando uma alma sabe, com efeito, se ela, em virtude do livre-arbítrio, fará dele bom ou mau uso, como sabe que será punida pelo mal que praticar, mas sabe também que esse castigo temporário é o meio de fazê-la compreender o erro, entrando no bom caminho, cedo ou tarde. Pela doutrina das penas eternas se conclui que Deus sabe que essa alma pecará e, portanto, está previamente condenada a torturas infinitas.

Responsabilidade Pessoal e Solidária das faltas

21° - A responsabilidade das faltas é inteiramente pessoal, ninguém sofre por a-lheios erros, salvo se a eles deu origem, quer provocando-o pelo exemplo, quer não os impedindo quando poderia fazê-lo.

Assim o suicida é sempre punido: mas aquele que por maldade leva um indivíduo ao desespero e daí ao suicídio, sofrerá pena maior ainda.

Diversidade da natureza das punições

22° - Conquanto infinita a diversidade de punições, algumas há inerentes à inferioridade dos Espíritos, e cujas conseqüências, salvo pormenores, são pouco mais ou menos idênticas.

A punição mais imediata, sobretudo, entre os que se acham ligados à vida material em detrimento do progresso espiritual, consiste na lentidão do desprendimento da alma, nas angústias que acompanham a morte e o despertar na outra vida, na conseqüente perturbação que pode prolongar-se por meses e anos.

Naqueles que, ao contrário, têm pura a consciência e na vida material já se acham identificados com a vida espiritual, desprendidos das coisas materiais, o trespasse é rápido, sem abalos, quase nula a turbação e o despertar tranqüilo.

23° - Um fenômeno mui freqüente entre os Espíritos de certa inferioridade moral é o acreditarem-se ainda vivos, podendo a ilusão prolongar-se por muitos anos, durante os quais eles experimentarão as necessidades, os tormentos e perplexidades da vida.

24° - Para o criminoso, a presença incessante das vítimas e das circunstâncias do crime é um suplício cruel.

25° - Espíritos há mergulhados em densa treva: outros se encontram em absoluto insulamento no Espaço, atormentados pela ignorância da própria posição, como do destino que os aguarda. Os mais culpados padecem torturas mais pungentes por não lhes entreverem um termo.

Alguns são privados de ver os seres queridos, e todos, geralmente, passam com intensidade relativa pelos males, pelas dores e privações que a outrem ocasionaram. A situação perdura até que o desejo de reparação pelo arrependimento lhes traga a calma para entrever a possibilidade de porem, por eles mesmos, um fim à situação.

26° - Para o orgulhoso relegado às classes inferiores é suplício ver acima dele colocados, cheios de glória e bem-estar, os que na Terra desprezara. O hipócrita vê desvendados, penetrados e lidos por todo o mundo os seus mais secretos pensamentos, sem que os possa ocultar ou dissimular; o sensual na impotência de os saciar, tem desejos e tentações; vê o avaro o esbanjamento inevitável do seu tesouro, enquanto o egoísta, desamparado de

todos, sofre as conseqüências da sua atitude terrena; outro terá fome e ninguém lha saciará; outro mais terá sede e ninguém o dessedentará; o Espírito do egoísta não terá mão compassiva alguma que lhe aperte as mãos; nenhuma voz amiga que o console; ‘na vida terrena só pensou em si e por isso ninguém pensará nele nem lhe lamentará a morte’.

Reparação da falta no presente, evita ou atenua sofrimentos futuros

27° - O único meio de evitar ou atenuar as conseqüências futuras de uma falta está no repará-la, desfazendo-a no presente. Quanto mais nos demormos na reparação de uma falta, tanto mais penosas e rigorosas serão no futuro as suas conseqüências.

28° - A situação do Espírito, no mundo espiritual, não é outra senão aquela por si mesmo preparada na vida corpórea.

Mais tarde outra encarnação lhe é facultada para novas provas de expiação e reparação, com maior ou menor proveito, dependentes do seu livre-arbítrio; e se ele não se corrige, terá sempre u’a missão a recomençar, sempre e sempre mais acerba, de maneira que pode dizer-se que ‘aquele que muito sofre na Terra, muito tinha a expiar’; e os que gozam uma felicidade aparente, em que pesem os seus vícios e inutilidade, pagá-la-ão mui caro em ulterior existência. Nesse sentido foi que Jesus disse: - Bem-aventurados os aflitos, porque serão consolados (Ver “O Evangelho Segundo o Espiritismo”, cap. V).

29° - A misericórdia de Deus é infinita, sem dúvida, mas não é cega. O culpado que ela atinge não fica exonerado, e, enquanto não houver satisfeito à justiça, sofre a conseqüência de seus erros. Por infinita misericórdia, devemos ter que Deus não é inexorável, deixando sempre viável o caminho da redenção.

Penas Temporárias são castigos e remédios

30° - Subordinadas ao arrependimento e à reparação, dependentes da vontade humana, as penas por temporárias, constituem ao mesmo tempo castigos e ‘remédios’ auxiliares à cura do mal. Os Espíritos em prova não são, pois, quais galés por algum tempo condenados, mas como doentes de hospital que sofrem de moléstias resultantes da própria incúria e ficam às voltas com meios curativos dolorosos de que precisam, esperando alta tanto mais pronta quanto mais estritamente observadas as prescrições do solícito médico assistente. Se os doentes, pelo próprio descuido de si mesmos, prolongam a enfermidade, o médico nada tem que ver com isso.

É na vida corpórea que o Espírito repara o mal de anteriores existências

31° - Às penas que o Espírito experimenta na vida espiritual se ajuntam as da vida corpórea, que são conseqüentes às imperfeições do homem, às suas paixões, ao mau uso das suas faculdades e à expiação de presentes e passadas faltas. É na vida corpórea que o Espírito repara o mal de anteriores existências, pondo em prática resoluções tomadas na vida espiritual. Assim se explicam as misérias e vicissitudes mundanas que, à primeira vista, parecem não ter razão de ser. Justas são elas portanto, e servem para a nossa caminhada rumo à perfeição. (Ver Cap. V, O Purgatório, no livro O Céu e o Inferno, de Allan Kardec).

Por que Deus não criou os seres já perfeitos?

32° - Deus, dizem, não daria prova maior de amor às suas criaturas, criando-as infalíveis e, por conseguinte, isentas dos vícios inerentes à imperfeição? Para isso fora preciso que Ele criasse seres perfeitos, nada mais tendo a adquirir, quer em conhecimentos, quer em moralidade. Deus poderia certamente fazê-lo e se o não fez é porque em sua sabedoria quis

que o progresso constituísse lei geral. Os homens são imperfeitos, e sendo-o, estão sujeitos a vicissitudes mais ou menos penosas. Já, pois, que o fato existe, devemos aceitá-lo. Inferir dele que Deus não é bom nem justo fora insensata revolta contra a lei.

Injustiça haveria, sim, na criação de seres privilegiados, mais ou menos favorecidos, fruindo gozos que outros porventura não atingem senão pelo trabalho, ou que jamais pudessem atingir. Ao contrário, a justiça divina patenteia-se na igualdade absoluta que preside à criação dos Espíritos, todos têm o mesmo ponto de partida e nenhum se distingue em sua formação por melhor aquinhado; nenhum cuja marcha progressiva se facilita por exceção: os que chegam ao fim têm passado, como quaisquer outros, pelas fases de inferioridade e respectivas provas.

Isto posto, nada mais justo que a liberdade de ação a cada um concedida. O caminho da felicidade a todos se abre, como, a todos, as mesmas condições para atingi-la. A lei, gravada em todas as consciências, a todos é ensinada. 'Deus fez da felicidade o prêmio do trabalho e não do favoritismo' para que cada um tivesse seu mérito.

O bem como o mal são voluntários e facultativos: livre, o homem não é fatalmente impelido para um nem para outro.

Código Penal da Vida Futura: Resumo em três princípios

33° - Não obstante a diversidade de gêneros e graus de sofrimentos dos Espíritos imperfeitos, o código penal da vida futura pode resumir-se nestes três princípios.

1° - O sofrimento é inerente à imperfeição.

2° - Toda imperfeição, assim como toda falta dela decorrente, traz consigo o próprio castigo nas conseqüências naturais e inevitáveis; assim, a moléstia pune os excessos, e da ociosidade nasce o tédio, sem que haja necessidade de uma condenação especial para cada falta ou cada indivíduo.

3° - Podendo todo homem libertar-se das imperfeições por efeito da vontade, pode igualmente anular os males consecutivos e assegurar a futura felicidade.

A cada um segundo as suas obras, no Céu como na Terra: essa é a lei da Justiça Divina.

CAPÍTULO XIII
LEI DO PROGRESSO
PROGRESSÃO DA LEGISLAÇÃO HUMANA

CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA

33.1 – “Da Perfeição dos Seres Criados” – Explicação de Allan Kardec na Revista Espírita, março de 1864. Edit. Edicel, tradução de Júlio Abreu Filho, págs. 65-70.

(...) Há uma lei geral que rege os seres da criação, animados e inanimados. É a lei do progresso. Os Espíritos são a ela submetidos pela força das coisas, sem o que a exceção teria perturbado a harmonia geral e Deus quis dar-nos um exemplo abreviado na progressão da infância. Mas como o mal não existe como necessidade na ordem das coisas, pois não é devido senão a Espíritos prevaricadores, a lei do progresso absolutamente não os obriga a passar por esta fieira para chegar ao bem; ela não os força senão a passar pelo estado de inferioridade intelectual ou, por outras palavras, pela infância espiritual. Criados simples e ignorantes, por isso imperfeitos, ou melhor, ‘incompletos’, devem adquirir por si mesmos e por sua própria atividade, a ciência e a experiência que de início não podem ter. Se Deus os tivesse criados perfeitos, deveria tê-los dotado, desde o instante de sua criação, com a universalidade dos conhecimentos; tê-los-ia isentado de todo trabalho intelectual; mas, ao mesmo tempo, lhes teria tirado toda a atividade que devem desenvolver para adquiri-la, e pela qual concorrem, como encarnados e desencarnados, ao aperfeiçoamento material dos mundos, trabalho que não incumbe mais aos Espíritos Superiores encarregados somente de dirigir o aperfeiçoamento moral. Por sua mesma inferioridade tornam-se uma engrenagem essencial à obra geral da criação. Por outro lado, se os tivesse criado infalíveis, isto é, isentos da possibilidade de fazer mal, eles fatalmente teriam sido impelidos ao bem como mecanismos bem montados, que fazem automaticamente obras de precisão. Mas, então, não mais livre-arbítrio e, por consequência, não mais independência; ter-se-iam assemelhado a esses homens que nascem com a fortuna feita e se julgam dispensados de fazer alguma coisa. Submetendo-os à lei do progresso facultativo, quis Deus que tivessem o mérito de suas obras, para ter direito à recompensa e a desfrutar a satisfação de haverem conquistado suas próprias posições.

Sem a lei universal do progresso, aplicada a todos os seres, teria tido que estabelecer uma ordem de coisas completamente outra. Sem dúvida, Deus tinha a possibilidade. Por que não o fez? Teria sido melhor de outro

modo? Assim, ter-se-ia enganado! Ora, se Deus pôde enganar-se, é que não é perfeito; se não é perfeito, não é Deus. Desde que não se pode concebê-lo sem a perfeição infinita, há que concluir-se que o que fez é o melhor; se ainda não estamos aptos a compreender os seus motivos, certamente podê-lo-emos mais tarde, num estado mais adiantado. Enquanto esperamos, se não pudermos sondar as causas, poderemos observar os efeitos e reconhecer que tudo no universo é regido por leis harmônicas, cuja sabedoria e admirável providência confundem nosso entendimento. Muito presunçoso, pois, seria aquele que pretendesse que Deus deveria ter regulado o mundo de outra maneira, pois isto significaria que, em seu lugar, teria feito melhor. Tais são os Espíritos, cujo orgulho e ingratidão Deus castiga, relegando-os a mundos inferiores, de onde só sairão quando curvando a cabeça sob a mão que os fere, reconhecem o seu poder. Deus não lhes impõe esse reconhecimento; quer que seja voluntário e fruto de suas observações, razão por que os deixa livres e espera que, vencido pelo mal mesmo, que a si atraem, se voltem para Ele. (...)

Progresso Intelectual e Progresso Moral

Artigo 35 – O progresso moral é a consequência do progresso intelectual, mas não o segue sempre imediatamente.

Artigo 36 – O progresso intelectual pode conduzir ao progresso moral dando a compreensão do bem e do mal, pois então o homem pode escolher. O desenvolvimento do livre-arbítrio segue-se ao desenvolvimento da inteligência e aumenta a responsabilidade do homem pelos seus atos.

Povos esclarecidos e pervertidos

Parágrafo único – Como se explica, então, que os povos mais esclarecidos sejam freqüentemente os mais pervertidos?

- O progresso completo é o alvo a atingir, mas os povos, como os indivíduos, não chegam a ele senão passo a passo. Até que tenham desenvolvido o senso moral eles podem servir-se da inteligência para fazer o mal. A moral e a inteligência são duas forças que não se equilibram senão com o tempo.

Leis de entraves ao progresso

Artigo 37 – Os homens que tentam deter a marcha do progresso e fazer retrogradar a Humanidade serão castigados por Deus, sendo arrastados pela torrente que pretendem deter.

Parágrafo único – O aperfeiçoamento da Humanidade segue sempre uma marcha progressiva e lenta que resulta da força das coisas; mas

quando um povo não avança bastante rápido, Deus lhe provoca, de tempos em tempos, um abalo físico ou moral que o transforma.

37.1 - “Ninguém tem o poder de se opor ao progresso”. Comentário de Kardec no item 783 de O Livro dos Espíritos:

– Sendo o progresso uma condição da natureza humana ninguém tem o poder de se opor a ele. É uma ‘força viva’ que as más leis podem retardar, mas não asfixiar. Quando essas leis se tornam de modo incompatíveis com o progresso, ele as derruba, com todos os que as querem manter, e assim será até que o homem harmonize as suas leis com a justiça divina, que deseja o bem para todos, e não as leis feitas para o forte em prejuízo do fraco.

O homem não pode permanecer perpetuamente na ignorância, porque deve chegar ao fim determinado pela Providência; ele se esclarece pela própria força das circunstâncias. As revoluções morais, como as revoluções sociais, se infiltram pouco a pouco nas idéias, germinando ao longo dos séculos e depois explodem subitamente, fazendo ruir o edifício carcomido do passado, que não se encontra mais de acordo com as necessidades novas e as novas aspirações.

O homem geralmente não percebe, nessas comoções, mais do que a desordem e a confusão momentâneas, que o atingem nos seus interesses materiais, mas aquele que eleva o seu pensamento acima dos interesses pessoais admira os desígnios da Providência que do mal fazem surgir o bem. São a tempestade e o furacão que saneiam a atmosfera, depois de a haverem revolvido.

Os maiores obstáculos ao progresso moral: o orgulho e o egoísmo

Artigo 38 – Apesar da perversidade do homem ser bastante intensa, ele continua avançando, se observarmos bem o conjunto; pois ele vai compreendendo melhor o que é o mal, e dia a dia corrige os seus abusos. É preciso que haja excesso do mal, para fazer-lhe compreender as necessidades do bem e das reformas.

Artigo 39 – Os maiores obstáculos ao progresso são o orgulho e o egoísmo. Isto é, ao progresso moral, porque o intelectual avança sempre. Este parece, aliás, à primeira vista, duplicar a intensidade daqueles vícios desenvolvendo a ambição e o amor das riquezas, que por sua vez incitam o homem às pesquisas que lhe esclarecem o Espírito. É assim que tudo se relaciona no mundo moral como no físico e que do próprio mal pode sair o bem. Mas esse estado de coisas durará apenas algum tempo; modificar-se-á à medida que o homem compreender melhor que além do gozo dos bens terrenos existe uma felicidade infinitamente maior e infinitamente mais durável.

39.1 - “O Progresso Intelectual e o Progresso Moral”. Comentário de Kardec no item 785 de O Livro dos Espíritos:

Há duas espécies de progresso que mutuamente se apóiam e, entretanto, não marcham juntos: o progresso intelectual e o progresso moral. Entre os povos civilizados o primeiro recebe em nosso século todos os estímulos desejáveis e por isso atingiu um grau até hoje desconhecido. Seria necessário que o segundo estivesse no mesmo nível. Não obstante, se compararmos os costumes sociais de alguns séculos atrás com os de hoje, teremos de ser cegos para negar que houvesse progresso moral. Por que, pois, a marcha ascendente da moral deveria interromper-se mais que a da inteligência? Por que não haveria, entre o século décimo nono e o vigésimo quarto, tanta diferença nesse terreno como entre o décimo quarto e décimo nono? Duvidar disso seria pretender que a Humanidade tivesse atingido o apogeu da perfeição, o que é absurdo, ou que ela não é moralmente perfectível, o que a experiência desmente.

*

O Progresso e a Terra do Futuro: uma só nação? Uma Lei única?

Artigo 42 – O progresso reunirá um dia todos os povos da Terra numa só nação?

- Não em uma só nação, o que é impossível, pois da diversidade dos climas nascem costumes e necessidades diferentes, que constituem as nacionalidades. Assim serão sempre necessárias leis apropriadas a esses costumes e a essas necessidades. Mas a caridade não conhece latitudes e não faz distinção dos homens pela cor. Quando a lei de Deus constituir por toda parte a base da lei humana, os povos praticarão a caridade de um para outro, como os indivíduos de homem para homem, vivendo felizes e em paz, porque ninguém tentará fazer mal ao vizinho ou viver às suas expensas.

42.1 -“A Lei de Progresso dos Povos e a Justiça da Reencarnação”. Comentário de Kardec no item 789 de ‘O Livro dos Espíritos’:

A Humanidade progride por intermédio dos indivíduos que se melhoram pouco a pouco e se esclarecem; quando estes se tornam numerosos, tomam a dianteira e arrastam os outros. De tempos em tempos surgem os homens de gênio, que lhe dão um impulso; e depois, homens investidos de autoridade, instrumentos de Deus, que em alguns anos a fazem avançar de muitos séculos.

O progresso dos povos faz ainda ressaltar a justiça da reencarnação. Os homens de bem fazem louváveis esforços para ajudar uma nação a avançar moral e intelectualmente; a nação transformada será mais feliz neste mundo e no outro, compreende-se; mas, durante a sua marcha lenta através dos séculos, milhares de indivíduos morrem diariamente, e qual seria a sorte de todos esses que sucumbem durante o trajeto? Sua inferioridade relativa os priva da felicidade reservada aos que chegam por último? Ou também a sua felicidade é relativa? A justiça divina não poderia consagrar semelhante injustiça. Pela pluralidade das existências, o direito à felicidade é sempre o mesmo para todos, porque ninguém é deserdado pelo progresso. Os que viveram no tempo da barbárie, podendo voltar no tempo da civilização, no mesmo povo ou em outro, é claro que todos se beneficiam da marcha ascendente.

Mas o sistema da unicidade da existência apresenta neste caso outra dificuldade. Com esse sistema, a alma é criada no momento do nascimento, de maneira que um homem é mais adiantado que outro porque Deus criou para ele uma alma mais adiantada. Por que esse favor? Que mérito tem ele, que não viveu mais do que o outro, e geralmente menos, para ser dotado de uma alma superior? Mas essa não é a principal dificuldade. Uma nação passa, em mil anos, da barbárie à civilização. Se os homens vivessem mil anos, poderia conceber-se que, nesse intervalo, tivessem tempo de progredir; mas diariamente morrem criaturas em todas as idades, renovando-se sem cessar, de maneira que dia a dia as vemos aparecerem e desaparecerem. No fim de um milênio não há mais traços dos antigos habitantes; a nação, de bárbara que era, tornou-se civilizada; mas quem foi que progrediu? Os indivíduos outrora bárbaros? Esses já estão mortos há muito tempo. Os que chegaram por último? Mas se a sua alma foi criada no momento do nascimento, essas almas não existiriam no tempo da barbárie e é necessário admitir, então, que os esforços desenvolvidos para civilizar um povo têm o poder, não de melhorar as almas imperfeitas, mas de fazer Deus criar outras almas mais perfeitas.

Comparemos esta teoria do progresso com a que nos foi dada pelos Espíritos. As almas vindas no tempo da civilização tiveram a sua infância como todas as outras, mas já viveram e chegam adiantadas, em consequência de um progresso anterior; elas vêm atraídas por um meio que lhes é simpático e que está em relação com o seu estado atual. Dessa maneira, os cuidados dispensados à civilização de um povo não têm por efeito determinar a criação futura de almas mais perfeitas, mas atrair aquelas que já progrediram, sejam as que já viveram nesse mesmo povo, em tempos de barbárie, sejam as que procedem de outra parte. Aí temos ainda a chave do progresso de toda a Humanidade. Quando todos os povos estiverem no mesmo nível quanto ao sentimento do bem, a Terra só abrigará bons Espíritos, que viverão em união fraterna. Os maus, tendo sido repelidos e deslocados, irão procurar nos mundos inferiores o meio que lhes convém, até que se tornem dignos de voltar ao nosso meio, transformados. A teoria vulgar tem ainda esta consequência: os trabalhos de melhoramento social só aproveitam às gerações presentes e futuras; seu resultado é nulo para as gerações passadas, que cometeram o erro de chegar muito cedo e só avançaram na medida de suas forças, sob a carga dos seus atos de barbárie. Segundo a doutrina dos Espíritos, os progressos ulteriores aproveitam igualmente a essas gerações, que revivem nas condições melhores e podem aperfeiçoar-se no seio da civilização. (ver item 222 de O Livro dos Espíritos: “Considerações sobre a pluralidade das existências”).

IV – CIVILIZAÇÃO DEPURADA: INTELIGÊNCIA E MORAL (Itens 790 a 793 de ‘O Livro dos Espíritos’.)

Artigo 43 – A civilização se depurará um dia, fazendo desaparecer os males que tenha produzido, quando a moral estiver tão desenvolvida quanto a inteligência. As faculdades do Espírito não progridem ao mesmo tempo; é necessário tempo para tudo. Não se pode esperar frutos perfeitos de uma civilização incompleta.

43.1 – “Sinais de uma civilização completa”. Comentário de Kardec no item 793 de O Livro dos Espíritos:

A civilização tem os seus graus, como todas as coisas. Uma civilização incompleta é um estado de transição que engendra males especiais, desconhecidos no estado primitivo, mas nem por isso deixa de constituir um progresso natural, necessário, que leva consigo

mesmo o remédio para aqueles males. À medida que a civilização se aperfeiçoa, vai fazendo cessar alguns dos males que engendrou, e esses males desaparecerão com o progresso moral.

De dois povos que tenham chegado ao ápice da escala social, só poderá dizer-se o mais civilizado, na verdadeira acepção do termo, aquele em que se encontre menos egoísmo, cupidez e orgulho; em que os costumes sejam mais intelectuais e morais do que materiais; em que a inteligência possa desenvolver-se com mais liberdade; em que existam mais bondade, boa-fé, benevolência e generosidade recíprocas; em que os preconceitos de casta e de nascimento sejam menos enraizados, porque eles são incompatíveis com o verdadeiro amor do próximo; em que as leis não consagrem nenhum privilégio e sejam as mesmas para o último como para o primeiro; em que a justiça se exerça com o mínimo de parcialidade; em que o fraco sempre encontre apoio contra o forte; em que a vida do homem, suas crenças e suas opiniões sejam melhor respeitadas; em que haja menos desgraça e, por fim, em que todos os homens de boa vontade estejam sempre seguros de não lhes faltar o necessário.

*

43.2 – “Civilização Cristã” - Comentário no mesmo item (nota de rodapé), de José Herculano Pires, tradutor de ‘O Livro dos Espíritos’:

Será essa a civilização cristã que o Espiritismo estabelecerá na Terra. Como se vê pelas explicações dos Espíritos e os comentários de Kardec, a civilização incompleta em que vivemos é apenas uma fase de transição entre o mundo pagão da Antiguidade e o mundo cristão do Futuro. Nos costumes, na legislação, na religião, na prática dos cultos religiosos vemos a mistura constante dos elementos do paganismo com os princípios renovadores do Cristianismo. Cabe ao Espiritismo a missão de remover esses elementos pagãos para fazer brilhar o espírito cristão em toda a sua pureza. Veja-se, a propósito, todo o cap. I de “O Evangelho Segundo o Espiritismo”.

*

SUCEDEM-SE AS CIVILIZAÇÕES NO PROCESSO DE EVOLUÇÃO DA TERRA (José Herculano Pires)

43.3 – “Sucedem-se as Civilizações no Processo de Evolução da Terra” - Crônica de José Herculano Pires no Livro “O Infinito e o Finito”, Edições Correio Fraternal, 1ª edição, 1983, págs. 33-35:

O Espiritismo, como o Cristianismo Primitivo, vai-se impondo ao mundo de maneira irresistível. A mitologia greco-romana era ainda senhora do mundo antigo, e seus deuses de pedra ou metal dominavam nos templos do Império, quando o Cristianismo começou a se espalhar pela Terra, como erva humilde que se alastra no solo, pisada pelos homens e desprezada pelos poderosos. Pouco a pouco, os princípios cristãos se infiltraram na gigantesca estrutura do Império, substituindo o vazio angustiante das religiões mitológicas e a vã sabedoria das escolas filosóficas dominantes.

O mundo se renova constantemente, porque o seu destino é a evolução. A sua lei básica, irredutível, é a lei do progresso. Perecem as formas numa sucessão contínua, ao ritmo do desenvolvimento universal. Através das formas, a vida cresce, se expande, e exige novos instrumentos de manifestação. As civilizações, como as plantas, os animais e os ho-

mens, nascem, crescem, se desenvolvem, atingem o apogeu, entram em declínio e morrem. Mas não morrem apenas. Porque renascem também. Cerca de vinte civilizações já passaram na Terra. Suas estruturas desapareceram, mas o espírito que as animava ressurgiu nas seguintes. A grega foi herdeira da egípcia e da babilônica, a romana da grega, a nossa, da grega e da romana.

Cada nova civilização traz consigo um novo e mais poderoso sopro do espírito. Segundo as observações de Dilthey e Whitehead, o espírito racionalista dos gregos fundiu-se no tempo com a mentalidade jurídica dos romanos e o providencialismo judeu-cristão, para a criação da consciência moderna, estruturada lentamente no caldeirão ideológico da Idade Média. Dessa elaboração milenar resultou o esplendor da Renascença. O próprio nome atribuído ao fenômeno revela a sua natureza: a Renascença nada mais foi do que um renascimento do espírito das antigas civilizações numa nova forma, num corpo novo. É claro que não usamos a palavra “forma” no sentido aristotélico, mas no sentido comum de estrutura, de configuração exterior.

O Cristianismo constituiu o grande alicerce ideológico sobre o qual se ergueu o edifício de um novo mundo, de uma nova civilização, a partir da decadência do Império Romano. Mas os ideais do Cristianismo não puderam concretizar-se perfeitamente e desenvolver-se em plenitude na civilização moderna. A nova estrutura, herdeira da antiga, conservou muito daquela, da mesma maneira por que o organismo do filho repete as características paternas. O Cristianismo é uma revolução em marcha, suas transformações continuam em desenvolvimento. Prevendo a amplitude dessa revolução, o próprio Cristo anunciou como vemos no Evangelho de João, a vinda de um “novo consolador”, o advento do Espírito de Verdade, incumbido de restabelecer a pureza dos seus ensinamentos e dar novo impulso à evolução terrena.

O Espiritismo é o cumprimento dessa promessa. Surgindo na hora precisa, em meados do século passado (XIX), no momento exato em que os princípios do Cristianismo, ameaçados pela estagnação dogmática, se defrontavam com o livre exame da nova mentalidade científica, ele abriu perspectivas inesperadas ao prosseguimento da civilização cristã. Kardec acentua esse fato, com palavras claras e precisas, em “O Evangelho Segundo o Espiritismo” e “A Gênese”. O Espiritismo é também um renascimento, é o que Emmanuel chamou “a renascença cristã”. Por isso, no momento em que o mundo moderno vacila entre as crenças que não mais o satisfazem, e as promessas do espírito científico, o Espiritismo se infiltra em toda a sua estrutura, para salvar o futuro, preparando as bases da nova civilização.

Todos os golpes desferidos contra o Espiritismo são tão inúteis como os que foram desferidos no passado contra o Cristianismo. A força do Espiritismo é a da própria vida à procura de nova forma, mais adequada à manifestação de seus novos desenvolvimentos. Pouco importa que sua posição seja marginal na cultura moderna. Também os estóicos e epicuristas, os rabinos de Jerusalém e os sábios de Roma e de Atenas consideravam marginal e supersticioso o Cristianismo. As lições da história deviam servir para alertar os espíritos mais arejados, chamando-lhes a atenção para afirmações como a de sir Oliver Lodge, o grande sábio inglês, para quem o Espiritismo “é uma nova revolução copérnica”.

*

V – PROGRESSO DA LEGISLAÇÃO HUMANA (Itens 794 a 797)

A Lei Natural e a Lei Humana

Artigo 44 – A sociedade poderia ser regida somente pelas leis naturais, sem o recurso das leis humanas, se os homens as compreendessem bem e quisessem praticá-las. Mas a sociedade tem as suas exigências e precisa de leis particulares.

Instabilidade das leis humanas

Artigo 45 – Nos tempos de barbárie são os mais fortes que fazem as leis, e as fazem em seu favor. Há necessidade de modificá-las à medida que os homens vão melhor compreendendo a justiça. As leis humanas são mais estáveis à medida que se aproximam da verdadeira justiça, quer dizer, à medida que são feitas para todos e se identificam com a lei natural.

45.1 – “Instabilidade das leis humanas e a Lei Natural imutável” – Comentário de Kardec no item 795 de O Livro dos Espíritos:

A civilização criou novas necessidades para o homem, e essas necessidades são relativas à posição social de cada um. Foi necessário regular os direitos e os deveres dessas posições por meio de leis humanas. Mas, sob a influência das suas paixões, o homem criou, muitas vezes, direitos e deveres imaginários, condenados pela lei natural e que os povos apagam dos seus códigos à proporção que progridem. A lei natural é imutável e sempre a mesma para todos. A lei humana é variável e progressiva; somente ela pôde consagrar, na infância da Humanidade, o direito do mais forte.

Severidade das leis penais e a Educação

Artigo 46 – Uma sociedade depravada tem certamente necessidade de leis mais severas. Infelizmente, essas leis se destinam antes a punir o mal praticado do que a cortar a raiz do mal. Somente a educação pode reformar os homens, que assim não terão mais necessidade de leis tão rigorosas.

Reforma das leis humanas

Artigo 47 – A reforma das leis humanas acontecerá naturalmente, pela força das circunstâncias e pela influência das pessoas de bem, que conduzem os homens na senda do progresso. Há muitas leis que já foram reformadas e muitas outras ainda o serão.

47.1 – “Sociologia” - Respostas de Emmanuel (Espírito) à inúmeras perguntas sobre problemas sociais, constantes do livro “O Consolador”, Editora FEB, 19ª. edição, 1998, RJ, psicografia de Francisco Cândido Xavier, págs. 45-54:

47.1.1 - Com a difusão da luz espiritual, alargará o homem a noção de pátria, de modo a abranger no mesmo nível todas as nações do mundo?

A luz espiritual dará aos homens um conceito novo de pátria, de maneira a procrever-se o movimento destruidor pelos canhões e balas homicidas. Quando isso se verificar, o homem aprenderá a valorizar o berço em que renasceu, pelo trabalho e pelo amor, destruindo-se concomitantemente as fronteiras materiais e dando lugar à era nova da grande família humana, em que as raças serão substituídas pelas almas e em que a pátria será honrada, não com a morte, mas com a vida bem aplicada e bem vivida.

47.1.2 – A desigualdade verificada entre as classes sociais, no usufruto dos bens terrenos, perdurará nas épocas do porvir?

A desigualdade social é o mais elevado testemunho da verdade da reencarnação, mediante a qual cada espírito tem sua posição definida de regeneração e resgate. Nesse caso, consideramos que a pobreza, a miséria, a guerra, a ignorância, como outras calamidades coletivas, são enfermidades do organismo social, devido à situação de prova da quase generalidade dos seus membros. Cessada a causa patogênica com a iluminação espiritual de todos em Jesus-Cristo, a moléstia coletiva estará eliminada dos ambientes humanos.

47.1.3 – Pode admitir-se, em Sociologia, o conceito de igualdade absoluta?

A concepção igualitária absoluta é um erro grave dos sociólogos, em qualquer departamento da vida. A tirania política poderá tentar uma imposição nesse sentido, mas não passará das espetaculosas uniformizações simbólicas para efeitos exteriores, porquanto o verdadeiro valor de um homem está no seu íntimo, onde cada espírito tem sua posição definida pelo próprio esforço.

Nessa questão existe uma igualdade absoluta de direitos dos homens perante Deus, que concede a todos os seus filhos uma oportunidade igual nos tesouros inapreciáveis do tempo. Esses direitos são os da conquista da sabedoria e do amor, através da vida, pelo cumprimento do sagrado dever do trabalho e do esforço individual. Eis por que cada criatura terá o seu mapa de méritos nas sendas evolutivas, constituindo essa situação, nas lutas planetárias, uma grandiosa escala progressiva em matéria de raciocínios e sentimentos, em que se elevará naturalmente todo aquele que mobilizar as possibilidades concedidas à sua existência para o trabalho edificante da iluminação de si mesmo, nas sagradas expressões do esforço individual.

**‘Desigualdade das Riquezas’ – O Evangelho Segundo o Espiritismo, Cap. XVI
– Explicação de Allan Kardec:**

A desigualdade das riquezas é um dos problemas que em vão se procura resolver, quando se considera apenas a vida atual. A primeira questão que se apresenta é a seguinte: Por que todos os homens não são igualmente ricos? Por uma razão muito simples: ‘é que não são igualmente inteligentes, ativos e laboriosos para adquirir, nem sóbrios e previdentes para conservar’. Aliás, é uma questão matematicamente demonstrada que, repartida por igual, a fortuna daria a cada qual uma parte mínima e insuficiente; que, supondo-se feita essa repartição, o equilíbrio seria rompido em pouco tempo, em virtude da diversidade de caracteres e aptidões; que, supondo-a possível e durável, tendo cada um somente o necessário para viver, isso equivaleria ao aniquilamento de todos os grandes trabalhos que concorrem para o progresso e o bem-estar da humanidade; que, portanto, supondo-se que ela desse a

cada um o necessário, desapareceria o estímulo que impulsiona as grandes descobertas e os empreendimentos úteis. Se Deus a concentra em alguns lugares, é para que dos mesmos ela se expanda, em quantidades suficientes, segundo as necessidades.

Admitindo-se isto, pergunta-se por que Deus a concede a pessoas incapazes de fazê-la frutificar para o bem de todos. Essa é ainda uma prova da sabedoria e da bondade de Deus. Ao dar ao homem o livre arbítrio, quis que ele chegasse, pela sua própria experiência, a discernir o bem e o mal, de maneira que a prática do bem fosse o resultado dos seus esforços, da sua própria vontade. Ele não deve ser fatalmente levado a um nem ao outro, pois então seria um instrumento passivo e irresponsável como os animais. A fortuna é um meio de prová-lo moralmente; mas como, ao mesmo tempo, é um poderoso meio de ação para o progresso, Deus não quer que ela permaneça improdutiva, e é por isso que ‘incessantemente a transfere’. Cada qual deve possuí-la, para exercitar-se no seu uso e provar a maneira por que o sabe fazer. Como há a impossibilidade material de que todos a possuam ao mesmo tempo, e como, se todos a possuísem ninguém trabalharia, e o melhoramento do Globo sofreria com isso: ‘cada qual a possui por sua vez’. Dessa maneira, o que hoje não a tem, já a teve no passado ou a terá no futuro, numa outra existência, e o que hoje a possui poderá não tê-la amanhã. Há ricos e pobres porque, Deus sendo justo, cada qual deve trabalhar por sua vez. A pobreza é para uns a prova da paciência e da resignação; a riqueza é para outros a prova da caridade e da abnegação.

Lamenta-se, com razão, o triste uso que algumas pessoas fazem da sua fortuna, às ignóbeis paixões que a cobiça desperta, e pergunta-se se Deus é justo, ao dar riqueza a tais pessoas. É claro que, se o homem só tivesse uma existência, nada justificaria semelhante repartição dos bens terrenos; mas, se em lugar de limitar sua vida ao presente, considerar-se o conjunto das existências, vê-se que tudo se equilibra com justiça. O pobre não tem, portanto, motivos para acusar a Providência, nem para invejar os ricos, e estes não o têm para se vangloriarem do que possuem. Se, por outro lado, estes abusam da fortuna, não será através de decretos, nem de leis suntuárias, que se poderá remediar o mal. As leis podem modificar momentaneamente o exterior, mas não podem modificar o coração: eis porque têm um efeito temporário e provocam sempre uma reação mais desenfreada. A fonte do mal está no egoísmo e no orgulho. Os abusos de toda espécie cessarão por si mesmos, quando os homens se dirigirem pela lei da caridade.

47.1.4 – Poderão os homens resolver sem atritos as chamadas questões proletárias?

Sim, quando se decidirem a aceitar e aplicar os princípios sagrados do Evangelho. Os regulamentos apaixonados, as greves, os decretos unilaterais, as ideologias revolucionárias, são cataplasmas inexpressivas, complicando a chaga da coletividade.

O socialismo é uma bela expressão de cultura humana, enquanto não resvala para os pólos do extremismo.

Todos os absurdos das teorias sociais decorrem da ignorância relativamente à necessidade de sua cristianização. Conhecemos daqui os maus dirigentes e os maus dirigidos, não como homens ricos e pobres, mas como a avarentos e a revoltados. Nessas duas expressões, as criaturas operaram o desequilíbrio de todos os mecanismos do trabalho natural.

A verdade é que todos os homens são proletários da evolução e nenhum esforço de boa realização na Terra é indigno do espírito encarnado. Cada máquina exige uma direção pessoal, e o mecanismo do mundo requer o infinito de aptidões e de conhecimentos. Sem a

harmonia de cada peça na posição em que se encontra, toda produção é contraproducente e toda boa tarefa impossível. Todos os homens são ricos pelas bênçãos de Deus e cada qual deve aproveitar, com êxito, os “talentos” recebidos, porquanto, sem exceção de um só, prestarão um dia, além-túmulo, contas de seus esforços.

Que os trabalhadores da direção saibam amar, e que os da realização nunca odeiem. Essa é a verdade pela qual compreendemos que todos os problemas do trabalho, na Terra, representam uma equação de Evangelho.

47.1.5 – Reconhecendo-se o Estado como aparelhamento de leis convencionais, é justificável a sua existência, bem como o das classes armadas, que o sustentam no mundo?

Na situação (ou condição) atual do mundo e considerando a heterogeneidade dos caracteres e das expressões evolutivas das criaturas, examinadas isoladamente, justifica-se a necessidade dos aparelhos estatais nas convenções políticas, bem como das forças armadas que os mantêm no orbe, como institutos de ordem para a execução das provas individuais, nas contingências humanas, até que o homem perceba o sentido de concórdia e fraternidade dentro das leis do Criador, prescindindo então da obrigatoriedade de certas determinações das leis humanas, convencionais e transitórias.

47.1.6 – Tem o Espiritismo um papel especial junto da Sociologia?

Na hora atual da humanidade terrestre, em que todas as conquistas da civilização se subvertem nos extremismos, o Espiritismo é o grande iniciador da Sociologia, por significar o Evangelho redivivo que as religiões literalistas tentaram inumar nos interesses econômicos e na convenção exterior de seus prosélitos.

Restaurando os ensinamentos de Jesus para o homem e esclarecendo que os valores legítimos da criatura são os que procedem da consciência e do coração, a doutrina consoladora dos Espíritos reafirma a verdade de que a cada homem será dado de acordo com seus méritos, no esforço individual, dentro da aplicação da lei do trabalho e do bem; razão pela qual representa o melhor antídoto dos venenos sociais atualmente espalhados no mundo pelas filosofias políticas do absurdo e da ambição desmedida, restabelecendo a verdade e a concórdia para os corações.

47.1.7 - Como se deverá comportar o espiritista perante a política do mundo?

O sincero discípulo de Jesus está investido de missão mais sublime, em face da tarefa política saturada de lutas materiais. Essa é a razão por que não deve provocar uma situação de evidência para si mesmo nas administrações transitórias do mundo. E, quando convocado a tais situações pela força das circunstâncias, deve aceitá-las não como galardão para a doutrina que professa, mas como prova imperiosa e árdua, onde todo êxito é sempre difícil. O espiritista sincero deve compreender que a iluminação de uma consciência é como se fora a iluminação de um mundo, salientando-se que a tarefa do Evangelho, junto das almas encarnadas na Terra, é a mais importante de todas, visto constituir uma realização definitiva e real. A missão da doutrina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. Trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações humanas são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do

progresso universal, depreendendo-se daí que a verdadeira construção da felicidade geral só será efetiva com bases legítimas no espírito das criaturas.

47.1.8 – Como deveremos encarar a política do racismo?

Se é justo observarmos nas pátrias o agrupamento de múltiplas coletividades, pelos laços afins da educação e do sentimento, a política do racismo deve ser encarada como erro grave, que pretexto algum justifica, porquanto não pode apresentar base séria nas suas alegações, que mal encobrem o propósito nefasto de tirania e separatividade.

47.1.9 – O “não matarás” alcança o caçador que mata por divertimento e o carrasco que extermina por obrigação?

À medida que evolverdes no sentimento evangélico, compreenderéis que todos os matadores se encontram em oposição ao texto sagrado.

No grau dos vossos conhecimentos atuais, entendeis que somente os assassinos que matam por perversidade estão contra a lei divina. Quando avançardes mais no caminho, aperfeiçoando o aparelho social, não tolerareis o carrasco, e, quando estiverdes mais espiritualizados, enxergando nos animais os irmãos inferiores de vossa vida, a classe dos caçadores não terá razão de ser.

Lendo os nossos conceitos, recordareis os animais daninhos e, no íntimo, haveis de ponderar sobre a necessidade do seu extermínio. É possível, porém, que não vos lembreis dos homens daninhos e ferozes. O caluniador não envenena mais que o toque de uma serpente? O armamentista, ou o político ambicioso, que montam com frieza a maquinaria de guerra incompreensível, não são mais impiedosos que o leão selvagem?...

Ponderemos essas verdades e reconheceremos que o homem espiritual do futuro, com a luz do Evangelho na inteligência e no coração, terá modificado o seu ambiente de lutas, auxiliando igualmente os esforços evolutivos de seus companheiros do plano inferior, na vida terrestre.

47.1.10 – Considerando a determinação positiva do “não julgueis”, como poderemos discernir o bem do mal, sem julgamento?

Entre julgar e discernir há sempre grande distância. O ato de julgar para a especificação de conseqüências definitivas pertence à autoridade divina, porém, o direito da análise está instituído para todos os Espíritos, de modo que, discernindo o bem e o mal, o erro e a verdade, possam as criaturas traçar as diretrizes do seu melhor caminho para Deus.

47.1.11 – Em face da lei dos homens, quando em presença do processo criminal, deve dar-se o voto condenativo, em concordância com o processo-crime, ou absolver o réu em obediência ao “não julgueis”?

Na esfera de nossas experiências, consideramos que, à frente dos processos humanos, ainda quando as suas peças sejam condenatórias, deve-se recordar a figura do Cristo junto da pecadora apedrejada, pois que Jesus estava também perante um júri.

“Quem estiver sem pecado atire a primeira pedra” – é a sentença que deveria lembrar, sempre, a nossa situação comum de Espíritos decaídos, para não condenar esse ou aquele dos nossos semelhantes. “Vai e não peques mais” - deve ser a nossa norma de conduta dentro do próprio coração, afastando-se a erva do mal que nele viceje.

Nos processos públicos, a autoridade judiciária, como peça integrante da máquina do Estado no desempenho de suas funções especializadas, deve saber onde se encontra o recurso conveniente para o corretivo ou para a reeducação do organismo social, mobilizando, nesse mister, os valores de sua experiência e de suas responsabilidades.

Individualmente, porém, busquemos aprender que se podemos “julgar” alguma coisa, julguemo-nos, sempre, em primeiro lugar, como o irmão mais próximo daquele a quem se atribui um crime ou uma falta, a fim de estarmos acordes com Aquele que é a luz dos nossos corações.

Nas horas comuns da existência, procuremos a luz evangélica para analisar o erro e a verdade, discernir o bem e o mal; todavia, no instante dos julgamentos definitivos, entreguemos os processos a Deus, que, antes de nós, saberá sempre o melhor caminho da regeneração dos seus filhos transviados.

*

47.1.12 – O homem que guarda responsabilidade nos cargos públicos da Terra responde, no plano espiritual, pelas ordens que cumpre e faz cumprir?

A responsabilidade de um cargo público, pelas suas características morais, é sempre mais importante que a concedida por Deus sobre um patrimônio material. Daí a verdade que, na vida espiritual, o depositário do bem público responderá sempre pelas ordens expedidas pela sua autoridade, nas tarefas da Terra.

“Superiores e Inferiores”- (Explicação do Espírito François-Nicolas-Madeleine, cardeal Morlot, Paris, 1863. Evangelho Segundo o Espiritismo, Cap. XVII):

A autoridade, da mesma maneira que a fortuna, é uma delegação de que se pedirá contas a quem dela foi investido. Não creias que ela seja dada para satisfazer ao fútil prazer do mando, tampouco, segundo pensa falsamente a maioria dos poderosos da Terra, como um direito ou uma propriedade. Deus, aliás, tem demonstrado suficientemente que ela não é uma, nem outra coisa, desde que a retira quando bem lhe apraz. Se fosse um privilégio inerente à pessoa que a exerce, seria inalienável. Ninguém pode dizer, entretanto, que uma coisa lhe pertence, quando lhe pode ser retirada sem o seu consentimento. Deus concede autoridade a título de missão ou de prova, conforme lhe convém, e da mesma forma a retira.

Encarregado de Almas - O depositário da autoridade, de qualquer extensão que esta seja, desde a do senhor sobre o escravo até a do soberano sobre o povo, não deve esquivar-se à responsabilidade de um encarregado de almas, pois responderá pela boa ou má orientação que der aos seus subordinados; e as faltas que estes puderem cometer, os vícios a que forem arrastados em consequência dessa orientação ou dos ‘maus exemplos’ recebidos, recairão sobre ele. Da mesma maneira, colherá os frutos de sua solicitude, por conduzi-los ao bem. Todo homem tem, sobre a Terra, uma pequena ou uma grande missão. Qualquer que ela seja sempre lhe é dada para o bem. Desviá-la, pois, no seu sentido, é fracassar no seu cumprimento.

Se Deus pergunta ao rico: Que fizeste da fortuna que devia ser em tuas mãos uma fonte espalhando a fecundidade em seu redor? Também perguntará ao que possui alguma autoridade: Que uso fizeste dessa autoridade? Que males impediste? Que progressos impulsionaste? Se te dei subordinados, não foi para torná-los escravos da tua vontade, nem dóceis

instrumentos dos teus caprichos e da tua cupidez; se te fiz forte e te confiei os fracos, foi para que os amparasses e os ajudasses a subir até mim.

O superior que guardou as palavras do Cristo, não despreza a nenhum dos seus subordinados, porque sabe que as distinções sociais não subsistem diante de Deus. O Espiritismo lhe ensina que, se eles hoje lhe obedecem, na verdade já podem tê-lo dirigido, ou poderão dirigi-lo mais tarde, e que então será tratado como por sua vez os tratou.

Os Inferiores e seus deveres – Se o superior tem deveres a cumprir, o inferior também os tem de sua parte, e não são menos sagrados. Se também este é espírita, sua consciência lhe dirá, ainda mais fortemente, que não está dispensado de cumpri-los, mesmo que o seu chefe não cumpra os dele, porque sabe que não deve pagar o mal com o mal, e que as faltas de uns não autorizam as de outros. Se sofre na sua posição, dirá que sem dúvida o mereceu, porque ele mesmo talvez tenha abusado outrora de sua autoridade, devendo agora sentir os inconvenientes do que fez os outros sofrerem. Se é obrigado a suportar essa posição, na falta de outra melhor, o Espiritismo lhe ensina a resignar-se a isso, como a uma prova à sua humildade, necessária ao seu adiantamento. Sua crença o guia na sua conduta: ele age como desejaria que os seus subordinados agissem com ele, caso fosse o chefe. Por isso mesmo, é mais escrupuloso no cumprimento das obrigações, pois compreende que toda negligência no trabalho que lhe foi confiado será um prejuízo para aquele que o remunera, e a quem deve o seu tempo e os seus cuidados. Numa palavra, ele é guiado pelo sentimento do dever que a sua fé lhe infunde, e a certeza de que todo desvio do caminho reto será uma dívida, que terá de pagar mais cedo ou mais tarde.

CAPÍTULO XIV
AS ARISTOCRACIAS
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA
“A ARISTOCRACIA INTELECTO-MORAL”

‘As Aristocracias’ – Explicação de Allan Kardec no livro ‘Obras Póstumas’,
 Editora LAKE, 11^a. ed., 1995, págs. 183-187:

‘Aristocracia’ vem do grego ‘aristos’, melhor, e ‘kratos’, poder; na acepção literária ‘aristocracia’ significa: ‘o poder dos melhores’. Não de concordar que esta significação tem sido muitas vezes deturpada. Vamos apreciar a influência que o Espiritismo pode exercer sobre essa concepção e os seus resultados. Tomaremos as coisas em seu ponto de partida e segui-las através dos tempos, para deduzir delas as conseqüências.

Aristocracia Patriarcal

Em nenhum tempo ou nação, os povos dispensaram chefes, ainda mesmo no estado de selvageria. É assim porque, em razão da diversidade de aptidões e de caracteres, que se dão na espécie humana, há sempre incapazes que precisam ser dirigidos, fracos que reclamam proteção, paixões a combater: daí a necessidade de uma autoridade. ‘Sabemos que nas sociedades primitivas a autoridade foi conferida aos chefes de família, aos anciãos, aos velhos, aos patriarcas. Foi esta a primeira de todas as aristocracias’.

Aristocracia da Força Bruta

Tornando-se mais numerosas as sociedades, a autoridade patriarcal foi, em certas circunstâncias, impotente. As questões entre os povos vizinhos trouxeram guerras, que reclamaram a direção, não mais de velhos, porém de homens fortes, vigorosos e inteligentes; daí os chefes militares. Estes, vitoriosos, foram investidos de autoridade, esperando-se achar em seu valor uma garantia contra os ataques dos inimigos; muitos, porém, se aposaram do poder valendo-se da sua posição. ‘Depois os vencedores impuseram-se aos vencidos e reduziram-nos à escravidão; daí a autoridade da força bruta que foi a segunda aristocracia’.

Aristocracia do Nascimento

Os fortes transmitiram, naturalmente, aos filhos, o poder e a fortuna, e os fracos, não ousando resistir, acostumaram-se, pouco a pouco, a considerar estes como herdeiros dos direitos conquistados por seus pais e como seus superiores; aparece então a divisão da sociedade em duas classes; os superiores e os inferiores, os que comandam e os que obedecem; ‘eis, pois, que surge a aristocracia do nascimento, que se tornou tão poderosa e preponde-

rante, como a da força', porque, se não tinha esta por si, como nos primeiros tempos, em que cada um pagava com seu próprio corpo, possuía a força necessária. Dispondo de todo o poder, cercou-se, muito naturalmente, de privilégios, para a conservação dos quais era preciso dar-lhe o prestígio da legalidade: fez as leis em seu próprio proveito, o que lhe era fácil, pois que só ela as fazia. Nem sempre sendo isto suficiente, recorreu ao direito divino para torná-las respeitáveis e invioláveis. Para assegurar-se do respeito da classe submetida, que crescia cada vez mais e se tornava mais difícil de conter, ainda mesmo pela força, não havia senão um meio: impedir que ela visse claro, mantendo-a na ignorância.

Aristocracia do ouro

Se a classe superior pudesse ter a inferior na ociosidade, ou sem necessidade de trabalhar, o seu domínio estender-se-ia indefinidamente; mas desde que esta era obrigada a trabalhar para viver, e tanto mais quanto aumentava a necessidade pelo seu crescimento, resultou disso a necessidade de novos recursos, de lutar contra a concorrência, de procurar novos mercados para os produtos; e ela desenvolveu a inteligência e chegou ao conhecimento das causas, de que se serviram para sujeitá-la. Não está aí visível a mão da Providência?

Viu claro, viu a falta de prestígio do poder, que a esmagava e, sentindo-se forte pelo número, aboliu os privilégios e proclamou a igualdade perante a lei.

Esse movimento marcou, em alguns países, o termo do reino da aristocracia de nascimento, que se tornou nominal e honorífica, porque não tem mais o poder de legislar.

'Então, elevou-se novo poder: o do ouro', porque com o ouro se dispõe dos homens e das coisas. Foi um sol nascente, diante do qual se inclinaram, como outrora diante de um brasão ou de outro qualquer símbolo. O que se não concedia mais aos títulos concedeu-se à fortuna e a fortuna teve os seus privilégios.

Aristocracia da Inteligência

Começaram, depois, a perceber que, se para alguém fazer fortuna é necessário dispor de inteligência, não precisa tê-la quem adquire a riqueza por herança, sendo os herdeiros mais hábeis para gastar do que para ajuntar, e que, além disso, os meios de enriquecer não são sempre lícitos. Como consequência, o domínio do ouro vai, pouco a pouco, perdendo prestígio. 'Surge uma outra potência, outra aristocracia mais justa – a da inteligência', diante da qual todos podem inclinar-se sem se aviltar, porque ela pertence

tanto ao rico como ao pobre. Será a última? É a mais alta expressão da humanidade civilizada?

Não!

Aristocracia Intelecto-Moral: A última das aristocracias

A inteligência nem sempre é penhor de moralidade e o homem mais inteligente pode fazer mau uso das faculdades. Por outro lado, a simples moralidade pode não ter capacidade. É, pois, necessária a união da inteligência e a da moralidade para haver a legítima preponderância, a que a massa se submeterá, confiada em suas luzes e justiça. Será esta a última aristocracia, sinal do advento do reino do bem na Terra. Ela virá naturalmente, pela força dos acontecimentos, e quando os homens daquela categoria forem tão numerosos, que constituam uma imponente maioria, a massa popular lhes confiará os próprios interesses.

Como vimos, as aristocracias tiveram a sua razão de ser, nasceram do estado evolutivo da humanidade no seu tempo; o mesmo será em relação àquela que tem de vir. Todas tiveram ou terão a sua época segundo os países, porque nenhuma se funda em princípio moral. Só este princípio pode constituir uma supremacia durável, porque será animada por sentimentos de justiça e caridade: supremacia que chamaremos 'aristocracia intelecto-moral'.

Aristocracia Intelecto-Moral VERSUS Egoísmo, Orgulho, Ganância!

É compatível este estado de coisas com o egoísmo, com o orgulho e com a ganância, que ainda imperam na Terra? A isto responderemos francamente: sim; não somente é possível, como virá, porque é inevitável. Hoje, a inteligência domina, torna-se soberana no conceito universal; tão realmente, que vemos o homem do povo elevado à culminância social.

Esta aristocracia não é mais justa, mais lógica, mais racional que a da força bruta, a do nascimento, a do ouro? Por que, então, não ser possível ajuntar-lhe a moralidade? Porque, dizem os pessimistas, o mal domina na Terra. Já foi dito que o bem não o apagará jamais? Os costumes e as instituições não valem hoje cem vezes mais que na Idade Média? Cada século não se tem assinalado por um progresso? Por que, pois, há de a humanidade estacionar, quando tanto lhe falta conquistar?

Os homens, por instinto natural, procuram o seu bem-estar; se o não encontrarem satisfatório no reino da inteligência procurá-lo-ão algures. E

onde poderão encontrá-lo a não ser no reino da moralidade? Para isto é preciso que a moralidade domine a maior parte.

Os homens bons e os homens maus

Muito há que fazer, certamente, mas, ainda uma vez, é néscia presunção dizer que a humanidade chegou ao apogeu, quando a vemos caminhar incessantemente nas vias do progresso. Digamos desde já que os bons da Terra não são tão raros como pensam. Os maus são numerosos, é verdade; mas o que parece avultar-lhes o número é a audácia, que julgam necessária ao êxito. Não desconhecem, porém, a preponderância do bem, tanto que, embora não o pratiquem, tomam-lhe a máscara. Os bons, pelo contrário, não fazem praça das suas qualidades, não procuram pôr-se em evidência e é por isso que o seu número parece ser diminuto. Sondai, porém, os arcanos da vida íntima, e encontrareis, em todas as classes sociais, muitas naturezas boas e leais, que vos não permitirão desesperar da humanidade.

Importa também saber que dos maus, muitos só o são por influência do meio, podendo tornar-se bons se forem submetidos à ação de um meio benéfico. Admitamos que, sobre 100 indivíduos, há 25 bons e 75 maus; destes, 50 o são por fraqueza e seriam bons se tivessem tido bons exemplos, principalmente se houvessem recebido boa educação; dos 25 francamente maus, nem todos são incorrigíveis. No estado atual das coisas, os maus estão em maioria e dão leis aos bons; mas, se por qualquer circunstância, se converterem os 50 fracos, os bons ficarão em maioria e, por sua vez, darão as leis; dos 25 francamente maus, muitos sentirão a influência daquela maioria, não restando senão poucos incorrigíveis, que nenhuma preponderância podem ter.

Tomemos um exemplo. Há povos para quem o homicídio e o roubo são coisas normais. Para estes, o bem é exceção. Entre os povos mais adiantados e melhor governados da Europa, o crime é exceção, e não exerce influência sobre a sociedade, na qual o que domina ainda são os vícios de caráter: o orgulho, o egoísmo, a ambição com o seu cortejo. Por que, continuando o progresso daqueles povos, os próprios vícios não ficarão sendo exceção, como já o são os crimes? Negar a possibilidade desta caminhada ascendente é negar o progresso. Certamente a transformação não pode ser obra de um dia; se, porém, há causa que possa apressar a caminhada, essa causa é o Espiritismo.

O Espiritismo: um dos mais poderosos precursores da aristocracia do futuro

Agente, por excelência, da solidariedade humana, mostrando as provas da vida atual como conseqüências lógicas e racionais dos atos praticados em anteriores existências, fazendo de cada pessoa o autor da felicidade própria, ele elevará, necessariamente, mediante a sua vulgarização, o nível moral da atualidade.

Os princípios gerais da nossa filosofia estão elaborados e coordenados; já têm reunido, em imponente comunhão de pensamentos, milhões de sectários, disseminados por todos os países do mundo. Os progressos realizados por influência sua, as transformações individuais e locais, por eles provocadas em menos de 15 anos, permitem-nos avaliar as imensas modificações essenciais, que terão de realizar no futuro.

Fé Raciocinada

Se, porém, graças ao desenvolvimento e geral aceitação do ensino dos Espíritos, o nível moral da humanidade tende constantemente a elevar-se, não se vá concluir que a moralidade obscurecerá a inteligência. O Espiritismo não quer ser aceito cegamente, antes pede a discussão e a luz.

Em vez da fé cega, que sufoca a liberdade de pensar, ele ensina: “A fé inabalável é somente aquela que pode encarar a razão face a face em todas as épocas da humanidade. A fé precisa de uma base, e esta é o conhecimento perfeito do que devemos crer. Para crer, não basta ver, é preciso, sobretudo, compreender”. (Evangelho Segundo o Espiritismo).

Temos, pois, razão para considerar o Espiritismo como um dos mais poderosos precursores da aristocracia do futuro, isto é, **‘da aristocracia intelecto-moral’**.

*

CAPÍTULO XV
LEI DE LIBERDADE
CÓDIGO DE DIREITO NATURAL ESPÍRITA
V – LIVRE-ARBÍTRIO (Itens 843 a 850)

Livre-arbítrio do homem e seus atos

Artigo 104 – O homem tem livre-arbítrio nos seus atos, pois se tem a liberdade de pensar, tem a de agir. Sem o livre-arbítrio o homem seria uma máquina.

Livre-arbítrio da criança

Artigo 105 – O homem tem a liberdade de agir, desde que tenha a vontade de o fazer. Nas primeiras fases da vida a liberdade é quase nula; ela se desenvolve e muda de objeto com as faculdades. Estando os pensamentos da criança em relação com as necessidades da sua idade, ela aplica o seu livre-arbítrio às coisas que lhe são necessárias.

Predisposições instintivas a atos repreensíveis

Artigo 106 – As predisposições instintivas são as do Espírito antes da sua encarnação; conforme for ele mais ou menos adiantado elas podem impeli-lo a atos repreensíveis, no que ele será secundado por Espíritos que simpatizam com essas disposições; mas não há arrastamento irresistível, quando se tem a vontade de resistir. Querer é poder.

O livre-arbítrio e a influência do organismo nos atos da vida

Artigo 107 – O Espírito é certamente influenciado pela matéria, que pode entrar as suas manifestações. Eis porque, nos mundos em que os corpos são menos materiais do que na Terra as faculdades se desenvolvem com mais liberdade. Mas o instrumento não dá faculdades ao Espírito. De resto, é necessário distinguir neste caso as faculdades morais das faculdades intelectuais. Se um homem tem o instinto do assassinio é seguramente o seu próprio Espírito que o possui e que lho transmite, mas nunca os seus órgãos. Aquele que aniquila o seu pensamento para apenas se ocupar da matéria faz-se semelhante ao bruto e ainda pior, porque não pensa mais em se premunir contra o mal. É nisso que ele se torna faltoso, pois assim age pela própria vontade. (Ver item 367 e seguintes de O Livro dos Espíritos, Influência do Organismo).

Alteração das faculdades e perda do livre-arbítrio

Artigo 108 – Aquele cuja inteligência está perturbada por uma causa qualquer perde o domínio do seu pensamento e, desde então, não tem mais liberdade. Essa alteração é frequentemente uma punição para o Espírito que, numa existência pode ter sido vão e orgulhoso, fazendo mau uso de suas faculdades. Ele pode renascer no corpo de um idiota, como o déspota no corpo de um escravo e o mau rico no de um mendigo. Mas o Espírito sofre esse constrangimento, do qual tem perfeita consciência: é nisso que está a ação da matéria.

A embriaguez e o livre-arbítrio

Parágrafo único – A alteração das faculdades intelectuais pela embriaguez não desculpa os atos repreensíveis, pois o ébrio voluntariamente se priva da razão para satisfazer paixões brutais; em lugar de uma falta comete duas.

O selvagem: instinto e livre-arbítrio

Artigo 109 – No homem em estado selvagem, a faculdade dominante é o instinto; o que não o impede de agir com inteira liberdade em certas coisas. Mas, como a criança, ele aplica essa liberdade às suas necessidades e ela se desenvolve com a inteligência. Por conseguinte, quem for mais esclarecido que um selvagem é também mais responsável que ele pelo que faz.

A posição social e o livre-arbítrio

Artigo 110 – A posição social é, às vezes, um obstáculo à inteira liberdade de ação, pois o mundo tem, sem dúvida, as suas exigências. Deus é justo e tudo leva em conta, mas deixa aos homens a responsabilidade dos poucos esforços que faz para superar os obstáculos.

110.1 – “Determinismo e Livre-arbítrio” – Explicação de José Herculanio Pires em seu livro “O Espírito e o Tempo”, Edit. Edicel, DF, 7^a. edição, 1995, págs. 152-155:

Sem o livre-arbítrio o homem seria uma máquina - Admitida a existência de Deus, como “inteligência suprema e causa primária de todas as coisas” – admitida essa existência com a mesma evidência com que ela se apresenta no hegelianismo e no cartesianismo – e admitida, da mesma maneira, a existência de uma lei geral de evolução, a que tudo se submete, inclusive o homem, resta saber se estamos ou não diante da estrutura rígida do pensamento espinosiano. Há liberdade para esse homem que amadurece, que tem de amadurecer, queira ou não queira, no processo evolutivo? À primeira vista, a liberdade é impossível. O Espiritismo parece ter dito antes do poeta Rainer Maria Rilke: “Deus nos faz amadurecer, mesmo que não o queiramos.” E realmente o disse. Mas acrescentou: “Sem o livre-arbítrio, o homem seria uma máquina.” (Item 843 de ‘O Livro dos Espíritos’). O homem é livre de pensar, querer e agir, mas sua liberdade é limitada pelas suas próprias condições de ser. O simples fato de existir é uma condição. Dentro dessa condição, porém, o homem é livre: pode ser útil ou inútil, bom ou mau, segundo a sua própria determinação.

Existe, pois, uma dialética do determinismo, que é ao mesmo tempo a dialética da liberdade.

A liberdade relativa do homem (determinismo subjetivo e determinismo objetivo) – Podemos colocar assim o problema: há um determinismo subjetivo, que é o da vontade do homem, e um determinismo objetivo, que é o das condições de sua própria existência. Da oposição constante dessas duas vontades, a do homem e a das coisas, resulta a liberdade relativa da sua possibilidade de opção e ação. O item 844 de ‘O Livro dos Espíritos’ nos propõe essa tese de maneira simples, ao tratar do desenvolvimento infantil: “Nas primeiras fases da vida a liberdade é quase nula; ela se desenvolve e muda de objeto com as faculdades. Estando os pensamentos da criança em relação com as necessidades da sua idade, ela aplica o seu livre-arbítrio às coisas que lhe são necessárias.” Isso nos mostra que o homem não amadurece como o fruto, mas como espírito. Na proporção em que a criança amadurece, ela deixa de ser criança, para tornar-se adulto. Assim, o homem, na proporção em que amadurece, deixa de ser homem – essa criatura humana, contraditória e falível, enleada nas ilusões da vida física – para tornar-se Espírito. A morte, em vez de ser a frustração do existencialismo sartreano, ou o fim da vida, ou ainda o momento de mergulhar no desconhecido, de toda a tradição religiosa, apresenta-se como o momento de maturação e de alforria. Morrer, como o disse Victor Hugo, não é morrer, mas simplesmente mudar-se.

O homem constrói o seu destino no plano do contingente, mas no plano do transcendente o seu destino já está determinado pelas leis universais – A mudança do homem, entretanto, não é completa. Ele não deixa de ser o que é. Sua essência permanece a mesma. Perdendo a condição existencial terrena, ele passa imediatamente para a condição existencial psíquica. Nessa outra condição, terá de enfrentar o mesmo processo de oposição dialética: de um lado, o determinismo subjetivo da sua vontade, do seu próprio querer; de outro, o determinismo objetivo das circunstâncias. Nestas circunstâncias, porém, avultam as conseqüências de seus atos na vida física. O que ele fez, a maneira por que pensou, quis, sentiu e agiu, toda trama das suas próprias ações, agora o enleia. Como se vê, sua liberdade ampliou-se, pois é ele quem agora se limita no exterior. As circunstâncias em que se encontra foram determinadas pela sua própria vontade. Isso lhe desperta a compreensão de sua capacidade de agir, e conseqüentemente de sua responsabilidade. É então que ele deseja voltar à existência física, ao mundo em que gerou o seu próprio mundo espiritual, a fim de reformar a sua obra. E já então, ao voltar, aqui mesmo, no mundo material, ele não vem enfrentar apenas a vontade estranha das coisas, mas também a sua própria vontade, representada nas circunstâncias de uma vida apropriada às necessidades do seu posterior desenvolvimento.

É assim que, pouco a pouco, o livre-arbítrio supera o determinismo. A liberdade de se determinar a si próprio confere ao homem o poder de criar. Ele cria o seu próprio mundo, as suas formas de vida, o seu destino. A princípio, o faz de maneira quase inconsciente, como a criança que se queima na chama da vela, por querer pegá-la. Mas, depois, as experiências o acordam para a plenitude consciencial de que ele deve desfrutar, segundo o seu destino natural. Porque o destino do homem, no sentido geral de sua posição no Universo, é ser ‘deus’. Não no sentido de igualar-se à Inteligência Suprema, mas de atingir a compreensão dessa Inteligência, integrar-se no seu plano de vida e pensamento, participar de sua plenitude. Assim, podemos dizer que o homem constrói o seu destino no plano do contingente, mas no plano do transcendente o seu destino já está determinado pelas leis universais.

Todos os seres, desde a região ontológica mineral até a região vegetal, a animal e a hominal, estão todos integrados no mesmo processo e submetidos às mesmas

leis e ao mesmo destino – Mas será apenas o homem que tem esse destino transcendente? E os demais seres da Criação, para e por que existem? O Espiritismo nos responde que o Universo é constituído de dois elementos fundamentais, as duas substâncias cartesianas – a ‘rés cogitans’ e a ‘rés extensa’ – ou, em termos espíritas: o elemento espiritual e o elemento material. Ainda em termos cartesianos, mas já no plano do pensamento de Espinosa, vemos que essa dualidade se resolve numa espécie de monismo tridimensional: inteligência e matéria decorrem de uma fonte única, a que estão subordinadas, e que é Deus. Por isso que Deus é inteligência e causa. Como causa, o é de todas as coisas. Deus não é assim uma concepção antropomórfica, mas hipóstases de Plotino. O universo é hipostático: primeiro a hipóstase divina, que é Deus; depois, a hipóstase inteligente, que é o Espírito; e, por fim, a hipóstase material, que é a Matéria.

Essas três hipóstases não estão, porém, separadas, como as da concepção plotiniana. Constituem apenas aspectos de um mesmo todo. E o que é mais curioso, aspectos interpenetrados. É assim que Deus está em tudo e tudo está em Deus, que a matéria existe desde o início e que espírito e matéria estão sempre relacionados. Como na doutrina de forma e matéria, em Aristóteles, o espírito informa a matéria, e esta, por sua vez, manifesta o espírito, e toda essa interação se realiza em Deus, porque tudo depende de Sua vontade e está sob o poder constante de Suas leis. O fluido universal, na mecânica cósmica, e o fluido vital, na mecânica biológica, são o resultado dialético e ao mesmo tempo o elemento de aglutinação de espírito e matéria. Assim, todos os seres, desde a região ontológica mineral – segundo a terminologia da moderna ontologia – até a região vegetal, a animal e a hominal, estão todos integrados no mesmo processo e submetidos às mesmas leis e ao mesmo destino. É o que vemos, por exemplo, no final da resposta do item 540, de ‘O Livro dos Espíritos’: “É assim que tudo se encadeia na Natureza, desde o átomo primitivo até o arcanjo, pois ele mesmo começou pelo átomo. Admirável lei de harmonia, que o vosso espírito limitado ainda não pode abranger no seu conjunto!”.

O princípio e o fim de tudo e de todas as coisas ainda nos são desconhecidos – Bastaria perguntar como se explica a finalidade desse imenso processo. Em que resultaria, afinal, esse desenvolvimento constante de tudo, de todas as coisas, nos rumos da perfeição e da inteligência? A pergunta, como responderia Gonzague Truc, não pode ser respondida pela Filosofia, porque pertence à Mística. Mas o Espiritismo, que admite o desenvolvimento da Filosofia até o plano da antiga Mística e além dela – uma vez que admite o desenvolvimento ilimitado da capacidade humana de compreender – responde com a nossa incapacidade atual para abarcar a complexidade e as conseqüências do processo cósmico, dentro do qual nos encontramos. Do nosso ponto de vista atual, demasiado restrito, condicionado pela estreiteza de nossas mentes, em funcionamento na aparelhagem de cérebros animais, é impossível a compreensão daquilo que poderíamos chamar, nos termos da filosofia aristotélica, as causas finais.

Quando saímos do plano do pensamento, para examinar o problema à luz das nossas possibilidades de expressão verbal, maior ainda se revela a nossa incapacidade, diante de suas dimensões conceptuais. As deficiências da linguagem humana, assinaladas por Kardec na ‘Introdução ao Estudo da Doutrina Espírita’, mostram quanto seria vã a nossa pretensão de investigar o princípio e o fim das coisas. Mas, ao mesmo tempo, o Espiritismo nos acena com as possibilidades futuras, mostrando-nos como, a cada giro da Terra sobre si mesma, o nosso avanço no tempo equivale ao desenvolvimento psíquico. Compete a cada um de nós, e a todos nós em conjunto, superarmos as nossas limitações, pelo nosso desenvolvimento próprio e pelo desenvolvimento da Civilização.

VI – FATALIDADE (Itens 851 a 867)

Fatalidade e Livre-arbítrio sobre o bem e o mal

Artigo 111 – A fatalidade só existe no tocante à escolha feita pelo Espírito, ao se encarnar, de sofrer esta ou aquela prova; ao escolhê-la ele traça para si mesmo uma espécie de destino, que é a própria conseqüência da posição em que se encontra. Falo das provas de natureza física, porque, no tocante às provas morais e às tentações, o Espírito, conservando o seu livre-arbítrio sobre o bem e o mal, é sempre senhor de ceder ou resistir. Um bom Espírito, ao vê-lo fraquejar, pode correr em seu auxílio mas não pode influir sobre ele a ponto de subjugar-lhe a vontade. Um Espírito mau, ou seja, inferior, ao lhe mostrar ou exagerar um perigo físico, pode abalá-lo e assustá-lo, mas a vontade do Espírito encarnado não fica por isso menos livre de qualquer entrave.

111.1 – “Nossos fracassos” - Comentário de Kardec no item 852 de O Livro dos Espíritos:

As idéias justas ou falsas que fazemos das coisas nos fazem vencer ou fracassar, segundo o nosso caráter e a nossa posição social. Achamos mais simples e menos humilhante para o nosso amor-próprio atribuir os nossos fracassos à sorte ou ao destino, do que a nós mesmos. Se a influência dos Espíritos contribui algumas vezes para isso, podemos sempre nos subtrair a ela, repelindo as idéias más que nos forem sugeridas.

111.2 – “Experiência: Determinismo e Livre-arbítrio” – Respostas do Espírito Emmanuel no livro já citado “O Consolador”, págs. 83-91:

Como adquire experiência o Espírito encarnado? – A luta e o trabalho são tão imprescindíveis ao aperfeiçoamento do espírito, como o pão material é indispensável à manutenção do corpo físico. É trabalhando e lutando, sofrendo e aprendendo, que a alma adquire as experiências necessárias na sua marcha para a perfeição.

Há o determinismo e o livre-arbítrio, ao mesmo tempo, na existência humana? – Determinismo e livre-arbítrio coexistem na vida, entrosando-se na estrada dos destinos, para a elevação e redenção dos homens. O primeiro é absoluto nas mais baixas camadas evolutivas e o segundo amplia-se com os valores da educação e da experiência. Acresce observar que sobre ambos pairam as determinações divinas, baseadas na lei do amor, sagrada e única, da qual a profecia foi sempre o mais eloqüente testemunho. Não verificais, atualmente, as realizações previstas pelos emissários do Senhor há dois e quatro milênios, no divino simbolismo das Escrituras? Estabelecida a verdade de que o homem é livre na pauta de sua educação e de seus méritos, na lei das provas, cumpre-nos reconhecer que o próprio homem, à medida que se torna responsável, organiza o determinismo da sua existência, agravando-o ou amenizando-lhe os rigores, até poder elevar-se definitivamente aos planos superiores do Universo.

Havendo o determinismo e o livre-arbítrio, ao mesmo tempo, na vida humana, como compreender a palavra dos guias espirituais quando afirmam não lhes ser possível influenciar a nossa liberdade? – Não devemos esquecer que falamos de expressão corpórea, em se tratando do determinismo natural, que prepondera sobre os destinos

humanos. A subordinação da criatura, em suas expressões do mundo físico é lógica e natural nas leis das compensações, dentro das provas necessárias, mas, no íntimo, zona de pura influência espiritual, o homem é livre na escolha do seu futuro caminho. Seus amigos do invisível localizam aí o santuário da sua independência sagrada. Em todas as situações, o homem educado pode reconhecer onde falam as circunstâncias da vontade de Deus, em seu benefício, e onde falam as que se formam pela força da sua vaidade pessoal ou do seu egoísmo. Com ele, portanto, estará sempre o mérito da escolha, nesse particular.

Como pode o homem agravar ou amenizar o determinismo de sua vida? – A determinação divina na sagrada lei universal é sempre a do bem e da felicidade, para todas as criaturas. No lar humano, não vedes um pai amoroso e ativo, com um largo programa de trabalhos pela ventura dos filhos? E cada filho, cessado o esforço da educação na infância, na preparação da vida, não deveria ser um colaborador fiel da generosa providência paterna pelo bem de toda a comunidade familiar? Entretanto, a maioria dos pais humanos deixa a Terra sem ser compreendida, apesar de todo o esforço despendido na educação dos filhos.

Nessa imagem muito frágil, em comparação com a paternidade divina, temos um símile da situação.

O Espírito que, de algum modo, já armazenou certos valores educativos, é convocado para esse ou aquele trabalho de responsabilidade junto de outros seres em provação rude, ou em busca de conhecimentos para a aquisição da liberdade. Esse trabalho deve ser levado a efeito na linha reta do bem, de modo que esse filho seja o bom cooperador de seu Pai Supremo, que é Deus. O administrador de uma instituição, o chefe de uma oficina, o escritor de um livro, o mestre de uma escola, têm a sua parcela de independência para colaborar na obra divina, e devem retribuir a confiança espiritual que lhes foi deferida. Os que se educam e conquistam direitos naturais, inerentes à personalidade, deixam de obedecer, de modo absoluto, no determinismo da evolução, porquanto estarão aptos a cooperar no serviço das ordenações, podendo criar as circunstâncias para a marcha ascensional de seus subordinados ou irmãos em humanidade, no mecanismo de responsabilidade da consciência esclarecida.

Nesse trabalho de ordenar com Deus, o filho necessita considerar o zelo e o amor paternos, a fim de não desviar sua tarefa do caminho reto, supondo-se senhor arbitrário das situações, complicando a vida da família humana, e adquirindo determinados compromissos, por vezes bastante penosos, porque, contrariamente ao propósito dos pais, há filhos que desbaratam os "talentos" colocados em suas mãos, na preguiça, no egoísmo, na vaidade ou no orgulho.

Dá a necessidade de concluirmos com a apologia da Humanidade, salientando que o homem que atingiu certa parcela de liberdade está retribuindo a confiança do Senhor, sempre que age de acordo com a sua vontade misericordiosa e sábia, reconhecendo que o seu esforço individual vale muito, não por ele, mas pelo amor de Deus que o protege e ilumina na edificação de sua obra imortal.

Se o determinismo divino é o do bem, quem criou o mal? – O determinismo divino se constitui de uma só lei, que é a do amor para a comunidade universal. Todavia, confiando em si mesmo, mais do que em Deus, o homem transforma a sua fragilidade em foco de ações contrárias a essa mesma lei, efetuando, desse modo, uma intervenção indébita na harmonia divina. Eis o mal.

Urge recompor os elos sagrados dessa harmonia sublime. Eis o resgate.

Vede, pois, que o mal, essencialmente considerado, não pode existir para Deus, em virtude de representar um desvio do homem, sendo zero na Sabedoria e na Providência Divinas. O Criador é sempre o Pai generoso e sábio, justo e amigo, considerando os filhos transviados como incursos em vastas experiências. Mas, como Jesus e os seus prepostos são seus cooperadores divinos, e eles próprios instituem as tarefas contra o desvio das criaturas humanas, focalizam os prejuízos do mal com a força de suas responsabilidades educativas, a fim de que a Humanidade siga retamente no seu verdadeiro caminho para Deus.

Existem seres agindo na Terra sob determinação absoluta? – Os animais e os homens quase selvagens nos dão uma idéia dos seres que agem no planeta sob determinação absoluta. E essas criaturas servem para estabelecer a realidade triste da mentalidade do mundo, ainda distante da fórmula do amor, com que o homem deve ser o legítimo cooperador de Deus, ordenando com a sua sabedoria paternal.

Sem saberem amar os irracionais e os irmãos mais ignorantes colocados sob a sua imediata proteção, os homens mais educados da Terra exterminam os primeiros, para a sua alimentação, e escravizam os segundos para objeto de explorações grosseiras, com exceções, de modo a mobilizá-los a serviço do seu egoísmo e da sua ambição.

Os astros influenciam igualmente na vida do homem? – As antigas assertivas astrológicas têm a sua razão de ser. O campo magnético e as conjunções dos planetas influenciam no complexo celular do homem físico, em sua formação orgânica e em seu nascimento na Terra; porém, a existência planetária é sinônimo de luta. Se as influências astrais não favorecem a determinadas criaturas, urge que estas lutem contra os elementos perturbadores, porque, acima de todas as verdades astrológicas, temos o Evangelho, e o Evangelho nos ensina que cada qual receberá por suas obras, achando-se cada homem sob as influências que merece.

Os fenômenos premonitórios atestam a possibilidade da presciência com relação ao futuro? – Os Espíritos de nossa esfera não podem devassar o futuro, considerando essa atividade uma característica dos atributos do Criador Supremo, que é Deus. Temos de considerar, todavia, que as existências humanas estão subordinadas a um mapa de provas gerais, onde a personalidade deve movimentar-se com o seu esforço para a iluminação do porvir, e, dentro desse roteiro, os mentores espirituais mais elevados podem organizar os fatos premonitórios, quando convenham à demonstração de que o homem não se resume a um conglomerado de elementos químicos de conformidade com a definição do materialismo dissolvente.

Que dizermos da cartomancia em face do Espiritismo? – A cartomancia pode enquadrar-se nos fenômenos psíquicos, mas não no Espiritismo evangélico, onde o cristão deve cultivar os valores do seu mundo íntimo pela fé viva e pelo amor no coração, buscando servir a Jesus no santuário de sua alma, não tendo outra vontade que não aquela de se levar ao seu amor pelo trabalho e iluminação de si mesmo, sem qualquer preocupação pelos acontecimentos nocivos que se foram, ou pelos que hão de vir, na sugestão nem sempre sincera dos que devassam o mundo oculto.

*

BIBLIOGRAFIA

ÂNGELIS, Joanna de (Espírito). Estudos Espíritas. Psicografia de Divaldo Pereira Franco. Editora FEB, Rio de Janeiro, 3ª. Edição, 1983.

CALLIGARIS, Rodolfo. As Leis Morais. Editora FEB, Rio de Janeiro, 3ª. Edição, 1983.

CAMARGO, Pedro de (Vinícius). Nas Pegadas do Mestre. Editora FEB, Rio de Janeiro, 5ª. Edição, 1979.

- O Mestre na Educação. Ed. FEB, R.J., 3ª. Ed., 1982.

- Em Torno do Mestre. Ed. FEB, R.J., 4ª. Ed., 1979.

- Na Escola do Mestre. Edições FEESP, SP. 3ª. Ed. 1978.

EMMANUEL (Espírito). O Consolador. Psicografia de Francisco Cândido Xavier. Ed. FEB. RJ. 18ª. Ed. 1998.

- Pensamento e Vida. Idem. 7ª. Ed. 1983.

- A Caminho da Luz. Idem. 20ª. Ed. 1994.

- Emmanuel. Idem. 18ª. Ed. 1997.

- Religião dos Espíritos. Idem. 4ª. Ed. 1978.

FARIAS JÚNIOR, João. Manual de Criminologia. Editora Juruá. Curitiba-PR. 2ª. Ed. 1993.

FERREIRA, Wolgran Junqueira. Comentários à Constituição de 1988. Volume 1. Editora Julex Livros. Campinas-SP. 1ª. Ed. 1989.

KARDEC, Allan. Revista Espírita. Tradução de Júlio Abreu Filho. Editora EDICEL, São Paulo.

- O Livro dos Espíritos. Tradução de José Herculano Pires. Edições FEESP. SP. 10ª. Ed. 2001.

- Obras Póstumas. Tradução de João Teixeira de Paula. Editora LAKE. SP. 11ª. Ed. 1995.

- O Evangelho Segundo o Espiritismo. Tradução de José Herculano Pires. Edições FEESP. SP. 15ª. Ed. 2001.

- O Céu e o Inferno. Tradução de João Teixeira de Paula. Editora LAKE. SP. 8ª. Ed. 1997.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Execução Penal. Comentários à Lei 7.210, de 11/07/84. Editora Atlas. SP. 5ª. Ed. 1993.

ORTIZ, Fernando. A Filosofia Penal dos Espíritas. Tradução de Carlos Imbassay. Editora LAKE. SP. 2ª. Ed. 1998.

PIRES, José Herculano. O Homem Novo. Edições Correio Fraterno. S.Bernardo do Campo-SP, 4ª. Ed. 1995.

- O Espírito e o Tempo. Editora EDICEL. DF. 7ª. Ed. 1995.

- O Infinito e o Finito. Edições Correio Fraterno. S.Bernardo do Campo-SP. 1ª. Ed. 1983.

- Agonia das Religiões. Editora Paidéia-SP. 3ª. Ed. 1989.

- Pedagogia Espírita. Editora José Herculano Pires. Belo Horizonte. 2ª. Ed. 1994.

- Curso Dinâmico de Espiritismo. Editora Paidéia. SP. 1ª. Ed. 1979.

QUEIROZ, José Fleurí. Educação Como Direito e Dever – À Luz da Filosofia e do Direito Natural. Editora Mundo Jurídico. Leme-SP. 1ª. Ed. 2003.

- Código de Direito Natural Espírita. Editora Mundo Jurídico. Leme. SP. 1ª. Ed. 2006.

- Suicídio: É Ou Não É Crime? Editora Mundo Jurídico. Leme. SP. 1ª. Edição em co-autoria com Allan Francisco Queiroz. 2007.

QUEIROZ, Allan Francisco. Suicídio É Ou Não É Crime? Editora Mundo Jurídico. Leme. SP. 1ª. Edição, em co-autoria com José Fleurí Queiroz. 2007.

SIMONETTI, Richard. A Constituição Divina. Editora Gráfica S.João. Bauru. SP. 2ª. Ed. 1989.